

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

TARCÍSIO FERNANDES CORDEIRO

**HISTÓRIAS DE UM TRAUMA:**  
MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E FICÇÃO SOBRE A GUERRA DE CANUDOS

Belo Horizonte

2020

Tarcísio Fernandes Cordeiro

**HISTÓRIAS DE UM TRAUMA:**  
MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E FICÇÃO SOBRE A GUERRA DE CANUDOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito final para obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Amorim Vieira

Belo Horizonte

2020

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

C972s.Yc-h      Cordeiro, Tarcísio Fernandes.  
                    Histórias de um trauma [manuscrito]: memórias, testemunhos e ficção sobre a guerra de Canudos / Tarcísio Fernandes Cordeiro. – 2020.  
                    189f., enc.: il., p&b.

Orientadora: Elisa Maria Amorim Vieira.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 178-189.

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909 – Sertões – Crítica e interpretação – Teses. 2. Conselheiro, Antônio, 1828-1897 – Teses. 3. Brasil. História. Guerra de Canudos, 1897 – Teses. 4. Imaginário na literatura – Teses. 5. Ficção brasileira – Teses. I. Vieira, Elisa Maria Amorim. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: B869.33



**pós-lit**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Faculdade de  
Letras - FALE



Tese intitulada *Histórias de um trauma: memórias, testemunhos e ficção sobre a guerra de Canudos*, de autoria do Doutorando TARCISIO FERNANDES CORDEIRO, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Elisa Maria Amorim Vieira - FALE/UFMG - Orientadora (via videoconferência)

Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen - FALE/UFMG (via videoconferência)

Profa. Dra. Myriam Corrêa de Araújo Ávila - FALE/UFMG (via videoconferência)

Prof. Dr. Márcio Orlando Seligmann-Silva - UNICAMP (via videoconferência)

Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos - UFAL (via videoconferência)

Prof. Dr. Georg Otte

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.

*À resistência do Belo Monte*

## AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento da pesquisa que resultou na presente tese, muitas foram as contribuições que recebi. Em especial, quando considero o atual contexto, parece-me ainda mais correto demonstrar gratidão às pessoas que colaboraram, de diferentes formas, para que não faltassem palavras nestas páginas. São, para mim, exemplos de profissionalismo e solidariedade num complexo momento ora vivenciado pela sociedade brasileira. Desse modo, para além de agradecer, gostaria de abraçar:

À professora Elisa Maria Amorim Vieira, a quem agradeço a orientação. Sua experiência foi fundamental nesse processo, com uma postura aberta ao diálogo soube me auxiliar a refletir sobre as questões teóricas presentes nesta tese. Ademais, sou grato pela paciência dispensada a mim nos momentos em que as minhas angústias e dificuldades pareciam insuperáveis.

Aos professores Elcio Loureiro Cornelsen e Pedro Lima Vasconcellos pela participação na Banca da Qualificação, oportunidade em que apontaram sugestões e críticas que redefiniram aspetos desta pesquisa. A esses docentes reitero os agradecimentos e, do mesmo modo, ao professor Márcio Seligmann-Silva, à professora Myriam Correa de Araújo Ávila, à professora Cláudia Campos Soares e ao professor Miguel de Ávila Duarte pela leitura e pelas contribuições apresentadas como membros da Banca Examinadora.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por autorizar o meu afastamento para pós-graduação, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar, no último ano, o desenvolvimento desta pesquisa através do Novo Programa de Formação Doutoral Docente (Novo Prodoutoral).

Aos colegas, docentes e servidores técnico-administrativos da Faculdade de Letras (FALE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (Pós-Lit) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com quem pude compartilhar saberes, efetivar sonhos, construir demandas e trocar experiências.

Ao conjunto de profissionais que atuam no Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani (AMEDOC), situado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pois mesmo em tempos digitais, em que o acesso às obras raras pode ocorrer remotamente, sem o auxílio destes servidores a agulha ficaria menor e o palheiro maior.

Aos que se dispuseram, em distintos momentos, a colaborar com a realização da presente pesquisa: Aline Sampaio, Argemiro de Figueiredo, Edeusuíta Grigória, João Batista e Juliana Araújo Campos.

Às professoras Ely Souza Estrela (*in memoriam*) e Ivana Teixeira Figueiredo Gund, incentivadoras inaugurais desta tese.

À família Entringer e aos colegas do Solar 360, pela acolhida em Belo Horizonte.

Aos familiares e amigos que possibilitaram o apoio efetivo e afetivo para que a travessia Bahia-Minas pudesse se concretizar.

A José Fernandes Vieira Júnior (*in memoriam*), meu pai, e à Terezinha de Jesus Cordeiro Vieira (*in memoriam*), minha mãe, por todo amor dedicado a mim, fundamental à minha existência e à minha educação.

À Talita, ao João Vitor e à Maria Luísa, filhos de um pai nem sempre disponível, o mais tenro obrigado. É provável que não saibam, mas cada gesto, inclusive os de desacordos, ajudaram-me a perseverar nesta caminhada. Na certeza de que compreendem, cada um a seu modo, os sentidos deste trabalho um aperto mais forte no abraço.

À companheira Karina que soube me apoiar com ternura e carinho, especialmente nos momentos difíceis desta jornada, reservo o único beijo destes agradecimentos.

*O cérebro do homem não pode nem a pena tem  
força para narrarem os horrores ali presenciados,  
nem mesmo sei se me exprimo bem, dizendo horror!*

Alvim Martins Horcades

*Se o Peregrino ditava contra a República é porque a  
República era contra a religião.*

Honório Vilanova



## RESUMO

Esta pesquisa compreende um estudo a respeito das narrativas relacionadas à guerra de Canudos e às representações do imaginário sertanejo. A indagação central é direcionada às diferentes maneiras de rememorar aquela experiência traumática, ao considerar, especialmente, a focalização do teor testemunhal. Para tanto, efetiva-se uma leitura comparativa entre três momentos dos relatos bélicos, a saber: o primeiro está relacionado à escrita inaugural, impactada pela violência da observação direta, em que predomina o apelo visual da testemunha histórica, o *testis*, em produções elaboradas por coadjuvantes do Estado nacional; o segundo instante é atinente à obra de Euclides da Cunha, *Os sertões: campanha de Canudos* (1902), em que se problematiza os sentidos do indizível e do *páthos* imagético fixados no cânone; o último faz referência a dois relatos de sobreviventes e aos manuscritos de Antônio Conselheiro que caracterizam outra leitura dos eventos bélicos, na perspectiva do *superstes* e do *martis*, centrada em memórias afetivas que se relacionam com a cultura oral e a tradição religiosa. Em seu conjunto, tais relatos tensionam a ficção memorialística contemporânea a reescrever a simbologia daquele evento extremo. Dessa maneira, verifica-se o papel empreendido pela literatura na perlaboração social de imagens traumáticas em sociedades, a exemplo da brasileira, que enfrentam problemas ao lidar com o passado histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Canudos. Ficção. Memória. Testemunho. Trauma.

## ABSTRACT

This research consists a study about the narratives related to the Canudos war and the representations of the backland imaginary. The key issue is directed to the different ways of remembering that traumatic experience, when considering, especially, the focus of the testimonial content. In order to do so, a comparative reading between three moments of the war reports takes place, namely: the first one is related to the inaugural writing, impacted by the violence of direct observation, in which the visual appeal of the historical witness, the *testis*, predominates in productions elaborated by State assistants; the second concern to the work of Euclides da Cunha, *Os sertões: campanha de Canudos* (1902), in which the meanings of the unspeakable and the imaginary *pathos* are fixed in the canon; the last one refers to two reports by survivors and the manuscripts by Antônio Conselheiro that characterize another reading of war events, from the perspective of *superstes* and *martis*, centered on affective memories that relate to oral culture and religious tradition. Taken together, such accounts tension contemporary memorialistic fiction to rewrite the symbology of that extreme event. In this way, the study verifies the role played by literature in the social perlaboration of traumatic images in societies, such as the Brazilian, which face problems in dealing with the historical past.

**KEYWORDS:** Canudos. Fiction. Memory. Testimony. Trauma.

## RESUMEN

Esta investigación comprende un estudio sobre las narrativas relacionadas con la guerra de Canudos y las representaciones del imaginario campesino. La pregunta central se dirige a las diferentes formas de recordar esa experiencia traumática, al considerar, especialmente, el enfoque del contenido testimonial. Con este fin, se realiza una lectura comparativa entre tres momentos de los informes de guerra, a saber: el primero está relacionado con la escritura inaugural, impactada por la violencia de la observación directa, en la que el atractivo visual del testigo histórico, el *testis*, en producciones elaboradas por asistentes estatales; el segundo momento está relacionado con la obra de Euclides da Cunha, *Os sertões: campanha de Canudos* (1902), en el que los significados de lo indescriptible y el *pathos* imaginario son cuestionados, fijados en el canon; este último hace referencia a dos informes de sobrevivientes y a los manuscritos de Antônio Conselheiro que caracterizan otra lectura de eventos de guerra, desde la perspectiva de *superstes* y *martis*, centrados en recuerdos afectivos que se relacionan con la cultura oral y la tradición religiosa. Tomados en conjunto, tales informes tensan la ficción memorialista contemporánea para reescribir la simbología de ese evento extremo. De esta manera, se verifica el papel que juega la literatura en la elaboración social de imágenes traumáticas en sociedades, como la brasileña, que enfrentan problemas para lidiar con el pasado histórico.

**PALABRAS CLAVE:** Canudos. Ficción. Memoria. Testimonio. Trauma.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Antônio Conselheiro (ilustração de Carybé) ..... 138
2. I ESTAÇÃO (xilogravura de Joel) ..... 140

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O TEATRO BÉLICO: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E FICÇÃO</b> .....	24
1.1 Memórias de um arquivo da barbárie civilizada .....	26
1.2 Guardiões da memória: o silêncio e o testemunho .....	34
1.3 Lendo o testemunho .....	46
<b>2 NARRATIVAS DE UMA GUERRA NÃO EUCLIDIANA</b> .....	54
2.1 <i>Canudos, história em versos</i> , de Manuel Pedro das Dores Bombinho.....	56
2.2 <i>O rei dos jagunços</i> , de Manuel Benício .....	66
2.3 <i>Descrição de uma viagem a Canudos</i> , de Alvim Martins Horcades.....	81
<b>3 OS SERTÕES: A NARRATIVA DE UM CRIME</b> .....	98
3.1 A recepção inaugural d’ <i>Os sertões</i> .....	100
3.2 As leituras do (in)dizível no texto de Euclides da Cunha.....	110
3.3 A tessitura da trama na imagem do trauma .....	126
<b>4 A RESISTÊNCIA DO BELO MONTE</b> .....	142
4.1 <i>Canudos cinquenta anos depois (1947)</i> , de Odorico Tavares .....	146
4.2 <i>Memorial de Vilanova</i> , de Nertan Macedo.....	155
4.3 <i>As prédicas</i> , de Antônio Conselheiro .....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	174
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178

## INTRODUÇÃO

*Minha casa não é minha  
E nem é meu este lugar  
Estou só e não resisto  
Muito tenho pra falar*

Milton Nascimento e Fernando Brant

Em 5 de outubro de 1897, nos sertões da Bahia, cumpria-se a ordem do então presidente da República, Prudente de Moraes: “De Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita” (AHLERT, 2012, p. 49). A destruição do arraial do Belo Monte, nomenclatura utilizada pelos locais para designar a terra em que viviam, guardava a exemplaridade da punição atribuída aos que ousavam divergir do ordenamento estabelecido no Brasil, em fins do século XIX. Meses depois, noutros sertões, efetivava-se um plano antigo e representativo da utopia moderna, que impulsionava os anos iniciais do regime republicano: inaugurava-se a Cidade de Minas, em 12 de dezembro. Assim como no Belo Monte, o povo ignorou a designação oficial e rebatizou a antiga freguesia do Curral del Rei com o topônimo que se descortinava aos olhos de quem contemplava aquela paisagem, Belo Horizonte.

A composição nominal dessas localidades e suas histórias guarda identidades e dessemelhanças. Distantes do litoral, esses centros populacionais representavam, cada um a seu modo, um avanço ocupacional em direção às montanhas da massa continental. A princípio, correspondiam a locais ermos que passaram a receber forte incremento populacional, em período próximo, por meio de uma migração regional capaz de ultrapassar as fronteiras dos respectivos estados. Ambas as cidades, desde o surgimento, acolheram a diversidade étnica, o que reverberou práticas culturais variadas. Além disso, cada uma resulta, com implicações diversas, do instrumental modernizador de que se dispunha à época.

A partir desse vértice, aplicado pelo conjunto de ideias que ansiava o progresso, as comparações passam a apresentar outro quadro. Quando consideradas as memórias de Abílio Barreto, publicadas em *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* (1996), em contraste com estudos historiográficos que analisam os combates à margem do rio Vaza-Barris, vê-se como os Belos, Horizonte e Monte, têm suas trajetórias estabelecidas pela força do Estado-nação.

A nova capital das Minas Gerais, quando instalada, teria entre 500 e 700 residências distribuídas em dois bairros: Funcionários e Comércio. A população, transferida de outros

locais, elevou-se vertiginosamente a 12.000 habitantes. Projetado para recepcionar os três poderes constituintes do Estado, então sediados em Ouro Preto, o centro administrativo fora forjado para governar, daí a imponência dos palácios com arquitetura moderna e a presença de obras de artistas plásticos. Belo Horizonte, desde a fundação, contava com amplas avenidas, de até 50 metros de largura, além dos serviços de distribuição de água e iluminação elétrica, sendo inaugurada pelo decreto 1.085, firmado pelo então presidente estadual Crispim Jacques Bias Fortes, à qual seguiram festejos populares (BARRETO, 1996).

Na Bahia, a comunidade organizada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, pode ter congregado uma população maior que a congênere mineira, quiçá o dobro conforme alguns analistas. Parcialmente circulado por um rio intermitente, o Belo Monte se desenvolvia economicamente a partir da agricultura e do pastoreio com uso de práticas comunitárias. Edículas simples de barro, cobertas de palhas, caracterizavam o cenário do qual destoavam as construções religiosas, a capela de Santo Antônio (Igreja velha) e, em obras, o templo que se pretendia consagrar ao Bom Jesus (Igreja nova). O arraial, a despeito dos pretextos utilizados para os ataques, fora destruído pelo Exército Brasileiro por não aceitar ser governado pelas leis da República, cuja autoridade desconhecia (CALASANS, 1998).

Nesses episódios, os poderes públicos envidaram recursos tanto para construir quanto para destruir os espaços nos quais buscavam realizar o projeto modernizador do Estado nacional. A bem da verdade, a guerra no território baiano fora elevada à condição de tema nacional, assim como a Revolução Federalista (RS/SC; 1893-1895) e a Revolta da Armada (RJ; 1893-1894). Tais movimentos, por distintos motivos, questionavam o poder central do incipiente regime republicano, implantado com a queda do Império em 1889. Já a construção da capital da Província de Minas Gerais era uma questão política atinente aos interesses de oligarquias locais.

Embora os propósitos diversos, deve-se reconhecer os esforços para se transportar os equipamentos, os materiais e, sobretudo, a força humana para se erguer uma cidade, e destruir outra, nos sertões. Algumas cenas auxiliam a leitura comparativa do que fora o desfecho desse empreendimento modernizador em suas frentes. A dinamite, num local, servira como salva de tiros a recepcionar o novo; noutra, ajudara a demolir o que se compreendia por velho; o hino nacional fora executado, entusiasticamente, nessas ocasiões por bandas, civis/musicais e militares/marciais, que exaltavam conquistas em favor da pátria; em Minas, 25 jornais regionais decidiram contribuir com doações para aquisição do tinteiro de prata e da pena de ouro, que subscreveria o decreto de fundação de Belo Horizonte; já na Bahia, sete veículos de

comunicação haviam enviado correspondentes ao Belo Monte para cobrir a guerra que mobilizara o país.

A esse respeito, é oportuno lembrar que Estêvão Lobo, então oficial do Gabinete de Estado, responsável por efetivar a leitura pública do decreto executivo que instaurou a Cidade de Minas, fora o mesmo orador que, dias antes, discursara na Sessão Fúnebre do Congresso Mineiro, em memória das vítimas da guerra nos sertões, oportunidade na qual questionara: “Que significa, porém, o desbarato ocorrido nas longínquas paragens da Bahia? [...] significa, assinaladamente, de outra parte, a obra de sapa mesquinha e perversa que o chamado sebastianismo teve ensejo de contrapor à benevolente República” (LOBO, 1897, p. 8).<sup>1</sup>

O enunciado de Lobo é sugestivo da maneira pela qual a questão relativa à guerra contra os sertanejos se espraiava pelo território nacional e os sentidos empregados na interpretação daqueles episódios. Nesse caso, tem-se uma amostra de como os vencedores inauguram o registro histórico dos eventos e a descrição que reservam aos vencidos em tais narrativas. Para além das balizas, entre os adversários, projeções são apresentadas e outras complexidades são atenuadas ou sublimadas quando do processo de enunciação.

A análise desse movimento, entre o pronunciar e o silenciar, é determinante para compreender as tensões entre as vozes hegemônicas e dissidências num dado tempo/espaço. O lembrar e o esquecer são também construções determinadas por atos políticos que se empenham em estabelecer o lugar do olvido e do lembrado numa sociedade. Trata-se de um trânsito, em geral de mão dupla, entre o que se quer esquecer e o que se deve lembrar de um episódio histórico. Assim, vozes são silenciadas ou exaltadas a partir do viés que se pretende apresentar de um fato. Em geral, busca-se emoldurá-lo, aplainando suas arestas e, muitas vezes, simplificando sua complexidade como processo. A esse controle do registro, dedica especial atenção àqueles que dispõem, em determinado momento, do poder político hegemônico para fazer valer sua interpretação dos fatos como narrativa oficial.

A arquitetura de tais discursos tende à autossuficiência, enclausurando o contraditório sob os argumentos que intentam, na maioria das vezes, apaziguar a tragédia pretérita em prol de um presente de reconciliação e de um futuro promissor. Entretanto, os invólucros de tais discursos não são absolutamente herméticos, existem frestas por onde ecoam vozes, às vezes gritos, capazes de contar outras histórias. Com efeito, ao tentar silenciar o sofrimento de experiências extremas no plano social, quer seja em produções historiográficas ou literárias,

---

<sup>1</sup> O presente discurso consta no acervo de Obras Raras do Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



recusa-se a existência do debate capaz de possibilitar outra relação com o passado que insiste em (re)apresentar-se à maneira de um trauma.

Mas afinal, o que seria um trauma em uma sociedade forjada pela violência? Como um evento traumático pode ser destacado de um *continuum* histórico, como o brasileiro, que desde as origens mais remotas se faz a partir da força? Essas questões apresentam um problema que seria a classificação do que deveria, ou não, ser tratado, num contexto amplo das coletividades, como objeto digno de atenção e registro. Se no plano das individualidades, sabe-se que, nas profundezas da mente humana, a dor do indivíduo se impõe à alteridade, resultante de um conflito pulsional entre os instintos de preservação e de destruição, no plano dos contextos sociais parece haver outra forma de imposição, sobretudo discursivamente, por um projeto das nacionalidades, no qual, invariavelmente, legitimam-se símbolos de um sofrimento da “nação” que visam absorver as dores da “população”. Assim, o evento traumático das coletividades é resultado de uma seleção/construção para a qual concorrem, especialmente, as narrativas históricas e ficcionais. Nesse sentido, criam-se histórias, enredam-se tramas, forjam-se heróis de modo que o cotidiano, áspero, pesado e conflituoso, seja suportável.

Sigmund Freud, em *Escritos sobre a guerra e a morte* (2009), explica essa capacidade de compensação da arte: “[...] No campo da ficção, deparamos com a pluralidade de vidas de que necessitamos. Morremos na identificação com um herói, mas sobrevivemos-lhe e estamos dispostos a morrer outra vez, igualmente indenados, com outro herói” (FREUD, 2009, p. 21). O tema fora proposto no contexto de destruição da Primeira Guerra Mundial, em que era contemplada, com horror, a brutalidade empreendida por nações compreendidas como civilizadas. O criador da psicanálise, então, avalia que o esgarçamento social, responsável pelo controle externo da realidade psíquica, determinara a liberação dos instintos primitivos, até então culturalmente reprimidos, de modo a alimentar a espiral de violências presentes nos teatros bélicos da Europa. Naquele cenário de múltiplas perdas, a literatura e a religião eram maneiras encontradas para estabelecer uma relação com o luto, momento em que a libido, diante da destruição do objeto a que se dirige, vê-se dolorosamente desprendida.

Freud, em seguida, desenvolve a questão em *Luto e Melancolia* (2011), ensaio no qual aprofunda o debate acerca das moções pulsionais cujo conflito, posteriormente simbolizado, entre Eros e Tânatos desdobra-se nos comportamentos humanos a partir do inconsciente. Assim, diante da ruptura entre a libido e o objeto, restam duas possibilidades à mente humana: aceitá-la, ao assumir o luto como forma de liberar o desejo a novas conquistas, ou negá-la, ao manter a ligação que, por não poder mais ser correspondida, produz a melancolia. O autor desenvolve a teoria centrada na perda do objeto e descreve algumas características da melancolia, que,

diferentemente da reserva observada nos casos de luto, insiste em dizer, expondo-se ao público: “[...] No melancólico, quase se poderia destacar o traço oposto [ao luto], o de uma premente tendência a se comunicar, que encontra satisfação no autodesnudamento” (FREUD, 2011, p. 55).

A carência narrativa poderia levar à instabilidade psíquica entre momentos de euforia e disforia. Desse modo, o melancólico pode alternar do sentimento impotente para o de absoluta potência, o que é característico do megalômano. Esse contraste, por conseguinte, faz da mania a contraparte do sentimento melancólico. Segundo Freud, tais ambivalências estão inscritas no inconsciente reprimido que não consegue se liberar das relações projetadas com o objeto. Disso resulta que: “[...] o complexo melancólico se comporta como uma ferida aberta, atraindo para si, de toda parte, energias de investimento e esvaziando o ego até o empobrecimento total” (FREUD, 2011, p. 71). É preciso, então, criar condições para que a ferida possa cicatrizar antes que comprometa a existência. Para tanto, tem-se o que a teoria, *a posteriori*, denominou de perlaboração traumática, ou seja, o esforço empreendido pelo indivíduo no sentido de mudar a maneira de perceber a perda, do negar para o aceitar. Isso possibilita-lhe, em consequência, uma melhor relação com as memórias, que advém daquela experiência interrompida abruptamente ou mesmo não realizada.

Ao projetar a teoria formulada sobre a psique humana nas representações do Estado-nação, vê-se a importância de se rememorar os episódios que, no passado, absorveram inúmeros esforços para a construção do referencial identitário, e que, no presente, conformam o imaginário nacional. Nesse sentido, os eventos que a historiografia nominou de guerra de Canudos guardam um espaço singular pela visibilidade diante doutros acontecimentos. Isso se dá, em grande medida, pela atenção que, à época, o evento absorveu das autoridades e da população, por intermédio da cobertura midiática que se observou.

Resulta do trabalho efetivado pela imprensa, inicialmente, uma série de reportagens que serão adensadas, mais tarde, por publicações que se esforçam em narrar o que os olhos daqueles correspondentes de guerra conseguiam captar. O testemunho, em tais circunstâncias, descrevia as cenas trágicas que se descortinavam frente ao combate empedernido entre as forças oficiais e a resistência sertaneja. Os cronistas, em muitas oportunidades, recuperavam imagens do acervo estético para auxiliar na descrição do quadro ora presenciado.

É possivelmente por essa habilidade em simbolizar o “real” que *Os sertões*: campanha de Canudos (1902), de Euclides da Cunha, atinge a condição de cânone literário. A obra é híbrida e reúne características da crônica jornalística, do ensaio historiográfico e da análise científica, articulada, pela ficcionalidade, para interpretar/simbolizar os eventos anteriormente

observados no campo de batalha. A propósito, a presença do autor na cena bélica contribui para a abordagem épico-dramática evidenciada no texto. Em grande medida, o sucesso euclidiano dá-se pela tragicidade que rememora o mito mediante o evento histórico.

É possível, dado o reconhecimento da crítica à obra euclidiana, ler *Os sertões* na condição de “obra fundadora”, como propõe Benjamin Abdala Júnior e Isabel M. M. Alexandre (1997, p. 8), capaz de assegurar, mais de um século depois, a permanência das memórias daquele conflito no debate de questões atuais. A obra, cuja representação de Canudos Berthold Zilly (1998) avalia: “como evento-chave da história brasileira” (p. 15), ergue um painel a respeito dos sertões e pode ser tomada como referência do projeto civilizatório, tanto quanto da contraface trágica, “epos da modernização”, no dizer de Walnice Nogueira Galvão (2009, p. 46), que concorre para a compreensão, inclusive por seus limites e contradições, do processo formativo do Estado nacional. Proposição que se observa na sentença final da narrativa: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (CUNHA, 2016, p. 551).

A referência ao psiquiatra inglês é significativa para o estilo adotado pelo escritor fluminense na composição d’*Os sertões*, no qual o conhecimento científico deveria se impor, como narrativa, ao mito e à religião, ao esclarecer e descrever a vida social pelo instrumental das ciências naturais. Entretanto, a violência que a obra descreve como resultante de fatores atávicos e raciais, mais se aproximava das narrativas clássicas da literatura.

A beleza desta obra-mestra acabou por produzir um desdobramento cultural nos trabalhos posteriores que precisavam lidar com a tragicidade que o enredo euclidiano outrora estabelecera. Assim, o *páthos* passou a centralizar as narrativas, históricas e ficcionais, sobre a guerra de Canudos durante décadas. Essa reiterada projeção do texto canônico, e a referencialidade que o caracteriza, produziu um duplo efeito. Por um lado, impossibilitava o apagamento das memórias daquela guerra, mas, por outro, o vulto canônico acabava por assombrar outras memórias que também narravam, a seu modo, aquele episódio.

À semelhança da cortina de Parrásio, em que a representação supera o objeto representado, as imagens da guerra de Canudos, estabilizadas durante décadas, encontravam-se inscritas n’*Os sertões* enquanto monumento. O quadro começa a se alterar quando, após meio século, são publicados os primeiros depoimentos sertanejos. Vozes até então silenciadas no plano social e perspectivas ora eclipsadas pela narrativa canônica, passam à cena pública. O testemunho desses sobreviventes narra os eventos de lugares e perspectivas diferentes, ao tempo que atesta as estratégias populares para preservar as memórias afetivas daquela comunidade sertaneja.

A diferença entre o narrador traumático dos primeiros relatos, com forte apelo visual, e o narrador auricular das memórias sobreviventes, sensível à experiência interior, verifica-se nos objetivos a que se propunham: a exposição da cena traumática e a necessidade de superá-la, respectivamente. Essa antípoda, entre a ferida e a cicatriz, é o objeto desta tese que vê na ficção a respeito da guerra de Canudos uma possibilidade de mediação destes planos. Nesse sentido, em que pese a importância dos fatores que constituíram o arraial sertanejo às margens do Vaza-Barris, volta-se a atenção à derrocada da comunidade, a guerra em si, e às representações que emergem do evento bélico por meio de narrativas diversas, testemunhos, registros historiográficos e composições literárias.

Para auxiliar nesta investigação, a respeito da cena traumática e a busca por uma maneira mais adequada de suportá-la, faz-se uso de um instrumental teórico desenvolvido a partir dos estudos da psicanálise, a saber: o mal de arquivo (DERRIDA, 2001), o esquecimento por apagamento dos rastros (RICOEUR, 2007), o testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2003), a literatura do trauma (GINZBURG, 2017) e a projeção euclidiana na representação do Conselheiro (VENTURA, 2003). Ainda do ponto de vista teórico mais amplo, quando se propõe discutir *histórias de um trauma*, vê-se a necessidade de problematizar a escrita, historiográfica e ficcional, sobre um evento violento. Nesse sentido, os ensaios de Walter Benjamin servem de referência para a análise de temas variados nesta tese, desde as questões relativas à estetização da guerra, a relação entre a experiência traumática e a transmissibilidade narrativa, a violência/poder político presente no ato bélico, até a contribuição dos tipos narrativos benjaminianos na análise do que, neste estudo, denomina-se de performance sertaneja. E, de modo mais específico, acolhendo contribuições teóricas da vasta bibliografia sobre a guerra de Canudos e as análises d'*Os sertões*, adota-se como referencial teórico basilar as obras do historiador José Calasans e da crítica literária Walnice Nogueira Galvão, respectivamente.

A guerra de Canudos fora também uma pugna discursiva, em que os termos empregados estabeleciam, para além dos sentidos mediatos, ações imediatas. Walnice Nogueira Galvão, na análise das reportagens que cobriram o conflito, aponta a gradação com que o sertanejo, ou tabaréu numa referência ao habitante do interior, é convertido: inicialmente, à condição de fanático, dada a relação que o mesmo estabelece com o sagrado; em seguida, com as reiteradas derrotas militares, passa a ser designado como adversário político, então referenciado por expressões sediciosas, a exemplo de revoltosos, jagunços, restauradores, sebastianistas; e findo o conflito com a destruição da comunidade, a coletividade é perdoada e incorporada à nacionalidade, sob o rótulo de irmãos brasileiros (GALVÃO, 1994).

Daí o cuidado que o presente estudo dedica à semântica, sem prejuízo de outros vocábulos presentes em citações das fontes consultadas, dos termos utilizados para designar a comunidade destruída pelas forças militares e a resistência popular que se contrapôs ao poder estatal. Assim, preferencialmente, quando da discussão dos eventos bélicos adotar-se-á o termo “guerra de Canudos”, expressão que adentrou a historiografia a partir dos documentos oficiais, dos relatos militares e dos cronistas que acompanharam os embates nos sertões baianos. Já nas passagens em alusão aos tempos de paz, associados à formação e ao cotidiano daquela localidade, será utilizado o topônimo Belo Monte (GUERRA, 2000). Também serão utilizadas variantes como “guerra contra os sertanejos” ou “guerra contra o Belo Monte”, a exemplo da opção de Júlio José Chiavenato, em *A guerra contra o Paraguai* (1990).

Do mesmo modo, considerando a centralidade desempenhada pela liderança de Antônio Conselheiro, que somente pôde erguer a cidade sertaneja após erigir um *ethos* capaz de envolver a comunidade, far-se-á uso do vocábulo “conselheiristas” para designar o conjunto de seus seguidores. Efetivamente, tratava-se de um variado séquito de tipos regionais, conforme descreve Edmundo Moniz: “[...] Artesãos, pequenos proprietários expulsos de sua terra pelos grandes ou pelo fisco, emigrantes, alforriados, escravos fugidos, elementos de todas as camadas sociais dispunham-se a segui-lo, seduzidos por seus ensinamentos” (MONIZ, 1982, p. 9).

Nesse sentido, é comum encontrar nas leituras sobre Canudos/Belo Monte uma redução dessa multiplicidade de personagens sociais na designação “jagunço”. Segundo Oleone Coelho Fontes: “A palavra ‘jagunço’ é um regionalismo sertanejo vigente no Nordeste. Entra em curso na língua portuguesa do Brasil em fins do século XIX, com o significado de valentão, sanhudo, guarda-costas de proprietários de terras” (FONTES, 2011, p. 134). Atualmente, tal significante, outrora associado ao banditismo, pode ser lido com sentido menos depreciativo e, inclusive, relacionado à ideia de resistência cultural, conforme explica o historiador e documentarista Antônio Olavo: “[...] As pessoas maduras e os jovens tinham vergonha de serem filhos e netos de jagunços. Era assim que eles se referiam aos conselheiristas. Em 1983, as pessoas ainda tinham vergonha, mas isso tem mudado; já começa a surgir um certo orgulho” (1996, p. 162). Todavia, nesta tese, adota-se a expressão sertanejo/a, que designa aquele/a que habita o espaço geográfico no qual se encontra inserido o atual município de Canudos.

A rigor, o termo “sertanejo/a” é uma generalização que abrange amplo espectro sociocultural, uma vez que, do ponto de vista étnico, a expressão é capaz de abarcar a tríade das gentes brasileiras, índios, negros, brancos e suas misturas, além de, no plano socioeconômico, reunir representantes de distintas classes, mesmo que, preferencialmente, faça referência aos sujeitos cujo vínculo laboral se estabeleça pela exploração do trabalho no campo, vaqueiros,

lavradores, ou pelo extrativismo, catingueiros e ribeirinhos, mas também incorpora proprietários rurais e comerciantes, além daqueles que, por motivos diversos, estavam situados à margem do sistema econômico no Brasil pós-abolição: antigos escravos, jagunços e cangaceiros. Não se deve, portanto, com o emprego desta palavra, buscar uma síntese, ou essência, dado que a unidade não pode ser assegurada. Do mesmo modo, o par semântico sertanejo/conselheirista não deve ser tomado como sinônimo, pois nem todo sertanejo era conselheirista. A propósito, sem o apoio de homens e de mulheres do sertão as forças regulares teriam encontrado dificuldades ainda maiores, nos embates aos insurgentes. Há, portanto, limites tênues e fluidos a ser discutidos sobre os combatentes, cujo apelo maniqueísta deve ser evitado, conforme alerta Eduardo Hoornaert, ao analisar os preceitos de José Calasans acerca do conflito bélico, seria um erro aderir à lógica em que: “[...] os pobres (derrotados) são os bons, os ricos (vencedores) os malvados” (HOORNAERT, 1998, p. 94).

No tocante à estrutura deste trabalho, utiliza-se como referência a divisão proposta por José Calasans, em “Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da guerra do Conselheiro” (1986), no qual os escritos sobre o conflito são distribuídos em três fases: a primeira, sob a denominação de “Canudos não euclidiano”, expressa o conjunto de textos que discorrem sobre a constituição e a derrocada do assentamento popular liderado por Antônio Conselheiro, antes da publicação, em 1902, d’*Os sertões*; a segunda diz respeito à hegemonia da obra do escritor fluminense que produz uma espécie de centralismo das análises, no cânone, em detrimento de outros estudos; a terceira dá-se, aproximadamente, a partir dos anos 1950: “[...] quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica” (CALASANS, 1986, p. 1). Em relação à tríade proposta pelo historiador, será acrescido um debate teórico inicial, e, para melhor contrapor as distintas visões do evento traumático, a análise dos manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro dar-se-á na parte final. Esta tese, portanto, encontra-se dividida, para além da introdução e das considerações finais, em quatro capítulos.

O primeiro, cujo título é “O teatro bélico: memórias, testemunhos e ficção”, apresenta um debate teórico a respeito dos principais conceitos utilizados neste estudo. Para melhor entender as nuances da narrativa, vinculada às lembranças do conflito bélico em análise, buscase, inicialmente, contextualizar o massacre contra os sertanejos no projeto republicano brasileiro e o impacto das notícias, proveniente dos sertões, no plano midiático nacional da época. Em seguida, apresentam-se as estratégias de preservação das memórias sociais, entre o silêncio e o testemunho, até o emprego da ficção no registro de um evento histórico. Ainda nesta seção, discutem-se metodologias para abordagem dos diferentes relatos.

No segundo capítulo, “Narrativas de uma guerra não euclidiana”, faz-se a análise das reminiscências registradas, simultaneamente aos acontecimentos, em diferentes gêneros, por testemunhas da campanha de Canudos que atuaram em favor das forças regulares. Trata-se, mais precisamente, do extenso poema narrativo do tropeiro Manuel Pedro das Dores Bombinho, da obra romanceada de Manuel Benício, correspondente de guerra do *Jornal do Commercio*, e do relato do acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades. Tal seleção se justifica, pois esses textos guardam três características que os diferenciam no universo dos registros sobre a guerra, a saber: i) as composições apresentam elementos ficcionais; ii) as obras são publicadas ainda no século XIX, portanto próximas dos atos bélicos; iii) os autores participam dos combates e, mesmo atuando em favor da causa republicana, registram críticas às ações da expedição militar.

Por sua vez, o terceiro capítulo, “*Os sertões*: a narrativa de um crime”, apresenta uma exposição de aspectos presentes na obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*: campanha de Canudos (1902), destacados, pela recepção inaugural da crítica, como singulares num contexto de estreitamento da esfera pública. Ato contínuo, problematiza-se a natureza híbrida do texto euclidiano, a potencialidade do (in)dizível e os limites da palavra na representação do trauma. Discute-se, igualmente, a violência e o *páthos* na representação sertaneja deste cânone, assim como o papel desempenhado por essa temática na produção das imagens que serão retomadas posteriormente em outras narrativas.

Já no quarto e último capítulo, “A resistência do Belo Monte”, os temas tratados são atinentes à constituição de um imaginário sertanejo sobre a construção/destruição da comunidade. Para tanto, levam-se em consideração registros de matriz popular que tencionam as versões oficialmente prestigiadas do conflito. Vale-se, nessa oportunidade, dos testemunhos recolhidos pelos escritores-jornalistas Odorico Tavares e Nertan Macedo junto aos camponeses sobreviventes, entre as décadas de 1940 e 1960, além da releitura do sermonário, encontrado nos despojos após o conflito, e atribuído a Antônio Conselheiro. Nesses registros, pretende-se destacar os recursos estilísticos e as estratégias narrativas sertanejas, especialmente a contribuição do silêncio resiliente e da oralidade na preservação das memórias daquele espaço/tempo.

Em seu conjunto, o presente estudo intenta problematizar aspectos da representação ficcional/histórica do trauma numa sociedade cujos vestígios da violência, pretérita e atual, estão à mostra. Trata-se, portanto, de uma leitura das feridas e cicatrizes do ideal nacional. No Brasil, país em que historicamente os problemas sociais são criminalizados, as narrativas que dizem do viver sertanejo podem ser entendidas como testemunhos. Sob os enredos desse

território, surgem um sem-número de memórias que encontram na ficção uma forma de manifestar e/ou preservar fatos de um cotidiano marcado pela exclusão social e pela violência do Estado, mas também identificado por maneiras de resistir e de sonhar. O percurso de tais relatos, especialmente quando originados na cena violenta, é complexo. Da experiência traumática à simbolização, tem-se uma trajetória na qual é preciso superar obstáculos. Em todo caso, assim como no trabalho de perlaboração, as vozes socialmente silenciadas buscam a travessia.



## 1 O TEATRO BÉLICO: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E FICÇÃO

*O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.*

Walter Benjamin

A narrativa da guerra de Canudos, em certa medida, resulta das memórias e dos testemunhos daqueles que cruzaram o campo de batalha. As percepções dos combatentes foram sendo, inicialmente, incorporadas por meio do registro de jornalistas, muitos com formação militar, que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos. À época, a presença desses correspondentes de guerra caracterizou uma inovação no tratamento dispensado, pela imprensa nacional, ao conflito. A cobertura *in loco* dos eventos sugere que os próprios episódios eram impactados.

Walnice Nogueira Galvão, em *No calor da hora* (1994),<sup>2</sup> esclarece que a extensão da linha de telégrafo até a Vila de Queimadas, localidade próxima à zona conflagrada, possibilitou, mesmo sob censura dos militares, certa regularidade no fluxo de notícias acerca do que ocorria pelos sertões baianos, especialmente após a derrocada da terceira expedição, comandada pelo coronel Moreira César.

*A terra ignota*, expressão utilizada por Euclides da Cunha, desvelava-se em conformações surpreendentes, para os habitantes das demais regiões do país, a cada revés das tropas federais. Em pouco tempo, o interesse pelo conflito ultrapassou o plano localregional, adentrando o cenário nacional e instaurando uma crise na então capital federal, cujos efeitos foram sentidos no empastelamento de jornais monarquistas e no assassinato do coronel Gentil de Castro, proprietário de um dos periódicos destruídos pela exaltação popular. Sobre tais episódios, o escritor fluminense, após contrastar o que se passava entre a rua do Ouvidor e as caatingas, registrara: “[...] A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro” (CUNHA, 2016, p. 332).

A visibilidade alcançada pela temática de Canudos, notadamente nos jornais publicados em Salvador, proporcionou efeitos até no campo publicitário, com casas comerciais relacionando seus produtos aos motes bélicos do noticiário da época. Assim, vendiam-se mercadorias numa associação com os resultados das batalhas, com o regresso dos soldados ou

---

<sup>2</sup> Este amplo estudo sobre o papel da imprensa na guerra de Canudos categoriza as publicações em três tipos de representação: a galhofeira, a sensacionalista e a ponderada. Ver GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

mesmo com a chegada de nova peça de artilharia no porto da capital baiana, como ilustra o inusitado anúncio: “O CANHÃO CANET que aí vai chegar, com o seu diâmetro de 10 centímetros e o seu calibre superior ao 32, não causará o espanto que causa o variado sortimento de calçados baratos da grande loja O MONUMENTO” (GALVÃO, 1994, p. 52).

A presença do fotógrafo Augusto Flávio de Barros, que acompanhou as últimas ações militares, também contribuiu para o registro daqueles episódios. Natalia Brizuela esclarece que, após três expedições desastrosas para as tropas federais, os militares resolveram investir no traslado de um profissional da fotografia para o teatro de guerra, reconhecendo o desgaste que a instituição, em decorrência dos reveses anteriores, acumulara junto à opinião pública. Esta, por sua vez, intensificara a pressão pelo desfecho da resistência camponesa. Nas palavras da crítica:

[...] A presença daquele fotógrafo, encarregado de documentar a quarta e última fase da guerra, era uma tentativa de oferecer aos leitores uma testemunha que se supunha confiável do poder e de modernidade da República, após tantos fracassos do Exército (BRIZUELA, 2012, p. 159).

Para Joaquim Andrade, o trabalho de Barros, dado o alinhamento com os interesses militares, deve ser classificado como fotodocumentalismo, uma vez: “[...] que sua documentação fotográfica se insere claramente no ‘projeto’ do Exército de justificar o massacre daquela população e estabelecer uma memória do conflito” (ANDRADE, 2002, p. 261).

Os fotogramas revelados por Barros não foram publicados nos jornais da época por questões técnicas, mas logo após o término do conflito, foram realizadas exposições que reuniram público considerável, especialmente no Rio de Janeiro. É provável que a atração pelas imagens fosse mobilizada em parte pelo apelo modernizador da fotografia, mas é preciso considerar também o interesse das forças federais em atestar o resultado do empreendimento militar que havia mobilizado tropas de diversas regiões do país contra o que a imprensa caracterizava como “jagunços” de Antônio Conselheiro. Essa propaganda visara ganhar adesão da opinião pública em favor dos agentes do Estado e, destruído o arraial sertanejo, era preciso corresponder à atenção dedicada, durante meses, por parcela da população. De algum modo, as fotografias de Barros prestam contas dos esforços de guerra.

A resultante destes registros – publicações em periódicos, inclusive com apelo comercial, mensagens que atravessavam o país pelos telégrafos, fotografias do campo de batalha, além das correspondências de lideranças políticas e religiosas que exaltavam a destruição do arraial – acabou por integrar o acervo da guerra travada em Canudos. Note-se que sob a custódia das autoridades civis e militares estavam os documentos oficiais em relação às

ações empreendidas no sertão baiano, a saber: relatórios, mapas, ordens do dia, despachos, decretos, dentre outros expedientes que, a princípio, diziam das versões republicanas do combate.

Em seu conjunto, inclusive pelo volume de fontes e de informações, o arquivo que se constituiu sobre a guerra contra os sertanejos, na Bahia, indicava o cuidado, por parte da elite política, em delimitar as memórias daqueles eventos, sobretudo por intermédio de testemunhos que atestassem a competência da República Federativa do Brasil, então nova nomenclatura do Estado-nação. A transição do regime implicava mudanças na constituição do acervo da nacionalidade, uma vez que eram necessários novos símbolos, imagens e, sobretudo, heróis. A consagração heroica, por sua vez, demandava um antagonista que não tardou em ser caracterizado, a exemplo da pena euclidiana, como “incompreensível e bárbaro inimigo!” (CUNHA, 2000, p. 199).

### **1.1 Memórias de um arquivo da barbárie civilizada**

Em 1897, literal e literariamente, Antônio Vicente Mendes Maciel fora elevado, pelos registros públicos, à condição de principal adversário da República. Cabe observar que, nos episódios que determinam a queda do Belo Monte, empregava-se uma solução usual, do ponto de vista militar, contra os que divergiam do ordenamento político-econômico hegemônico: a força. Na historiografia brasileira, inúmeros são os casos em que comunidades rurais foram destruídas por não corresponderem aos interesses do *establishment*.

Robert M. Levine, em *O sertão prometido* (1995), ao analisar os eventos de Canudos, estabelece uma relação entre os seguidores de Antônio Conselheiro e de outros movimentos do campo que integram a história do Brasil durante o século XIX e início do século XX, como nos casos do Rodeador (PE; 1820), da Pedra Bonita (PE; 1838), da Cabanada (PE; 1832-1835), dos Muckers (RS; 1873), do Juazeiro do Norte (CE; 1914), do Contestado (PR/SC; 1912-1916), do Caldeirão/Pau de Colher (BA/PE; 1934-1938) e de Panelas (PE; 1938). Nesses episódios, guardada a presença de peculiaridades regionais e políticas, o mote religioso esteve presente na organização das populações rurais que se articulavam em torno de uma liderança. À exceção do Padre Cícero, no Ceará, os demais líderes e respectivos coletivos foram destruídos por forças do Estado.

Sobre Canudos, o historiador e brasilianista avalia que, mais do que uma rebelião de camponeses, o movimento daqueles homens e mulheres representava a busca por uma espécie de refúgio diante do conjunto de transformações sociais que, no período, afetavam as formas

do viver sertanejo.<sup>3</sup> Para Levine, a guerra fora determinada como uma resposta das elites regionais à autonomia conquistada por aquele assentamento popular. Afinal, o deslocamento em massa, para seguir Antônio Conselheiro, e a concentração à margem do rio Vaza-Barris esvaziaram, por conseguinte, outros sítios, desestruturando o ordenamento político-econômico vigente no contexto regional.

[...] Belo Monte deveria ser destruída, portanto, por abalar o *status quo* do sertão. A comunidade desafiava dois elementos essenciais daquela estrutura de poder oligárquica: a mão-de-obra dócil e o “voto de cabresto”, sistema pelo qual os patrões entregavam todos os votos que controlavam a um determinado político republicano, em troca de poder local (LEVINE, 1995, p. 322).

Entretanto, em 1897, tais questões não foram consideradas no debate público que determinou a destruição do arraial. Salvo raras exceções,<sup>4</sup> intelectuais, políticos, militares, religiosos, além dos articulistas dos noticiários, buscaram vislumbrar representações que justificassem o emprego da força na resolução do conflito. Assim, nos debates que ganharam as páginas dos periódicos, Canudos era caracterizado como um foco de insurreição monarquista, a nossa “Vendéia”<sup>5</sup> (CUNHA, 2016, p. 231), ou, quando tal hipótese se mostrou insustentável, a “Urbs monstruosa, de barro” (CUNHA, 2016, p. 174), lugar da degeneração racial, propício aos atavismos e às influências do meio, como descreveu o médico e psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues no ensaio “A loucura epidêmica de Canudos”, publicado na *Revista Brasileira* (1897) e, posteriormente, nos *Annales médico-psychologiques*, em Paris (RODRIGUES, 2000).

A guerra, em que pese o sacrifício de vidas humanas, era necessária ao restabelecimento do ordenamento que convinha ao consórcio de interesses (político, social, econômico e religioso) desestabilizados pela comunidade camponesa. Na visão das lideranças do incipiente regime republicano, tal ordem era condição indispensável ao progresso como preconizava o dístico alocado na bandeira nacional. Manifesto no pavilhão, o positivismo disponibilizava,

<sup>3</sup> Levine adota a tese do messianismo para analisar os acontecimentos de Canudos. Essa abordagem foi inaugurada, em 1965, por Maria Isaura Pereira de Queiroz com a publicação de *O messianismo no Brasil e no mundo*.

<sup>4</sup> Machado de Assis denuncia em algumas de suas crônicas, especialmente pelo viés irônico, a ação persecutória aos sertanejos, a exemplo do fragmento a seguir, publicado em 31 de janeiro de 1897: “Os direitos da imaginação e da poesia não de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome deles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro” (ASSIS, 1955, p. 401). O intelectual monarquista Afonso Arinos também fora sensível à causa sertaneja, publicando, em 1898, a obra *Os jagunços* sob o pseudônimo de Olívio Barros (ARINOS, 1985).

<sup>5</sup> Série de dois artigos publicados por Euclides da Cunha em *O Estado de São Paulo* (nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897), em que o autor faz uma comparação entre Canudos e a Vendéia, região francesa que, após a queda do regime monárquico, resistiu à instauração da República (CUNHA, 2000, p. 43-61).

assim como outras acepções teóricas vigentes, uma série de instrumentos que justificavam para os padrões da época, cientificamente, o massacre que ocorrera em Canudos.

Por esse viés, finda a batalha, o corpo do Conselheiro é exumado, degola-se o cadáver e a cabeça é transladada à capital baiana como um troféu de guerra, espécie de “prova” da correção dos atos beligerantes em defesa da civilização. Sobre esse episódio, escreveu Euclides da Cunha (2016, p. 550): “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...”.

O crânio do líder de Canudos, estudado por frenólogos, revelou-se “normal” e permaneceu arquivado na Faculdade de Medicina da Bahia até 3 de março de 1905, quando um incêndio o consumiu. Desse modo, os heróis da República aplicavam ao “incompreensível” inimigo o adjetivo que lhe fora imputado, afinal a barbárie, ao invés de o avesso, atuara como pressuposto da civilização, cabendo à ciência, naquele contexto, explicar o uso da violência como algo necessário para o estabelecimento de comportamentos tidos como civilizados.

Essa operação do pós-guerra possibilita ilustrar o que Jacques Derrida denomina de *mal de arquivo*. O filósofo intrinca, com base na obra freudiana, as tensões entre a necessidade de conservar e a obrigação de destruir do arquivista. Para Derrida, a pulsão de conservação, que determina o que deve ser preservado, somente se completa pela pulsão de destruição daquilo que, ao final, é descartado. Assim, quem constrói o arquivo é também o responsável pelo apagamento, enquanto possibilidade de memória, do que é excluído do acervo (DERRIDA, 2001).

A compulsão arquivística da guerra que ceifou milhares de vidas nos sertões fez uso de dispositivos tecnológicos para registrar, mas também apagar, as ações bélicas compreendidas, pelas autoridades, como necessárias ao avanço da modernidade no Brasil. Esse arquivo, em grande medida, resulta do domínio político de quem, à época, exercia o poder. O controle desse acervo, assim como de qualquer outro, é fator importante no que diz respeito ao acesso das memórias que permeiam um dado acontecimento. Entretanto, nenhum arquivo é absolutamente submisso aos interesses do arconte, pois existem espaços pelos quais vozes, inicialmente silenciadas, ecoam.

Reinaldo Marques, no artigo “Memória literária arquivada” (2008), propõe um deslocamento do perfil do pesquisador que lida com acervos literários. Segundo o crítico, o conjunto de objetos e documentos, importantes para a compreensão da acepção nacional, uma vez tombado passa à condição de monumento. Entretanto, as operações constitutivas do arquivo, bem como a prevalência do traço grafocêntrico sobre outras formas de registro da

cultura, impõem uma seletividade que lhe é peculiar. Diante disso, Marques sugere a adoção de uma postura arquivista-anarquista capaz, então, de apontar outros caminhos interpretativos na leitura crítica desse material:

[...] Se o arquivista se pauta pelo respeito à proveniência do arquivo, à ordem original, o pesquisador, como um *anarquivista* – mescla paradoxal de arquivista e anarquista –, busca subverter a ordem original, lendo os documentos de outra forma, dentro de outras (des)ordens possíveis (MARQUES, 2015, p. 170-171).

O acervo da guerra de Canudos, num primeiro instante, correspondia ao intento de justificar os atos beligerantes em favor do Estado-nação, inclusive pelo fato de pouco se registrar a versão dos sertanejos em sua resistência. Entretanto, com o passar do tempo, outras abordagens dos documentos se apresentam, o que possibilita novas interpretações do conflito. Assim, por intermédio do registro da memória dos que entendiam agir em nome da modernidade, propugnada pela incipiente República, em contraponto à selvageria de camponeses fanatizados por um monomaniaco de vocação monarquista, tornou-se possível fazer outras leituras da resistência camponesa, de modo a complexar, histórica e simbolicamente, seus significados.

Francisco Foot Hardman, no ensaio “Tróia de taipa: Canudos e os irracionais” (1998), avalia os eventos da guerra contra os sertanejos através das exclusões que caracterizam a forma de integração do projeto nacional. Para tanto, os segmentos hegemônicos empregam argumentos retóricos que situam o excluído na qualidade de “irracional”. Esse rótulo implica, sob diferentes mecanismos, negar o acesso à cidadania, o que, por sua vez, legitima a violência que é direcionada ao excluído pela racionalidade do Estado. Então, conclui o crítico, tem-se a *barbárie civilizada* como aspecto constitutivo da cultura brasileira.

Para Hardman, a eficácia desse processo se dá pelo caráter sistêmico que o engendra, pois, a princípio, destroem-se fisicamente os que não podem, ou resistem, ser integrados à ordem do Estado e, posteriormente, para que seja possível tramar a narrativa nacional unitária, atua-se no sentido de apagar, da memória nacional, os rastros que evidenciam a trajetória dos horrores pretéritos, afinal: “[...] Precisamos esquecer de milhões se quisermos continuar encenando a farsa de nossa precária civilização. Os ‘irracionais’ de todas as tribos, culturas e regiões devem ser ignorados” (HARDMAN, 1998, p. 126).

Hugo Achugar, em *Planetas sem boca* (2004), lembra as contradições do impacto, em comunidades tradicionais, das mudanças advindas com a modernidade no amplo contexto latino-americano dos Oitocentos. O poeta e ensaísta esclarece que o discurso do moderno

atendia ao desejo de descolonização e de emancipação do modelo monárquico. Entretanto, tais rupturas também combateram, em outra frente, os anseios e as tradições autóctones que poderiam questionar aspectos do cenário político que então se delineava. No dizer de Achugar:

Paradoxalmente, durante essa mesma modernidade, consolidou-se um relato que acompanhou o surgimento de nossas nações, no século XIX, e que condenou ao “esquecimento”, ou ao “silenciamento”, a uma longa lista de indivíduos, criações e fatos históricos que não se conformavam com o novo projeto do progresso ilimitado da sociedade (ACHUGAR, 2006, p. 142).

Nesse sentido, os movimentos populares latino-americanos que ajudaram a minar os regimes dinásticos, sob a égide das metrópoles europeias, foram contidos nos limites dos interesses dos novos atores hegemônicos locais. Os precursores da modernidade na América Latina, assim como faziam seus antecessores no poder, moveram esforços no sentido de excluir, ou silenciar, memórias que não lhes pareciam adequadas àquela narrativa fundacional das repúblicas que, nos símbolos, distanciavam-se da matriz luso-hispânica, mas, na política, assimilavam as violentas práticas do modelo colonial.

Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), alerta para as estratégias do silenciamento social, que inviabiliza as memórias, por conseguinte a história, pelo *esquecimento por apagamento dos rastros*. Para o autor, tal processo de obliteração pode ocorrer em três níveis, a saber: o documental, o psíquico e o cerebral. O primeiro, relacionado à existência material, própria dos acervos e dos documentos escritos, pode ser destruído fisicamente; o último, vinculado ao plano cortical e às questões neurológicas, também pode sofrer danos materiais irreversíveis por conta dos problemas fisiológicos; já o segundo nível, relativo às afecções da mente humana, interage doutra forma com os rastros, uma vez que as memórias podem ser interdidas pela experiência traumática, mas, a rigor, persistem no inconsciente na condição de imagens que se manifestam como sintomas psicopatológicos ou podem, por intermédio da perlaboração, ser (re)interpretadas. Em contrapartida, o esquecimento no plano psíquico é compreendido também como aspecto complementar da memória, daí resultando o conceito de *esquecimento de reserva* que, segundo Ricoeur, designa o papel estratégico que o olvido desempenha para o funcionamento da recordação. O esquecer, dentre outras funções, preserva o ser humano de uma memória total e, por isso mesmo, penosa e inadequada às situações cotidianas.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Paul Ricoeur, para ilustrar o tema, faz menção à personagem descrita por Jorge Luis Borges no conto “Funes, o memorioso” (1979).

A complexidade entre o recordar e o esquecer adquire dimensão mais ampla e problemática, quando se considera os desdobramentos no plano social. Nesse momento, o filósofo chama a atenção para os usos e os abusos do esquecimento que impossibilitam a existência de uma memória justa. Para tanto, apresenta três modalidades possíveis de intervenção: i) *o esquecimento e a memória impedida*: instante em que formas manifestas do inconsciente ultrapassam os limites do plano individual e ocupam a cena pública, interferindo na seleção do que deve ser lembrado num dado contexto: “[...] esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” (RICOEUR, 2007, p. 455); ii) *o esquecimento e a memória manipulada*: modalidade relacionada às questões da identidade e da narrativa em que se nota a imposição, em prejuízo de outras memórias, de uma versão canônica dos acontecimentos, trata-se de: “[...] uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (ibid., p. 455); iii) *o esquecimento comandado, a anistia*: instrumento jurídico-formal que busca institucionalizar a desmemória criminal de conflitos experienciados dentro dos limites de um Estado-nação com o fito de estabelecer uma reconciliação compulsória entre vencidos e vencedores. Tal ato produz um perdão artificial, aberto a tensões e a questionamentos, como indica o autor:

[...] Mas o defeito dessa unidade imaginária não seria o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado e, ao privar a opinião pública dos benefícios do *dissensus*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? (ibid., p. 462).

As categorias apontadas por Ricoeur, quando se consideram as memórias do massacre ocorrido em Canudos, podem se imbricar dado o enredamento do tecido social e as interpretações que, contemporaneamente, são realizadas daqueles eventos. Essa é uma informação relevante, no escopo teórico em análise, uma vez que os rastros somente podem ser apagados por sua natureza presencial. Dessa forma, assim como na *ars memoriae*, o presente atua sobre o passado na *ars oblivionis*.

Note-se, a título de ilustração, que ao fim do século XIX os atores da nova política brasileira faziam uso da velha política para conter populações camponesas que, ao resistir às mudanças operadas em diversos planos, não correspondiam aos interesses da ordem que então se estabelecia. Não por outro motivo, deu-se o aniquilamento do Belo Monte com o objetivo de também exemplificar, às demais comunidades rurais, o destino que teriam caso se insurgissem



contra a ordem republicana. E por mais que pareça atroz, é possível compreender que os agentes estatais, envolvidos naqueles episódios, tenham atuado para justificar, ou mesmo negar, os crimes humanitários perpetrados na ocasião.

Entretanto, nas décadas seguintes, a explicação para o morticínio sertanejo persiste, em publicações institucionais, na tese da insurreição popular com mote monarquista e messiânico. Exemplo desse enquadramento pode ser observado na utilização das fotografias de Augusto Flávio de Barros numa publicação oficial, já em 1997, apresentada pelo general de Exército Zenildo de Lucena, então Ministro do Exército, que faz uso dos seguintes termos:

No sertão baiano, o messianismo religioso, com origens que remontam ao sebastianismo português, explodia em aberta contestação ao regime. Os mais altos mandatários da Nação viram no movimento, de raízes populares, ameaça das mais graves.

[...]

Foi, desafortunadamente, uma luta entre irmãos.

[...]

A campanha de Canudos é parte da História do Brasil. Cem anos depois, é fácil olhar os acontecimentos de forma crítica e apontar soluções melhores e mais humanas. Tais posturas refletem, senão a ignorância dos fatos, pelo menos o desconhecimento do contexto em que se desenrolaram.

[...]

O Exército cumpriu sua tarefa constitucional – como tornou e tornará a fazê-lo sempre que acionado pela instância de poder competente.

(BRASIL, Ministério do Exército, 1997, p. 3).

A publicação, em seguida, numa perspectiva documental apresenta as imagens de Barros mescladas a textos que ilustram os discursos no sentido de justificar, ainda recentemente, as ações militares empreendidas no conflito com argumentos retóricos que fazem par aos estereótipos disseminados em escritos do século XIX. Então, verifica-se uma política de apagamento dos rastros, senão do Estado, de parte significativa dele, pois, após um século, ainda não reconhece, muito menos se responsabiliza pelo ocorrido. Outrossim, trata-se de uma forma de negacionismo, posto que se assume o conflito, mas não o extermínio contra a população sertaneja.

A destruição do projeto belomontense, nessa perspectiva, implica não apenas no aniquilamento físico da comunidade, mas, sobretudo, na derrocada de um modelo dissentâneo de organização social. Na verdade, tem-se o que é possível denominar de *Delenda est Canudos*. Algo reiterado, destruição perene, em que a morte não é fim, mas processo. Afinal, os militares não apenas eliminaram os sertanejos, inclusive os prisioneiros de guerra, mas atuaram/atuam em articulação com autoridades civis, no sentido de desconstruir a imagem do massacre

perpetrado às margens do Vaza-Barris. Essa é outra violência que as vítimas dessa ação do Estado continuam a sofrer *post mortem*.

A referida publicação, quando considerado o trato institucional, apresenta um viés que não se restringe aos acontecimentos detratores do passado, a exemplo do rótulo euclidiano da comunidade sertaneja como movimento restaurador do “sebastianismo”.<sup>7</sup> Em especial, os argumentos voltam-se, na condição de memória manipulada, à formação de uma identidade que atua no presente a partir da experiência anterior, valorizando a força como única solução possível ao conflito e negligenciando a existência de outras narrativas que versam sobre os eventos. Igualmente, pelo caráter oficial desses registros, tem-se uma espécie de autoanistia, portanto ato discricionário em que o perdão é concedido à própria instituição. Isso se dá, por exemplo, quando do uso da expressão “luta entre irmãos”, na qual as partes são colocadas como corresponsáveis pelo conflito. A plasticidade dessa imagem retórica, todavia, não guarda correlação com as análises históricas, dentre outras questões, dada a assimetria entre as forças e as motivações que determinaram os atos belicistas. Diferente de uma guerra civil, sugerida pelos textos militares, os arquivos indicam um massacre daquela população rural que, ao contrário do imaginado, resistiu.

Essas formas de esquecimento por apagamento dos rastros, entretanto, ancoram-se, em seu nível mais profundo, numa sociedade que tolera, no dizer de Hardman (1998), a violência contra os *irracionais*, os sujeitos que não conformam a razão estatal, dentre os quais parecem figurar os camponeses e suas formas de organização. Logo, cabe presumir que, no Brasil, as múltiplas estratégias de interdição do necessário debate público sobre as questões fundiárias também resultam, em alguma medida, de um trauma social, no qual a repetição da ação violenta do Estado, nesse caso praticada contra as comunidades do campo que almejam maneiras próprias do viver, equivale a uma forma de esquecimento. Assim, a memória impedida faz com que a guerra contra o Belo Monte não seja apenas uma cena episódica da narrativa nacional, mas uma imagem reiterada, portanto traumática, desse projeto de Estado-nação.

A construção dessa imagem, considerando as sociedades modernas, implica o domínio do repositório cultural que se dá, notadamente, através do registro escrito. Logo, por meio de uma clivagem na linguagem letrada se notabilizam, ou se desconsideram, escolhas simbólicas.

---

<sup>7</sup> Segundo Walnice Nogueira Galvão (2002, p. 106): “[...] sebastianismo é como se nomeou originalmente um fenômeno no âmbito da história de Portugal, ocasionado pela morte dramática e prematura de Dom Sebastião em Alcácer-Quibir (1578). A conseqüente perda de autonomia nacional, com a passagem do reino para a coroa espanhola, gerou intensos abalos que redundaram na espera do retorno de Dom Sebastião para regenerar a vida no país. Data daí o surgimento de inúmeros dons sebastiões durante séculos e de sucessivas decepções, processo por muitos percebido como compensatório à decadência que se abateu sobre Portugal após o período áureo das navegações e dos descobrimentos”.

Assim, as narrativas, ficcionais ou históricas, reforçam a imagem traumática e o apagamento dos rastros, mas, em certas ocasiões, podem também ativar memórias latentes, alocadas no esquecimento de reserva, que apresentam outras dimensões simbólicas, capazes de envolver a imagem do trauma com novos sentidos.

A ficção, especialmente, pode restabelecer pontes que a destruição material impôs aos rastros, quer seja pelo extermínio dos seres humanos ou mesmo dos documentos que dizem respeito aos eventos históricos. Em tais ocasiões, a literatura alargou o escopo do arquivo oficial, possibilitando o registro do que a pena oficial não realizou, ou não pôde realizar. A arte, então, visibiliza enunciados que os discursos autorizados ignoravam, rompendo com a interdição das memórias dissintêneas. Trata-se, por exemplo, de violências de toda ordem contra populações tradicionais e povos que passam, a partir da ficção, a ser redimensionadas, inclusive no plano histórico, o que possibilita reinterpretar ou, pelo menos, indagar feitos entendidos como heroicos ao projeto nacional.

Tal releitura se impõe, como adverte Jaime Ginzburg, em *Crítica em tempos de violência* (2012), uma vez que: “[...] a sociedade brasileira foi construída com processos que incluíram episódios de genocídios, massacres, chacinas e políticas repressoras” (GINZBURG, 2017, p. 13). Portanto, não é possível se furtar ao dever ético de analisar a literatura brasileira e sua história a partir da violência e de seus desdobramentos nas: “[...] formas, temas, modos de produção, circulação e recepção de obras literárias” (ibid., p. 13).

## **1.2 Guardiões da memória: o silêncio e o testemunho**

No caso da guerra de Canudos, as memórias que retratam os episódios também foram registradas em publicações que legaram outras possibilidades interpretativas. Quando considerados os textos inaugurais, ainda impactados pelo horror do campo de batalha, é possível notar, inclusive por sua concepção, aspectos que superam o escopo inicialmente traçado por seus autores. Isso se dá pelo fato de essas narrativas apresentarem, em seu conjunto, reminiscências que ocupam uma posição híbrida entre a perspectiva factual do evento e os limites próprios da representação da linguagem, de uma experiência traumática.

Essas obras, com teor testemunhal, começam a surgir logo após o desfecho dos atos bélicos. Constituem-se, a princípio, de publicações como relatórios oficiais e diários militares, ou ainda registros de outros atores que presenciaram os combates. Tais escritos apresentam uma descrição do conflito na perspectiva dos agentes que atuaram na destruição do arraial, compreendido como sedicioso. Entretanto, alguns desses textos superam a narrativa do teatro

bélico e da ação militar, pois apresentam temáticas mais profundas, de valor etológico e sociopsicológico, em que se discorre sobre o viver das gentes do sertão, a caracterização daquela geografia espacial e humana, valorizando, mesmo que por contraste, a tenacidade sertaneja em sua resistência diante dos militares.

Além disso, nota-se, no conjunto desses relatos, a necessidade do dizer. O afã do registro das memórias de combatentes, não apenas em uma perspectiva triunfal, mas também no delinear dramático do que fora vivenciado no campo de batalha. Esse sentimento, em certas oportunidades, é abordado como uma forma de emenda às publicações anteriores, propondo ajustes na versão disseminada ao grande público pela imprensa, inclusive por cronistas que contribuíram para a construção discursiva que justificara o massacre daquela população camponesa. Em algumas passagens, aliás, os textos revelam a distância entre a narrativa que se fez vincular antes e depois da guerra:

[...] Vistos como animais durante o período de resistência, nos dias de rendição os oficiais militares passaram a chamar as vítimas de “irmãos” e “brasileiros”. Mortos, os canudenses foram considerados tão heroicos quanto os soldados legalistas, que dias antes haviam degolado seus prisioneiros (LEVINE, 1995, p. 76).

A respeito da escrita de feitos bélicos e sua complexidade, Jean-Marie Guillon, em “Jean Norton Cru, littérature et témoignages de la Première Guerre mondiale” (2014), retoma as premissas apontadas pelo combatente/escritor francês na obra *Témoins* (1929). Em tal publicação, problematizam-se as diferentes representações do campo de batalha, em especial os relatos dos soldados que combatiam nas trincheiras e os que, distantes da linha de fogo, escreviam textos que propagavam o emprego da força.

Combatente da Primeira Guerra Mundial, Cru analisou, em sua obra, o hiato entre o vivido no *front* e as publicações, em noticiários e obras literárias, sobre a guerra. Era inconcebível, para alguém que presenciara o horror dos combates, muitas das cenas narradas por jornalistas e escritores. Afinal, de acordo com o membro da infantaria francesa, o heroísmo romântico, a idealização patriótica e a depreciação do adversário são construções discursivas que se esboroam diante de uma carga de baionetas. Numa guerra, deve-se matar para não morrer. Isso, segundo o escritor de formação protestante, não deveria ser estetizado. Entretanto, tal visão pacifista não prevalece necessariamente.

Elcio Cornelsen, sobre as diferentes perspectivas da representação estética da guerra, em “Cenas literárias da Primeira Guerra Mundial: Ernst Jünger e Erich Maria Remarque” (2010), problematiza a *literatura de guerra* e a *literatura pacifista* a partir do contraste entre as

obras *Em tempestades de aço. Do diário de um líder de tropa de assalto* [*In Stahlgewittern. Aus dem Tagebuch eines Stosstruppführers*] (1921), de Ernst Jünger, e *Nada de novo no front ocidental* [*Im Westen nichts Neues*] (1929), de Erich Maria Remarque. Destaca-se, então, que um mesmo evento bélico, no caso a Primeira Guerra Mundial, possibilitou representações francamente díspares entre autores de uma mesma nacionalidade que testemunharam os combates:

[...] Jünger torna a guerra objeto de culto e de enaltecimento enquanto *modus vivendi*; já Remarque alerta para a insensatez da guerra e para uma jovem geração perdida que, após o clima eufórico de sua deflagração, conheceu os horrores da guerra de material e, dentre aqueles que sobreviveram, não se reencontraram na nova ordem política e social após 1918 (CORNELSEN, 2010, p. 30-31).

De acordo com Cornelsen, a exaltação dos atos marciais, no diário de Jünger, dá-se por uma série de recursos narrativos, a saber: o uso da primeira pessoa do plural para indicar a ideia de totalidade e pertencimento; a gradação do apelo sinestésico na descrição das batalhas; uma visão romântica das trincheiras ao ponto de o militar não sentir medo, mas excitação diante do horror; metáforas que reiteram o culto à guerra e, destacadamente, a representação do combatente adversário como inimigo a ser destruído, somente sendo possível o restabelecimento da tranquilidade no pós-guerra.

Já no romance de Remarque, destacam-se as seguintes características: prevalece a narrativa em primeira pessoa; a descrição de corpos dilacerados e o forte impacto que tais imagens produzem na impressão do narrador; a ênfase no medo dos combates; o sentimento de culpa associado à voz narrativa; a tentativa de estabelecer uma condição de empatia, mesmo precária, para com o inimigo, afinal o adversário é também um ser humano.

Resulta, desse quadro comparativo, algumas questões apontadas por Cornelsen: i) a distinção de gênero entre a autobiografia e o romance não é determinante para a posição política dos autores em relação à guerra, uma vez que elementos ficcionais estão presentes no diário de Jünger, assim como aspectos da vivência de Remarque, nos campos de batalha, fazem parte da sua ficção; ii) *Em tempestade de aço* se propõe um *ethos* bélico, o guerreiro que se sacrifica pelo Estado nacional, que é refutado em *Nada de novo no front ocidental*; iii) a *literatura de guerra* preconiza o homem, o soldado, que supera sua condição ao se adaptar à cena de destruição, enquanto a *literatura pacifista* recusa o cenário de guerra pela condição, demasiadamente, humana.

Walter Benjamin, no ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1994b), problematiza a estetização da guerra como uso de dispositivos tecnológicos na conformação de uma estética que atenderia, nos anos 1930, aos interesses da propaganda fascista. Naquele contexto, a massificação de produtos culturais facilmente assimiláveis pelo grande público, especialmente por intermédio do cinema, possibilitou a disseminação de um modelo estético do político em que a guerra, de viés imperial/racial, pudesse ser concebida como algo necessário à existência dos estados nacionais na Europa.

Para tanto, a contemplação subjetiva e singular do objeto de arte cederia espaço à fruição hedonista que se materializa no consumo de amplos setores explorados pelo capital. Em termos benjaminianos, na apreciação do estético, o “recolhimento” cede lugar à “diversão”, resultando na perda da aura, do objeto de arte, em favor do consumo. Desse modo, alienada de sua consciência de classe, as massas proletárias passam a tolerar a dor que a tecnologia do mundo fabril/comercial lhes impõe e, no limite extremo, sentem mesmo prazer na representação, em ruínas, do mundo imediato, como chegou a propor Filippo Tommaso Marinetti na abordagem do futurismo. À vista disso, assevera Benjamin (1994b, p. 196): “Eis a estetização da política, como a pratica o fascismo. O comunismo responde com a politização da arte”. O contraponto dessa dialética, certamente, guarda desdobramentos críticos, mas a incursão do pensamento do filósofo não cede espaço ao esteticismo, incluindo a política como dimensão do fazer artístico.

Em outro plano, mas também com efeitos políticos sobre a escrita e a recepção, a abordagem dos eventos bélicos, proposta por Cru, inaugura uma intervenção metodológica no registro dos combates em que o testemunho do soldado, ou militar de baixa patente, é legitimado, diferentemente de uma tradição historicista que narra a guerra sob o ponto de vista das lideranças políticas e dos comandantes militares. Tem-se, então, uma perspectiva diversa que reconhece o homem simples como sujeito portador de uma experiência, advinda da luta, possível de ser narrada no campo da história.

Contudo, a transmissibilidade dessa experiência se mostrou problemática, conforme apontou Walter Benjamin noutro ensaio, “Experiência e pobreza” (1994a). Para o filósofo e crítico literário, o retorno silencioso dos soldados do campo de batalha revelava uma pobreza comunicacional que as publicações, relacionadas aos eventos da guerra entre 1914 e 1918, buscaram abarcar na década seguinte, mas falharam. A consequência dessa ineficaz comunicabilidade do vivido, dado o distanciamento das práticas narrativas tradicionais, resultaria em nova barbárie: “[...] A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra” (BENJAMIN, 1994a, p. 119). A questão da comunicação para Walter Benjamin, nesse sentido, torna mais complexa a perspectiva do foco empírico de Jean

Norton Cru. Afinal, não se trata de saber qual voz social tem maior legitimidade para dizer dos acontecimentos de uma guerra, mas, sobretudo, a dificuldade ou, até mesmo, a impossibilidade em representá-la.

Por esse ângulo, a partir da leitura de Benjamin, Cornelsen diz das vivências de guerra em tempos de crise de experiências transmissíveis:

[...] Não se trata, pois, do silenciamento completo diante da perplexidade de um evento transbordante como uma guerra, mas sim da impossibilidade de que o próprio evento gere algo digno de ser transmissível. Podemos até mesmo especular que as experiências intercambiáveis, na cadeia da tradição, não levariam à guerra, mas sim afastariam dela os homens. Afinal, aquele que tem a capacidade de narrar “figura entre os mestres e os sábios” (CORNELSEN, 2010, p. 30).

A respeito desse tema, Paul Ricoeur enfatiza as balizas entre as questões próprias da experiência humana e as da narrativa, sendo a primeira sempre suscetível à interferência da segunda, pois: “[...] ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro” (RICOEUR, 2007, p. 459). Entretanto, os problemas experienciados pelo indivíduo no ato narrativo não devem servir de mote para o apagamento dos acontecimentos, cujo registro histórico, como dever de memória, é imprescindível no plano social. Nas palavras do filósofo:

[...] O limite para o historiador, como para o cineasta, o narrador e o juiz, está em outro lugar: na parte intransmissível de uma experiência extrema. Mas, como foi várias vezes enfatizado no curso da presente obra, quem diz intransmissível não fala indizível (RICOEUR, 2007, p. 459).

Em relação ao mutismo dos sobreviventes do *front*, nesse caso, mais do que uma negação da comunicabilidade, trata de uma crise, cujos efeitos, como experiência, foram frustrados por uma vivência de guerra. O impacto traumático não impossibilitou o dizer, mas a compreensão do papel da testemunha, assim como do próprio ato jurídico-social, o testemunho, que passam a ser reconfigurados pela dimensão do horror daqueles episódios.

Giorgio Agamben (2008), ao refletir sobre os acontecimentos em Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial, lembra que a expectativa do testemunho poderia motivar a sobrevivência de um deportado no campo de concentração. Entretanto, após questionar os limites entre as categorias éticas, jurídicas e teológicas que envolvem o conceito, Agamben identifica barreiras sobre a narrativa do trauma, especialmente no que diz respeito à irrealização do testemunho, como uma busca interminável por audiência, legitimidade e justiça, agravada pelo sentimento de culpa do sobrevivente, decorrente da questão ética que o ato de testemunhar implica no viver dos que não foram exterminados.

O testemunho de um sobrevivente, de acordo com o filósofo, não contempla a experiência máxima da dor, ou seja, a morte. Portanto, a narrativa será sempre um relato de quem esteve perto demais, mas não no lugar de quem se submeteu absolutamente à violência. As dores podem ser descritas, ou até mesmo imaginadas, mas não podem ser sentidas, muito menos rememoradas na perspectiva da vítima fatal silenciada no *Lager*. A esse respeito, o sobrevivente, ao assumir para si o testemunho doutrem, demonstra que o ato daquele decorre da impossibilidade de este fazê-lo, caracterizando sempre um viés lacunar: “[...] E é sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se” (AGAMBEN, 2008, p. 47).

Nesse aspecto, o testemunho se aproxima da característica aporética do relato histórico, incapaz de absorver o real. Entretanto, isso não pode ser compreendido, como intentam os perpetradores, como uma irrealidade, mas sim como uma maneira de lidar com o passado a partir da representação do vivido. Desse modo, o relato de eventos extremos, mesmo quando se reconhece a dimensão ficcional que tal narrativa abarca, é sempre um testemunho de si e do horror vivenciado.

Sobre o testemunho, no caso da guerra de Canudos, deve-se enfatizar a distância entre os eventos e os primeiros registros com relatos dos sertanejos. Somente após meio século da destruição do Belo Monte, o repórter Odorico Tavares, acompanhado pelo fotógrafo francês Pierre Verger, realiza para a revista *O Cruzeiro* uma série de reportagens com sobreviventes da guerra. Esse material, posteriormente publicado em forma de livro sob o título de *Canudos cinquenta anos depois (1947)*, inaugura a inscrição dos testemunhos daqueles que lutaram ao lado do Conselheiro.

É provável que essa demora, no registro das memórias conselheiristas, tenha se dado pela necessidade de superar a complexidade de determinadas etapas, as quais é possível especular: o surgimento de uma escuta confiável, disposta a contestar a versão institucionalizada sobre o passado; a disponibilidade do sobrevivente em lidar com as memórias traumáticas, articulando-as no testemunho; a espera por uma conjuntura política que possibilitasse o tratamento público da questão; e o reconhecimento da transcrição de uma tradição oral para o registro gráfico, com o fito de ampliar o legado dessa experiência à posteridade.

Deve-se ainda considerar que a escrita, como possibilidade de apontamento no pós-guerra, era um problema para os sobreviventes de Canudos. Em sua maioria não alfabetizados, marginalizados pela sociedade, massacrados fisicamente no conflito e, midiaticamente, figurados como destruídos, os sertanejos não dispunham de espaço institucional na inscrição



daqueles acontecimentos, inclusive no aspecto jurídico.<sup>8</sup> A princípio, tornara-se inexistente, no plano socialmente valorizado da escrita, a versão dos vencidos. Com efeito, assim como outrora fizera a espada republicana aos conterrâneos assassinados, interditava-se a voz dos sobreviventes. Esse silêncio, entretanto, não implicou no apagamento das experiências e das narrativas sertanejas.

Michael Pollak, em “Memória, esquecimento, silêncio” (1989), analisa o trabalho de subversão e de resistência silenciosa das *memórias subterrâneas* diante das *memórias coletivas*. Segundo o sociólogo, a sobrevivência de memórias divergentes da orientação hegemônica num determinado contexto social se dá pela utilização de estratégias diferenciadas de dissimulação. Dentre elas, destacam-se o silêncio e a potencialidade da oralidade em legar, por gerações, as lembranças de um trauma que aguarda o momento propício para ocupar o espaço público.

[...] O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3).

O tornar público não significa, necessariamente, uma revanche do coletivo social marginalizado ou mesmo uma inversão das prioridades na ordem das lembranças que tecem a sociedade englobante. Em muitas ocasiões, e isso parece ter ocorrido com a narrativa dos eventos traumáticos experienciados em Canudos, espera-se, a princípio, poder tratar publicamente dos acontecimentos a partir da perspectiva das vítimas da violência. Então, tem-se a enunciação das vozes vencidas no confronto que não encontravam, no contexto social mais amplo, espaço para se manifestar.

Observa-se, por conseguinte, uma mudança de perspectiva no fluxo narrativo, uma vez que os sujeitos silenciados, especialmente nos registros oficiais, apresentam a versão que lhes interessa no plano da esfera pública. Nessa ocasião, quando consideradas as ações que destruíram o Belo Monte, os sertanejos acabam por redimensionar a mediação de seus intérpretes, mesmo que eventualmente estes fossem favoráveis à causa daqueles, como nas

---

<sup>8</sup> As ações jurídicas decorrentes da guerra foram movidas por agentes da oligarquia local, as quais demandavam ressarcimentos aos prejuízos provocados pelas tropas do exército em suas propriedades. Outros processos foram acionados por militares, em geral de baixa patente, que reclamavam promoções por feitos realizados durante o conflito. Coube ao *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897–1901)* a condição de documento que mais se aproximou de uma manifestação oficial sobre o flagelo a que a comunidade camponesa, pós-guerra, fora submetida. Coordenado pelo jornalista Lélis Piedade, o comitê inicialmente se propunha a arrecadar fundos, junto à sociedade civil, para assistência aos soldados feridos ou mesmo às famílias dos militares mortos. Entretanto, diante da crise humanitária, o trabalho se ampliou no atendimento às vítimas sertanejas, especialmente crianças e mulheres, cuja exploração dos corpos era consumada impunemente (PIEADADE, 2002).

denúncias presentes nas primeiras publicações sobre a guerra, que atestavam o degolamento dos prisioneiros, a violência e a exploração sexual contra as sertanejas e a distribuição das crianças órfãs entre os vencedores, numa espécie de butim de guerra.

A superação do esquecimento manipulado, entretanto, ocorre pela capacidade de resistência da coletividade que, aos poucos, o desconstrói. Logo, é preciso notar o papel central e ambíguo do silêncio nas memórias dos sobreviventes daquela experiência traumática. Para as autoridades, o silêncio era um objetivo estratégico, afinal representava o apagamento dos crimes de guerra e da violência empreendida contra a população sertaneja. Nesse caso, o silêncio é entendido como esquecimento por apagamento de rastros, pressuposto de uma pacificação moral/jurídica daqueles que, ao usar da força, destruíram não apenas os adversários, mas, em alguma medida, também a si próprios enquanto seres humanos.

Já para os sertanejos, o silêncio, para além da violência simbólica, representava um gesto resiliente em que se desenvolviam estratégias de preservação de uma memória presente quer na tradição oral, a exemplo da literatura popular, quer no tratamento dispensado em atos que guardavam a fé religiosa, a exemplo das súplicas e das graças dirigidas em memória de Antônio Conselheiro. Tais ações simbolizam a esperança no vivido como projeção futura, utopia para se manter um *ethos* por intervenção do lembrar. Para esses sujeitos, o silêncio público, ao contrário de um apagamento, é um ato político de resistência cultural.

Assim, distante de esquecer, o coletivo sertanejo preserva uma experiência pela transmissibilidade, em termos benjaminianos, da tradição do narrar. Essas histórias, repassadas no contexto mais imediato da comunidade, vão aos poucos sendo absorvidas por práticas culturais, inclusive literárias, que atuam como uma espécie de caixa de ressonância dessas vozes, num movimento que a ficção soube ilustrar: “– A vida é assim Josefa: alguém vive o fato, outro conta. Nesse sertão perdido nossa vida será contada pelos outros” (CHIAVENATO, 1993, p. 65).<sup>9</sup>

Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), afirma que o subalterno é falado por outrem, caso contrário não ocuparia tal condição. A partir de leituras pós-coloniais, a autora discorre sobre a violência que o pensamento ocidental dedica aos que estão à margem social, em especial no que se convencionou denominar de Terceiro Mundo. Para Spivak, o intelectual, na tentativa de dar voz ao subalterno, vocaliza, em muitas ocasiões, o seu próprio saber. Ao agenciar o sujeito representado, o representante impõe sua voz. Essa

---

<sup>9</sup> A personagem ficcional Josefa, em *As meninas de Belo Monte* (1993), de José Júlio Chiavenato, é uma provável alusão à criança órfã, de mesmo nome, compulsoriamente recolhida pelos militares durante a guerra e cuja guarda, por ato discricionário do gal. Arthur Oscar, restou ao também militar e jornalista Fávila Nunes (GALVÃO, 1994, p. 116; BOMBINHO, 2002, p. 320).

inflexão corrobora, em certa medida, a estratégia de neutralização que consiste em manter o subalterno socialmente invisível, anulando possibilidades de representação (política ou estética) do mesmo, silenciando-o. Nas palavras de Spivak (2010, p. 47): “O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro”.

Esse outro, resultante de um “eu soberano” capaz de se insinuar no discurso de acolhida do diverso, espraia-se nas falas acadêmicas, até mesmo em leituras pós-coloniais. De acordo com a crítica e teórica de formação marxista, atenta também às questões de gênero – afinal o texto aborda a prática da imolação da viúva hindu, a *sati* na língua nativa ou *suttee* em inglês, ritual legalmente abolido no século XIX, por intervenção do império britânico –, o desafio do intelectual comprometido com a pauta pós-colonial deveria ser o de criar condições para que as vozes subalternas pudessem, quando pronunciadas, ser ouvidas.

A essa sensibilidade com a escuta soma-se a necessária compreensão de que o silêncio não representa uma ausência absoluta, mas uma potência que detém significado e que pode vir a ser interpretada, despertando sentidos. Desse modo, o arquivo dos eventos beligerantes, do final do século XIX, nas caatingas que margeavam o rio Vaza-Barris, apresenta outras conformações e o apagamento das reminiscências do extermínio, algo pretendido por algozes de todos os tempos e lugares, depara-se com fatos e percepções que o silêncio social das memórias subterrâneas soube guardar e tornar público, mesmo tardiamente, por meio de narrativas que tencionam as memórias coletivas e a própria representação da história.

A compreensão deste entre-lugar, que permeia o silêncio e o testemunho, é a chave que vozes subalternas dominam em sua estratégia tenaz. Por sua vez, o compartilhamento dessas memórias, que potencialmente tendem a se tornar públicas, tem início com a observação direta, mas sua continuidade, como narrativa, dependerá de um reconhecimento mediado por relações comunais que ocorrem em pelo menos dois níveis: o imediato, fortemente marcado pelo trauma, e o seguinte, mais identificado com a trama.

Ileana Diéguez, em “Escenarios luctuosos / Communitas de dolor” (2013), expõe argumentos em favor do que denomina de *communitas de dolor*, agrupamento que se articula a partir do lamento. Para Diéguez, a comunidade da dor corresponde a uma antiestrutura, portanto utópica, efêmera e não hierarquizada, que se constitui na interação de sujeitos capazes de performar o discurso do luto em decurso de mortes violentas e, em especial, dos desaparecidos. Nessa ação política e reivindicatória, o estético interage com o ético na denúncia que mobiliza a comunidade e preserva, ao mesmo tempo, as memórias da dor relativas a um corpo ausente, ou desconhecido, silenciado pela violência.

No epílogo da guerra que destruiu o Belo Monte, observou-se um rastro de corpos insepultos, especialmente de conselheiristas, cujos cadáveres, parcialmente incinerados e expostos ao tempo, eram esviscerados por animais. As exéquias dos restos mortais daqueles que tombaram na defesa da comunidade camponesa couberam a outros sertanejos, meses depois. Do mesmo modo, os corpos dos que combateram pelas forças legalistas, muitos sepultados em covas rasas no leito seco do rio, foram desenterrados, posteriormente, pelas águas fluviais e levados pela correnteza até o oceano, nas praias de Sergipe, com suas insígnias e seus dólmenes. Essas cenas foram registradas por cronistas, coetâneos dos eventos, que, em mais de uma oportunidade, encerram os relatos com as imagens dos corpos sem sepultura.

O quadro contristava era medonho  
 Mais de mil jagunços degolados  
 Insepultos que grande crueldade!  
 Estavam por cima de valados (BOMBINHO, 2002, p. 339).

Durante a luta, no leito do rio foram mal sepultados centenares de corpos, que, depois, devido à ação das águas, saíram dos seus alvéolos e lá se foram levados pela correnteza, flutuando em dezenas de léguas, sendo vistos alguns passando nas povoações banhadas pelo rio. Vários desses corpos, boiando, foram ter ao Oceano (SOARES, 1985, p. 235).

Uma rama verde cobria as vazantes do rio, onde canteiros de batatas e melancias estrumados, com a decomposição de corpos humanos, cresciam numa exuberância prolífica. Um soldado, cavando o batatal, encontrou crânios de crianças e recuou (BENÍCIO, 1997, p. 219).

As narrativas, entretanto, não são capazes de findar a violência que persiste, mesmo após a guerra, nessas imagens traumáticas. Pelo contrário, constituem memórias que a comunidade da dor fez repercutir em enunciados por reparação e justiça. A arte e a cultura popular sertaneja souberam projetar, especialmente na personagem do Conselheiro, a figura do mártir cristão que é sacrificado em prol de uma causa coletiva. A exemplo do que registrou Edmundo Moniz: “Em Salvador havia muitos partidários do Conselheiro que pregavam o seu retrato na parede e o adoravam como santo e como herói” (MONIZ, 1982, p. 13).<sup>10</sup>

Igualmente, o rogo, a súplica, a prece e a invocação representam formas da manutenção dialógica não apenas ideológico-transcendente, mas comunitária, na qual se partilha o segredo, ou melhor, o saber do mito. A essa poética-religiosa unem-se outras expressões culturais (cantos, trovas e pantomimas) que compõem o recordar. Enfim, vozes anônimas de uma tragédia humana cujo trabalho de luto transcende gerações e para o qual contribuiu a literatura.

---

<sup>10</sup> Esse lugar ocupado pelo Conselheiro, nas narrativas populares, diverge, por um lado, das versões republicanas que o apresentam como um vilão, mas converge, por outro, na centralidade do mesmo em relação aos eventos.

Jean-Luc Nancy, em “O mito interrompido” (2016), problematiza a ideia do comum como reserva de uma essencialidade e propõe a categoria do *ser-em-comum*. Nessa perspectiva, os sujeitos se mobilizam não a partir de uma dimensão funcional centrada num passado imemorial, mas num plano relacional entre os mesmos e, por conseguinte, da partilha que fazem dos *sentidos do comum*. Para tanto, Nancy recupera a trajetória do mito e conclui que, nas sociedades modernas, dá-se sua interrupção como discurso fundacional. O filósofo, então, discorre sobre o papel da literatura nesse processo de suspender, ou mesmo substituir, o apelo autorreferencial do mito em prol de um plano de exposição dos sujeitos, dentro de um contexto, em que a linguagem artística realize a comunicação entre corpos e falas de temporalidades distintas. Isso se dá porquanto a interrupção do mito compromete o *télos*, possibilitando outro tipo de trânsito temporal em que alteridades são partilhadas por uma comunidade literária. Em suas palavras: “Não somente a literatura é herdeira (ou o eco) do mito, mas a literatura foi pensada e deve ser sem dúvida pensada num sentido próprio como mito – e como o mito da sociedade sem mito” (NANCY, 2016, p. 106).

Pensar a comunidade literária, no caso da guerra de Canudos, é reconhecer o aspecto central da obra de Euclides da Cunha. Nesse sentido, os exemplos que se inspiram n’*Os sertões* são inúmeros e extrapolam a literatura brasileira, a saber: o escocês Robert Bontine Cunninghame Graham publicou, no Uruguai, um texto de viés biográfico, *A brazilian mystic, being the life and miracle of Antônio Conselheiro* (1920);<sup>11</sup> o historiador e escritor belga Lucien Marchal escreveu *Le mage du sertão* (1952),<sup>12</sup> romance com passagens pitorescas e exóticas que segue o paradigma euclidiano tanto na psicologia racial das personagens quanto na tríade organizadora da obra, “Les Maciel”, “Canudos” e “La bataille”; o ficcionista húngaro Sándor Márai publicou *Ítélet Canudosban* (1970),<sup>13</sup> uma distopia narrativa com passagens no domínio do fantástico e do absurdo, cujo processo criativo é descrito, pelo autor, nos seguintes termos: “um dia comecei a escrever sobre o que acreditava ter ficado ‘de fora’ do livro de Euclides da Cunha – ficara de fora, mas ‘poderia também ter sido assim’” (MÁRAI, 2002, contracapa); por sua vez, o romance *სამოსელი პირველი* (1975)<sup>14</sup> do historiador e escritor georgiano Guram Dochanashvili estabelece laços ficcionais entre a guerra de Canudos e o texto bíblico do filho pródigo; já o prêmio Nobel de Literatura (2010), o peruano Mario Vargas Llosa, em *La guerra*

<sup>11</sup> A tradução em português tem o título de *Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio Conselheiro* (2002).

<sup>12</sup> Sem tradução em português.

<sup>13</sup> A tradução em língua portuguesa foi intitulada *Veredicto em Canudos* (2002).

<sup>14</sup> Sem tradução em português (A primeira veste, em tradução livre). Ver COSTA, Maria Cecília. Como Canudos foi parar na Geórgia. *Virgulas Cardeais*, Manaus, 6 abr. 2018.

*del fin del mundo* (1981), descreve, a partir de uma narração polifônica e satírica, as ações bélicas como resultado de um grande mal-entendido.<sup>15</sup>

Ângela Gutiérrez, na conferência “Estrangeiros recontam Os sertões” (2002), advoga a hipótese de que o êxito na recepção internacional da obra de Euclides da Cunha tenha se dado, em grande medida, pela perspectiva do narrador estrábico, conceito formulado por Ricardo Piglia, no qual o relato é mediado entre a descrição da paisagem latino-americana e o conhecimento europeu. Segundo Gutiérrez, o narrador d’*Os sertões* é um estrangeiro em seu país. Por isso, a obra se aproxima da literatura de viajante,<sup>16</sup> gênero de amplo consumo noutros continentes, e possibilita o acesso do público externo ao enredo situado nos longínquos sertões. Dessa recepção inicial, resultou o movimento pendular de novas ficções em língua estrangeira:

Reconhecendo o liame especular que o intelectual brasileiro, sobretudo finissecular e *belle époque*, assume com relação à Europa, olhemos, agora, o outro lado do espelho, não mais o escritor brasileiro que se mira no espelho europeu para falar de sua nação, mas o leitor estrangeiro que, enxergando-se no espelho de *Os sertões*, transforma-se em recontador da mesma história (GUTIÉRREZ, 2008, p. 188).

Para além da projeção internacional do drama sertanejo, que também resultou em publicações de brasilianistas de outras áreas, o legado de Euclides da Cunha influenciou a constituição de uma corrente literária regionalista no Brasil que Ângela Gutiérrez (2002) denominou de “o romance canadiano”. Essa ficção toma por *corpus* a guerra de Canudos como eixo narrativo central e, segundo a escritora e crítica literária, pode ser agrupada em três blocos geracionais: i) a ficção contemporânea d’*Os sertões*, marcada pela proximidade da guerra, mas não influenciada pela obra do escritor fluminense; ii) a ficção da década de 1950, distante dos eventos bélicos, disposta a inaugurar uma abordagem diferente daqueles episódios, mas ainda sob influência do olhar euclidiano; iii) a ficção do final do século XX, com maior acúmulo de

---

<sup>15</sup> Ver BERNUCCI, Leopoldo M. *Historia de un Malentendido: un estudio transtextual de La Guerra del Fin del Mundo de Mario Vargas Llosa*. New York: Peter Lang, 1989. Diferentemente da crítica literária, a recepção da obra de Llosa, por historiadores e estudiosos da guerra de Canudos, não foi tão calorosa. A crítica mais incisiva deste público dizia respeito à representação do Conselheiro e de seus seguidores, associada aos estereótipos do fanatismo e do banditismo. A esse respeito, ver MONIZ, Edmundo. Canudos: o suicídio literário de Vargas Llosa. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, n. 29, 1982, p. 7-18.

<sup>16</sup> Vários estudos corroboram a tese da literatura de viajantes na composição d’*Os sertões*: “A primeira entrada de Euclides da Cunha pela ‘porta’ dos sertões, naquele começo de setembro de 1897, deve ser vista como a descoberta de um admirável mundo novo e sobretudo como um rito de passagem” (BERNUCCI, 1995, p. 51); “[...] Diferentemente daqueles que mergulham na história da terra natal, o escritor grego [alusão a Heródoto, referência euclidiana] pertenceria à tradição dos que têm algo a contar por haverem viajado muito, acumulando experiências em terras longínquas dignas de serem comunicadas aos conterrâneos” (ZILLY, 1998, p. 17); “[...] o sertão parece um lugar estranho e longínquo mundo” (HOORNAERT, 1998, p. 107); “Viajar era escrever incessantemente” (VENTURA, 2003, p. 172).

saberes históricos, culturais e estéticos que possibilitou uma interação mais elaborada com o texto de Euclides da Cunha.

Em seu conjunto, tais produções, nacionais e estrangeiras conformam uma comunidade literária que interage com as leituras dos eventos factuais. Assim, se num primeiro instante a comunidade da dor reuniu os lamentos derivados do trauma, num segundo momento a comunidade literária potencializou o plano representacional, possibilitando que vozes silenciadas ecoassem por novos espaços e temporalidades através da trama ficcional. Isso se dá pois a arte, assim como o mito, permite que o tempo se converta em espaço, espécie de janela por meio da qual se contempla, simultaneamente, o trauma e a trama. Entretanto, o caminho que se percorre entre o silêncio do corpo sem luto e a voz da comunidade da dor e literária será, em geral, contraditado, uma vez que a representação do dizer é questionada por sua veracidade e o ainda não revelado é desafiado a superar o silêncio por meio do testemunho.

### 1.3 Lendo o testemunho

Diversas são as aplicações contemporâneas do conceito de testemunho. Entretanto, os estudos apontam que a narrativa testemunhal apresenta uma dupla perspectiva vinculada a sua origem etimológica no latim, do qual se estabeleceram, diacronicamente, desdobramentos semânticos, a saber:

[...] O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso (AGAMBEN, 2008, p. 27).

Para Márcio Seligmann-Silva, em “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes” (2005), o termo *testis* diz respeito à tradição do ato jurídico na busca por atestar uma “verdade” de um dado acontecimento. Para tanto, o passado deve ser acessado pelo olhar do *istor*, a testemunha ocular, que dá legitimidade ao relato. O crítico lembra ainda que *testis* também dá origem à palavra testículo e, em seguida, associa essa conotação a uma perspectiva falocêntrica e violenta da linguagem em que a testemunha, nessa acepção pautada pela visualidade, tende a uma espetacularização da dor. Por outro lado, o *superstes* dialoga com uma concepção mais auricular do testemunho, pois interage com o acontecimento pretérito a partir do presente, num jogo em que as subjetividades, inclusive com os silêncios e a fragmentação discursiva, são aceitas sem prejuízo do ocorrido. Trata-se de uma abordagem oblíqua do ato testemunhal, capaz de lidar com os vazios da linguagem e os limites da representação no tocante

à experiência. Em tal acepção testemunhal, mais importante do que buscar a *a-lethéia* seria suportá-la.

Em que pese tais diferenças, ambos os conceitos são acionados na construção do testemunho, em especial de narrativas que tratam de situações violentas, pois o narrar recupera o registro do passado (*testis*) num processo que também implica redimensionamento das imagens traumáticas decorrentes dessa experiência (*superstes*). Assim, deve-se entender o testemunho: “[...] na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles se relacionam também de modo conflitivo” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 81).

Essa complexa interação entre o ver, o ouvir e o avaliar está presente em inúmeros relatos da guerra de Canudos. Os testemunhos primários, em geral, intentam descrever imagens que não comportam o significado imediato, daí a necessidade de utilizar hipérboles, antíteses e referenciais sinestésicos, dentre outros recursos próprios do plano ficcional, para simbolizar a paisagem derruída. Trata-se de relatos que registram e, mesmo quando redigidos por representantes e/ou aliados do poder estatal, testemunham a tragédia humana vivenciada nas caatingas.

A abordagem desses textos apresenta um desafio conceitual, pois tais produções ocupam, quando se considera o aspecto testemunhal presente nessas narrativas, um espaço interseccional entre conceitos que interagem enquanto registro da memória, mas que, historicamente, são posteriores aos eventos narrados e geograficamente distantes dos espaços em que tais perspectivas se efetivaram. Trata-se, nesta pesquisa, de um trânsito entre os postulados do *testemunho*, do *testimonio* e do *teor testemunhal*.

O conceito de testemunho, em acepção dialógica com a literatura, resulta das narrativas dos sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Prisioneiros, majoritariamente judeus, libertos em diferentes locais da Europa, sentiram a necessidade, ou mesmo a obrigação, de narrar a barbárie do extermínio nazista.

Márcio Seligmann-Silva, em “A literatura do trauma: dossiê literatura de testemunho” (1999), explica que os sobreviventes, a partir de suas memórias, narram o sofrimento vivido numa perspectiva particular, diferentemente do viés historiográfico tradicional que prioriza as questões mais gerais ao estabelecer conexões entre os acontecimentos considerados mais relevantes. As vítimas da *Shoah*, inicialmente, buscavam em seus testemunhos a reparação própria do tribunal e da justiça, mas a permanência desse desejo de narrar revelou uma demanda por estratégias que auxiliassem, por intervenção da linguagem, a elaborar o trauma da violência



extrema a qual foram submetidos. Desse esforço de reparo e superação da dor, surgem obras que passam a ser denominadas de literatura de testemunho.

A literatura de testemunho, conceituada a partir dos relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas, se articula como tensão entre a necessidade de narrar a experiência da barbárie e a percepção da insuficiência da linguagem diante do horror – redimensionando a relação entre literatura e realidade, salientando o caráter traumático de toda experiência e pondo em xeque a equação pós-moderna que transforma a história em ficção (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 40).

O texto, nessa modalidade, deriva de uma experiência radical de agressão, cuja excepcionalidade dos acontecimentos não é equacionada, em termos psicológicos, pelo sobrevivente.

No artigo “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, Seligmann-Silva faz uso da expressão “carência absoluta do narrar” (2008, p. 66) para dizer da relação entre as memórias traumáticas e o testemunho, num complexo movimento que transborda os limites entre a realidade e a literatura. Isso se dá, uma vez que o testemunho tem dificuldade para superar os limites que a experiência violenta impõe. Afinal, conceitualmente, o trauma, de acordo com os pressupostos da psicanálise, refere-se à memória de um passado que persiste em ser lembrado. Desse modo, o sujeito, ao lidar constantemente com a mesma imagem, passa a percebê-la como uma espécie de irrealidade que borra as referências do mundo imediato. Daí que a simbolização, como num processo terapêutico, ou melhor, a imaginação, para dizer em termos estritamente literários, se constitui na válvula de escape desse desejo de narrar.

[...] A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70).

Nessas circunstâncias, o testemunho pode auxiliar aos que sobrepujaram situações extremas, mas isso não implica superação do trauma que, assim como uma cicatriz corporal, permanece no sujeito.<sup>17</sup> A construção narrativa, entretanto, possibilita formas de interação com as memórias traumáticas, num processo terapêutico em que a epifania do “real” psicanalítico, não propriamente a realidade empírica, é simbolizada.

---

<sup>17</sup> A ideia de marca corporal advém de um dos significados etimológicos do vocábulo trauma, do grego *traûma -atos*, que significa ferida (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2757).

Por sua vez, o conceito de *testimonio* se desenvolve no contexto hispano-americano, a partir da década de 1960, relacionando-se com as experiências de populações que almejavam, ou implantaram, transformações sociais. Não por acaso, relaciona-se com as irrupções revolucionárias que cruzam o continente, narrando a violência aplicada contra as populações originárias e/ou segmentos sociais não hegemônicos dessas nações. Entretanto, diferentemente do testemunho, o *testimonio* busca na literatura um suporte para sua realização. João Camillo Penna (2003) entende que isso se dá pelo ideal paradigmático que o caracteriza, no qual o indivíduo simboliza a voz do coletivo, assim como pela influência dos gêneros dos quais deriva: a biografia, o romance-reportagem, as crônicas coloniais, o ensaio nacional costumbrista, os diários de guerra e os relatos de militantes e ativistas políticos.

Margaret Randall, em *¿Que es, y como se hace un testimonio?* (2002), explica que o termo, no universo hispano-americano, tem origem no ato jurídico, o testemunho judicial, portanto, se relaciona com o *testis* latino. A escritora e acadêmica, em seguida, esclarece a diferença entre *testimonio* em si e *testimonio* para si no campo literário. A primeira perspectiva, mais geral, diz respeito ao valor testemunhal presente nas produções estéticas e nos objetos culturais. A segunda, mais específica, distingue um gênero literário que apresenta as seguintes características: o uso de fontes diretas, a presença do peculiar, o imediatismo narrativo, a construção de um quadro geral apoiado em suportes diversos e, por fim, uma alta qualidade estética (RANDALL, 2002).

Randall esclarece ainda que, por meio do *testimonio*, um indivíduo projeta, idealmente, o seu povo. Nesse gênero, o desafio seria encontrar uma voz que melhor represente a coletividade da qual o sujeito faz parte. Para tanto, uma vez que essa modalidade valoriza o saber tradicional de quem não domina a escrita, o responsável pela redação deve, dentro do possível, guardar algum tipo de relação (gênero, social ou étnica) com a voz autoral que narra os acontecimentos.

Além disso, o *testimonio*, sem negar sua relação com o factual, acerca-se do ficcional para conformar, esteticamente, uma “verdade” que precisa ser socializada. Assim, o passado empírico é redesenhado pelo traço literário que enfatiza, corta ou modaliza, nos limites de uma obra, a experiência de uma vida. Como se pode notar, no testemunho hispano-americano, o plano estético interage, deliberadamente, com o componente político, inclusive militante e partidário. O discurso testemunhal, em linhas gerais, intenta fazer justiça pelo exemplo do herói popular que supera as contradições do sistema político-econômico que o explora.

Márcio Seligmann-Silva, em “Apresentação da questão – A literatura do trauma” (in 2003), constrói um quadro comparativo entre os conceitos de testemunho/*testimonio*. Para o

crítico, o *testimonio* investe na polaridade entre o hegemônico e o subalterno, o que não é premissa do testemunho, que, na matriz europeia, percebe a falência narrativa enquanto apropriação do real; já a perspectiva latino-americana aposta nesse viés. Em outro artigo, o crítico literário avalia tais distanciamentos, entre os conceitos do testemunho europeu e do hispano-americano, a partir de um problema de intraduzibilidade entre os idiomas alemão e castelhano.<sup>18</sup> Ambas as narrativas, contudo, são escritas diaspóricas, resultantes, em grande medida, do que Eric Hobsbawm (1997) denominou de *a era das catástrofes*, período entre as duas guerras mundiais (1914 a 1945).

Walter Benjamin, na tese 7 de “Sobre o conceito de História”, já notara o caráter testemunhal dos objetos culturais ao afirmar que: “[...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1994d, p. 225). A experiência humana, após o ápice do racionalismo bélico das grandes guerras, havia transformado parte considerável do mundo moderno em ruínas. Nesse contexto de destruição, cuja interpretação dos acontecimentos é complexa, ou mesmo improvável, a arte vem em auxílio da leitura dos vestígios; e o testemunho, em sua dupla perspectiva, tensiona a compreensão do estético na qualidade de linguagem autorreferencial.

Ocorre uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real. Aprendemos ao longo do século XX que todo produto da cultura pode ser lido no seu teor testemunhal. Não se trata da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado – psicanalítico – da leitura de traços do real no universo cultural (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71).

Em conjunto, tanto o testemunho quanto o *testimonio*, independente dos espaços que os conformam, guardam o traço do teor testemunhal: “[...] como uma tal escritura fragmentada, ruínosa, que porta tanto a recordação quanto o esquecimento” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 36).

Tais conceitos, dada a intrínseca relação com a memória do indivíduo, tendem a delimitar os contextos e os acontecimentos a partir de uma linguagem subjetiva, entretanto, relacionando-se com o aspecto referencial. Daí a importância do cenário cultural que corrobora a compreensão das possibilidades com que uma determinada sociedade lida com o teor testemunhal. Dentre outras possibilidades, isso ocorre pelo fato de a memória interagir com o

---

<sup>18</sup> Ver SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium germanicum*, São Paulo, n. 22, p. 67-83, jun. 2002.

espaço, reconfigurando o mesmo em linguagem, afinal: “[...] todos os lugares são construções metafóricas” (ACHUGAR, 2006, p. 22).

Na Antiguidade, o tratado *Rhetorica ad Herennium*, de autoria ignorada, propunha colocar as *imagines* em determinados *loci*. A estratégia mnemotécnica da retórica, em verdade, desdobrava-se de uma divisão entre a memória natural, própria ao pensamento, e outra produzida pela arte em sua dimensão imagética, ou seja, a capacidade de rememorar objetos convertidos em metonímias. Assim registra o documento,

Os lugares assemelham-se muito a tábuas de cera ou rolos de papiro; as imagens, a letras; a disposição e colocação das imagens, à escrita; a pronúncia, à leitura. Devemos, então, se desejarmos lembrar muitas coisas, preparar muitos lugares, para neles colocar muitas imagens (*RHETORICA...*, 2005, p. 185).

Por sua vez, Pierre Nora, no artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993), explica o valor contemporâneo dos lugares de memória num contexto em que o rememorar se fragiliza. A sociedade moderna, segundo o historiador, tem a necessidade de construir referências no tempo e no espaço para que seja possível recordar passagens, datas, feitos que já não podem mais, considerando que não há memória espontânea, ser recordados. Disso resultam os lugares de memória, portanto uma produção imagética em que: “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9).

Já Aleida Assmann, em *Espaços de recordação* (2011), destaca os papéis, entre o esquecer e o lembrar, da topologia e da cronologia. Esta, relacionada à possibilidade de distanciamento no qual o recordar se estiola; aquela, aberta ao rememorar, mesmo que de novas narrativas. Segundo a crítica da memória cultural: “[...] o que o tempo torna invisível, enquanto pilha e destrói, os locais sempre sustentam de modo misterioso” (ASSMANN, 2011, p. 330). E mais, um sítio histórico guarda uma ambiguidade potencial, a saber: o esquecimento das formas pretéritas do viver não mais utilizadas no presente, e a lembrança, como possibilidade de recordação desse viver por meio dos vestígios.

O Belo Monte, de Antônio Conselheiro, ou a Canudos, de Euclides da Cunha, são exemplos desse rememorar o passado, o qual Assmann consideraria como *local honorífico*. Espaço cujo fluxo das experiências foi interrompido e cuja memória, especialmente a tradição oral, possibilita sua continuidade. O arraial sertanejo, destruído e submerso nas águas do açude do Cocorobó, resta na condição de imagem em que o meio de vida passado, *milieu*, transforma-

se em local de recordação do presente, *lieu*. A dimensão espacial da memória faz com que o testemunho, como uma de suas modalidades, contextualize-se no plano geográfico.

No caso do Brasil, diferentemente do testemunho hispano-americano, desenvolveu-se uma tradição literária relacionada com o realismo e o naturalismo. Isso implica, no campo dos estudos literários: “[...] enorme desafio para o teórico da literatura que consiste justamente em iluminar o teor testemunhal da literatura brasileira” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 420, nota 32).

Como ilustração desse movimento, tardio em relação a outras literaturas latino-americanas, o conceito de testemunho fora inicialmente abordado por Alfredo Bosi, em 1992, no ensaio “A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere”,<sup>19</sup> oportunidade em que o termo passa a ser utilizado numa transição com o foco memorialístico, até então destacado nas análises da obra póstuma de Graciliano Ramos. Na ocasião, o crítico literário anotara:

O problema crucial não estaria nem nas coisas esquecidas por todos, nem nas que são por todos lembradas. Mas naquelas de que só a testemunha tem memória. Embora não recebam confirmação da memória alheia, integram uma verdade superior, “uma verdade expressa de relance nas fisionomias”, que o narrador percebeu e atesta mesmo sob pena de contradizer a versão majoritária e corrente (BOSI, 1995, p. 321).

O testemunho, segundo Bosi, seria o elo capaz de articular a memória dos fatos históricos à construção literária pessoal compromissada com a realidade objetiva. Portanto, ao falar de verdade superior, o ensaísta diz de uma escrita comprometida com a cena factual, mas subjetiva em sua concepção.

Diga-se, também, que a literatura de testemunho, em sentido mais amplo, não seria um gênero literário, mas: “[...] uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373). Assim, dever-se-ia pensar no aspecto testemunhal da literatura como atributo presente em todas as obras. Contudo, conforme Márcio Seligmann-Silva, em tempos de rupturas e transformações intensas, tal característica comparece com maior ênfase nas produções culturais.

A escrita inaugural sobre os eventos bélicos que arrasaram o Belo Monte inclui-se num turbulento momento da vida nacional. A guerra de Canudos está inserida num período de aguda instabilidade do país, sendo possível destacar as seguintes adversidades: a política, em que o regime republicano ainda buscava se consolidar após a deposição da monarquia; a econômica, marcada pela transição entre o modelo escravocrata e a adoção dos princípios liberais, a

---

<sup>19</sup> Ensaio apresentado na mesa-redonda “Graciliano Ramos: memória e história”, realizada no Departamento de História da FFLCH-USP. A publicação do texto, entretanto, ocorre em 1995.

exemplo da crise do encilhamento; a social, quando se considera que, pós-abolição, milhares de homens e mulheres haviam migrado da condição de escravos para uma espécie de subcidadania, sem acesso a direitos; e a religiosa, tendo em vista o impacto da separação entre a Igreja e o Estado, o que aprofundou a distância entre as comunidades sertanejas e o alto clero católico.

Em linhas gerais, sobre o Brasil, em fins do século XIX, é possível pensar algo paradoxal em que, a princípio, setores almejavam o novo, mas, no cotidiano da população, o antigo prevalecia. Nesse cenário, as narrativas das testemunhas que presenciaram os combates em Canudos revelam também o conflito entre o desejo de ruptura de frações da elite nacional que conservavam práticas tradicionais. Levine (1995), a esse respeito, denominou de visão do sertão e visão do litoral as distintas percepções das maneiras do viver que estavam representadas, antagonicamente, nas batalhas das caatingas baianas. Hugo Achugar, ao analisar o impacto da modernidade nas sociedades latino-americanas, percebe o contraste desse renovar que favorece o tradicional: “[...] Por um lado, permitiu o surgimento de novos atores sociais e de novas nações, mas, ao mesmo tempo, os novos poderosos combateram toda mudança, ruptura ou revolução que alterasse a nova ordem” (ACHUGAR, 2006, p. 142).

Márcio Seligmann-Silva, em “O local do testemunho” (2010), discorre sobre o que compreende por política do esquecimento. Para o crítico literário, um Estado pode se apropriar de ferramentas que atuam no sentido de congelar a luta política acerca da memória de dado evento. Para tanto, adotam-se discursos que caracterizam o testemunho como uma forma de revanchismo ou, ainda, dado o caráter de irrealidade deste, desautorizam-no. Outra possibilidade, mais autoritária, interdita os processos que poderiam possibilitar melhor conhecimento dos fatos, mediante o silenciamento de vozes que, conseqüentemente, não adentram a esfera pública e não adquirem reconhecimento de valor testemunhal.

No Brasil, superar as barreiras da política do esquecimento tem sido uma difícil tarefa. Entretanto, quando narrativas dos que conseguiram sair com vida de Canudos são acessadas, hodiernamente, depara-se com a possibilidade de reconstruir nossa memória e/ou história, a partir dos fragmentos, dos silêncios e das lacunas que tais vozes disponibilizam. A literatura, inclusive, tem realizado uso vasto desse material que constitui o acervo da guerra contra o Belo Monte, estabelecendo, por intermédio desses vestígios, pontes entre o “passado” e o “presente”. Tais ligações temporais, como testemunho de um massacre, possibilitam que vozes sobrevivam ao anonimato, à exclusão do debate público e a *damnatio memoriae* da população sertaneja que resistiu à margem do rio Vaza-Barris.

## 2 NARRATIVAS DE UMA GUERRA NÃO EUCLIDIANA

*Misérias que eu vi mesmo / E em que fui grande parte.*

Virgílio

No presente capítulo, analisar-se-ão algumas das obras resultantes do ofício empreendido por pesquisadores e instituições que envidam esforços pela preservação das memórias da guerra contra os sertanejos do Belo Monte. Trata-se de duas reedições – a editora da Universidade Federal da Bahia reimprimiu o opúsculo *Descrição de uma viagem a Canudos*, de Alvim Martins Horcades, em 1996, ano do cinquentenário daquela instituição; por sua vez, o extinto *Jornal do Commercio* realizou, em 1997, nova tiragem da obra *O rei dos jagunços*, escrito por Manuel Benício, como parte das comemorações dos 170 anos do periódico com sede no Rio de Janeiro – e uma publicação original – o poema narrativo *Canudos, história em versos*, texto poético atribuído a Manuel Pedro das Dores Bombinho, organizado por Marco Antonio Villa, em 2002, mediante apoio institucional da Editora da Universidade Federal de São Carlos e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

As obras, ora analisadas, apresentam uma perspectiva favorável à mobilização das tropas militares contra os sertanejos. São relatos de sujeitos que ajudaram a destruir a comunidade do Belo Monte, que, como assevera Consuelo Novais Sampaio: “[...] ousara criar uma forma própria de organização social” (1999, p. 31). Deve-se reconhecer, entretanto, que o viés comum nesses textos não impossibilita a leitura dessas narrativas sob uma interpretação que extrapole o lugar ocupado pelos autores. Isso é possível uma vez que os relatos incorporam, mesmo não pretendendo fazê-lo, outras perspectivas.

Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer* (2009), defende uma ampliação do conceito de testemunha, ao incluir não apenas as vozes dos sobreviventes, mas também de seus interlocutores,

[...] Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Nesse sentido, uma das principais contribuições das narrativas inaugurais sobre a guerra de Canudos é a interlocução que os textos estabelecem com os sujeitos do sertão. Em que pese o engajamento com a destruição do arraial, esses testemunhos primários, a seu modo, foram

capazes de registrar as atrocidades empreendidas contra os sertanejos. Não se trata, porém, de deslocar a perspectiva do testemunho, das vítimas para os algozes, mas de reconhecer que nessas vozes existem ecos daquelas.

A incompreensão dos fenômenos (religioso, social, político e econômico) vivenciados no Belo Monte, por parte dos relatos dos vencedores, não minimiza a sua importância. Afinal, os estranhamentos dessas descrições etnocêntricas revelam, a despeito do olhar ideológico da autoria, não a monstruosidade dos sertanejos, mas o contexto, mesmo que se faça necessário uma leitura a contrapelo, no qual viviam as crianças, as mulheres e os homens daquele sertão.

Os textos, em algumas passagens, trocam referências entre si. Além disso, o componente referencial faz com que certas personagens compareçam em todas as narrativas, a exemplo do capitão jagunço, menção à figura histórica do representante da guarda nacional, Jesuíno Lima,<sup>20</sup> principal guia das expedições militares contra o arraial conselheirista. Por outro lado, os escritos também apresentam divergências, e até usos políticos, como as díspares versões da suposta prisão do comandante do navio que levava as tropas, sob comando de Moreira César, do Rio de Janeiro para a Bahia.

Ao considerar os padrões da época, que atribuíam à escrita forte valor estético, os autores revelam preocupação com a recepção das obras por tal aspecto. Disso resultam advertências iniciais aos leitores: “Tive tempo de escrever e pouca paciência para, depois de ter escrito a obra, refundi-la em tom melhor – tarefa fatigante e intolerável aos que escrevem despreocupados da fama em clássico português” (BENÍCIO, 1997, p. i), assim como escusas pela fragilidade expressiva em favor do conteúdo: “[...] Devo ser o primeiro a notar o nenhum valor literário do meu trabalho, mas ao mesmo tempo empenho-me em salientar o muito valor que encerra no fundo” (HORCADES, 1996, p. v), ou ainda, uma peculiar invocação: “É chegado o momento final / De quebrar as cordas da lira / Já que o meu canto é tristonho / E a musa nada me inspira” (BOMBINHO, 2002, p. 21).

Por outro lado, nota-se o comprometimento em narrar os acontecimentos presenciados com desejado rigor e fidelidade: “Abastado de provas e documentos” (BENÍCIO, 1997, p. i), mesmo que eventuais revelações possam ser compreendidas como difíceis: “a dizer verdades tão duras quão necessárias” (HORCADES, 1996, p. vi), advindas do risco iminente do campo de batalha: “Findo aqui minha história perigosa / Narrei ela sem a menor perturbação / Tudo que contei é mui verdade / Tratarei sim do fim da expedição” (BOMBINHO, 2002, p. 239).

---

<sup>20</sup> Euclides da Cunha faz referência a Domingos Jesuíno (CUNHA, 2016, p. 249); Marco Antônio Villa cita Jesuíno Correia de Lima (in BOMBINHO, 2002, p. 41, nota 38); Alvim Martins Horcades nomeia Jesuíno Lima (HORCADES, 1996, p. 98); já Ángela Gutiérrez faz menção a Domingos Jesuíno Lima (GUTIÉRREZ, 2002, p. 300).



Outra constante nesses textos é a presença de apelos relativos aos sentidos, pois as memórias guardam intrínseca relação com as sensações humanas: “[...] O vento que soprava do Sudoeste – a cruviana – trazia o hálito da decomposição dos cadáveres insepultos, dos últimos guerreiros” (BENÍCIO, 1997, p. 152), o estímulo sensorial aproxima o leitor do plano narrativo: “[...] e lá encontramos 24 enfermos deste terrível mal epidêmico, que só tinham por guardas assíduos os poucos corvos que começavam a sombrear as suas barracas” (HORCADES, 1996, p. 128), assim como contribui com a *mise-en-scène*: “As balas choviam sem cessar / Debaixo de algazarra e gritaria” (BOMBINHO, 2002, p. 153).

Entretanto, o elemento de maior unidade dessas obras é o caráter de testemunho que guardam. Produções que resultaram do imediatismo da cena bélica, ainda no século XIX, precedem o lançamento de *Os sertões* e, por seu contexto anterior ao cânone, propõe-se aqui denominá-las de “narrativas de uma guerra não euclidiana”,<sup>21</sup> que antecipam, inclusive, assuntos desenvolvidos, posteriormente, por Euclides da Cunha, a exemplo do insulamento sertanejo, da exaltação religiosa do Belo Monte e da sevícia dos prisioneiros sob o jugo dos militares. Desse modo, as obras inaugurais contribuem para o estabelecimento de temas que passam a integrar o imaginário do conflito, em decorrência das memórias que foram registradas em gêneros diversos, a saber: o extenso poema narrativo redigido pelo tropeiro Manuel Bombinho, as crônicas romanceadas por Manuel Benício, militar que atuava como correspondente de guerra, e o relato expedicionário escrito pelo estudante de medicina Alvim Horcades.

## **2.1 Canudos, história em versos, de Manuel Pedro das Dores Bombinho**

É provável que as primeiras referências aos versos de Manuel Bombinho, em obra de maior abrangência, tenham se dado quando Nertan Macedo publicou, em 1969, *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Macedo foi um jornalista cearense que empreendeu levantamento das memórias da guerra entre militares e sertanejos, na década de 1960, coligindo entrevistas com sobreviventes, a exemplo de Honório Vilanova, irmão do principal comerciante do arraial conselheirista. Nesse ínterim, pesquisou, igualmente, outros materiais que tratavam do conflito, inclusive versos da lavra popular. Dessa forma, teve acesso ao poema de Bombinho, do qual, em seu livro, faz uso de algumas estrofes para ilustrar

---

<sup>21</sup> José Calasans denominou de “Canudos não Euclidiana” o conjunto de documentos históricos que dizem da construção do Belo Monte, predecessores, portanto, do período de guerra (CALASANS, 1986). Como nesta pesquisa se analisa a cena bélica, optou-se por esta reformulação.

determinados episódios do conflito bélico. Os versos lhe foram apresentados pelo sertanista Joaquim Góis, que os copiara, segundo o repórter e pesquisador: “beneditinamente dos originais existentes na Biblioteca de Aracaju” (MACEDO, 1969, p. 169).

Sobre Bombinho, a quem Macedo denomina ironicamente de “Camões sertanejo”, é dito que o mesmo era natural de Propriá, Sergipe, provavelmente nascido entre as décadas de 1860 e 1870. Letrado e com alguma formação em música, havia atuado profissionalmente como ourives, mas também desempenhara inúmeras outras funções: músico, escrivão, delegado de polícia, político e rábula por cidades dos sertões da Bahia e de Sergipe. A essa biografia, somam-se entreveros graves, a exemplo de um atentado sofrido dentro de uma igreja e a autoria de um homicídio, praticado contra um desafeto, durante a sessão do júri. Em que pese tais ocorrências, falece octogenário, em Canavieiras, no litoral baiano (MACEDO, 1969).

O poema *Canudos, história em versos*, escrito entre 1897 e 1898, somente foi publicado na íntegra em 2002, ano em que era celebrado o centenário da primeira edição d’*Os sertões*. No ensejo, o interesse pelas temáticas da obra de Euclides da Cunha oportunizou que o canto de Bombinho ganhasse o formato de livro mediante um consórcio entre o selo editorial Hedra, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e a Editora da Universidade Federal de São Carlos. Coube a Marco Antonio Villa a pesquisa que divulgou o poema a partir de cópias do manuscrito, dado que o historiador, ao buscar ter acesso aos originais na biblioteca pública do Estado de Sergipe, descobriu que os mesmos haviam sido furtados do acervo sem que as autoridades, até aquele instante, soubessem da autoria do furto e do paradeiro dos escritos. Segundo o editor, a versão publicada atualiza aspectos ortográficos sem alterar o plano gramatical ou intervir na métrica.

Em 1897, conforme a própria narrativa poética aponta, o versejador sertanejo encontrava-se em Simão Dias (SE) quando da passagem, em direção a Canudos, da coluna Savaget.<sup>22</sup> Na oportunidade, Bombinho acompanha a expedição na condição de fornecedor de víveres, influenciado pelo comendador Sebastião da Fonseca Andrade, o barão de Santa Rosa, que estabelecera negócios com as forças militares. O tropeiro de ocasião, sem ponderar os riscos que a empreitada exigia e, possivelmente, presumindo segurança diante do volume de armas, munições e soldados que totalizavam oito batalhões, ingressa na zona conflagrada. Dado as contingências bélicas, somente após dez dias consegue sair dessa área, tendo testemunhado,

---

<sup>22</sup> O general Cláudio do Amaral Savaget era o comandante da segunda coluna que compunha a quarta expedição militar contra Canudos, cujas tropas partiram de Aracaju, cruzaram o interior de Sergipe e ingressaram na Bahia pela região de Jeremoabo. Já a primeira coluna, sob comando do general João da Silva Barbosa se deslocou, por via férrea, de Salvador para Queimadas, marchou até Monte Santo, base avançada das tropas federais, donde partiu em direção a Canudos. Coube ao general Arthur Oscar o comando geral das operações.

não por opção, uma das mais sangrentas batalhas da guerra de Canudos. Esse episódio serve de mote para a introdução do poema:

Cocorobó, 25 de junho de 1897

No espaço o sol vagueia quase em meio,  
Ouvindo-se o murmúrio da Coluna  
Manobrando lentamente o seu destino  
Procurando com armas a fortuna.

A pátria requer o sangue, a vida  
Dos filhos nesta hora de tormenta,  
Em que tudo são martírios dissabores,  
Mas dos filhos a morte ela lamenta.

Pasmai!... heróis!.... pasmai o quadro é triste.  
Ao chegar d’Cocorobó na várzea em meio  
O fuzil dos jagunços dizimava  
A Coluna que marcha sem receio.

Seis horas de fuzil não é brinquedo  
Neste ato de bravura e mais bravura,  
Não se pode dizer quem foi mais bravo  
O heroísmo foi ao auge de loucura.

[...]

(BOMBINHO, 2002, p. 13)

Nessas quadras, o heroísmo que determina o sacrifício de vidas humanas em favor da pátria é extremado à insanidade de gestos trágicos. A temática, anunciada nos versos iniciais, será retomada durante a extensão do canto poético de tal modo que “bravura” e “loucura” possam performar, para além das rimas de uma estrofe, um campo semântico comum. A exaltação ufanista da coragem dos que procuram “com armas a fortuna” contrasta com a disforia da morte que o olhar aturdido do poeta-cronista registra. Do mesmo modo, o extraordinário marcador temporal, “Seis horas de fuzil não é brinquedo”, indica que os feitos a ser narrados extrapolam os limites convencionais. Afinal, a cena bélica demanda uma relação tempo-espacial própria em que o caráter de ruptura, estabelecido pela (ir)racionalidade do ato violento, destrói o ordenamento social até então pactuado.

Além dos eventos em Cocorobó,<sup>23</sup> a introdução do poema reúne dois outros episódios dos combates iniciais, ocorridos na Passagem do Pequeno e no Trabubu, que totalizam 136

<sup>23</sup> Cocorobó é um acidente geográfico, localizado em Canudos (BA), formado por um conjunto de elevações que compõem um vale cortado pelo rio Vaza-Barris. O topônimo, de origem indígena, seria derivado da onomatopeia que designava o barulho das águas em contato com as rochas. Na guerra, o conhecimento territorial desse sítio favoreceu a resistência quando da passagem das tropas, uma vez que os sertanejos, entrincheirados em posições elevadas, alvejavam os militares na planície. Na ocasião, o comandante Savaget, já ferido, diante da ineficácia da

versos escritos ainda no campo de batalha. Para além do exórdio, a composição poética divide-se em quatro partes, a saber: a primeira trata das duas expedições iniciais contra a comunidade do Belo Monte (7 capítulos com 716 versos); a segunda discorre sobre o fatídico destino da expedição Moreira César (14 capítulos com 1.408 versos); a terceira descreve o deslocamento das tropas e as batalhas iniciais da decisiva investida contra Canudos (7 capítulos com 1.880 versos); e a quarta e última parte narra os acontecimentos que determinam a derrota da resistência sertaneja (12 capítulos e um breve epílogo com 1.844 versos). O poema, portanto, apresenta 5.984 versos, em que predominam quadras de metro irregular, com uso de rimas consoantes abcb, sendo, em apenas duas oportunidades, alteradas para oitavas com rimas abbccddc.

No contraste com outras poesias que, em fins do século XIX, trataram sobre Canudos, os versos de Bombinho ocupam um espaço singular, pois não guardam correlação, por exemplo, com as trovas encontradas nos escombros do arraial sertanejo, as quais o olhar etnocêntrico de Euclides da Cunha denominara de “desgraciosos versos” (CUNHA, 2016, p. 192), nem se assomam ao versejar erudito de outro poeta expedicionário, o estudante de medicina Francisco Mangabeira, autor de *Tragédia épica: guerra de Canudos*, poema publicado em 1900, que soube, segundo Aleilton Fonseca, desenvolver: “[...] estilo híbrido, entre o simbolismo da concepção formal e o desenho retórico dos quadros, de feição romântica” (FONSECA, 2010, p. XV).

A posição intermediária, em certa medida, resultara do imbricamento de aspectos da literatura popular com o cultismo dos cantos épicos. Note-se que a poesia de Bombinho, por um lado, faz uso da versificação tradicional dos ABCs sertanejos, mas, por outro, dada a dimensão do poema e sua organização formal (partes, capítulos, numeração das estrofes), diverge das estruturas correntes no cancionário popular. Em todo caso, prevalece o esforço poético-testemunhal que devota atenção aos eventos, mesmo em detrimento de um plano estético mais elaborado. Os limites formais são expostos nos versos:

---

artilharia, após horas de combate, ordena à infantaria cargas de baionetas para desalojar os adversários e galgar a inclinação. Tal estratégia mostrou-se eficiente, mas a custo elevado de baixas militares. De todo modo, a segunda coluna se aproximou das cercanias de Canudos na data estabelecida para o ataque convergente das frentes de batalha, sendo surpreendida, entretanto, pela contraordem do comandante em chefe que pedia socorro às forças da primeira coluna, então sitiadas no Alto da Favela. A coluna Savaget, em tal circunstância, desloca-se para salvar a coluna Barbosa e, talvez, a própria expedição que havia planejado destruir Canudos em alguns dias, mas somente derrota os conselheiristas após três meses, contando com auxílio de reforços oriundos de todas as regiões do país, inclusive com o deslocamento do Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt, para a região, cuja comitiva incluía a presença de Euclides da Cunha, correspondente d’*O Estado de São Paulo*. Atualmente, o açude cujas águas submergem as ruínas da guerra recebe o nome de Cocorobó e o atual município de Canudos está situado na parte elevada desta serra, sendo possível encontrar moradores que nomeiam, ainda hoje, a sede do município pelo topônimo indígena. Sobre a batalha do Cocorobó, ver Benício, 1897 (apud Galvão 1994, p. 238-239), Cunha (2016, p. 370-379) e Pereira (1956).

198

Descrever o quadro que pretendo  
 Não posso, sou um rude pobretão  
 Não farei com ardeios de retórica  
 O que quero é dar dele exposição.

(BOMBINHO, op. cit., p. 282)

De todo modo, o canto apresenta uma construção poética que enreda uma trama capaz de impressionar pelo universo que consegue envolver e simbolizar. *Canudos, história em versos* pode ser compreendida como uma composição de inspiração épica, especialmente por privilegiar os feitos heroicos dos combatentes e a consolidação cultural, na perspectiva do republicanismo militar vigente, da nação brasileira. Mesmo a simplicidade formal e a ausência de certos caracteres do gênero clássico não invalidam o arrojo dessa epopeia dos sertões que conta a gesta da derrocada de Canudos.

O poeta discorre sobre diversas passagens do conflito com elevada precisão, sendo possível contrastar as informações com outras fontes da guerra. A esse respeito, a edição em análise destaca, por meio de notas comparativas, cinco trechos nos quais os versos abordam questões sobre as quais Euclides da Cunha, posteriormente a Bombinho, discorre n' *Os sertões*. Da mesma forma, outros testemunhos do conflito fazem referência a acontecimentos apresentados no poema, a exemplo de Manuel Benício e Alvim Martins Horcades. Igualmente, verificam-se descrições que dizem respeito à perspectiva dos militares, quando se compara a poesia com as obras do major Antonio Constantino Nery e do tenente Macedo Soares, além da resistência sertaneja, quando se consideram os testemunhos dos conselheiristas que conseguiram sair de Canudos, antes do cerco final, como Manuel Ciríaco e Honório Vilanova.

A amplitude das informações, inclusive com datas, locais e personagens do conflito, associada à complexidade de certas questões apresentadas, indicam o acesso do autor às notícias e às críticas veiculadas pela imprensa da época. Os jornais eram a principal fonte de informação e, em pelo menos duas ocasiões, são feitas alusões aos periódicos no poema: “O mais discutiu-se na imprensa” (ibid., p. 61) e “Molestou anunciam os jornais” (ibid., p. 276); enquanto noutras estrofes é possível inferir a importância, naquele contexto, de tais veículos de comunicação, a exemplo da reação popular contra as redações monarquistas, na capital federal, após o fracasso da terceira expedição comandada pelo coronel Moreira César, em março de 1897. À exceção dos jornais, é provável que Bombinho não tenha tido acesso a outras publicações:

É importante lembrar que, quando da conclusão do manuscrito, em 1898, apesar do grande número de artigos em jornais e revistas publicados ainda durante o conflito, somente tinham sido editados três livros – todos de restrita

circulação. O primeiro foi *Última expedição a Canudos* do tenente coronel Emídio Dantas Barreto, um relato militar sem qualquer virtude literária, o segundo, a novela de Afonso Arinos chamada *Os jagunços*, que tinha sido divulgado em capítulos, desde outubro de 1897, nas páginas do jornal *O Comércio de São Paulo*, e o terceiro foi editado no Pará pelo major A. Constantino Nery com o título de *A quarta expedição contra Canudos* (VILLA, 2002, p. 10).

No poema de Bombinho, para além dos temas e eventos noticiados na imprensa, prevalece, na narrativa-poética, o teor testemunhal sobre os episódios. Tal aspecto possivelmente fora potencializado pelo fato de o autor ter participado, mesmo que em posição secundária, do conflito. Do mesmo modo, pelo acesso que pode ter tido às histórias da guerra, narradas por moradores da região que eram mobilizados nos eventos de Canudos.

A condição ocupada por Bombinho naqueles episódios, então tropeiro que se vê obrigado a permanecer no *front* por alguns dias, possibilitou-lhe presenciar situações extremas e singulares, além de compartilhar narrativas que circulavam pelos acampamentos militares, nos quais oficiais e praças exaltavam vitórias e lamentavam as vicissitudes da luta. Esses diálogos atestam notas remissivas em que o poeta faz questão de indicar fontes oficiais: “Isso me afirmou o Alferes Arão de Brito” (BOMBINHO, op. cit., p. 244), ou mesmo anônimas: “Pessoa de critério e que assistiu toda a batalha [...]” (ibid., p. 84), ou ainda versos que dão conta dos boatos presentes naquele espaço: “Quinze cargas se diz em mui segredo” (ibid., p. 173).

Além disso, o poeta, residente em Simão Dias (SE), também pôde dialogar com seguidores do Conselheiro que portavam narrativas a respeito dos acontecimentos de Canudos noutra perspectiva. Desse modo, a dimensão do sagrado e o tom profético da liderança do arraial foram registrados em versos que remetem à oralidade: “Dizia ele: prometi salvação” (ibid., p. 98). Noutras ocasiões, o vate destaca, em notas, as fontes orais sertanejas: “Um vaqueiro de nome José do Tanque [...]” (ibid., p. 272), e ainda: “Um jagunço, mas homem de bem, disse-me que D. Josefa morreu estrangulada por uma bala na ocasião que dava a luz, e tal fato foi comprovado por muitos outros jagunços que procuraram serviço nesta localidade” (ibid., p. 284).

Assim, a voz poética é responsável pelo arranjo fragmentário, mosaico de outras vozes, que dizem do viver e do morrer naquelas paragens adustas. Para tanto, o canto apresenta expressões utilizadas no ambiente bélico e popular, numa construção antagônica entre a perspectiva dos militares e a resistência sertaneja:

63  
 Que luta meu Deus de crueldade  
 Foi aquela que se deu lá no Sertão!  
 Uns defendendo o fanatismo  
 Outros os bríos da Nação.  
 (ibid., p. 254)

A polaridade fica evidenciada na caracterização dos contendores. Pelo viés das forças regulares, os militares são os heróis que combatem Antônio Conselheiro. Esse, por sua vez, descrito com expressões depreciativas, como “bandido”, “embusteiro”, “vilão”, “ladrão”, “mandão” e “santarrão”. Canudos seria a “toca” ou “covil de tantos bandidos”, “malvados”, “demônios” ou “jagunços”. Em outros versos, o louvor dos feitos militares demanda a valorização do adversário, o arraial passa a ser descrito como o “colosso do sertão” e os sertanejos qualificados como “fortes”. Por sua vez, pela focalização conselheirista, as tropas são designadas como a “miséria” ou a “fraqueza” do governo, os soldados são a “canalha” e, por reiteradas vezes, os “macacos” a ser destruídos, enquanto o seu líder espiritual seria uma personagem extraordinária com “voz de trovão”, mesmo o “Deus”, acompanhado de abnegados seguidores crentes e intrépidos que atendem ao “dono” ou “general do alto sertão”, enquanto o Belo Monte, numa acepção edênica, era o próprio “céu”. Outras analogias são realizadas, sempre pelo emparelhamento do discurso sertanejo e militar, assim, a Igreja Nova é o “Forte” dos jagunços e a serra do Cambaio, a “Humaitá”, enquanto a serra do Cocorobó seria o “Gibraltar” daquele sertão.

Desse plano dual resultam, ao menos, dois aspectos que contribuem para uma possível leitura do poema em análise, a saber: o maniqueísmo em favor do discurso beligerante de um projeto entendido como modernizador e, em contraponto, a resistência de vozes que se encontram diluídas no plano diegético a simbolizar outras formas do viver. O primeiro plano, diretamente relacionado com o olhar externo à comunidade, encontra-se embasado na perspectiva de uma visão exógena que propugnava a destruição do arraial, expurgo necessário de um espaço contrário ao progresso. O segundo, estabelecido em padrões da experiência dos sujeitos do sertão, centra-se na oralidade e em códigos éticos comuns àquela gente que faz do Belo Monte não uma ilha de pessoas rudes, mas uma alternativa sociorreligiosa ao projeto modernizador, então hegemônico.

Quanto ao recorte de apelo maniqueísta, esse ocorre, sobretudo, quando o eu-poético simplifica o plano representacional e reduz a imagem do Conselheiro a um falso profeta que ludibria mentes ingênuas pelos sertões, mesmo que sejam ditas algumas virtudes a seu respeito, como a oratória eloquente, o ascetismo penitente, a realização de obras sacras e a caridade

acolhedora. Essas atenuações, entretanto, não legitimam a adesão da comunidade sertaneja a seu líder, prevalecendo, no poema, o viés do fanatismo religioso. Bombinho, para tanto, reforça o estereótipo do vilão que engana, manipula e mobiliza seu séquito em favor de seus interesses, capaz de utilizar da violência quando a persuasão falha.

No poema, nota-se uma gradação na representação do Conselheiro, antagonista da narrativa, inversa aos resultados das batalhas. A princípio, quando das vitórias frente aos militares, o Conselheiro é uma figura arrogante, potente orador que performa discursos que asseguram o êxito da resistência camponesa. Nessa ocasião, sua liderança ultrapassa o plano religioso e político. É o general do sertão, o líder militar que organiza a resistência camponesa, característica incomum em outras obras sobre a guerra de Canudos. Em contraponto, à medida que as forças federais avançam no cerco do arraial, a personagem se fecha, ensimesma a voz, ausenta-se da cena pública, e, por fim, confessa seus pecados e presunções a um narratário, assumindo, inclusive, a autoria da farsa do levante monarquista e declarando-se anarquista.<sup>24</sup>

Nesse diálogo, a personagem purga o sofrimento da comunidade, rogando a si a responsabilidade pelos acontecimentos traumáticos. O desejo de poder de um indivíduo causara o sofrimento que afligia a todos. Essa resolução narrativa diminui o protagonismo do coletivo na luta e isenta os sertanejos da responsabilidade pelo destino fatídico do arraial. O povo do sertão, incauto e inculto, fora vítima de um pregador enganoso que abraçara o monarquismo em repúdio aos ideais republicanos e, de forma deliberada, incentivara a sublevação popular. Essa atitude, por sua vez, motiva a reação do Estado que, através da vindicta dos heróis nacionais, atua no sentido de incorporar aquela geografia rebelde ao projeto do Brasil moderno:

191  
 Canudos é cidade opulenta  
 Nos confins do longínquo Sertão  
 E aqui por certo nós teremos  
 O princípio da vingança da Nação.  
 (ibid., p. 184)

O uso da violência se justifica como solução possível para preservar o ideal nacional, a força é o instrumento eficaz para punir, exemplarmente, o desvio e restabelecer a ordem. Trata-se, portanto, de um acerto de contas entre projetos divergentes, no qual a construção de um Estado republicano e, pretensamente, liberal impunha, aos habitantes daquele tempo/espço, uma nova configuração das relações políticas, sociais, econômicas e religiosas, dentre outras. No poema, os polos beligerantes se caracterizam pela louvação militar, os defensores da

---

<sup>24</sup> Mario Vargas Llosa, em *A guerra do fim do mundo*, satiriza as imputações políticas feitas ao líder de Canudos por meio da personagem Galileu Gall, náufrago escocês, frenólogo e anarquista que se envolve na guerra.



República, e os discursos que fazem daquela comunidade, e seus símbolos, um inimigo a ser destruído sob o rótulo de monarquistas.

A respeito dessa imagem que se projetou sobre Canudos, Janice Theodoro (1997, p. 127) esclarece: “Travestidos de inimigos pelos republicanos, os jagunços passaram a representar tudo o que deveria ser negado, tudo o que a sociedade brasileira em transformação queria enterrar; no caso, a Monarquia era o elemento aglutinador da crítica”. Tem-se, então, a “anti-figura” ou o “antítipo”, como sugere Seligmann-Silva (2003, p. 11), no qual a projeção de um mito assinala, dentre outras possibilidades, os corpos a ser eliminados.

Por conseguinte, no conflito em discussão, não se combatem homens e mulheres do espaço rural, mas seres bestializados e/ou criminalizados, os jagunços, cujo distanciamento civilizatório, a pretensa degeneração racial e o conturbado momento de transição de regimes enfeixavam, por exemplo, o determinismo cientificista. Esse e outros discursos, evidentes no maniqueísmo em análise, guardam o ideal devotado, no modelo europeu, à superioridade de certos povos. Logo, o plano dicotômico conforma o referencial moderno que se realiza por uma destruição necessária e emancipadora:

Para muitos contemporâneos do massacre, a modernidade era um quadro na parede que se comprava pronto, uma estética urbana importada aos pacotes e uma sociabilidade fria e distante no bom estilo inglês. Isso tudo, evidentemente, era uma imagem e foi essa a tragédia: acreditou-se nela! (THEODORO, op. cit., p. 123).

Bombinho, em seu poema, ao pintar o quadro da guerra faz uso da paleta de discursos disponíveis à época. Disso resulta a simplificação maniqueísta que fora utilizada, especialmente, na representação do Conselheiro. Entretanto, em certas passagens, o dualismo de tais planos cede espaço à construção de posições mais gerais que diluem os extremos em prol de uma centralidade ocupada por personagens, a princípio, secundárias. Isso ocorre porque o poema, mesmo numa trajetória narrativa linear, fragmenta-se em pequenas histórias com seus respectivos protagonistas de modo a conformar o plano principal dos acontecimentos. Nessas oportunidades, apresentam-se personagens e situações complexas, a exemplo de D. Josefa, mulher de posses, que não apenas adere ao Conselheiro, mas convence o marido e a família a lutar e morrer pelo Belo Monte.

Do mesmo modo, as oitavas destacam, no poema, duas passagens que caracterizam a luta noutra perspectiva. Tal mudança ocorre entre as estrofes 176 e 185, no quinto capítulo da terceira parte, em que se apontam, numa visada sertaneja, motivos à derrocada da Nação após a queda do Império, a saber: as fraudes nas eleições, os impostos do governo republicano, a

carestia dos produtos, a corrupção dos políticos, a desigualdade social, além de mudanças que afetavam a cultura tradicional dos sertanejos, como a adoção do casamento civil e a possibilidade da separação legal (BOMBINHO, op. cit., p. 180-183). Já entre as estrofes 269 e 285, no quinto capítulo da quarta parte, as oitavas são retomadas sob a insígnia da voz autoral, que apresenta a personagem João Badulaque e suas intrigas, que envolviam membros da oligarquia local no apoio ao Conselheiro e seu séquito (ibid., p. 298-303).

As tramas do negro Badulaque<sup>25</sup> custaram-lhe a vida, mas a memória de tais narrativas possibilita à personagem histórica outra abordagem no plano ficcional. Trata-se, nesse caso, do anti-herói, o picaresco característico da cultura oral, que mente para sobreviver. A mentira, num contexto de violência social, ganha ares de denúncia, resistência e inspira transformações. A experiência do narrador, em termos benjaminianos, implica na passagem de um saber que, no caso em apreço, representa objeção às regras do sistema hegemônico, no qual o desvio é aceito como virtude. É exemplo dessa tradição narrativa, ainda sobre a guerra de Canudos, a personagem de Dr. Raimundinho, criação de Manuel Benício (1997), cujo título acadêmico que precede o nome é um reconhecimento popular ao repertório de argumentos persuasivos dos quais utiliza para se promover ou se livrar de situações difíceis.<sup>26</sup>

A desconstrução, entretanto, do tom heroico se confirma entre as estrofes 282 e 460, no sétimo capítulo da terceira parte, quando, sob a insígnia da voz autoral em *myse en abîme*, são reveladas as experiências do poeta na guerra (BOMBINHO, op. cit., p. 203-239). O metadiscurso diz do desespero diante do horror da guerra, e o medo obriga o poeta a buscar refúgio, ao invés de lutar: “E eu corri a barriga pelo chão” (ibid., p. 234), entretanto o pavor não o impedia de registrar os episódios: “Eu que dum lado escrevia” (ibid., p. 229), numa síntese de anti-herói que sobrevive para render loas aos heróis mortos. Esse é um aspecto comum aos testemunhos ora analisados: o autor/narrador é o (anti-)herói do relato, não pelos atos realizados na cena bélica, mas pelo registro, mesmo posterior, daqueles episódios.

---

<sup>25</sup> Alcinha conferida a Venceslau Dutra. Badulaque integrava a rede de informantes que atuava pelos sertões em favor de Antônio Conselheiro. No tempo da guerra, fora preso e, sob interrogatório, enredou histórias que mesclavam fatos verídicos e fictícios comprometendo membros de famílias tradicionais nos acontecimentos de Canudos. Segundo José Calasans: “terminou seus dias como muitos outros jagunços: foi degolado” (2013, p. 61).

<sup>26</sup> Ariano Suassuna, n’ *Auto da Compadecida*, apresenta personagens, João Grilo e Chicó, recolhidos em folhetos de cordel, cuja habilidade narrativa determina a sua sobrevivência. Mais recentemente, na produção cinematográfica *Narradores de Javé*, com roteiro de Eliana Caffé e Luís Roberto de Abreu, a personagem Antônio Biá faz menção a esse típico noveleiro da tradição oral.

## 2.2 *O rei dos jagunços, de Manuel Benício*

O centenário da destruição do Belo Monte, em 1997, coincidiu com os 170 anos de circulação do *Jornal do Commercio* no Brasil. Como registro dessas efemérides, o periódico, com sede no Rio de Janeiro, reeditou a obra de Manuel Benício, *O rei dos jagunços*: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos.<sup>27</sup> Benício era um militar que atuara na condição de correspondente de guerra para o jornal carioca durante o período inicial da ofensiva que derrotou a resistência sertaneja.

Walnice Nogueira Galvão esclarece que era comum, na cobertura daquele episódio bélico, a presença de correspondentes que possuíssem formação na caserna. Para a crítica literária, isso caracterizava uma estratégia de aproximação dos noticiários com os comandantes e suas tropas, favorecendo também certo domínio técnico do tema à narrativa jornalística. Galvão (1994, p. 109-110) apresenta o seguinte quadro de militares que cobriram a guerra naquelas caatingas: o tenente reformado Euclides da Cunha (*O Estado de São Paulo*), o coronel Favila Nunes (*Gazeta de Notícias*), o major Manuel Figueiredo (*A Notícia*), substituto do alferes, morto em combate, Cisneiros Cavalcanti, o tenente-coronel Siqueira de Menezes (*O País*) e o capitão Manuel Benício (*Jornal do Commercio*).

Entretanto, a permanência no teatro das operações deste último enviado fora impossibilitada devido às críticas que anotara à condução das ações militares. A esse respeito, Jonas Correia, em introdução à obra *A guerra de Canudos*, escrita pelo tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, torna público um telegrama, enviado pelo gal. Arthur Oscar, que apresenta os seguintes termos:

Urgente – Reservado – 7-8-97.  
Ministro da Guerra – Rio.

Notícias dadas por Manuel Benício, do “Jornal do Commercio”, não devem ser acreditadas. Este indivíduo se me apresentou, em Queimadas, recomendado por dois altos personagens. Pouco tempo depois vi-me obrigado a proibir sua entrada em meu Quartel-General, por ser indiscreto e usar de má-fé. Seguiu para coluna General Savaget que, ignorando o que se tinha passado, trouxe-o. Agora, despeitado, leva ele a inventar fatos, adulterar outros, avaliar forças jagunços em duzentos homens, e alarmar população, o que tudo consta de um telegrama que o telégrafo de Monte Santo me enviou, perguntando se podia transmitir (CORREIA, 1985, p. 20).

---

<sup>27</sup> BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços*: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Outra edição, também de 1997, efetivou-se sob os cuidados do Senado Federal. Já a Edusp publica, em 2003, a edição mais recente organizada pela Profa. Sílvia Maria Azevedo. A primeira edição, de 1899, fora impressa na tipografia do *Jornal do Commercio*.

Esse documento, cuja fonte se encontra no arquivo do Exército Brasileiro, revela a indisposição do comandante em chefe para com o correspondente especial do *Jornal do Commercio*. Do mesmo modo, a mensagem diz da prática da censura nos telégrafos, das questões políticas que sublinhavam o cotidiano das ações militares e, notadamente, o cuidado com a autoimagem do remetente, além da atenção com o posicionamento da opinião pública, afinal não se podia “alarmar a população” a respeito dos desdobramentos da guerra que se travava nos sertões. Em seu conjunto, tais aspectos indicam o impacto social da narrativa midiática sobre aqueles eventos.

Em verdade, as avaliações do capitão Benício, no tocante aos atos do general Oscar, eram severas. Apenas na primeira reportagem, datada de 3 e 4 de julho de 1897, afirma-se que o líder militar não aprendera com os erros das expedições anteriores, buscando os louros da vitória rápida em detrimento da segurança das tropas: “Assim a precipitação ou imperícia indesculpável em um general, que é o quinto comandante da expedição a Canudos, o perdia ingloriamente” (BENÍCIO, 1897 apud GALVÃO, 1994, p. 243).

Já no livro, publicado em 1899, o capitão continua a censurar o desempenho do general que aproximara os batalhões, sob seu comando, de mais um malogro das forças regulares contra a resistência sertaneja: “Não é cobarde o nosso exército, não. Não lhe faltam impavidez e bravura na hora do combate; faltam-lhe, sim, disciplina, ordem e bom comando” (BENÍCIO, 1997, p. 195).

Como se pode supor, a autoridade militar não tolerou as críticas, obrigando o capitão, repórter *ad hoc*, a deixar o *front* numa situação delicada, conforme registrou outra testemunha do conflito,

Quando cheguei em Monte Santo, soube que haviam mandado de Canudos uma pessoa afim de chicotear o capitão Manuel Benício e talvez transformá-lo em nada, pelas mentiras que tinha mandado em correspondência para o *Jornal do Commercio*. Não sei se foi real, porém correu com insistência este boato e quando saí de Queimadas deixei o capitão Benício, que saíra de Monte Santo três horas antes do que realmente pretendia sair, dizendo-se que a isso deveu não receber o que lhe haviam reservado (HORCADES, 1996, p. 108, nota 33).

O fato é que Benício presenciara momentos aflitivos para os combatentes da quarta expedição, cuja incursão inicial falhara, obrigando a um rearranjo da disposição das tropas, bem como das estratégias de guerra. A experiência castrense daquele observador pode ter contribuído para a análise dos erros militares, mas sua intrepidez, em denunciá-los imediatamente, o distingue dos demais repórteres, especialmente os com formação militar, conhecedores, portanto, das táticas e das estratégias marciais.

Sem dúvida, a melhor reportagem é a de Manuel Benício para *O Jornal do Commercio*. Emprega menos chavões que os demais, desce a minúcias tais como o preço da comida e do sabão para lavar roupa, descreve a desorganização e a fome que ele próprio e os soldados estão sentindo, conta da má localização do acampamento responsabilizando-a pelo fato de que os combatentes sejam alvejados e mortos dentro das barracas. Enfim, seu relato é tão vívido que, naturalmente, a cobertura que está fazendo é bruscamente interrompida e ele se retira para o Rio de Janeiro após enviar uma última reportagem datada de 24 de julho, sem cobrir, portanto, o período decisivo e final da campanha (GALVÃO, 1981, p. 77).

O correspondente de guerra retorna ao Rio de Janeiro e, após dois anos, publica *O rei dos jagunços*. Essa obra se apresenta numa zona ambígua entre a biografia, a crônica etnográfica, o romance e o relato expedicionário, reunindo à ficção dados historiográficos que incluem a observação testemunhal e o registro arquivístico, do qual fazem parte correspondências e telegramas de autoridades civis, militares e eclesiásticas, atas de sessões legislativas, além do noticiário de guerra.

Logo de início, o cuidado com os originais é inscrito na expressão que precede o nome do autor na capa do livro: “Documentada e comentada por Manuel Benício”. No entanto, a trama incorpora também fontes não factuais, ao estilo das histórias que se apoiam na construção da verossimilhança quando da declaração autoral de acesso a testemunha fidedigna e/ou documento secreto. Ademais, o texto faz uso do repertório de narrativas orais que se espalhavam pelos sertões sobre os feitos do líder do Belo Monte e seu amplo séquito. A esse respeito, na preloção, as palavras do autor são esclarecedoras:

Abastado de provas e documentos, meti ombros à tarefa, valendo-me às vezes de publicações oficiais que aludiam ao caso discorrido.

Deste modo organizei a presente obra em linguagem chã e brasileira, saturada da sintaxe e vocábulos adotados pelos nossos sertanejos, dando eu ao complexo um tom de romance (guardada a maior fidelidade histórica), pensando assim amenizar a aspereza do assunto e o enfado de descrições enfadonhas de quem não tem estilo (BENÍCIO, 1997, p. 1).

A condição híbrida dessa obra pode ter contribuído para o insucesso da recepção inicial. Por um lado, do ponto de vista ficcional, o enredo oscila entre o cotidiano dos sertanejos e a rotina militar dos acampamentos, sem apresentar a tragicidade dramática que a passagem bélica ganharia, anos depois, na versão euclidiana; por outro lado, do ponto de vista histórico, a narrativa, romanceada em diversos trechos, impossibilitava uma análise que requeria procedência referencial.

*O rei dos jagunços*, desta forma, demandou tempo para curar as avaliações que, por pouco compreender o entre-lugar dessa publicação, a excluía, alternadamente, dos debates a respeito dos eventos empíricos, e da ficção, sobre Canudos. Os *parti pris* que a delimitavam, entre os polos da tradição positivista do narrar, foram problematizados, especialmente a partir da década de 1970, quando a escrita historiográfica se abriu à reflexão da sua condição narrativa, no movimento denominado de “virada linguística”, enquanto a crítica literária, mais sensível à diversidade etológica, fora capaz de ampliar o seu instrumental teórico, acolhendo saberes de outras áreas do conhecimento, notadamente por meio dos Estudos Comparados. A síntese dessas clivagens epistêmicas e o seu reflexo na abordagem da obra de Benício podem ser observados no depoimento a seguir:

[...] O próprio Manuel Benício não é muito citado. Veja como é interessante a gente ver na vida quando as coisas vão avançando e mudando. Eu achava que aquela coisa de imaginação dele, a parte de ficção, prejudicava o livro. Mas agora com essa história cotidiana a gente vê que aquilo é uma das melhores coisas do livro (CALASANS, 1998, p. 45).

A trama benicianiana, como aponta o historiador, enriquecera, ao contrário do que se pensava inicialmente, a possibilidade de compreensão do universo ora representado. Isso ocorre, na obra em análise, uma vez que o texto guarda características da tradição hispânica dos ensaios costumbristas, quando consideradas as cenas coloquiais do viver sertanejo. No Brasil, é possível perceber traços do gênero presentes no romance de costumes, com foco na cena urbana, e no que a crítica literária brasileira tem caracterizado como romance regionalista, quando da descrição de um local não hegemônico, caso dos ambientes rurais.

No tocante à estrutura, *O rei dos jagunços* encontra-se dividido em duas partes: a primeira, “Os visionários e Cangaceiros”, discorre sobre a personagem histórica de Antônio Vicente Mendes Maciel, sua origem familiar, o contexto das missões religiosas que cruzavam os sertões, a conversão em Conselheiro, o cotidiano dos sequazes do peregrino e a fixação em Canudos; na segunda, “Militares e políticos”, narra-se a guerra, propriamente, em suas expedições fracassadas e movimentos políticos, a resistência sertaneja, o cotidiano nos acampamentos militares e na Canudos sitiada, até o fatídico desfecho da comunidade do Belo Monte diante das forças republicanas.

Essa “crônica romanceada”, expressão de Ângela Gutiérrez (2002, p. 293), faz-se em terceira pessoa, o que possibilita uma perspectiva distanciada dos eventos, bem como a alternância na construção dos quadros cênicos, em que ora prevalece a voz narrativa, ora o *modus vivendi* sertanejo, ora as ações militares. A passagem inicial, por exemplo, ilustra o olhar

do narrador sobre o viver/morrer nos sertões. Sugere-se, então, que as cruces nas veredas demandam abraços irrealizáveis, atestando óbitos da valentia sertaneja, oportunidade em que as pessoas de “talento”, expressão que no contexto da obra indica o uso da força física, legam à posteridade a bravura de suas façanhas, lembradas na cultura popular e valorizadas naquele cenário distante e ignoto: “[...] O sertanejo só admira e quer bem ao que é forte, porque o assusta” (BENÍCIO, 1997, p. 5).

A partir dessa afirmação, desenrola-se o introito acerca da relação entre os cangaceiros e a fé, descrita como ato isolado, sem o intermédio de autoridades religiosas, em que um mundo imerso na superstição e no fantástico produz a crença tanto na Igreja quanto no anticristo, numa miscelânea de sentidos e sobreposições. Para tanto, o escritor pernambucano faz menção às proezas contadas, em seu estado natal, sobre a família Guabiraba para, em seguida, descrever “Os Maciéis” e, por extensão, a personagem de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro.

Benício, então, recupera o relato de João Brígido sobre as origens do peregrino cearense e dos infortúnios que o acompanham: a guerra entre famílias, a orfandade, o insucesso nos negócios e nas profissões, a traição da esposa e a busca pela remissão dos pecados na vida peregrina, numa interpretação singular dos preceitos sacros. Dessa forma, a narrativa sugere uma relação entre os acontecimentos de Canudos e a tragicidade hereditária que perseguirá sua liderança.

Como se pode notar, os argumentos utilizados por Manuel Benício guardam correspondência com as teses que serão desenvolvidas, posteriormente, por Euclides da Cunha n’*Os sertões*, como o entendimento da força enquanto elemento central da cultura sertaneja e a presença de fatores atávicos nas explicações sobre o trágico fim da comunidade do Belo Monte. Nesse quadro comparativo, deve-se destacar a presença de outra ideia que detém centralidade no pensamento euclidiano, já presente na obra de 1899, conforme registra o trecho a seguir:

A comoção de Canudos, eliminação, pelas vias devolutivas, que de ordinário aparece sob a forma religiosa nas raças atrasadas, e econômica nas adiantadas, foi um sintoma desta moléstia social que grassa no centro do Brasil, porque a testada já está conquistada por outras gentes e outras ideias (ibid., p. 108).

Trata-se da tese do insulamento sertanejo, cujo distanciamento, não apenas geográfico, entre o litoral e o sertão, possibilitara a presença de práticas culturais arcaicas nas populações que habitavam as caatingas. Segundo essa interpretação sociológica, em fins do século XIX, os sertanejos guardavam feições e valores do início da colonização efetiva daquele território, em fins do século XVI. Diante dessa compreensão, Euclides da Cunha, por considerar Canudos exemplo de atraso civilizacional, concorda com o objetivo central da expedição contra o arraial,

era preciso destruí-lo, mas discorda do método empregado. Seriam os livros, não as armas, os instrumentos a ser utilizados para o fim daquela sociedade retrógrada.

Assim, observa-se que algumas das abordagens a ser apresentadas por Cunha, em 1902, já faziam parte de um contexto interpretativo do projeto nacional, o qual Benício, anos antes, assentara a sua análise, inclusive com as limitações raciais, preconceitos, quando considerado o contexto acadêmico atual, cujo modelo positivista da época impunha a chancela, nas ciências sociais, da tríade determinista (raça, meio e momento histórico), do evolucionismo spenceriano e do darwinismo social, ou ainda, nas ciências da saúde, da psicopatologia com bases em caracteres morfológicos.

Em comum, tais abordagens tendem a minimizar, ou mesmo negligenciar, outros fatores sociais e/ou culturais que certamente contribuíram para a constituição e o funcionamento do arraial, bem como serviram de mote, mais tarde, para sua destruição. Em 1963, com a publicação de *Cangaceiros e Fanáticos*, Rui Facó apresenta uma interpretação sociológica mais adensada da guerra patrocinada por um consórcio de interesses, contra os sertanejos, capaz de questionar a prevalência dos aspectos deterministas:

Estes homens – é a conclusão lógica – tinham forçosamente que ser revoltados. Sem terra, sem ocupação certa, a mais brutal exploração de seu trabalho, revoltar-se-iam qualquer que fosse a dosagem de seu sangue, sua origem racial, o meio físico que atuasse sobre seu organismo (FACÓ, 1972, p. 32).

Ou ainda, em 1965, quando Maria Isaura Pereira de Queiroz publica *O messianismo no Brasil e no mundo*, inaugurando uma explicação que advoga a formação do assentamento popular como um movimento de autodefesa cultural, em que o isolamento é sobretudo uma opção, frente ao conjunto de transformações patrocinado pelo regime republicano:

[...] o Conselheiro, que era contrário a toda e qualquer novidade, não podia admitir a coleção de modificações trazidas pelo novo governo: expulsão do velho Imperador, separação entre a Igreja e o Estado, impostos em muito maior quantidade, recenseamento.

[...] Buscou, então, por todos os meios a segregação para com a sociedade global tão pervertida, instalando-se numa região quase inacessível e proibindo no interior de seu grupo outro mando que não fosse o seu (QUEIROZ, 1965, p. 215-216).

Entretanto, em que pesem as interpretações marcadas pelo olhar etnocêntrico finissecular, a obra de Manuel Benício apresenta um quadro mais amplo do contexto sertanejo quando comparada com o relato de outros cronistas. Desse modo, numa leitura a contrapelo,



como sugere Benjamin, podem-se vislumbrar outros aspectos presentes nessa narrativa que, em fins do século XIX, retrata o viver nos sertões.

Perceba-se, a título de ilustração, a capacidade do Conselheiro em congregar um amplo séquito de excluídos:

Aleijados, doidos, donzelas, ladrões, doentes, assassinos, vagabundos, cantadores, mocambeiros, cegos, possessos, incestuosos, pobres, afortunados, prostitutas, a mais hedionda mescla que se pode aglomerar por monomania religiosa estendia-se atrás do Conselheiro, o chefe, o pastor e o pai daquele ambulante Pátio dos Milagres (BENÍCIO, 1997, p. 36).

Assim é descrita a mole que acompanha o peregrino. Essa cena, anterior à fundação da comunidade do Belo Monte, valoriza, a seu modo, o acolhimento que a liderança dá aos que buscam a proteção negada, sob múltiplas formas, pela sociedade. Do mesmo modo, a passagem sugere o longo processo formativo que possibilitou a constituição do arraial, após duas décadas de peregrinação por localidades dos estados do Nordeste, desenvolvendo ações pias e sociais.

Benício compreende a autoridade do Conselheiro a partir de um anteparo moral que se consolida pelo rigor das ações que a liderança empreende. Exemplo disso seria o fato de angariar o apoio das mulheres naquele contexto. Estas, por sua vez, buscavam formas de resistir à violência doméstica, à misoginia presente no contexto patriarcal do sertão, à exploração sexual, inclusive de representantes do clero, e à prostituição diretamente relacionada à miséria e à fome. Logo, em contraponto aos desvios de conduta doutrinária dos párocos amancebados, o discurso, associado às práticas de austeridade do Conselheiro, passou a granjear-lhe fama: “Dava-se, porém, que o povo, comparando a vida austera e moralizada deste com a livre e pouco exemplar daqueles, seguia de preferência o profeta de Canudos” (ibid., p. 28).

Outro aspecto que corrobora o fortalecimento da liderança do beato cearense, conforme a narrativa d’*O rei dos jagunços*, seria a habilidade deste em utilizar situações ordinárias, um facho de luz numa serra adiante, ou trágicas, o assassinato de uma escrava, para interpretar tais eventos à luz dos preceitos sacros, estabelecendo uma comunicação em linguagem acessível à comunidade que, desse modo, passava a ler os eventos cotidianos enquanto mensagens divinas: “Conselheiro tentara tirar partido do desastre da morte da preta, e a sua voz contrita, austera e ameaçadora despertou na alma de todos um pavor demorado, avolumando o seu prestígio” (ibid., p. 60).

Por essa estratégia, a liderança religiosa, aos poucos, faz-se também liderança política. É exemplar, nesse sentido, o pronunciamento do Conselheiro contra os impostos republicanos, após o lamento de uma sertaneja, ora demandada a pagar um tributo cujo valor era maior que o da mercadoria que pretendia vender na feira livre. Sentenciara o líder asceta:

[...] eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. É a escravidão anunciada pelos mapas que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha), é religiosa e branca, portanto a escravidão não respeita ninguém?! (ibid., p. 87).

Além disso, é provável que os sertanejos preferissem conceder esmolas e dízimos a quem, comprovadamente, edificasse obras em favor das populações do sertão, do que pagar impostos que, hipoteticamente, não lhes seriam revertidos em realizações. Por tal postura, capaz de verbalizar sentimentos amplos daquela sociedade, ampliava-se a autoridade de Antônio Conselheiro junto ao povo, ao tempo que o desgastava junto às autoridades. Outrossim, a cada vitória das forças populares, crescia o prestígio de Maciel, antes mesmo da fundação do arraial em Canudos, como na escaramuça com a polícia baiana na localidade de Masseté (Benício grafa Macete): “Este motim avolumou, sob o aspecto de castigo da Providência, ainda mais a fama miraculosa do pregoeiro da fé” (ibid., p. 90).

Essa construção narrativa culmina com a descrição dos arranjos políticos dos quais participara o Conselheiro, ou mesmo seus seguidores, com lideranças locais, quer eclesiásticas, que reagiam à Proclamação da República e seus efeitos no campo religioso e sociopolítico, à separação entre Igreja e Estado, à instituição do casamento civil e à possibilidade de criação do divórcio; quer oligárquicas, interessadas no controle político, especialmente do voto, daquela comunidade. Entretanto, as alianças não se sustentam, após traições e intrigas que determinam a guerra. Dessa forma, mesmo atribuindo à personagem central um quadro de monomania religiosa, o autor apresenta uma representação diferente do ser aberrante d’outros registros. Para Benício, o Conselheiro seria mais um visionário do que um fanático religioso: “E assim eram os conselhos do mentecapto, aliás inofensivo missionário” (ibid., p. 52).

Do mesmo modo, n’*O rei dos jagunços*, o universo cultural sertanejo recebe atenção, desde questões coloquiais, brincadeiras, alimentação e vestuário, até temas mais complexos como a dimensão religiosa e o ambiente servil das relações socioeconômicas que vigiam antes da formação do arraial. De acordo com o enredo, os peregrinos que constituem o Belo Monte incorporam a diversidade étnica-social e atuam contra a exploração escravista. Ilustra bem tal aspecto o diálogo entre duas personagens negras, no ano de 1887, Pajoba e Candinho. Este, escravo, vaqueiro de um potentado rural do sertão; aquele, cearense liberto pelas ações do jangadeiro Chico Nascimento e da política de João Cordeiro, era seguidor do Conselheiro. Na conversa, Pajoba sugere ao interlocutor fugir para o Ceará, onde estaria liberto, mas Candinho pondera sobre a possibilidade de ser capturado, por isso novo alvitre é apresentado: “– Pois

olhe, se tem medo de fugir para o Ceará é vir conosco, quando sairmos daqui. Desafio a quem vá buscá-lo entre nós. Assunte sobre o negócio e decida” (ibid., p. 45).

Referências como essa indicam que a variedade cultural presente no Belo Monte fortalecia a comunidade diante da sociedade englobante. Ao acolher excluídos de toda espécie que, para além da salvação das almas, buscavam algum tipo de proteção, o arraial ampliava sua importância político-econômica regional, uma vez que para lá convergiam forças dispersas pelos sertões. Assim como narra Benício, aos fervorosos crentes, inclusive com a presença de famílias ricas que se desfizeram dos bens em busca de uma nova forma de viver, juntava-se um vasto espectro de segmentos marginalizados que: “[...] chegava, em Canudos, por devoção, curiosidade, moléstia e perseguição da Justiça, ou particulares” (ibid., p. 91).

José Calasans, em *Cartografia de Canudos* (1997), descreve a presença multiétnica na comunidade do Belo Monte. Para lá, segundo o historiador, migraram brancos, mestiços de variados matizes, indígenas provenientes das aldeias situadas em Rodelas e em Massacará, além de amplo contingente de negros, então designados, por uma expressão da época, como “o povo do 13 de maio”:

Pelo que nos foi possível, alicerçados sobretudo na voz popular, o séquito do Bom Conselheiro reunia todas as “nações” do sertão. E pela presença de escravos se pode até aventar a hipótese de ser Canudos o “último quilombo” (CALASANS, 1997, p. 47).

Essa pluralidade aparece na narrativa de Benício, sendo possível notar a participação de personagens, em geral, ausentes noutros relatos. A presença de mulheres que atuam em condição de protagonismo, no enredo, sinaliza formas de resistência à estrutura patriarcal, além de sugerir certo dinamismo naquele contexto social, a exemplo de Maria Pimpona, que habilmente manipula o erotismo sertanejo a seu favor; das filhas do major Tomé, três jovens que abandonam o lar paterno em busca de outras experiências; além de Maria Francisca de Vasconcelos,<sup>28</sup> a Macotas, professora que leciona em Canudos, auxilia no atendimento dos feridos e, no epílogo da guerra, é degolada após discursar em favor do Conselheiro: “– Calar-me? Era o que faltava. Querem tirar-me a voz também? Pois é fácil; cortem-me o pescoço, como tem feito às minhas companheiras” (BENÍCIO, 1997, p. 213).

Do mesmo modo, verifica-se a existência de personagens que atuam a partir de valores étnico-raciais distintos, quer históricas, o negro Pajeú, liderança guerrilheira; o caboclo João Abade, comandante da guarda católica, espécie de milícia do Conselheiro; o índio Manuel Quadrado, curandeiro/médico do arraial; a velha Benta, mulher branca que protesta contra a

---

<sup>28</sup> Segundo Maria Guilhermina, uma sobrevivente, a professora era Maria Bibiana (CALASANS, 2013, p. 54).

cobrança de impostos; quer ficcionais, os já citados negros, Pajoba e Candinho; os homens bronzeados na cor, em alusão aos vaqueiros; o moreno Chico Ferreira, tocador de viola; o Pai Cabungá, cujo epíteto sugere a convivência de práticas religiosas de outras matrizes no Belo Monte; o matuto Raimundinho Doutor, noveleiro, que com sua parola protegia-se das situações de violência.

Esse mosaico cultural, a princípio montado em um longo capítulo da parte inicial, “Vida sertaneja”, é ampliado noutros capítulos da parte final, momento em que se alternam as perspectivas entre os sertanejos e os militares. A propósito, não é a vida sertaneja que emoldura a guerra, mas o contrário, uma vez que a tensão narrativa dos atos bélicos determina, na diegese, o vazio do contexto prosaico. É a ausência da voz, silenciada pela força, o tema central.

Para Sílvia Maria Azevedo, em estudo introdutório à reedição d’*O rei dos jagunços*, prevalece na representação do exército o tom de desforra do repórter expulso da cena bélica. Assim, a focalização, quando dos acampamentos militares, recupera as imagens em que: “[...] A fome, as doenças, as mortes estúpidas, o abandono e o desespero dos soldados feridos são quadro desolador que o correspondente do *Jornal do Commercio*, fiel ao compromisso de informar o que viu, vai fazer questão de mostrar nas cartas” (AZEVEDO, 2003, p. 15).

A guerra, posteriormente na versão romanceada de Benício, não apresenta as cenas plásticas que adensam a tragicidade peculiar dessa temática. A épica do soldado expedicionário é sublimada, pois se enfatizam as tramas políticas, as incorreções militares e as dificuldades operacionais. É uma guerra “suja”, eivada de intrigas e interesses diversos, portanto sem glamour e ingloria. Para tanto, o autor recorre à recensão de documentos, relatórios e reportagens que corroboram tais impressões.

Em contrapartida, a constituição e o cotidiano do arraial recebem outra abordagem, com maior empatia. Nessas passagens, mesmo com críticas, a narrativa assimila enredos presentes em histórias da tradição oral: os “causos”, as adivinhas, as rezas, os folhetos de cordel, as canções sertanejas, os versos populares chamados ABCs. Em comum, textos que preconizam temas mais gerais das culturas do sertão e, em alguns casos, as peripécias da guerra. Assim a crônica se faz romance, uma vez que, ao relato expedicionário, entrecruzam-se histórias do imaginário sertanejo, a saber: a valentia do cangaceiro, os crimes de honra, a melancolia do amor não correspondido, o triângulo amoroso, a fuga/rapto da donzela, a captura do boi encantado, a cura de ferimentos com ervas e rituais, as fabulações do narrador furtivo, o desafio do tesouro mágico, o pacto com o demônio, as histórias de Trancoso e a loucura.

Esse último tema merece atenção na obra de Benício. Diga-se, antes, que a enumeração de tantas cenas do universo cultural do sertão resulta numa superficialidade do plano dramático

em favor da perspectiva panorâmica, espécie de rol folclórico, que visa estabelecer um amplo quadro de comportamentos, aliás, o que é sugerido no subtítulo da obra, “crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos”. Entretanto, quando o assunto é a insânia, a densidade é maior. As personagens, nessas ocasiões, ganham profundidade psicológica, ou mesmo, quando isso não ocorre, alegorizam a ruptura das balizas racionais que cedem à barbárie ora descrita.

Cabe lembrar que, após o conflito, não sendo possível sustentar os argumentos de um levante monarquista, adotou-se, amplamente, a tese de uma coletividade anormal, inclusive com fulcro no estudo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços” (1897), de autoria do médico Raimundo Nina Rodrigues. Este profissional jamais avistara o Conselheiro em vida, mesmo assim apresenta a diagnose da exaltação psíquica, resultante de um sentimento de perseguição acumulado pelo peregrino que o levaria a entender-se como o próprio Cristo, e, por extensão, seus seguidores, ignorantes e crentes, seriam alienados da realidade imediata ao buscar, nas palavras daquela liderança, a salvação. É sugestivo, entretanto, notar no diagnóstico do psiquiatra, que atesta epidemia vesânica em Canudos, a presença de argumentos de ordem social:

[...] Antônio Conselheiro anormaliza extraordinariamente a vida pacífica das populações agrícola e criadora da província, distraíndo-as das suas ocupações habituais para uma vida errante e de comunismo em que os mais abastados cediam parte dos seus recursos em favor dos menos protegidos da fortuna (RODRIGUES, 2000, p. 148).

De toda sorte, os coetâneos da guerra de Canudos optaram, majoritariamente, por situar a imagem do Conselheiro, e do amplo séquito, no campo do desvario. Essa também fora a escolha de Benício. Assim, n’*O rei dos jagunços*, a personagem vinculada, inicialmente, à autoridade dada ao feitio de obras, à peregrinação pelos sertões, à capacidade de organizar o conjunto de seguidores, notadamente pelos conselhos,<sup>29</sup> ganha ares sombrios a partir dos atos violentos. O líder se torna um anacoreta, abdicando do comando político da comunidade, que passa ao controle de outras personagens, Vilanova<sup>30</sup> cuida dos negócios, enquanto João Abade decide sobre as ações bélicas.

De acordo com o enredo, a sanidade do dirigente espiritual agrava-se com os jejuns e outros hábitos ascetas. O plano narrativo, como já dito, apresenta a loucura como uma questão

<sup>29</sup> Os Conselhos eram momentos em que a comunidade recebia orientações de Antônio Conselheiro.

<sup>30</sup> No tocante aos Vilanova, Benício apresenta imprecisões históricas. Refere-se a Horácio, ao invés de Honório, e atribui a este poderes que pertenceram a seu irmão, Antônio Vilanova. Ver MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1983.

hereditária, mas também, em alguma medida, magnética. Por isso, a romaria dos alienados ampliara as fileiras da migração ao Belo Monte,

Grande número de doentes, nervosos, aleijados e loucos chegavam também a Belo Monte em demanda de cura a suas enfermidades. Conselheiro não medicava, curava pela fé e, salvando por este modo a saúde de muitos, assegurava o milagroso poder de que se dizia investido por graça divina (BENÍCIO, 1997, p. 96).

O Belo Monte seria local de acolhimento de seres humanos: “[...] física ou moralmente defeituosos” (ibid., p. 91). Daí a quantidade de personagens com distúrbios mentais na trama beneciana: o taciturno Tristão, jovem que acompanhara o Conselheiro e, por analogia das personalidades, era considerado, no maldizer de alguns, o filho desaparecido deste; Isabel, a redentora, louca que se imaginava a imperatriz, dizia a todos que fora: “[...] contrariada na estampa de Chico da Padaria com um véu num pé só vestido de samba...” (ibid., p. 144); a professora Macotas, cuja sandice resulta da tentativa de cuidar das feridas do Conselheiro. Essas personas simbolizam diferentes motivações à ruptura racional: o atavismo, a mudança de regime político e a violência decorrente da guerra, respectivamente. Contudo, a personagem que melhor catalisa a dimensão do desequilíbrio psicológico, no enredo de Benício, é Jararaca, o pai incestuoso.

A saga desse ente ficcional tem início quando, num conselho, a liderança religiosa do Belo Monte, após ser informada<sup>31</sup> por Horácio Vilanova da sevícia paterna de um seguidor, inquire o abusador: “Pai maldito, serás tu da raça das jararacas que comem os filhos?” (ibid., p. 49). A apóstrofe profética fora acompanhada de um cantar de galo, símbolo de mau agouro,<sup>32</sup> e o homem, em desespero, foge noite adentro. Tempos depois reaparece ensandecido, apresentando-se como Jararaca e tentando morder as pessoas. É imobilizado, tido como um possesso e, sob intervenção do Conselheiro, faz-se o exorcismo do demônio. O incestuoso, então, acalma-se e segue como demente a massa peregrina.

Jararaca passa a perambular pela narrativa, já no arraial, sempre despido e a cavaleiro de um burrico, interferindo com sua imagem tresloucada, ações insanas e frases aparentemente desconexas na rotina da comunidade. Os transtornos que causa, entretanto, são sempre tolerados, a exemplo da passagem em que rouba os trajes do mulhério que se banhava num

<sup>31</sup> A rede de informação que servia ao Conselheiro recebe um tratamento especial n’*O rei dos jagunços*, o que explica, em parte, o poder que acumulava. Pode-se inferir, pela narrativa de Benício, a existência de três tipos de personagens: os informantes, atuando internamente na comunidade; os olheiros, agindo dispersos pela região; e os espiões, infiltrando-se nas linhas adversárias.

<sup>32</sup> Outros versos dizem da má sorte dos sons emitidos pela ave, como na morte de Moreira César: “A terceira cantada do galo / Ecoou momento fatal / O coronel coitado em silêncio / Esperava sua hora final” (BOMBINHO, 2002, p. 95).

poço ou quando acompanhara a procissão das imagens para o templo sacro. O fato de atuar como uma espécie de sombra sobre o enredo indica, além da caridade com respeito à sandice, a sina que afligia aquele aglomerado humano. Ademais, sobrevivente do massacre, cabe a essa personagem a cena derradeira do enredo. No epílogo, que tem uma interrogação como título, possivelmente em alusão aos resultados daquela campanha, o louco, cavalcando a pelo a montaria, sentencia: “Eu sou Jararaca, o único animal que mata os filhos!” (ibid., p. 220).

Essa imagem final remete à interpretação que analisa os eventos como um conflito civil, uma luta fratricida. Na versão de Benício, um infanticídio, em que se matava, naquele episódio, os filhos da pátria para saciá-la, à maneira do réptil, com o sangue dos alienados, portanto seres inimputáveis dos atos ora praticados. É possível, logo, uma leitura em diálogo com o referencial darwinista, deslocado da biologia para as ciências sociais, no qual a violência regula as relações ao submeter o mais fraco ao mais forte.

Além disso, pela proximidade das imagens, o desfecho beniciano guarda referência aos versos de Pethion de Villar. O poeta baiano publicara no *Diário da Bahia*, na seção “Literatura”, em 10 de outubro de 1897, um soneto, em francês, dedicado a Euclides da Cunha.

#### CAIM

Ao Sr. Euclides da Cunha

O Senhor colocou em Caim um sinal...  
Então Caim afastou-se da presença do Senhor,  
e foi viver na terra...  
(Gênesis, cap. IV)

A carnificina acabou: perfurada por tiros de metralha,  
Os negros em pó, espalhados em poças de sangue,  
Cadáveres em todos os lugares, desordenados, desarrumados  
A planície onde a terrível batalha engoliu.

E a noite chegará: a grande emoção desce,  
A distância, mil abutres voam para a festa;  
Abandono, silêncio e nada que baile:  
Não existe um grito de piedade nesta matança!

Nu, sobre um cavalo monstruoso que se inclina,  
Arrasado, sentindo o cheiro dos corpos,  
De repente, aparece um fantasma com uma barba branca,

Todo nu, olhar seco, que, punho no quadril  
Solene e mudo, sem ódio e sem remorso,  
Atravessa lentamente a arena da morte ...

(VILLAR, 1897 apud GALVÃO, 1997, p. 113, tradução do autor).<sup>33</sup>

<sup>33</sup> No original: “CAIN / À M. Euclides da Cunha / Possuitque Dominus Cain signum... / Egressusque Cain a facie Domini, / habitavit profugus in terra... / (Genèses, cap. IV) / Le carnage est fini : troués par la mitraille, / Noirs de

Nota-se que a personagem de Manuel Benício dialoga, francamente, com os tercetos. Segundo Walnice Nogueira Galvão (1997), a poesia de Pethion de Villar,<sup>34</sup> inclusive pelo uso da língua estrangeira, denota a influência de autores como Victor Hugo, Baudelaire ou Leconte de Lisle, que exaltaram a figura de Caim, o desterrado bíblico, compreendido como símbolo de rebeldia e de contestação da ordem na lírica romântica. Outra possibilidade de leitura com base no texto sagrado, ainda segundo Galvão, associaria a imagem poética ao quarto cavaleiro do apocalipse, a morte, que reuniria os três anteriores, a fome, a peste e a guerra. O título, por evidente, remete à concepção de um conflito entre irmãos nas batalhas de Canudos.

Já Paulo Emílio Matos Martins, em “O rei dos jagunços e a historiografia de Canudos”, artigo que apresenta a reedição da obra pelo *Jornal do Commercio*, lança os seguintes questionamentos:

Quem sabe o romance de Manuel Benício teria mesmo a virtude de antecipar o realismo fantástico – gênero tão latino-americano quanto nossas tragédias sociais? Ou não seria o personagem Jararaca, com o qual o autor termina sua narrativa, um ancestral dos Buendía da solidão centenária do universo mágico de García Márquez? (MARTINS, 1997, p. xvii).

*O rei dos jagunços* dialoga com a escrita realista, em voga no Brasil, do século XIX. Esse olhar vítreo, inspirado na literatura europeia dos Oitocentos e, em alguma medida, uma prévia dos realismos, fantástico e maravilhoso, latino-americanos do século XX, é possível de ser observado na crônica romanceada por Benício. Na obra, por exemplo, vê-se a força do erotismo em que a atração sexual é mais intensa que o sentimento amoroso. A loucura, inclusive, vincula-se à sexualidade. É assim no desejo irrefreável do pai incestuoso, na masturbação de Tristão, no ressentimento, pelo abandono, de Isabel e na condição ascética, em detrimento do sexo, do Conselheiro. Esses trechos podem ser interpretados, inclusive, pela ótica naturalista. Entretanto, a personagem Jararaca, assim como a trama ficcional, pode ser lida a partir de outra lente, mais opaca, na qual mais se sugere e menos se revela. Uma modalidade de leitura acercada da dúvida, especialmente da incerteza sobre o que é simbolizado, sobre os

---

poudre, étendus sur des flaques de sang, / Des cadavres partout, pêle-mêle, jonchant / La plaine où s’engouffra la terrible bataille. / Et la nuit va venir : le grand frisson descend, / Au loin, mille vautours volent pour la ripaille ; / L’Abandon, le silence et le Néant qui baile : / Pas un cri de pitié sur cet égorgement ! / À poil, sur un cheval monstrueux qui se penche, / Harassé, en flairant la puanteur des corps, / Il apparait soudain, un Spectre à barbe blanche, / Tout nu, l’œil assouvi, qui, le poing sur la hanche / Solennel et muet, sans haine et sans remords, / Traverse lentement l’arène de la Mort...”

<sup>34</sup> Pseudônimo literário atribuído ao médico baiano Egas Moniz Barreto de Aragão. A epistolografia entre Pethion de Villar e Euclides da Cunha registra o desejo deste em ver o livro sobre a campanha de Canudos traduzido para o francês por aquele; “[...] o que não veio a ocorrer” (GALVÃO, 1997, p. 112).



episódios narrados. Isso se dá uma vez que a trama destaca a violência, mas não consegue abarcá-la, legando a memória à maneira de um trauma.

Jaime Ginzburg, em “Literatura brasileira: autoritarismo, violência e melancolia” (2017), estabelece uma distinção entre as perspectivas estéticas do realismo e da literatura do trauma. Essencialmente, o realismo assume um pressuposto de inteligibilidade do mundo referencial que, uma vez mediado pela arte, pode ser retomado pela: “[...] capacidade da consciência de voltar-se produtivamente para o que está por trás da aparência” (GINZBURG, 2017, p. 157), enquanto a experiência traumática tem afirmado: “[...] a precariedade das condições de funcionamento da consciência” (ibid., p. 158). A esse despreparo, psíquico/emocional, do sujeito para elaborar e interagir com o “real”, acrescenta-se, no caso das situações extremas, o impacto violento do trauma que, por conseguinte, demanda a simbolização, quer seja pela fixação melancólica da imagem, quer seja pelo trabalho de luto capaz de contornar os traços da cena exorbitante.

Assim, quando Benício afirma que os sertanejos lutam por “sua fé religiosa, a sua terra e família!” (1997, p. 175), compreende-se parte do mosaico, não o seu todo. O autor pouco alcança a dimensão da resistência que, ao fim, revela-se insustentável. Sem capitular às Forças Armadas, a fidelidade daquele povo à causa do Belo Monte se revela incompatível com o entendimento racional ansiado pelo militar e jornalista que reportara, em contrapartida, a debandada de soldados: “Ontem desertou uma linha inteira de 21 praças do piquete” (BENÍCIO, 1897 apud GALVÃO, 1994, p. 310). Essa angústia em tentar explicar por que os habitantes do Belo Monte optavam pela morte, muitos abdicando da fuga ou da rendição, acaba por corroborar a tese do fanatismo religioso. Interpretação majoritária, nos escritos da época, mas com diferentes modulações.

A religiosidade popular, convertida em fanatismo, passou a ser representada como sandice e, em alguns casos, como fantasmagoria, a exemplo da obra de Sándor Márai, *Verdicto em Canudos*, publicada em 1970. O escritor húngaro acessou os acontecimentos de Canudos pela versão em inglês d’*Os sertões*, entretanto o olhar que lança à questão é divergente da perspectiva euclidiana:

[...] É natural que se alguém de fora, da rua, olha o hospício por uma janela de grades, o que vir ali vai parecer loucura... Porém os que estiverem dentro talvez não sejam apenas loucos, mas desejem alguma coisa com essa força assustadora, alguma coisa de que só assim possam se aproximar... Talvez queiram mais, não apenas ser loucos... Era curioso como os assassinos e os ladrões também se acalmavam em Canudos... Como se por fim chegassem em casa... Entre eles havia tipos selvagens (MÁRAI, 2002, p. 125).

De modo semelhante, Benício absorve a alienação mental em seu texto menos como uma explicação científica da tragédia humana alcançada nas caatingas baianas, mais como um elemento articulador de sua narrativa. Como se sabe, o autor não se propôs escrever uma obra literária sobre a guerra de Canudos. A posição inicial, recorde-se, seria “amenizar a aspereza do assunto e o enfado de descrições enfadonhas” (BENÍCIO, 1997, p. 1), de modo a possibilitar que a ficção auxiliasse na compreensão dos eventos históricos. Entretanto, a estratégia parece ter galgado outro plano representacional, já que o enquadramento referencial não comportou os aspectos que transbordavam daquela violenta experiência, levando o cronista, mesmo que involuntariamente, a fazer uso da linguagem ficcional para simbolizar aquilo que não conseguira descrever em sua totalidade. Ora, o que não se consegue explicar, muito menos ignorar, simboliza-se.

### **2.3 Descrição de uma viagem a Canudos, de Alvim Martins Horcades**

Obra publicada em 1899, em Salvador, pela Lito-Tipografia Tourinho e reeditada pela Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), em 1996, como parte integrante da coleção comemorativa do cinquentenário da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A inclusão desse relato na coletânea institucional rememora o testemunho de Alvim Martins Horcades, acadêmico de medicina e farmácia que integrou o corpo de voluntários, vinte e quatro ao todo, que serviram durante a quarta expedição aos sertões baianos.<sup>35</sup> A propósito, *Descrição de uma viagem a Canudos* é dedicada à memória de Joaquim A. Pedreira, colega de faculdade, que morrera durante a campanha militar. Naqueles eventos, dentre outras atividades, o então estudante pôde atuar como auxiliar médico, dirigir o hospital de variolosos, além de participar da exumação do corpo de Antônio Conselheiro.

No prefácio do livro, assinado por Lélis Piedade, o secretário do Comitê Patriótico da Bahia louva o heroísmo do soldado brasileiro frente ao que considerava fanatismo dos conselheiristas, ao tempo em que agradece a dedicação dos acadêmicos da Bahia, com menção especial à passagem em que o prefaciado, acompanhado de outro colega, cruza o campo de batalha na tentativa de salvar o tenente-coronel Tupi Caldas durante o assalto, em 1º de outubro de 1897, quando as forças militares se aproximam da vitória sobre os sertanejos.

---

<sup>35</sup> Criada em 1808, após a chegada da família real, a Escola de Cirurgia da Bahia, localizada no Largo do Terreiro de Jesus, em Salvador, recebeu outras nomenclaturas em sua trajetória secular. A atual Faculdade de Medicina da Bahia é, desde 1946, uma das unidades acadêmicas da UFBA.

Já no proêmio, lê-se a intenção de exaltar os feitos dos estudantes da então Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia e: “[...] proporcionar àqueles que não tiveram ainda completo conhecimento de factos particulares e interessantes que se deram em uma campanha da civilização contra a barbaria” (HORCADES, 1996, p. ii). Desse modo, o autor situa o presente trabalho no campo dos relatos de viagem, no qual a perspectiva, em primeira pessoa, visa situar o leitor sobre os acontecimentos que a testemunha presencial poderia relatar, numa concepção positiva da história, com precisão.

Em geral, as narrativas de viajantes enfocam dois aspectos centrais: o cenário exótico e a alteridade humana. Para tanto, o enredo estabelece um plano de ação em que as paisagens e as personagens, desconhecidas do público, são apresentadas a partir do caráter excepcional. Tal construção produz um efeito paradoxal em que a estabilidade do habitual é tensionada, em maior ou menor medida, pelo ignoto. No caso da descrição de Horcades, para auxiliar na composição dessas imagens, faz-se uso de um viés maniqueísta que serve para delimitar os polos entre os civilizados e os bárbaros, associando à imagem da paisagem geográfica, e seus contornos peculiares, a figura humana que habita os sertões. O autor, igualmente, emprega um discurso eloquente, mesmo com ressalvas à própria escrita, o que indica, pelo tom laudatório, o lugar que ocupa no contexto social. Essa linguagem empolada, mais adequada aos espaços acadêmicos ou às tribunas políticas, diz também do público ao qual se endereçava o depoimento do futuro médico e farmacêutico.

À vista disso, nota-se um esforço em agregar ao relato certos aspectos da tradição literária, quer pelo uso da linguagem elaborada, por meio de fragmentos poéticos, quer pelas alusões aos escritores e às personagens da ficção clássica. Deve-se compreender que, no contexto daquela publicação, engenho e ciência eram elementos constitutivos de um texto entendido como de matriz não ficcional. Tal aspecto se vinculava à noção de civilidade, própria ao cidadão que na descrição das cenas mais agudas faria uso de linguagem elevada a sua condição social. Assim, a narrativa de Horcades não abdica da utilização de metáforas e outras estratégias comuns à ficcionalidade para valorizar o seu relato.

O enredo, em si, já rememora um tema próprio à literatura, pois encontra-se organizado num tripé que discorre sobre o deslocamento para o campo de batalha, as peripécias do conflito e o retorno do pós-guerra. Esses três momentos conformam o cerne da obra nos seguintes capítulos: “Da Bahia a Canudos”, “Em Canudos”, “De Canudos à Bahia”.<sup>36</sup> Ao final,

---

<sup>36</sup> Bahia, nesse caso, faz referência à capital do Estado, numa alusão ao topônimo, decorrente do acidente geográfico que a nominou, originalmente, como São Salvador da Bahia de Todos os Santos. É possível, portanto, o uso das expressões “ir à Bahia” ou “voltar da Bahia” numa alusão à cidade Salvador. Esse recurso é utilizado em composições musicais, a exemplo de “Você já foi à Bahia?” (Dorival Caymmi) e “Lá e Cá” (Lenine).

acrescenta-se outro breve capítulo, espécie de apêndice descritivo, sob o título de “Canudos”, em que se faz uma síntese da formação histórica do arraial, explica-se a arquitetura das edículas, caracterizam-se alguns aspectos do viver sertanejo e, por fim, nega-se a tese da sublevação monarquista.

Ainda na introdução, o estudante de medicina e farmácia esclarece ter sido censurado por suas opiniões, pois o livro era uma síntese dos artigos que redigia no *Jornal de Notícias*, desde 26 de outubro do ano anterior, e que, “por motivos imperiosos, inteiramente alheios à minha vontade e que não vem a momento declarar” (ibid., p. v), deixaram de ser publicados. Nesse caso, a tiragem *in-fólio* era a única opção, porque, segundo o autor: “[...] com a responsabilidade do meu nome e máxima liberdade, facultada pela constituição do meu paiz, explanar a minha humilde opinião sobre o que vi e narrar com toda lealdade o que presenciei” (ibid., p. v), afinal se sentia obrigado a dizer verdades as quais classificou como duras e necessárias.

Sobre tal questão, deve-se considerar a mudança da correlação das forças políticas, no Brasil, após a guerra de Canudos. Durante o conflito, com o fracasso da expedição Moreira César, os monarquistas foram alvo de perseguições e violências. Já no pós-guerra, com o atentado contra o presidente Prudente de Moraes, que resultou na morte do Ministro da Guerra, o marechal Carlos de Machado Bittencourt, a ala dos republicanos exaltados foi desarticulada, com o empastelamento dos jornais florianistas e, especialmente, com o fechamento do Clube Militar, o que auxiliou no estabelecimento do regime oligárquico que predominou na República Velha.

[...] A guerra de Canudos serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas e aos setores jacobinos, tendo contribuído para implantação da política dos governadores, criada por Campos Salles e dominante até 1930, em que as lideranças civis de Minas Gerais e de São Paulo passaram a se alternar no poder (VENTURA, 2003, p. 182).

Desse modo, o enfraquecimento político dos setores militares era um aspecto que contribuía para a publicação de obras com críticas ao desempenho das Forças Armadas na guerra empreendida contra a população do Belo Monte. É nesse contexto, de proeminência civilista, que surgem os trabalhos de Manuel Benício, Alvim Horcades, Lélis Piedade e, mesmo anos depois, de Euclides da Cunha. Tais textos reúnem censuras e denúncias contra a atuação das forças expedicionárias, escritos por correspondentes que testemunharam a movimentação das tropas, bem como os infortúnios das batalhas e os suplícios dos conselheiristas.

A esse respeito, crê-se que Horcades tenha enviado reportagens para o *Diário de Notícias* (GALVÃO, 1994, p. 121-139). A gazeta soteropolitana não identifica o

correspondente nas matérias, mas é possível inferir a autoria a partir da predominância das informações sanitárias, acerca da guerra, além de outras informações que coincidem com o posterior relato de viagem. Em ambos os casos, nota-se a focalização do agente de saúde. Na obra, com referência à temática, lê-se que a meta almejada pelos voluntários do corpo médico seria: “[...] o lenitivo e o conforto às dores que sofriam os seus irmãos, combatentes e combatidos” (HORCADES, 1996, p. ii). Dessa maneira, a visada hígida indicava, pelo menos no registro, a preocupação também com os sertanejos.

A leitura do livro, igualmente, diz das intempéries vivenciadas no *front*, onde o socorro às vítimas da guerra estava associado a uma perspectiva filantrópica, empreendida pelos “apóstolos da caridade” (ibid., p. 55), diante de um quadro de horrores. Na ocasião, a gravidade dos ferimentos era ampliada pelos limites das condições de trabalho nos hospitais de sangue.<sup>37</sup> Mesmo enfermidades menos complexas se tornavam graves, dada à precariedade do quadro sanitário. Logo, pouco se podia fazer no atendimento aos feridos e enfermos, o que reforça o papel de um “sacerdócio da caridade” (ibid., p. 159), inclusive capaz de confortar os pacientes na hora da morte.

Isso posto, não se pode desconsiderar que o ideário do cronista era mais severo, em relação ao Belo Monte, do que as constatações realizadas pelo lócus sanitário. Horcades, natural de Porto Seguro, fora possivelmente o analista, no campo de batalha, que mais se aproximou das visões da elite baiana. O acadêmico certamente tivera contato com as ideias do professor Nina Rodrigues, além de outros pensadores que anteviam, naquela comunidade, um mal a ser destruído. Assim, Antônio Conselheiro é designado com expressões marginais, “o bandido-chefe” (ibid., p. 179), ou mesmo patológicas, “maníaco bandido” (ibid., p. 184), inspiradas, possivelmente, na literatura de Cesare Lombroso. Já o sertanejo, comumente nominado jagunço, é “o infeliz fanático” (ibid., p. 180), ou ainda os “pérfidos irmãos [que] ceifavam tantos defensores da Lei” (ibid., p. 181). Canudos, por sua vez, seria um reduto constituído por desviados da justiça, o homizão de marginais era composto pelo agrupamento de: “[...] assassinos, ladrões, soldados desertados das fileiras do exército e das polícias, beatas, mulheres indolentes e acoissadas pela fome, sendo acompanhadas naturalmente por seus filhos, ajuntando-se-lhes ainda negociantes estúpidos e exploradores” (ibid., p. 184).

À estereotipia dessa visão, que reduzia o povo à marginália, contrapunha-se outra, centrada no ideal civilizatório de uma elite local, ora representada pela coragem da “mocidade da Bahia” (ibid., p. 7) que marchava em defesa da pátria. Esse é o mote da parte inicial da obra,

---

<sup>37</sup> Hospital de campanha que se estabelece a pouca distância do campo da batalha, para prestar os primeiros atendimentos aos feridos.

no qual se descreve o voluntarismo dos acadêmicos, em contrapartida à covardia dos médicos que se recusam a servir na zona conflagrada. A viagem, então, tem início mediada entre a perspectiva sanitaria, assoberbada pela tragicidade das cenas presenciadas, e a legalista, preconcebida e desfavorável aos sertanejos.

Em verdade, tais visões são complementares e, no segundo capítulo, produzem um efeito inusitado, pois se articulam na denúncia do sentenciamento à morte dos prisioneiros sob custódia das forças regulares. Sobre esse aspecto, *Descrição de uma viagem a Canudos* apresenta uma denúncia vigorosa sobre um tema que ocupara, até então, espaço secundário nos relatos sobre a guerra dos sertões baianos. Coube ao jovem baiano a descrição minuciosa do extermínio sertanejo, fato que produz, no plano narrativo, uma inversão entre os papéis do civilizador e do bárbaro. José Calasans, notadamente por esse aspecto, considera o relato de Horcades um bom depoimento da pugna sertaneja, pois

[...] Trata-se de uma valiosa colaboração à história da guerra do Conselheiro, principalmente pela coragem de suas afirmações a respeito dos inomináveis degolamentos praticados depois do conflito, no qual foram vítimas pobres sertanejos, como o caso de Antônio Beatinho, possivelmente sacristão do Bom Jesus Conselheiro, que se apresentou aos vencedores como um agente de paz, recebendo do general em chefe a garantia de suas vidas (CALASANS, 1997, p. 111).

O jovem expedicionário tem ciência do impacto de sua denúncia e, após relatar os esforços de guerra que culminam com a rendição negociada por Antônio Beatinho, avisa aos leitores: “Começo agora a tratar do facto mais importante que se deu nesta revolução e sobre cuja realidade talvez ainda reste alguém na incerteza” (HORCADES, 1996, p. 99). Ao alerta, segue um questionamento sobre o destino dado aos prisioneiros de guerra. A questão retórica remete, no relato, ao aprisionamento dos homens e das mulheres que desistiram da luta na passagem anterior. Em seguida, com versos do poeta romântico português Thomaz Ribeiro, abre o desacordo:

E, para o meu silencio não ser cúmplice  
d'esse attentado, o psalmo inglório e mesto  
publico, e seja ele o meu protesto  
ao menos é leal!

Ouvi, Senhor! (ibid., p. 101).

A princípio, o lamento questiona o desperdício do sangue dos revoltosos<sup>38</sup> que, derramado em luta fraticida, mais serviria à resistência a um ente estrangeiro, caso perdoados. O autor, obviamente, não reconhece o caráter exógeno do ideário republicano, repellido pela resistência popular, por isso insiste na argumentação, ao exemplificar a acolhida dos lanceiros gaúchos nas fileiras do Exército Brasileiro. Outrora inimigos da Revolução Federalista, os combatentes dos pampas serviram, naquela oportunidade, à causa unificada do Estado-nação. A lição, entretanto, não fora considerada nas caatingas e a clemência faltara aos vencidos. Diante disso, o autor denuncia: “Em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros” (ibid., p. 102).

A narrativa, então, amplia a indignação e a dramaticidade, pois se revelava incompreensível a presença das forças civilizatórias no empreendimento daquelas missões: homens degolados diante de suas famílias, mulheres assassinadas pela opção dos companheiros em lutar, crianças sentenciadas à morte. Esses seres humanos, além de prisioneiros desarmados, seriam para Horcades inimputáveis, pois se fanáticos, como condená-los? “Mas entendeu-se que ali a lei era a força e o juiz o punhal” (ibid., p. 105).

A distopia da paisagem prevalece e os comportamentos observados, sem a repugna dos superiores, contrastam com as experiências de outros povos, tidos por bárbaros, que souberam poupar a vida dos derrotados. É contra esse cenário, violento e corporativo, que o jovem acadêmico decide registrar os acontecimentos com a intenção de se isentar das suspeitas de omissão, assim como pelo intento de que tais atos, dado o conhecimento público, não voltem a ocorrer. A testemunha da guerra contra os sertanejos reconhece que nem todos os oficiais concordam com o extermínio, mas acusa, por hierarquia, o comandante da quarta expedição como responsável pelo massacre e reitera que o general tratara com o negociador dos conselheiristas, assegurando-lhes a vida caso se entregassem.

A crise desse episódio pode ser percebida pelo contrassenso que absorve como balizador dos referenciais do novo regime político. No caso em análise, o ideal de modernização civilizatória se impulsionava por intermédio de conservadoras forças oligárquicas, religiosas e militares que disputavam o poder central do país e, em Canudos, reivindicavam o restabelecimento da ordem que lhes interessava, em prejuízo de um viver sertanejo autônomo. Isso posto, a degola é uma ilustração perversa desse modernizar reacionário, quando se considera o fato de a República ter abolido a pena de morte. Contudo, as forças republicanas

---

<sup>38</sup> Este adjetivo fora tomado por sinônimo de jagunço em algumas obras. Tal emprego verifica-se, por exemplo, em *A guerra do fim do mundo*, no seguinte excerto: “Algo significativo: as pessoas de Canudos chamam-se a si mesmo de ‘jagunços’, palavra que quer dizer revoltados” (LLOSA, 1999, p. 67).

impuseram essa sentença reiteradas vezes aos prisioneiros do conflito no Belo Monte. Da mesma maneira, a traição do general Artur Oscar a Antônio Beatinho, segundo Horcades um dos primeiros a receber a pena fatal, é simbólica do que têm sido, no Brasil, as rupturas dos contratos sociais entre as elites e o povo.<sup>39</sup>

A seguir, o testemunho descreve a metodologia do extermínio. Os oficiais coligiam, no instante da rendição, os nomes dos prisioneiros. Estes, já no acampamento, eram convocados a se apresentar, tinham os braços amarrados e seguiam em fila para a morte, conduzidos por duplas sob a supervisão de um militar de baixa patente, tombando um após o outro num valado com as gargantas decepadas. O relato do repórter de ocasião e acadêmico da área de saúde esclarece ainda o tipo de arma utilizada, a maneira do corte e os danos causados às vítimas, assim como os vitupérios que recebiam os conselheiristas e a resposta que costumavam pronunciar, no instante anterior à morte, em louvor ao Belo Monte e ao Bom Conselheiro. Segundo o testemunho, o ritual, inicialmente reservado, tornou-se público:

A princípio eram os jagunços executados a noite, porém depois como que se tornou isso coisa naturalíssima e eram eles supliciados mesmo ao clarão dourado dos raios solares, e as turmas duplicaram, triplicaram e quadruplicaram! Depois de assassinados eram os seus cadáveres empilhados e sobre eles colocava-se grande quantidade de lenha e então terrível fumarada espalhava-se por todo acampamento, a anunciar o extermínio das vítimas como a trombeta de Horeb a predizer a sagrada lei aos apologistas do Moisés da Bíblia. Incrível, inconcebível que houvesse dentre os brasileiros um coração tão empedernido! Nem as múltiplas campanhas nem as provações mais torturantes, nem o rancor mais feroz permitem este vandálico procedimento (ibid., p. 116).

O protesto diz ainda da indignação do observador que assume a responsabilidade pelo relato e reconhece, inclusive, a possibilidade de ser desacreditado pela excepcionalidade da cena descrita. A isso, somava-se a convicção da impunidade, tema cuja análise Euclides da Cunha, na passagem em que descreve a degola n’*Os sertões*, registrara: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali” (CUNHA, 2016, p. 512).

O próprio Horcades diz das dificuldades em traçar com palavras os atos que presenciara: “O cérebro do homem não pode nem a pena tem força para narrarem os horrores ali presenciados, nem mesmo sei se me expribo bem, dizendo horror!” (HORCADES, 1996, p. 92). Essa linguagem idiossincrática, própria da cena traumática, é uma das características da

---

<sup>39</sup> Jacqueline Ahlert defende a hipótese de que as degolas praticadas em larga escala contra os conselheiristas foram estimuladas pelos militares gaúchos. Esses já haviam utilizado tal método de extermínio de prisioneiros na Guerra Civil de 1893-1895, no Rio Grande do Sul, conflito que passou a história como “revolução da degola”. Segundo a historiadora: “Tropas vindas dos pampas se destacaram na Guerra de Canudos por seus trajes exóticos e sua extrema violência na execução dos sertanejos” (AHLERT, 2012, p.48).



narrativa testemunhal cuja preocupação, ao reconhecer os limites referências da linguagem, demanda, por um lado, o uso de comentários metalinguísticos que dizem da instabilidade do léxico diante da experiência extrema e, por outro, da ficção para auxiliar na empreitada de simbolizar o “real”.

Tal aspecto, contudo, associa-se mais diretamente com a voz do sobrevivente, o *superstes*, por ser a vítima dos atos violentos: “A expressão dos sobreviventes é elaborada de maneira problemática, colocando em questão a própria possibilidade de a linguagem ser capaz de representar a experiência” (GINZBURG, 2017, p. 158), o que se observa na seguinte passagem de Primo Levi:

Dizemos “fome”, dizemos “cansaço”, “medo” e “dor”, dizemos “inverno”, mas trata-se de outras coisas. Aquelas são palavras livres, criadas, usadas por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas. Se os Campos de Extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e consciência da morte que chega (LEVI, 1988, p. 182).

No caso em análise, Horcades estaria na condição de testemunha ocular, o *testis*, mas dada a excepcionalidade das cenas, reconhece a dificuldade em nominar o plano referencial. De todo modo, mesmo ciente de que o teor de irrealidade favorece o algoz, o “homem educado” (HORCADES, 1996, p. 120) não poderia silenciar-se diante da barbárie e, mais uma vez com arrougo erudito, o narrador rememora as fantasmagorias que assombram a personagem, de Ludovico Ariosto, Orlando Furioso. As memórias malditas que enlouquecem o protagonista daquela novela de cavalaria não o atingiriam, diferentemente dos carrascos, posto que cumpriria o dever de registrá-las por meio da denúncia, rematada, a exemplo da abertura, com os versos finais do poema “Senhor, Não!”: “Senhor não desprezeis o meu protesto! por Vós por nós o formulei. – por bem!!” (ibid., p. 121).

Comparativamente, sobre a questão, pode-se afirmar que n’*Os sertões* é traçada a psicopatia dos assassinos, ao perscrutar as motivações dos homicídios como vindetas e enfatizar os prazeres dos soldados na eliminação dos inimigos com armas brancas – os militares tinham ciência de que os prisioneiros temiam a morte provocada por lâmina fria, o que, no imaginário sertanejo, acarretaria a condenação da alma. Em linhas gerais, a degola, na obra de Euclides da Cunha, faz parte de um quadro que se insere na sequência trágica delineada anteriormente. Já Horcades assume o suplício com centralidade em seu relato. Afinal, a obra era uma resposta à censura que recebera. Nesse sentido, o aspecto político ganha ênfase, pois a escrita conforma ares de acusação, com o objetivo de precaver a sociedade de tais atos réprobos. O libelo,

portanto, vocaliza o *testis* que, por seu apelo visual, verticaliza a denúncia sobre os homicídios. Por isso, o acuro com as imagens violentas.

Em Canudos a degola recebera o epíteto de “gravata vermelha”, uma variação de “gravata colorada”, termo usado pelos militares sulistas, em referência ao modo como a língua das vítimas ficava exposta após os cortes que rasgavam as gargantas. Como se pode notar, as maneiras de morrer foram ilustradas em matizes intensos. A prática, reprovada pelos cronistas, era encarada de outra forma pelos militares e oligarcas regionais. Exemplo disso é a correspondência, datada de 15 de outubro de 1897, dez dias após o desfecho da guerra, em que o coronel José Américo informa ao barão de Jeremoabo, então maior latifundiário da Bahia e adversário, de primeira hora, de Antônio Conselheiro, sobre os acontecimentos posteriores ao conflito:

[...] Houve para mais de duzentos degolados de dois para três dias seguindo assim, e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo, seguindo para Bahia para dar maior dispêndio ao Estado! Que devia era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal, que diz retirar todas as forças deixando o sertão contaminado com mais de 2 a 3 mil jagunços (AMÉRICO, 1897 apud SAMPAIO, 1999, p. 221).

Para esses setores, o extermínio da população do Belo Monte, se não fora um projeto inicial, tornara-se uma solução para a crise que se alastrava em decorrência da perda de poder político que a violência, ora empreendida, buscava restaurar. A degola, portanto, guardava uma mensagem de domínio social, disto resulta a publicidade que a prática adquire enquanto imagem do horror. A intervenção do Ministro da Guerra, o marechal Bittencourt, contrariando o coronel José Américo, dá-se apenas quando as execuções já haviam sido, amplamente, testemunhadas. O extermínio sertanejo naquela oportunidade representava o agravamento de uma série de agressões e negligências que já eram dirigidas, pelas autoridades, às populações migrantes do sertão, como os currais do povo:

Nos períodos de seca era frequente a construção de áreas cercadas na periferia das cidades. Tratava-se de verdadeiros campos de concentração criados para alojar os retirantes que chegavam às cidades em busca de alimentos, água e trabalho. Essa imagem é uma das mais candentes para caracterizar a distância entre a população do litoral e do interior, ou seja, entre aqueles que viveram a história de Canudos e aqueles que se propuseram a contá-la (THEODORO, 1997, p. 120).

Esse olhar das elites, deplorado após o conflito, insinua-se, anteriormente, nas crônicas de guerra. O paradoxo fica evidente em passagens, nos diversos relatos, que apontam uma visão inicial, inclemente aos combatentes dos sertões, que se modifica quando estes são dizimados:

“[...] Em *Os sertões*, Euclides, enquanto deplora a sorte dos insurretos e a crueldade com que foram tratados, ao mesmo tempo, e como se não houvesse nenhuma contradição nisso, aponta a estratégia que teria tornado a ação do Exército mais eficiente” (GALVÃO, 1981, p. 70).

Do mesmo modo, Manuel Benício, em sua crônica romanceada, denuncia, nas cenas finais, o degolamento de uma professora que atuava em Canudos, antes, porém, informara sem maiores destaques a sevícia em suas reportagens: “Foram lanceados e mortos 24 deles. Dois foram lançados por um mesmo tiro de laço, jogado por um castelhano que os degolou em seguida” (BENÍCIO, 1897 apud GALVÃO, 1994, p. 264). Com a mesma naturalidade, anuncia o comando militar: “Deu-se o toque de carga e degola” (BENÍCIO, 1997, p. 194).<sup>40</sup>

Para além da faca, nos combates, fora amplamente utilizado o fogo. Enquanto a arma branca servira, em inúmeros formatos (baionetas, sabres, punhais), nas lutas corporais tanto na conquista das escarpas quanto na tomada do casario, a combustão (decorrente da dinamite e do querosene) fora empregada na fase final para desalojar a resistência e, provavelmente, como solução sanitária para a quantidade de corpos. Do ponto de vista militar, o incêndio em Canudos, mostrou-se eficaz enquanto estratégia para expulsar os sertanejos, tendo em vista o fato de a artilharia não mais conseguir atingir os conselheiristas, entrincheirados, na fase final da batalha, sobre os escombros de suas próprias residências. É provável, também, que a linha das baterias estivesse inviabilizada pelo avanço da infantaria. Horcades, a respeito do emprego desse recurso pelos militares, impressiona-se com as chamas levantadas sobre os casebres e descreve as imagens por antípodas que, ao tempo que agudizam a tragicidade, dizem do lugar ocupado pelo narrador no conflito:

Chegou a noite e então começamos a antolhar um dos mais cruéis e ao mesmo tempo dos mais belos espectáculos imagináveis: uma cidade incendiando-se! Realmente era cruel vêr-se habitações feitas para o repouso de membros fatigados e para acobertar cabecinhas inocentes, que ainda não haviam dado o primeiro passo vacilante neste mundo de misérias, corpos alquebrados pelo peso dos anos e organismos atrofiados pela inflexível enfermidade, devastados pela chamma voraz, que nada respeita... Mas era ao mesmo tempo agradável ver-se destruir pelo alicerce as moradias d'aquelles que se revoltaram contra os seus irmãos e as quaes faziam parte daquele antro que resguardava a selvageria e a perversidade do castigo ordenado por um poder superior (HORCADES, 1996, p. 79-80).

As imagens da morte, nesses relatos bélicos, foram trabalhadas no intertexto com a narrativa bíblica e com os enredos míticos e históricos. Note-se como Bombinho versifica o fim

---

<sup>40</sup> Lê-se, em *A guerra do fim do mundo*: “– Toque de Carga e Degola – diz Moreira César. – O Regimento toca-o desde a Guerra do Paraguai, quando, por falta de munição, era obrigado a atacar a sabre, baioneta e faca” (LLOSA, 1999, p. 220). A obra de Benício, registre-se, é uma das fontes utilizadas por Vargas Llosa na composição do romance.

de Antônio Conselheiro à semelhança do Cristo: “O segredo morreu com aquele velho / Que ali acabou de padecer / Desaparece do mundo em holocausto / Na história torna ele reviver” (BOMBINHO, 2002, p. 325). O tom sacrificial é utilizado também por Horcades em algumas passagens: “[...] imolados em holocausto à República” (HORCADES, 1996, p. 6), em alusão aos jovens acadêmicos que voluntariamente se dirigiam ao *front*, ou ainda em referência aos sertanejos: “[...] a sombra dos montes acinzentados que assistiram à imolação daquelas vítimas” (ibid., p. 125).

Noutras ocasiões, a cena violenta encontra-se acercada de um tom entre o lúgubre e o irônico: “O perfume podre dos cadáveres insepultos, que alastravam o arraial há dias, fora abafado pelo cheiro de carne assada que tresandava nas fogueiras” (BENÍCIO, 1997, p. 214). Outra possibilidade, no intercâmbio de imagens, vale-se de modelos da Antiguidade. Em *Descrição de uma viagem a Canudos* se rememora, por exemplo, a cena em que a princesa Tomyris mergulha a cabeça de Cyro num vaso de sangue, quando afirma: “[...] eu avisei que eu iria saciar a sua sede de sangue, e assim que eu devo fazer” (HORCADES, 1996, p. 125).<sup>41</sup>

Nas narrativas inaugurais sobre a guerra de Canudos, as referências às imagens de violência conhecidas do público, especialmente a iconografia da dor cristã, estabeleciam o ponto de partida para a recepção dos fatos inéditos acerca do cenário marcial. Dessa maneira, os enredos constituíam uma mediação, característica da literatura de viajante, entre os cenários do *ístor* e do leitor. O objetivo, nesse caso, seria possibilitar uma recepção inicial com uso de cenas familiares para, na sequência, dizer da excepcionalidade vivenciada nas trincheiras.<sup>42</sup>

Por outro lado, os seguidores de Antônio Conselheiro também sabiam utilizar a violência como linguagem. Duas passagens icônicas desse recurso podem ser percebidas na morte, sob suspeita de traição, do comerciante Antônio da Mota e seus filhos adultos (BENÍCIO, 1997, p. 95) e no empalamento dos cadáveres da terceira expedição, inclusive do coronel Tamarindo, dispostos às margens das veredas que conduziam a Canudos (BOMBINHO, 2002, p. 107). Tais imagens dizem, *per si*, do terror enquanto estratégia de guerra pelos conselheiristas, quer interna, no caso do massacre da família sertaneja, quer

---

<sup>41</sup> Esse insólito diálogo entre o verdugo e a vítima degolada, está presente também no enredo de *Verdicto em Canudos*, obra publicada em 1970. Na trama, o crânio do Conselheiro, desta vez embebido em aguardente por ausência de éter, é exposto aos jornalistas que realizam a cobertura do conflito. Para surpresa dos presentes, quando o comandante ordena que o despojo seja retirado do caldeirão, a face, uma vez erguida, diz à plateia, sem mover os lábios, telepaticamente: “Brasil!” e modifica a posição da boca como se estivesse rindo ironicamente (MARÁI, 2002).

<sup>42</sup> Na fase final da guerra de Canudos, as trincheiras foram substituídas pela paliçada, cercas de madeira, para sitiar o arraial. As tropas a denominavam de “linha negra” e a proximidade entre os contendores possibilitava diálogos inusitados: “[...] Os soldados da linha negra, na tranqueira avançada do cerco, travavam, às vezes, noite velha, longas conversas com os jagunços” (CUNHA, 2016, p. 490).

externa, na *mise-en-scène* macabra que recepcionara os soldados da quarta expedição. A construção desse imaginário, de parte a parte, diz do projeto ideológico, logo de poder, que se deslinda nas cenas de violência que servem de mote narrativo aos cronistas que testemunharam os combates.

Walter Benjamin, no ensaio, publicado em 1921, “Para uma crítica da violência”,<sup>43</sup> problematiza o termo *Gewalt* em sua dupla acepção, poder político e violência, a partir do paradigma jurídico que conforma a ordem estatal. Para o filósofo, o monopólio da violência, pelo ordenamento jurídico, é responsável pela força sistêmica que se impõe à sociedade. Disso resultam os esforços do direito positivo em assenhorar-se do direito natural, de modo que o cidadão se encontre submetido ao regramento legal. Para tal sistema, o problema não está no ato vil, mas no controle político que este reserva. Por conseguinte, a violência, quando não subordinada ao controle legal, ameaça a ordem estabelecida. Essa impotência, presente na perda do poder político/violência pelo indivíduo, é contestada. Para ilustrar a questão, Benjamin recorda o fascínio da multidão à figura do “grande” criminoso que decorre, não da admiração dos atos abjetos, mas da: “[...] violência de que esse ato dá testemunho” (BENJAMIN, 2011, p. 127).

A partir dessas premissas, o filósofo discorre “sobre a oposição entre o *poder-como-violência* do direito e do Estado, e a *violência-como-poder* da greve revolucionária” (ibid., p. 121, nota 51). Para tanto, esclarece que as classes operárias detêm, na greve geral revolucionária, a arma de luta política que agride as estruturas do Estado. Este, por sua vez, ao permitir o direito de greve aos trabalhadores, intenta regular a iniciativa dos setores proletários organizados sem desconsiderar, quando necessário, o uso da violência. A ação estatal, por esse viés, dá-se sob o argumento de que os trabalhadores ultrapassam, ao empregar o movimento paredista, os amplos interesses da sociedade. De maneira que da confluência de tais forças resulta uma nova ordem. Isso comprova, segundo o filósofo, que a violência pode ser compreendida, para além do caráter predatório, como produtora de relações de direito, especialmente, quando se considera a violência da guerra e o seu momento seguinte, em que: “[...] exige-se celebrar uma cerimônia de paz” (ibid., p. 130).

Ora, os testemunhos dos cronistas que acompanharam a guerra, no Alto da Favela, atuam nesse sentido. Num primeiro instante, os relatos advogam os atos beligerantes como necessários ao restabelecimento da ordem legal, abalada por aqueles que a contestavam, ou

---

<sup>43</sup> No original: “Zur Kritik der Gewalt”. Também traduzido para português, por Willi Bolle, como “Crítica da violência – crítica do poder”, ou ainda, na versão de João Barrento, como “Para uma crítica do poder como violência” (BENJAMIN, 2011, p. 121, nota 50). Nessa oportunidade, faz-se uso da tradução realizada por Susana Kampf Lages e Ernani Chaves.

mesmo a ignoravam. Nessas ocasiões, as narrativas se posicionam em favor do ideal pátrio, que impõe o castigo oportuno aos filhos rebelados. Tal perspectiva se altera, findo os combates, pois a ordem se (re)instaura e os insurretos, agora elevados à condição de entes fraternos, iguais perante a lei, devem ser incorporados à nacionalidade, delimitada pelo Estado: “[...] Onde se estabelecem fronteiras, o adversário não é simplesmente aniquilado, mas, mesmo quando o vencedor dispõe de poder muito superior a ele, direitos lhes são concedidos” (ibid., p. 149).

Os morticínios, nesse caso, deveriam cessar, pois já não mais serviam enquanto *poder-como-violência* em favor do Estado. A esse respeito, Walter Benjamin esclarece que toda violência, enquanto meio para se chegar a um fim, somente pode ser instauradora ou mantenedora de um ordenamento, do qual se depreendem objetivos específicos: “[...] Da primeira exige-se sua comprovação pela vitória, da segunda, a restrição de não se propor novos fins” (ibid., p. 135). Então a crítica dos cronistas ao massacre dos sertanejos, para além das questões humanitárias que foram desconsideradas durante o conflito, corrobora a ideia da defesa da ordem, cujo objetivo havia sido conquistado com a queda do Belo Monte. Caso a mortandade persistisse, haveria um deslocamento da violência para novos fins, ameaçando novamente a ordem. Tal aspecto pode ser ilustrado, no ensaio de Benjamin, a partir da avaliação que o filósofo desenvolve sobre a aplicação da pena de morte: “[...] Pois seu sentido não é o de punir a infração do direito, mas o de instaurar o novo direito” (ibid., p. 134).

O controle do poder político/violência fora uma razão central à mobilização do Estado contra a comunidade sertaneja, pois as ações empreendidas pelos seguidores de Antônio Conselheiro representavam um movimento da *violência-como-poder*, no qual setores sociais se organizavam com relativa autonomia. Nesse aspecto, os eventos de Canudos podem guardar relação com a leitura benjaminiana, especialmente, quando considerada a correlação entre o vazio da mão de obra regional, provocada pela migração em massa para o Belo Monte, e a greve revolucionária dos setores operários na Europa. Ambos os cenários implicam na ausência da força de trabalho responsável por mover as engrenagens produtivas que suprem as demandas do ordenamento vigente. A ameaça de sustar tal lógica deflagra a reação do Estado. O não trabalho, a princípio um gesto de não violência, por isso tolerado nos limites do ordenamento legal, torna-se agressivo quando demanda a instauração de uma nova ordem, daí a resposta violenta do aparato sistêmico no sentido de restabelecer o poder estatal e a submissão do trabalho ao latifúndio, no caso sertanejo, e aos industriais, no caso proletário.

Pouco importa o pretexto utilizado para se iniciar uma guerra – em Canudos teria sido a ameaça de ataque dos conselheiristas ao município de Juazeiro, em decorrência da não entrega de um lote de madeira adquirido, pelo Conselheiro, para a construção da Igreja Nova –, o que

se pretende, quando de seu término, é estabelecer ou preservar valores que, a depender do resultado, mais se aproximem ou se distanciem do ordenamento original. Na guerra de Canudos, as forças vencedoras correspondiam aos interesses do Estado e coube a seus aliados a narração principal dos acontecimentos. Nessas versões, lê-se uma série de detrações à imagem do Conselheiro que, a bem da verdade, concordou com o uso da força em defesa da comunidade.

No relatório assinado pelo frei João Evangelista do Monte Marciano, enviado a Canudos, em maio de 1895, pelo Arcebispo D. Jerônimo Tomé com a anuência do governador Rodrigues Lima e acompanhado do confrade Caetano de São Leo e do vigário do Cumbe (hoje Euclides da Cunha), padre Vicente Sabino dos Santos, consta que inquirido pelo frade capuchinho sobre a presença de homens armados na localidade, teria Antônio Conselheiro respondido:

É para minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque v. revm. há de saber que a polícia atacou-me e quiz matar-me no lugar chamado Maceté, onde houve mortes de um e de outro lado. No tempo da monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a República (MARCIANO, 1987, p. 4).

A missão, em si, fora um fracasso, sendo os religiosos, praticamente, expulsos do arraial pela comunidade, mas os termos presentes no relatório foram utilizados, posteriormente, para justificar a ação militar. De todo modo, o documento atesta que o emprego da *violência-como-poder* parecera, ao Conselheiro, uma reação adequada às agressões que recebera, e o papel social da violência não fora desconsiderado, pelo conjunto dos conselheiristas, tanto no massacre da família Mota quanto nos cadáveres de militares que foram espetados às margens dos caminhos que levavam ao Belo Monte.<sup>44</sup>

Tais cenas, exploradas pelos cronistas, conformam o líder do arraial à semelhança do “grande criminoso” benjaminiano que atrai a admiração popular em detrimento dos atos violentos. Por ora, quando se consideram os vultos atribuídos à personagem de tais narrativas, vê-se como fora possível, a Antônio Conselheiro, ultrapassar a paisagem sertaneja e adentrar o noticiário nacional. Se havia, como bem ilustrou Walnice Nogueira Galvão (1994), excessos nas tintas do noticiário de guerra, é verdade também que, no instante da recepção, não apenas a repugna despertava o interesse público, como registrou Machado de Assis, em crônica publicada em 14 de fevereiro de 1897, na coluna “A semana” da *Gazeta de Notícias*:

---

<sup>44</sup> Poder político e violência é a síntese da ofensa dirigida, pelos sertanejos, aos soldados quando se substituíam a expressão “força” por “fraqueza”, como nos versos a seguir: “Quero ficar tranquilo / Quero ganhar a questão / A fraqueza do governo / Não pega neste torrão” (BOMBINHO, 2002, p. 72).

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da rua de S. José, esquina do largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

– Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

– Quem?

– Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residirem (ASSIS, 1955, p. 412-413).

Ainda na crônica, o Bruxo do Cosme Velho comenta a repercussão do noticiário sobre Canudos na queda dos fundos brasileiros em Nova York e Londres, antevê a destruição do arraial e o surgimento de uma obra literária com potencial para imortalizar a pugna sertaneja. A questão é analisada, ao final, mediante um jogo de metáforas entre a louvação anglicana à chapelaria e o culto popular à memória de Antônio Conselheiro, o que insinuava, ironicamente, que a cabeça do líder de Canudos estava a prêmio.<sup>45</sup>

A descrição machadiana é oportuna para se entender o quanto a representação da violência, que circulava nas folhas da época, apelava ao sentimento do medo. Noutro texto, o próprio Machado de Assis explora o filão, novamente pelo viés irônico, ao lamentar a hipótese de que o Conselheiro, sagrando-se vencedor das lutas do sertão, resolva migrar para o centro urbano: “Antônio Conselheiro não compreende essa vantagem de fazer obra nova em sítio devoluto. Quer vir aqui, quer governar perto da rua do Ouvidor” (ibid., p. 350). E mais adiante sentencia: “[...] Ora, esta rua é o alçapão dos governos. Pela sua estreiteza, é a murmuração condensada, é o viveiro dos boatos, e mais mal faz um boato que dez artigos de fundo” (ibid., p. 351). O escritor, em verdade, brinca com a possibilidade de uma nova ordem se instaurar no país. Isso só fora possível, entretanto, uma vez que o pânico era de fato disseminado pela mídia.

Os jornais, em seus variados matizes ideológicos (republicanos oligarcas, militares jacobinos e monarquistas restauradores), faziam uso das informações bélicas em defesa dos interesses que lhes eram convenientes. Contudo, após o fracasso da terceira expedição,

<sup>45</sup> Essa é a última crônica, de pelo menos cinco oportunidades, em que Machado de Assis faz referência aos eventos de Canudos. O texto é publicado entre as derrotas militares da segunda e da terceira expedições, ocorridas, respectivamente, em 18 de janeiro e em 3 de março de 1897. Nesse intervalo, o cronista deixa a *Gazeta de Notícias* e o espaço da coluna “A semana” passa à redação de Olavo Bilac (1996, p. 389, nota 1). O substituto, por sua vez, é implacável na crítica aos conselheiristas. A esse respeito, ver “Cidadela Maldita” (BILAC, 1996, p. 412-413).



prevaleceu a cobertura amplamente desfavorável à comunidade do Belo Monte. Essa construção discursiva se amparava no terror de imagens que encobriam outros medos da elite política.<sup>46</sup>

O próprio Machado de Assis não escondera as cenas de violência praticadas pelos conselheiristas, se bem que as romantizara, como na “Canção de Piratas” (1894), ou as relativizara: “[...] Contam-se muitas anedotas, diz-se que o chefe manda matar gente, e ainda agora fez assassinar famílias numerosas porque o não queriam acompanhar” (ibid., p. 401). De todo modo, sabia-se nos principais centros do país que, em Canudos, os sertanejos lutavam de modo decidido. Matavam e morriam pela causa em que acreditavam.

Tais gestos simbolizam a resistência sertaneja não apenas como uma força destrutiva, quando associada à violência, mas como um exercício de poder que a ação disruptiva, provocada pelo emprego da força em defesa da comunidade, significava, naquele cenário, enquanto demanda por direitos que eram negligenciados. Não se trata, portanto, da violência do bárbaro, mas a do herói que pôde trazer a nova ordem, eventualmente, mais justa. Daí que o medo, oriundo das imagens da dor, despertasse a simpatia de outros “mal-aventurados” Brasil afora.<sup>47</sup>

Para Walter Benjamin, o insucesso do “grande criminoso”, geralmente preso ou morto, é similar à figura mítica que desafia a divindade, assim como Prometeu, sofre os castigos dos entes divinos, mas legam, enquanto esperança, seu testemunho à humanidade: “[...] É, no fundo, esse herói e a violência de direito do mito que lhe é intrínseca que o povo tenta presentificar, ainda nos dias de hoje, quando admira o grande criminoso” (BENJAMIN, 2011, p. 147). Assim, o que tais atos violentos simbolizam é, sobretudo, o exemplo. Por isso são combatidos pela ordem estatal e, pelo mesmo motivo, são preservados na memória popular. É essa ambiguidade que o testemunho dos cronistas da guerra de Canudos guarda em seus relatos.

No caso de Horcades, tal conflito é observado no questionamento que lança sobre a definição do herói. Isso se dá, pois o jovem estudante, do ponto de vista do deslocamento, ao contrário de Bombinho e Benício que acompanharam a coluna Savaget, partindo de Aracaju, seguira para Canudos por Monte Santo, chegando ao arraial em 6 de agosto. Nessa data, os

---

<sup>46</sup> A bibliografia a esse respeito é vasta. De todo modo, sugere-se a leitura da tese de livre-docência de Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: a guerra de Canudos nos Jornais – 4ª expedição* (1972); O ensaio “Canudos: a construção do medo”, que integra a seleção da correspondência passiva do barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, organizado por Consuelo Novais Sampaio sob o título de *Canudos: cartas para o barão* (1999); além da obra *Sertão, República e Nação* (2009), escrita por Dawid Danilo Bartelt, que sustenta a tese de que a destruição física de Canudos fora precedida pela destruição imagética da comunidade.

<sup>47</sup> A expressão fora empregada por Antônio Conselheiro em diálogo com João Brígido, amigo de infância, em 1887, na capital cearense: “[...] seguirei para onde me chamam os mal-aventurados” (apud BENÍCIO, 1997, p. 31).

demais cronistas já haviam deixado a zona de conflito, o que para o acadêmico de farmácia e medicina apenas ocorre, após o fim da guerra, em 14 de outubro. Essa é uma diferença importante, pois o voluntário do corpo de saúde regressa na condição de agente vitorioso. E, conforme descreve o autor, aos vencedores são celebradas homenagens desde a chegada, prolongando-se com jantares comemorativos e recepções públicas como as realizadas pela Associação Comercial e pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, nos dias 29 e 31 de outubro. Recebidos em triunfo, os voluntários do serviço de saúde são saudados como heróis, mas algo perturbava a avaliação de Horcades sobre o tema:

Ser herói não é simplesmente vencer, mas vencer com justiça, respeitando o direito. [...] Não foram heróis os degoladores de Belém, mas foi o Cristo sobre a cruz; não foram heróis os que acenderam as fogueiras da inquisição, mas os que morreram pela verdade; heróis são todos que têm sofrido pela ciência, pela justiça, pela humanidade: são finalmente os vencedores que não deslustram o triunfo com o extermínio atroz dos submetidos (HORCADES, 1996, p. 160-161).

Enfim, *Descrição de uma viagem a Canudos*, diferentemente de outros relatos expedicionários, não aprofunda a descrição dos costumes sertanejos nem a análise do cotidiano sob as barracas de campanha. Isso se dá, em alguma medida, pelo referencial que balizava, antecipadamente, os papéis a ser desempenhados pelos contendores. Do mesmo modo, o autor não optou, dado o acesso de que dispunha, por ouvir o que diziam os feridos, uma possibilidade de fonte testemunhal aproveitada por Euclides da Cunha quando da passagem por Salvador. O jovem estudante e voluntário do corpo de saúde decidiu dialogar com os colegas de academia, militares e políticos, fontes com as quais se identificava socialmente, para compor o seu relato expedicionário.

A odisséia de Horcades, entretanto, não contrapõe figuras mitológicas, mas as vicissitudes de uma expedição militar pelos ínvios sertões; não canta o regresso aos braços da pessoa amada, mas vislumbra a barbaria de nossas forças regulares; não consagra o lugar do herói aos sabres republicanos, mas situa o mártir sertanejo cujas gargantas foram decepadas em favor do ideário civilizatório. Por esses deslocamentos, ao simbolizar o plano referencial, a narrativa expedicionária adentra as potencialidades do imaginário, o que implica em cuidados que superam o fito da descrição e se aproximam, enquanto linguagem, da composição ficcional. Esse movimento entre o histórico e o ficcional, comum aos narradores que testemunham um evento-limite, ganhará contornos ainda mais desestabilizadores na obra de Euclides da Cunha.

### 3 OS SERTÕES: A NARRATIVA DE UM CRIME

[...] não estaríamos conversando aqui se não tivesse Os sertões, não é isso?

José Calasans

A análise da nota preliminar d'*Os sertões*: campanha de Canudos expõe aspectos do projeto dessa obra. O autor, logo nos primeiros parágrafos, assume o lugar da voz civilizatória, do homem de ciências, que registra para a posterioridade o seu olhar sobre os episódios. Convicto da enunciação de uma verdade científica, Euclides da Cunha arrogou-se, ao fim desse texto introdutório, a missão de testemunha dos fatos, ao afirmar: “E tanto quanto o permitir a firmeza do nosso espírito façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a História como ela merece” (CUNHA, 2016, p. 11).

Tal fidelidade teria, conforme o proêmio, uma dupla motivação. A primeira seria traçar uma imagem panorâmica a respeito de uma sociedade desconhecida e prestes a desaparecer num futuro ainda incerto: “O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas” (ibid., p. 10). Já a segunda intenção, com uma perspectiva imediata e impactante, voltava a pena do escritor contra as ações político-militares da recente República brasileira, responsável por reduzir a cinzas a comunidade sertaneja: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (ibid., p. 11).

A convicção desse verbo, entretanto, assinala uma mudança de posicionamento político do intelectual, não necessariamente favorável aos residentes em Canudos, mas contrária aos algozes dos sertanejos.<sup>48</sup> Sabe-se que antes de acompanhar os eventos bélicos, na condição de correspondente de guerra d'*O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha publicara, nesse mesmo periódico, uma série de dois artigos, sob o título de “A nossa Vendéia”. Tais textos estabeleciam analogia entre a resistência dos seguidores de Antônio Conselheiro com a região da França que se insurgiu contra a queda do regime monárquico. Assim, alinhava-se aos que viam, na sublevação do arraial sertanejo, uma ameaça à consolidação do regime republicano.

Já a escrita posterior aos atos de sangue revela outro olhar. A tese de um enclave monarquista não se sustentava diante dos fatos presenciados pelo autor. Este, então, adere, no que tange à análise do comportamento das gentes do sertão e sua resistência, à ideia do

---

<sup>48</sup> Sobre essa questão, deve-se considerar o que o próprio Euclides afirmara em nota adicionada à segunda edição d'*Os sertões*: “Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque” (CUNHA, 2016, p. 560).

insulamento populacional. Nesse caso, o problema vislumbrado em Canudos era o atraso antropológico, determinado por elementos raciais de uma sociedade que, em fins do século XIX, revelava-se retrogradada em séculos dado o isolamento que os caracteres geográficos, ou seja, o meio, lhe impusera. A *urbs monstruosa*, no dizer do autor, era um atavismo que fazia ressurgir, dentre outros sintomas, mitos sebastianistas. Assim, vê-se que a visão determinista e evolucionista do homem das ciências permanece inalterada, conquanto a solução encontrada para o problema seja diversa. Para Euclides da Cunha, a destruição de Canudos era inexorável, senão pelas armas, dar-se-ia, cedo ou tarde, pelo fator cultural.

Esse olhar etnocêntrico, todavia, fora atravessado por cenas fortes, mesmo quando considerada a formação militar do escritor. Tais imagens parecem desestabilizar as perspectivas forjadas no engajamento republicano do também engenheiro. Provavelmente, o diálogo com feridos, em hospitais de Salvador, o difícil deslocamento à zona conflagrada, o sofrimento contemplado na marcha, em sentido contrário, de soldados maltrapilhos, sobreviventes da frente de batalha, impactaram o olhar do intelectual. A essas imagens, descritas em sua narrativa, somam-se a desolação da caatinga sob sol adusto e, posteriormente em Canudos, a heroica luta sertaneja.

Luiz Costa Lima, em *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil* (2000), advoga a hipótese de que o autor de *Os sertões* deparou-se com uma questão insuperável para um homem que buscava, nas explicações atribuídas à ciência, entender o conflito de que fora testemunha. Em síntese, as dúvidas a reverberar no pensar euclidiano poderiam ser colocadas nos seguintes termos: como uma população sem formação militar empreendia luta aguerrida, contra força desproporcional, para viver em local inclemente? O que os sertanejos defendiam, na visão do homem de letras, era algo sem valor que justificasse tal arremetida contra as Forças Armadas, afinal nada possuíam. Noutras palavras, onde o sertanejo buscava forças para lutar?

Diante dessa série de questões, Euclides da Cunha vislumbra, como alternativa à ausente razão elucidativa dos eventos, o fanatismo religioso. E passa a explicar o fenômeno social a partir de uma interpretação patológica dos sujeitos. Em sua descrição, a histeria, associada à ingenuidade sertaneja, teria arrebatado aquela coletividade que resolvera seguir, ao contrário de uma liderança religiosa, um louco representado na figura do Antônio Conselheiro. Em que pese o aspecto reducionista dessa visão, distante de incorporar os valores culturais da população analisada, o intérprete social, a partir da experiência do olhar, fora capaz de deslocar parte de suas críticas às autoridades republicanas.

O homem do litoral, por conseguinte, mostra-se sensibilizado pela guerra no sertão. Não por outro motivo, o autor absorve, em sua obra, relatos orais a respeito da tragédia belicosa:

narra mulheres a adentrar fogueiras abraçadas aos filhos; descreve a opção, feita por muitos sertanejos, em permanecer na luta até o desfecho completo do cerco militar, negando-se à fuga quando ainda era possível; remete às orações efetivadas em horários regulares em meio ao canhoneio inclemente; conta a suicida “corrida” noturna por água no Vaza-Barris; delata o desaparecimento dos prisioneiros de guerra, dentre eles Antônio Beatinho, que negociara a rendição às forças federais. Em seu conjunto, tais passagens narrativas registram e, a seu modo, testemunham o crime que ora se denunciava.

O testemunho dessa experiência traumática vale-se de uma trama que enreda aspectos factuais à ficção. Algo que o próprio autor reconheceu, em relação à gênese do livro, como consórcio entre a ciência e a arte, sendo o segundo fator decorrente do primeiro. Daí que sem escusas, Euclides se autoproclamara, como já assinalado, um narrador sincero. Logo, teria a tarefa de pintar, com justa palheta, as cenas dos episódios bélicos, sendo-lhe, entretanto, facultado o acesso às belas letras, fator que o delimitava, socialmente, enquanto intelectual. Bem verdade que, em sua época, as fronteiras entre as escritas de ficção e o mundo empírico não guardavam contornos tão estanques quanto o que hoje se problematiza entre os campos da literatura e da história.

### **3.1 A recepção inaugural d’*Os sertões***

O sucesso editorial, em dezembro de 1902, d’*Os sertões*: campanha de Canudos foi imediatamente acompanhado, e certamente favorecido, por considerável discussão crítica a respeito dos eventos beligerantes vivenciados no sertão baiano entre os anos de 1896 e 1897. O contexto, ao contrário da expectativa do próprio escritor e de seus editores, mostrou-se favorável ao texto, inclusive sendo acolhido, após cinco anos do desfecho da guerra, como espécie de avaliação do período inicial do regime republicano. Para além disso, a contribuição do escritor mostrara-se relevante ao retomar, em sua publicação, a saga bélica das caatingas em um texto robusto, erudito e polêmico que superou as versões registradas por outras publicações, haja vista a recepção do público, que esgotou rapidamente os exemplares da primeira edição (VENTURA, 2003).

A soma desses fatores – cenário oportuno, interesse do público e obra ampla – contribuiu para o reconhecimento do texto pela crítica. Exemplo disso é a edição, em 1904, de *Juízos críticos*, pela Laemmert, mesma editora da obra euclidiana, que coligiu algumas das publicações realizadas na imprensa, do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobre o livro que fora acolhido, dentre outras denominações, como vingador. Os textos assinados, em importantes

jornais, por nomes como Araripe Júnior e José Veríssimo indicavam a atenção dada pela intelectualidade brasileira para *Os sertões*.

Em 2003, um século após o lançamento, a coletânea crítica ganhou nova edição, organizada pelos professores José Leonardo do Nascimento e Valentim Fiacoli, sob o selo da Nankin Editorial e da Editora UNESP, com o título de *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. A essa reedição são acrescidos um artigo, publicado em 1903, de autoria do botânico José de Campos Novaes, e o discurso de recepção a Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras (ABL), proferido por Sílvio Romero, em 1906, além de notas explicativas e um ensaio inicial que apresenta os demais textos.

No prólogo dessa reedição crítica, José Leonardo do Nascimento aponta aspectos que foram destacados pelos contemporâneos de Euclides da Cunha, especialmente a noção de “consórcio entre ciência e arte” para designar a escrita euclidiana, termo que reunia o ideal da organização racional à estética e que fora vislumbrado pela crítica coetânea de *Os sertões*. Registra-se também o reconhecimento e a relevância da obra, para o cenário de nossas letras, ao desvelar um Brasil ignorado, mas paradoxalmente tradicional, dos sertões profundos que se contrapunha ao modelo civilizatório almejado pelo litoral. São elencadas, do mesmo modo, dificuldades do uso recorrente de expressões científicas, algumas incorreções no campo das ciências naturais, polêmicas que diziam respeito às explicações raciais sobre as origens do sertanejo e à posição política adotada na obra, se não favorável aos residentes em Canudos, certamente contrária às ações dos militares republicanos.

Entretanto, do conjunto dessa apresentação, desperta-nos interesse singular o parágrafo final, em que Nascimento adverte aos leitores hodiernos: “Mas, num aspecto ao menos, todos os críticos de primeira hora de *Os sertões* são unânimes: consideram que, para tão alentado volume, faltava na imprensa diária espaço para comentários mais completos” (apud NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 22). Logo, nota-se que a tarefa da crítica era desafiadora, ao deparar-se com a obra de Euclides da Cunha nos anos inaugurais do século passado. Ainda hoje, esquadrihar as páginas do livro sobre a guerra de Canudos apresenta obstáculo aos que sobre tal texto lançam um olhar inquiridor. Vê-se, nas expressões utilizadas pelos críticos contemporâneos da primeira edição, que tal problema se mostrava de complexa superação.

José da Penha anota, na *Gazeta de Notícias*: “Acompanhá-lo do começo ao fim, conforme era do meu desejo através das seiscentas e trinta e duas páginas do seu importante volume, não é tarefa cabível na brevidade por que tenho de bitolar esta notícia” (ibid., p. 28) e, mais à frente, ao estruturar sua argumentação sobre a leitura da segunda parte da obra, dedicada à conformação do homem sertanejo, reconhece: “Lastimo que a exiguidade do espaço que me

coloca entre um bom desejo e sua correlata impossibilidade, não me consinta a explanação de que toda essa parte é merecedora” (ibid., p. 28-29). Por seu turno, Medeiros e Albuquerque, antes de listar as atrocidades beligerantes, esclarece, em *A notícia*, “Não há aqui o espaço bastante para muitas citações” (ibid., p. 39), enquanto, no *Diário Popular*, Leopoldo de Freitas registra: “Para analisar este livro realmente emocional se precisa de empregar o método de Taine, do qual o autor é observador exato; porém, nos limites restritos do jornal isto é muito difícil fazer, ainda que se houvesse de concretizar as ideias em uma síntese rigorosíssima” (ibid., p. 36). Como se pode depreender a partir desses fragmentos, a recepção inaugural d’*Os sertões* passava por um problema de “bitola”, no dizer de um de seus avaliadores, dada a dimensão da obra e a amplitude das questões problematizadas. Isso levou, em alguns casos, à publicação fracionada em edições esparsas, entre dois e quatro artigos, dos juízos iniciais sobre o livro.

Ademais, superada a limitação física nos periódicos da época, outros problemas podem ser identificados. Registram-se, nas avaliações, imprecisões de dados, a exemplo de Euclides da Cunha ser considerado um escritor paulista, além de leituras precipitadas do texto, como na interpretação, inteiramente oposta, de Araripe Júnior à tese euclidiana do insulamento das populações sertanejas. Do mesmo modo, segundo os autores da reedição crítica, na versão original de *Juízos críticos*, verificam-se erros editoriais em referências ou ainda na ordem cronológica das publicações, como no caso do texto de Múcio Teixeira, que inicia com uma “Conclusão” deslocada de sua parte inicial.

Para além dessas falhas, é oportuno situar o cenário da crítica literária predominante naquele período. São tempos da crítica de rodapé em que as análises ocupavam os pés de página dos jornais e os textos deveriam fazer uso de um discurso apropriado a esse veículo de comunicação. Logo, demandava-se do crítico, conforme explica Flora Süssekind,

[...] três características formais bem nítidas: a oscilação entre a crônica e o noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava de convencer rápido leitores e antagonistas, e a adaptação às exigências (entretenimento, redundância e leitura fácil) e ao ritmo industrial da imprensa (SÜSSEKIND, 2003, p. 16-17).

Assim, aparecem, nas apreciações iniciais da obra euclidiana, um pendor apelativo voltado ao público. Sem reservas, afinal o texto deveria persuadir rapidamente o leitor, o crítico, então, disputava a “consciência” social ao polemizar abertamente com eventuais rivais de ofício. Daí que, em maior ou menor grau, os textos reunidos em *Juízos críticos* são uma mescla da notícia, da propaganda e da opinião em si, não necessariamente circunscritas às questões

estéticas e/ou científicas. Em algumas passagens, revelam-se intrigas, nem sempre sutis, que vicejavam naquele universo. Portanto, não é estranho, nesses textos, a presença de longas descrições elogiosas, do arrolamento conseguinte de partes da obra, no estilo “melhores momentos”, ou ainda da exposição descontextualizada de excertos, como a de um produto numa vitrine.

Exemplo dessa exposição grandiloquente, própria da crítica de rodapé, faz-se presente nos textos de Coelho Neto, publicados n’*O Estado de São Paulo*. Em sua leitura, após longa descrição elogiosa de fragmentos da obra, registra-se a defesa da linguagem erudita de Euclides da Cunha: “Não é de hoje o ódio da crítica infecunda e magra contra os escritores possantes que se apresentam com imprevistas imagens, rebrilhados com o recamo de uma rica ornamentação verbal” (apud NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 107). Coelho Neto, ao final, apresenta glosas ao que considera aspectos de: “[...] uma filosofia muito contestável, umas conclusões cerebrinas, uns caracteres rebaixados em caricaturas” (ibid., p. 111), mas não desenvolve tais considerações que poderiam revelar uma posição diferenciada do olhar etnocêntrico do texto euclidiano. Em seguida, o jornalista reverencia o livro como “uma grande vitória para a nossa literatura” e conclui: “E uma terra que possui tais escritores não é uma terra morta, dispõe do primeiro elemento de progresso que é o pensamento e da melhor fonte de civilização, que é a Arte no que ela tem de mais nobre, mais difícil e mais comunicativo, que é a criação verbal” (ibid., p. 111). De algum modo, nessas palavras, perpassa a ideia de que aos desafios da barbárie social brasileira seria possível uma espécie de remissão por meio da retórica civilizatória. Não por acaso, o papel assumido discursivamente pelo próprio articulista.

Outra perspectiva, que ilustra o então cenário crítico, vê-se no artigo assinado por Múcio Teixeira e publicado no *Jornal do Brasil*. Em seu texto, o poeta e político vale-se da descrição, traçada por Euclides da Cunha, sobre o coronel Moreira César para estabelecer um paralelo à voz autoral. Teixeira argumenta que fora colega de farda do militar, comandante da terceira expedição a Canudos, que tombou morto no campo de batalha, quando cadetes na escola de oficiais em Porto Alegre. Em seguida, no artigo, são estabelecidos paralelos com as imagens da narrativa de Cunha sobre o coronel epilético. Ora, nesse caso, secundariza-se o texto em análise, colocando-se a obra como pano de fundo para exposição de dados biográficos em que o comentador aparece como testemunha privilegiada dos acontecimentos. Tem-se, então, uma espécie de empirismo crítico que intenta legitimar a narrativa, por assim dizer, pela contraprova dos fatos narrados.

Antonio Candido, em livro sobre o método crítico de Sílvio Romero, discorre sobre a crítica brasileira em fins do século XIX e assinala vozes dissonantes dentre nossos intérpretes,



a exemplo de Macedo Soares, Machado de Assis e Francisco Otaviano. O primeiro, em artigo intitulado “Da crítica brasileira”, lamentava: “Há no Rio de Janeiro uma coisa a que chamam crítica. É ordinariamente uma função do jornalismo, e portanto não tem estudo porque é feita da noite para o dia, e tem missão porque o jornal é essencialmente comercial e político [...]” (CANDIDO, 2006, p. 36). Já o segundo, em “Instinto de nacionalidade”, após objetar-se a respeito da maneira como a crítica era realizada, propunha: “[...] é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque [...]” (ibid., p. 38). E o terceiro, em “Neve a descoalhar” denunciava: “[...] Os retóricos modernos, esses, então, nem se entendem entre si! O que um exalta, o outro deprime” (ibid., p. 39).

Ora, a leitura de *Juízos críticos*, salvo algumas exceções, revela que esse cenário da crítica com formato de crônica informativa e impressionista fez-se presente na recepção inaugural d’*Os sertões*. Distante, estranhamente, da superação que se esperava com as mudanças ocasionadas pelos sistemas econômico, não mais baseado no trabalho escravo, e político, em tese distanciado dos círculos da nobreza do extinto regime monárquico.

Para compreender esse imobilismo de nossa crítica, convém recuperar a interpretação de Luiz Costa Lima sobre o enfrentamento político, em fins do século XIX, no Brasil, entre monarquistas e republicanos. Para o crítico literário, tal contenda estava essencialmente pautada na questão do modelo socioeconômico, a crise do sistema escravocrata, e poderia ser entendida pela disputa do apoio dos setores oligárquicos rurais. De modo que os latifundiários, ao se decidirem pela queda da coroa em defesa de seus interesses, acabaram por criar uma situação paradoxal em que basicamente: “[...] Mudava o regime, o regime não mudava” (LIMA, 2000, p. 38). Enfim, as transformações representaram mais permanências do que rupturas. Desse modo, se a abolição fizera do antigo escravo um trabalhador livre, mantendo-o excluído e marginalizado, a República fazia do antigo súdito um cidadão, ainda limitado pelas vicissitudes do regime anterior e ainda mais cobiçoso das benesses de um Estado que não fora capaz de se modernizar, mesmo com a adoção dos modelos liberais.

Nesse contexto, a imprensa, espaço fundamental ao crítico de rodapé, sofria pressões de ordens diversas, desde o assédio econômico das elites, passando pela pressão política governamental, até o empastelamento de redações advindas de movimentos populares, como o que se verificou, no Rio de Janeiro, aos jornais monarquistas, “*Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*” (CUNHA, 2016, p. 332), após a derrota da terceira expedição a Canudos, e aos periódicos republicanos mais radicais, “*República, Jacobino e O País*” (VENTURA, 2003, p. 177), após o homicídio do então ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt,

em cerimônia comemorativa do triunfo sobre Canudos. É nessa conjuntura contraditória, caracterizada por mudanças de viés conservador, que a crítica se desenvolve, estreitada por pressões com as quais convivia no cotidiano das redações.

Por outro lado, as páginas impressas davam projeção e prestígio aos articulistas, no acanhado universo intelectual da época. Jürgen Habermas, ao problematizar a mudança estrutural da esfera pública com o advento dos meios de comunicação de massa e da sociedade de mercado, acompanha historicamente os usos dos conceitos de público e de esfera pública, até o movimento reflexivo em que a ideia de publicidade: “[...] De uma função de opinião pública passou a ser também um atributo daquilo que atrai a opinião pública para si” (HABERMAS, 2014, p. 95). No Brasil dos anos 1900, almejava-se informar a sociedade ao tempo que se formava o público. Para tanto, o crítico agia como um tutor, ao auxiliar a compreensão do leitor menos experiente não apenas na trama textual, mas em intervenções de naturezas diversas, inclusive na chancela aos novos escritores.

No tocante a este aspecto, a obra de Euclides da Cunha talvez não lograsse imediato êxito editorial caso não recebesse os aplausos públicos de comentadores prestigiados da época. Dentre esses, destaca-se o nome de José Veríssimo, que escreve, no *Correio da Manhã*: “Não me é de todo possível analisar, ou sequer expor um livro, não só longo, mas tão complexo como é o do sr. Euclides da Cunha” (apud NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 48). Em sua apreciação, cita-se um longo excerto da obra, mas evitam-se as peculiaridades da paisagem excêntrica e das cenas bélicas, escolhendo-se a passagem da descrição do homem que habita os sertões. Assim, o crítico frisa o texto de Euclides da Cunha a partir de: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. A escolha desse tópico, a *posteriori*, elevado à passagem icônica d’*Os sertões*, diz da experiência crítica de Veríssimo, que ainda classificou a obra de Cunha como uma narrativa de “vingadora veracidade”, outra expressão consagrada à posteridade pelo crítico paraense. Do mesmo modo, sublinha-se a originalidade de uma análise voltada para o Brasil profundo, ignorado por autoridades e intelectuais que habitavam o litoral. Vê-se, nesse caso, como a habilidade do articulista faz com que a leitura crítica que apresenta se destaque no conjunto dos textos críticos da época.

Outrossim, sabe-se que Euclides da Cunha dialogava com seus críticos, como revelam as correspondências enviadas pelo escritor a José Veríssimo e a Araripe Júnior (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 143 e p. 151). Nessas missivas, revelam-se sentimentos de gratidão e lisonjeio, como no primeiro caso, ou ainda ansiedade pelo resultado da avaliação, como no texto dirigido ao segundo crítico. Inclusive, tal interação possivelmente influenciou em edições posteriores da obra, como no caso descrito a seguir:

[...] Como forma de reconhecimento, ou agradecimento, Euclides da Cunha cita, a partir da 2ª edição de *Os sertões* em nota ao pé da última página do capítulo III de “O homem”, o romance *O reino encantado* de Araripe Júnior, a propósito do movimento sebastianista de Pedra Bonita, e publicado em 1878 (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 56, nota 1).

Semelhante exemplo dessa interlocução entre a crítica e a autoria com desdobramentos na obra pode ser atribuído a José de Campos Novaes, então presidente do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Dos contemporâneos de Euclides da Cunha, coube a este botânico os comentários a respeito dos aspectos científicos verificados n’*Os sertões*. O estudo realiza também uma exposição comparativa de caráter religioso, algo compreensível naquele contexto em que as ciências humanas eram “explicadas” por intermédio dos postulados das ciências naturais. No ensaio, originalmente publicado na revista da entidade científica, Novaes revela ter tido a oportunidade de ouvir do próprio Euclides da Cunha a leitura dos originais da primeira parte do livro, “A terra”, na residência de Bueno Bierrenbach. Para o cientista, o entusiasmo do escritor contribuiu para o uso de certas “generalizações prematuras” que extrapolavam a natureza da ciência, mas que foram acolhidas pela “bela retórica” sofisticada em neologismos e galicismos. Por seu turno, o escritor refuta, em nota acrescida a partir da segunda edição, o uso de invenções ou empréstimos linguísticos, mas incorpora as indicações técnicas do interlocutor botânico.

Nesses diálogos, registram-se também atritos. Os artigos de Moreira Guimarães, publicados no *Correio da Manhã*, constituem-se na voz mais dissonante em relação às avaliações coetâneas, em geral rica em encômios, da obra de Euclides da Cunha. Nesse caso, é provável que a formação militar do crítico tenha contribuído para a articulação de argumentos em defesa dos atos bélicos perpetrados pelo Exército Brasileiro nas plagas sertanejas. Não por acaso, Guimarães faz uso de expressões, para referir-se a Cunha, como “ex-companheiro de armas”, “colega dos bons tempos da Praia Vermelha” ou “antigo militar”, que insinuavam, senão uma traição, um distanciamento do escritor aos ideais republicanos delimitados pela caserna. Da mesma forma, chama a atenção a maneira meticulosa como o militar busca contradições nas páginas d’*Os sertões*, além de valer-se da estratégia de diminuir o cientista e o historiador, ao tempo que engrandecia o ficcionista: “[...] ainda não se afirmou que esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo” (ibid., p. 87).

Em resposta, a partir da segunda edição, Euclides da Cunha acrescenta notas em que são contestados alguns desses juízos. Voltando-se de modo incisivo às palavras de Moreira Guimarães, dispara a já mencionada sentença: “Não tive o intuito de defender os sertanejos

porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque” (CUNHA, 2016, p. 560). Nessa postulação, evidencia-se a posição política do autor, decepcionado com os rumos da República, convencido da tragédia verificada nos sertões baianos, mas não necessariamente identificado com a causa dos sertanejos, a qual preferiu interpretar em termos psicopatológicos.

Sobre essa explicação, associada também a uma visão determinista, a crítica não objetou. Pelo contrário, em certos casos, buscou ampliar os argumentos. Assim fez Araripe Júnior, no *Jornal do Commercio*, que, após enfatizar a influência francesa da narrativa euclidiana – numa análise comparativa com a obra de Jules Michelet, *História da Revolução Francesa*, em que se estabeleciam paralelos entre a tragédia humana, a disputa civilizatória e o desafio da amplitude narrativa –, apresenta um estudo sobre a gênese do jagunço e as prováveis origens patológicas dos crimes perpetrados por tais sujeitos.

Mais uma vez, nota-se que o aspecto profissional de quem comenta a obra determina a formação do juízo. Aqui, tem-se um magistrado que interpreta passagens da narrativa a partir de sua literal experiência judicativa: “Tive ocasião no Ceará de observar esse tipo e estudá-lo um pouco” (apud NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 59). Não surpreende, conseqüentemente, a sentença sobre a ausência de lucidez do Conselheiro, afastando-o, em seguida, por contraste, de lideranças religiosas como Maomé e Lutero e arrematando o raciocínio com os seguintes termos: “[...] e não se diga que ele permaneceu aquém daqueles tipos históricos, simplesmente porque não era instruído, nem exercitava a sua eloquência num teatro de esfera mais cultivada” (ibid., p. 65).

Em que pese as hipérboles e os preconceitos, manifestos em seu texto e, então, socialmente aceitos em grande medida, Araripe Júnior levanta uma questão importante que remetia ao papel dos formadores de opinião daquele período,

[...] Os sofrimentos dos gregos nos desertos da Pérsia e os desesperos dos Mercenários trancados nos desfiladeiro de La Pache não me comoveram mais do que os dos nossos patrícios vítimas da imprevidência, não deste governador, daquele general, ou deste outro aconselhador, mas de todos nós, que concorremos principalmente pela imprensa, sucessivamente, para transformar um quilombo, talvez sem importância, em um arraial, e um arraial no coito da vagabundagem religiosa e política de todo o sertão do norte (ibid., p. 79).

Caminho semelhante percorre-se no derradeiro texto de *Juízos críticos*: os sertões e os olhares de sua época, que trata da recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 18 de dezembro de 1906. Na oportunidade, coube a Sílvia Romero proferir o discurso de acolhida do imortal. O polemista sergipano articulou suas palavras de modo singular, com todas as marcas da sua longa carreira. Primeiramente, Romero dedicou 14 das 35

páginas de seu discurso à memória e à obra de Tobias Barreto, principal expoente da Escola do Recife, oportunidade em que disserta sobre a má sorte na recepção, no Brasil, do trabalho acadêmico e artístico desse intelectual para, em seguida, desejar outro tratamento ao escritor, ora recepcionado pela ABL:

[...] Vós, Sr. Dr. Euclides da Cunha, tendes, felizmente, ficado e ficareis a coberto dessas ásperas contingências de precisar defender uma coisa que, no fundo, não vale dois minutos de esforço neste canto de terra: o renome, a reputação literária... De um ímpeto, adejastes por cima dos mais altos píncaros, onde flutuam aos ventos as flâmulas dos entusiasmos e das glorificações brasileiras (ibid., p. 137).

Romero prossegue em seu aplauso a Euclides, ao tempo que ataca a crítica brasileira, a qual denomina de “indígena”, que fora incapaz de perceber e compreender o valor da obra que desvelava um novo território. A seu juízo, nossos intelectuais se perdiam ao recensear questões estilísticas ou, quando muito, notabilizar na obra euclidiana a ousadia relativa ao desacordo com as posições políticas da ordem hegemônica e dos desdobramentos militares: “[...] umas tantas verdades que ela, a crítica, não se atrevia a dizer. Daí os aplausos” (ibid., p. 137).

Em seguida, após enumerar passagens da obra do homenageado, volta-se ferozmente contra as contradições presentes na sociedade brasileira, num quadro desenhado pela falência do que considerava valores civilizatórios, bem como pela frustração para com a recente experiência republicana na resolução de nossas mazelas. Sílvio Romero, ao discorrer sobre o desperdício das potencialidades econômicas e culturais do Brasil, enfatiza a dificuldade imposta pela conformação social brasileira. Em suas palavras, a precípua de nossas antinomias era: “[...] a disparidade entre uma pequena elite de possuidores e de proprietários e o avultadíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte” (ibid., p. 148).

Nesse registro, o polemista denunciava o vazio verificado entre a elite culta e a grande massa de iletrados na sociedade brasileira que recepcionou a obra euclidiana. Em outras palavras, faltaria o público necessário para o desenvolvimento e a preservação de uma linguagem cultivada. Erich Auerbach, ao estudar o declínio da linguagem literária ocidental no período entre a Antiguidade e a Idade Média, faz uso do termo *Hochsprache* para designar essa linguagem elevada que se distingue da linguagem cotidiana por três fatores, a saber: a seletividade, entendida como reunião e assimilação de determinados componentes da língua falada; a homogeneidade, por ser a mesma dentro de dada zona linguística; e o conservadorismo, dada a sua estabilidade ante à versatilidade da linguagem de uso diário (AUERBACH, 1993).

Por tais características, as fronteiras do público literário, expansão ou contração, dão-se à medida que os cenários históricos incrementam ou restringem a presença de diferentes atores sociais. No caso em discussão, das palavras de Sílvio Romero pode-se depreender o estreitamento do público habilitado à linguagem literária no contexto brasileiro do incipiente século XX. Não por acaso, nesse cenário de limites estreitos à intervenção de uma intelectualidade nacional, destaca-se a obra-mestra de Euclides da Cunha.

Sobre estes limites, Nicolau Sevcenko advoga que o escritor fluminense integrou o “círculo dos sábios” (SEVCENKO, 2003, p. 188), expressão utilizada para referir-se ao coletivo de especialistas em diversas áreas, reunidos em volta do barão de Rio Branco, responsável por formulações reformistas da nossa diplomacia e administração pública, inclusive com atuação na ABL. Contudo, pode-se inferir que a atuação desse coletivo não representou necessariamente uma ampliação do espaço público de debate, até mesmo por sua dependência estatal.

Ainda sobre o discurso de recepção a Euclides da Cunha na ABL, registre-se que, para espanto dos presentes, inclusive do então presidente da República, Afonso Pena, Romero apresentou um rol de 13 questões, as quais relacionara com temas considerados prementes ao desenvolvimento nacional, apondo, ao final de cada interrogação, um não peremptório. O mal-estar fora incontornável a tal ponto que, a partir daquela ocasião, os discursos proferidos na academia passaram a ser alvo de censura prévia (BROCA, 2005). Tal atitude, adotada pela incipiente agremiação de intelectuais e artistas, pode ser entendida como uma frustração ao ideal do reino da crítica. Sobre essa questão, ao problematizar a expressão “República das Letras”, Reinhart Koselleck esclarece como, numa sociedade ansiosa por espaços de discussão mais amplos, a atuação da crítica tende a espriar-se para além dos limites da observação estética (KOSELLECK, 1999). Por conseguinte, o contrário disso pode ser deduzido, como no caso da autocensura da ABL, enquanto intervenção, ainda que indireta, de um domínio público sobre a esfera pública.

Os textos reunidos em *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época* apresentam a recepção crítica inicial de uma obra central para a problematização das assimetrias brasileiras, tanto por reconhecer a exclusão de uma parcela significativa de nossa gente quanto por denunciar o momento em que nossas autoridades, em nome dos recém-implantados valores republicanos, as trucidam. Ademais, as contribuições dos primeiros comentadores do texto euclidiano, reunidas originalmente pela Laemmert, possibilitam acessar aspectos do ambiente cultural, bem como perceber quais temas foram caros ao debate público que acolheu a obra. A leitura das críticas inaugurais indica também que a narrativa euclidiana fora instaurada num contexto aparentemente acanhado para tão alentado volume.

Exemplos disso são alguns dos problemas, nos anos iniciais do século passado, que diziam respeito aos limites de um público cultivado, capaz de melhor explorar as potencialidades de um texto complexo como *Os sertões*; o impacto, sobre as redações, de uma lógica comercial que determinava uma crítica retórica, de linguagem apelativa e não especializada; e, por fim, uma esfera pública estreita, delimitada por um contexto de transformações conservadoras. Diante desse cenário, desfavorável aos homens de letras, deve-se reconhecer o mérito de Euclides da Cunha frente ao êxito editorial de sua obra-mestra, ao tempo em que a análise da crítica inaugural d'*Os sertões*, paradoxalmente, revela limitações da sociedade letrada que o recebera. A complexidade do texto euclidiano desdobrou-se, desde então, em inúmeras interpretações literárias e sociológicas que discorrem sobre diversos aspectos deste clássico. Dentre tais caracteres, destacam-se a natureza híbrida da obra e o apelo ao inefável.

### **3.2 As leituras do (in)dizível no texto de Euclides da Cunha**

A obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*: campanha de Canudos, contribuiu para visibilizar o Brasil profundo, a “terra ignota” no dizer do escritor, que distanciado geográfica e politicamente das autoridades e dos intelectuais, inscreve-se tragicamente nos registros históricos por meio de uma guerra. O texto, construído a partir dos atos de sangue, não apenas denunciava os horrores de um massacre contra os sertanejos, mas dizia, mesmo que de modo enviesado, da existência de uma gente que contra força desmedida resolvera resistir e defender o seu modo de vida.

A narrativa, portanto, é um registro agônico entre a morte e a vida de distintos projetos de organização comunitária. O conflito se reproduz no texto e abarca contradições. Em síntese, a destruição do arraial, ao tempo em que é lamentada, justifica-se por se tratar de uma comunidade retrógrada no espaço-tempo dos sertões, incapaz de absorver os avanços da modernidade, cuja liderança religiosa, um ser aberrante na descrição euclidiana, fora responsável por desestabilizar a correlação das forças regionais. Dessa maneira, o amplo problema relativo às assimetrias do ordenamento social era equacionado como um refluxo ao passado inserido no rótulo das “psicoses epidêmicas” (CUNHA, 2016, p. 191). As leituras posteriores, há mais de um século, problematizam tal solução arquitetada por Euclides da Cunha em termos de uma espécie de comportamento anormal das massas.

Entretanto, os limites desta análise, como bem adverte Luiz Costa Lima (2000), encontram refúgio no duplo narrativo em que o narrador cientista cede espaço ao ficcionista,

de modo a possibilitar, segundo o crítico, não intencionalmente, a permanência da “dúvida” no conjunto de assertivas que se apresentam pelo discurso da razão positiva. A narrativa euclidiana tende à obliquidade, sendo, portanto, ambígua quando não contraditória. É, provavelmente, por causa dessa tensão com características ficcionais que perpassa a obra, menos por uma indulgência acadêmica ou sagração poética, que a crítica ulterior, especialmente a literária, não tenha ampliado a censura à enfática constatação euclidiana do Conselheiro como um louco, posto que a representação deste mais se aproximaria de uma personagem ficcional do que histórica. Walnice Nogueira Galvão assim descreve o recurso dos paradoxos n’*Os sertões*:

A repetição incessante de afirmações contraditórias oferece a possibilidade de se ler dois livros num só. Num deles, os rebeldes são heroicos, fortes, superiores, inventivos, resistentes, impávidos. No outro, eles são ignorantes, degenerados, racialmente inferiores, anormais, atributos que impregnam também, por extensão, seu líder Antônio Conselheiro e o próprio arraial onde viveram. Euclides, mobilizando seus conhecimentos de militar e assumindo sua postura de estrategista, critica asperamente a ineficiência do Exército, ao mesmo tempo que se emociona com as grandes arrancadas dele ou com atos de heroísmo individual dos soldados. Como essas afirmações surgem entrelaçadas, a resultante literária é a presença constante da figura da antítese e do oxímoro. O sertanejo é um Hércules-Quasímodo, Antônio Conselheiro tanto poderia ter ido para o hospício como para a História, certa região do país é uma Sibéria canicular, o Coronel Moreira César poderia receber a camisa-de-força ou a púrpura, o sertão é o paraíso. Essa maneira exasperada de escrever, tentando reunir num só lance de pena dois extremos, confere uma enorme tensão dramática ao texto (GALVÃO, 1981, p. 81).

Para Leopoldo M. Bernucci, em *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha* (1995), n’*Os sertões* as antíteses, como efeito retórico, passam, em diversos trechos, às contradições discursivas, porquanto: “[...] o que importa é menos a precisão do objeto do que o efeito ou a impressão da linguagem que o descreve” (BERNUCCI, 1995, p. 20). Por esse viés, o elogio, páginas adiante, transforma-se em opróbrio. Em diversas passagens, mesmo que involuntariamente, a precisão do relato cede lugar à composição.

A transição narrativa do plano objetivo-histórico para o subjetivo-imagético dá-se, inclusive, pela voz do narrador, que é deslocada do discurso impessoal para o pseudopessoal até atingir o pessoal. Dessa multiplicidade do narrar, conforme explica Bernucci, a obra se sustenta:

[...] É na peculiar justaposição de vários modos de narrar, que incluem o relato em primeira e terceira pessoa, os diálogos entre personagens, quadras populares, lendas e milagres, onde se espelha o ânimo infatigável deste narrador de histórias que Euclides tão bem representava (BERNUCCI, 1995, p. 22).



A composição, com traços notadamente romanescos, faz com que certas antinomias passem a ser toleradas pelo leitor. Este, por sua vez, é convidado a aderir não apenas à leitura de um texto histórico, sociológico, mais a um peculiar testemunho, no qual o narrador se oculta, estrategicamente, para melhor inserir os juízos e as interferências de um pressuposto observador empírico. Cabe lembrar que Euclides da Cunha, conforme anotações de campo, adentra Canudos em 16 de setembro e o último registro da caderneta pessoal, naquele sítio, é de 1º de outubro (CUNHA, 2009a). Entretanto, tais marcas temporais não estão inscritas n’*Os sertões*. A ausência dessa informação corrobora a perspectiva onisciente, onipotente e onipresente do narrador, que apresenta um relato integral dos eventos.

O não dizer euclidiano é oportuno, em tal circunstância, pois o pouco tempo em que esteve presente no campo de batalha poderia fragilizar a condição do *ístor* que lhe fora conveniente no desenvolvimento da narrativa *in totum*. Ciente desta ausência, Bernucci (1995) retoma, em amplo estudo, o cotejo das fontes que permitiram a feitura do cânone. O crítico literário conclui que Euclides desenvolvera, indiscutivelmente, ampla pesquisa para discorrer sobre o conflito, contudo suas fontes eram de algum modo limitadas pelo contexto sociopolítico daquele período histórico, como o noticiário sobre a campanha militar ou mesmo os documentos oficiais a que teve acesso. Ademais, se é verdade que o escritor inovou ao incorporar fontes orais ao seu registro, com o cuidado de adentrar o universo da cultura popular, também é correto afirmar que sua posição etnocêntrica incorreu em avaliações parciais daquelas vozes que segundo um de seus biógrafos: “[...] acabaram por servir de legitimação a uma engenhosa interpretação histórico-cultural” (VENTURA, 2003, p. 205).

Outrossim, o consórcio entre a ciência e a arte, pugnado pelo autor, resultara numa seleção de imagens na qual o olhar etnográfico, em diversas passagens, atua a partir do imaginário, especialmente, ao apresentar os quadros e os tipos dos sertões do norte. Para Walnice Nogueira Galvão, Euclides da Cunha: “[...] se recusa a ver tudo aquilo que não seja grandioso e heroico” (1981, p. 77), já Gilberto Freyre, sobre a obra euclidiana, afirma: “[...] predominaram as virtudes artísticas sobre as científicas” (1987, p. 66), enquanto Olímpio de Sousa Andrade, no capítulo “Ilusões por ilusões, ficaria com as suas...”, enfatiza o que o autor d’*Os sertões* resolvera registrar:

Meio enfarado de ciência, diz-se “sem tempo e competência” para continuar tentando explicar as reações de seus heróis com o auxílio dela, preferindo deixá-la de lado, para prosseguir sozinho, copiando, reproduzindo com exatidão as impressões “verdadeiras ou ilusórias” que tivera ao acompanhar as forças militares (ANDRADE, 1966, p. 251).

Ainda em relação à crítica genética, José Calasans (1998), em entrevista, afirmou que Euclides tinha o defeito de “não citar” (p. 47) muitas das fontes utilizadas na escrita da obra. Para Bernucci, ao subtrair: “[...] a prática das citações, que em Euclides é falha e com frequência nula” (1995, p. 56), o escritor teria maior liberdade para absorver as histórias e compor a própria versão dos episódios bélicos. Dessarte, identificam-se passagens em que é possível notar as paráfrases euclidianas das batalhas descritas nos jornais da época, trechos motivados em narrações doutras testemunhas, especialmente o relato do coronel Emídio Dantas Barreto, autor de *Última expedição a Canudos* (1898), ou mesmo descrições de cenas que se assemelham às fotografias de Augusto Flávio de Barros. Por esse conjunto, a leitura do clássico impõe desafios à compreensão dos limites entre a empiria do autor e o seu imaginário.

Olímpio de Sousa Andrade, em “Sinceridade, verdade e arte” (1966), enfatiza a leitura euclidiana mediada pelo alerta, anotado por Hippolyte Taine e citado na nota introdutória de *Os sertões*, a respeito do papel do historiador: “[...] que copiam os fatos e desfiguram a alma” (CUNHA, 2016, p. 11).<sup>49</sup> Nota-se, então, a inclinação artística e o cuidado com as palavras que notabilizaram o escritor, mas que, também por isso, permitem-se fórmulas passionais, o que para Andrade não deve ser confundido com falsidade. A escrita inventiva, nesse caso, mais diria do olhar reflexivo que o autor lança sobre a realidade e não corresponderia, necessariamente, ao ato de reportar uma verdade factual, mas à sua interpretação.

A imaginação, portanto, corrobora a verdade que se quer narrar, daí que Euclides da Cunha intervém com suas observações: “[...] aviventando passagens cuja rigorosa exatidão via, às vezes, vendo mais do que os outros, como sombras esquivas através de um véu...” (ANDRADE, 1966, p. 315-6). Exemplo dessa releitura criativa seria a passagem descrita como “o beija das imagens” (CUNHA, 2016, p. 189-190), em que o escritor, inspirado provavelmente no relatório do frei João Evangelista do Monte Marciano, constrói cenas de elevada beleza poética sem, novamente, referir-se ao documento e a autoria. Entretanto, páginas adiante, quando é narrado o fracasso da missão dos frades capuchinhos, as fontes são recuperadas (ibid, p. 194-199). Ou seja, a cena do ritual fora pinçada do relatório e descrita, na singular perspectiva do narrador euclidiano, com máxima intensidade estética.

O fato é que a narrativa d’*Os sertões* fora recepcionada pela crítica, já em 1902, como um texto híbrido. E mesmo um crítico do século XXI diria que, inicialmente, “Euclides seria, pois, cientista por sua fidelidade factual, historiador por sua fidelidade aos fatos e romancista pelo tom épico-trágico que empresta sobretudo à *A luta*” (LIMA, 1997, p. 132).

---

<sup>49</sup> No original: “[...] qui copient les faits et défigurent l’âme”.

Sobre o caráter híbrido do livro de Euclides da Cunha, Luiz Costa Lima, em “Os sertões: história e romance” (2006), a partir do conceito de *porosidade* – entendido como a capacidade de assimilação do ficcional, em maior intensidade pela narrativa literária e em menor escala pelo relato historiográfico –, esclarece que, dada a articulação do relato factual e imaginativo, estabeleceu-se uma homogeneidade interpretativa da obra euclidiana como um gênero literário não estritamente ficcional. Esta condição oscilante, capaz de auxiliar a história social, sem se limitar a tal condição, contribuiu para elevá-la à condição de cânone.

Em tempo, ao considerar a natureza da escrita historiográfica, parece oportuno rememorar as ponderações que Michel de Certeau, em *A escrita da história* (2011), tece a respeito dessa modalidade narrativa. Para o historiador francês, existem dois planos temporais que são justapostos na tessitura da narração de um evento factual. Isso ocorre dada a diferença entre o tempo do acontecimento (*das coisas*) e o tempo de sua representação (*discursivo*). Por conseguinte, resulta a noção de *desdobramento*, que é próprio da narrativa histórica. Em outras palavras, busca-se um tempo pretérito que não pode ser apreendido, mas que pode ser discursivamente recriado a partir de fontes orais e documentais. Nesse processo, no qual o relato de um passado se constrói, tem-se um protagonismo autoral responsável pela seleção e combinação dos fatos, relativo ao tempo das coisas, mas também das imagens, próprias do tempo do discurso, disponíveis no acervo de uma dada sociedade.

Tais escolhas, obviamente, não dizem respeito à omissão deliberada ou à invenção desmedida, mas, sim, à necessidade do autor em produzir uma narrativa destinada a futuros leitores. Ora, a hipotética possibilidade de um relato tão extenso, capaz de absorver os múltiplos aspectos presentes de um dado acontecimento, demonstra o quão necessária é a utilização da narrativa, e de suas estratégias, para que seja possível fazer o inapreensível, próprio da amplitude do viver, tornar-se apreensível, enquanto enredo.

Hayden White, nessa perspectiva, afirma que a narrativa historiográfica se aproxima da ficcional à medida que faz uso de categorias socialmente fornecidas para codificar o conhecimento, sendo que o efeito dessas codificações é “tornar familiar o não-familiar”. Para tanto, White desenvolve uma linha argumentativa que se vale dos conceitos de “estruturas de enredo pré-genéricas”, ou *mythoi*, de Northrop Frye e de *imaginação construtiva*, de Collingwood. O primeiro conceito diz respeito à existência de formatos narrativos, originários da literatura, que são compartilhados, tanto pelo autor quanto pelo público, e que auxiliam o entendimento do conteúdo a partir do reconhecimento da forma, ou seja, a familiarização com a estrutura contribui para a compreensão do enredo. Já o segundo termo trata do preenchimento das lacunas, de uma narrativa sobre fatos, por meio de um processo dedutivo (WHYTE, 1994).

Logo, os *mythoi* dizem respeito ao conhecido e socialmente legitimado, enquanto a *imaginação construtiva* trata do que é projetado numa leitura, a partir dos vazios legados, intencionalmente ou não, pela autoria. Seria, portanto, a compreensão do não dito no instante da recepção.

Não restam dúvidas de que o texto que se propõe reportar, mesmo que subjetivamente, um evento bélico deve se pautar por um compromisso com determinados fatos históricos, porém a eficácia comunicativa se esvai, caso não se adote uma estrutura comunicacional que seja reconhecida pelo leitor. Assim, a ficção não necessariamente se contrapõe ao discurso vinculado aos acontecimentos factuais, pelo contrário, pode auxiliar em sua realização, ao difundir estruturas que balizam formas de apreensão textual, bem como mecanismos de concatenação, próprios do texto narrativo.

Por isso, o discurso compreendido como verdadeiro e enunciado por um cientista, como pretendia o correspondente d'*O Estado de São Paulo* que cobriu a guerra de Canudos, acaba por se utilizar de estratégias narrativas que estão presentes nos enredos mais simples. Na realidade, trata-se da habilidade de contar uma história, de selecionar e combinar episódios de modo a legar a outrem uma fração do vivido. Isso, entretanto, não implica no rompimento com os fatos, pré-requisito fundamental do texto histórico, mas é mister reconhecer que a estratégia autoral determina, em grande medida, o lugar ocupado por certo evento e/ou personagem dentro do universo narrado.

Logo, Euclides da Cunha fez suas escolhas, selecionou e silenciou vozes, operou ângulos narrativos, cortes cênicos e ajustes cromáticos na descrição de personagens históricas. A título de ilustração, tem-se uma passagem d'*Os sertões* em que são notadas descrições singularmente poéticas das personagens da resistência sertaneja:

Ladeia-o o afoito Pajeú, rosto de bronze vincado de apófises duras, mal aprumado o arcabouço atlético. Estático, mãos postas, volve, como as suçuaranas em noite de luar, olhar absorto para os céus. Logo após o seu ajudante de ordens inseparável, Lalau, queda-se igualmente humílimo, joelhos dobrados sobre o tabuco carregado. Chiquinho e João da Mota, dois irmãos aos quais estava entregue o comando dos piquetes vigilantes nas entradas de Cocorobó e Uauá, aparecem unidos, desfiando, crédulos, as contas do mesmo rosário. Pedrão, cafuz entroncado e bruto, que com trinta homens escolhidos guardava as vertentes da Canabrava, mal se distingue, afastado, próximo de um digno êmulo de tropelias. Estêvão, negro reforçado, disforme, corpo tatuado à bala e à faca, que lograra vingar centenas de conflitos graças à disvulnerabilidade rara. Era o guarda do Cambaio (CUNHA, 2016, p. 188).

A cena remete ao momento de louvação, realizado, religiosamente, no crepúsculo da Canudos sitiada. Os fiéis seguidores do Conselheiro, reunidos na latada central, suspendiam os entreveros da batalha num instante de abnegação ascética, chamando a atenção, de acordo com

o narrador, os tipos díspares que se assomavam. Na presente passagem, em particular, Euclides constrói uma descrição dos conselheiristas por um viés que os apresenta como uma marginalia que combatia pelo Belo Monte. A voz narrativa acentua, inclusive, por contraste, as façanhas guerreiras ante à contrição dos pecados demandada ao Bom Jesus. O autor, certamente, não teve acesso ao que descreve, mas o seu olhar penetra o reduto a arranjar, possivelmente, as façanhas coligidas pelo escritor quando da passagem pelo *front*.

O excerto anterior ilustra o duplo da narrativa euclidiana, em que o plano histórico desliza em favor do enredo. Luiz Costa Lima denominou esse movimento de *passagens-ornato* d'*Os sertões* que, segundo o crítico literário, servem como moldura à temática central, construída por uma argumentação que intentava o estabelecimento de hipóteses e verdades científicas, mas que também, mesmo sem propósito, revelava-se: “[...] um meio para que se mantivesse calada sua dúvida sobre os limites da ciência” (LIMA, 2000, p. 55).

Resguardado pelo duplo da narrativa, a versão de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos revela potencialidades interpretativas quando contrapostas com conceitos, posteriores à obra, como o *dever de memória* historiográfico e o *testemunho* literário. Tal instrumental teórico, resultante dos conflitos bélicos do último século, possibilita leituras outras do cânone euclidiano.

Segundo Paul Ricoeur, em “A inquietante estranheza da história”, o *dever de memória* diz respeito a uma responsabilidade ética daqueles que narram a humanidade para com o registro das tragédias, com o fito de lidar com tais memórias e, se possível, evitar episódios semelhantes (in RICOEUR, 2007). Desdobram-se, dessa noção preliminar, variantes como a perspectiva de Pierre Nora, para quem: “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela relativização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 18).

Por sua vez, Jeanne Marie Gagnebin, no ensaio “Memória, História, Testemunho” (in 2009), interpreta o conceito com base nas análises que desenvolve a respeito da obra de Walter Benjamin. Assim, o dever de memória diz também da falência da experiência humana enquanto tradição compartilhada. A filósofa, ao rememorar Benjamin, esclarece que isso se dá em decorrência de uma sociedade pautada pela aceleração da técnica produtiva e pela impossibilidade de a linguagem assimilar a experiência, dada à sua fragilidade, num contexto de vivências. Dessa fragmentação resultariam novas possibilidades narrativas.

Gagnebin, então, destaca as construções discursivas que enfatizam o apagamento dos vestígios, dos rastros existenciais e as que, em sentido oposto, recolhem das ruínas o material que a sociedade insiste em negar. Desse modo: “[...] o narrador e o historiador deveriam

transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda” (GAGNEBIN, 2009, p. 54), enquanto o dever de memória passaria pela rememoração: “[...] daquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (ibid., p. 55), num influxo do passado sobre o presente, em que a transformação deste depende em alguma medida da reflexão originária daquele. Daí a importância de se considerar o alerta de Walter Benjamin para a necessidade de: “[...] escovar a história a contrapelo” (1994, p. 225). Desse modo, o não dito, o negligenciado no texto, assume uma carga de significados tão potente quanto o que se lê na tessitura narrativa.

A esse respeito, quando consideradas as influências cujas fontes não foram informadas no clássico sobre o massacre sertanejo, destaca-se a obra *Quatrevingt-treize* (1874), do escritor francês Victor Hugo. Euclides recorreu à terceira parte da obra, que narra os eventos da Revolução Francesa para formular uma interpretação histórico-literária dos acontecimentos de Canudos. O uso dessa fonte, inclusive, antecede o deslocamento do escritor ao teatro bélico, haja vista a publicação dos artigos nos quais são estabelecidos paralelos entre a guerra de Canudos e os acontecimentos da Vendéia francesa. Surpreende, entretanto, que ainda no livro persista o que Bernucci denominou de: “[...] a obsessão pelo paralelismo vendeiano” (1995, p. 26). Se Euclides, diferentemente dos artigos iniciais, afastara a hipótese de um levante monarquista em Canudos, manteve na obra, ulterior à guerra, o quadro comparativo por outros aspectos,

Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O *chouan* e as charnecas emparelham-se bem como o jagunço e as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha, onde uma revolta, depois de fazer recuar exércitos destinados a um passeio militar por toda a Europa, só cedeu ante as divisões volantes de um general sem fama, "as colunas infernais" do general Turreau — pouco numerosas mas céleres, imitando a própria fugacidade dos vendeanos, até encurralá-los num círculo de dezesseis campos entrincheirados (CUNHA, 2016, p. 231).

Ao transpor para os trópicos o *chouan* e as charnecas, Euclides da Cunha não faz menção à obra de Victor Hugo. Entretanto, o escritor brasileiro, tributário do autor francês, desenvolve a: “[...] argumentação que celebrizaria o isolamento do sertanejo como uma de suas teses culturais mais fecundas” (BERNUCCI, 1995, p. 27). Deve-se registrar que esse tema era discutido, por outros articulistas, nos círculos do teatro de guerra, haja vista a alusão à questão realizada por Manuel Benício em *O rei dos jagunços* (1899). No entanto, a temática é problematizada, em termos teóricos, a partir da publicação de *Os sertões*, obra em que se descreve a perspectiva da radicalidade cultural do sertanejo, determinada por um

distanciamento histórico-geográfico, capaz de preservar valores distintos da sociedade litorânea que não foram, ou não houve tal opção, compreendidos pelos agentes estatais responsáveis pela solução bélica. A guerra seria, então, a resposta ao diálogo ininteligível entre o litoral e o sertão brasileiros.

Desse conjunto de incompreensões culturais, que Victor Hugo nomina de um *malentendu* ao analisar os eventos na província rebelde na França, desenvolve-se a linha de pensamento acerca do insulamento do sertanejo e, por conseguinte, reitera-se a cena literária francesa na obra euclidiana. Logo, da leitura de *Quatrevingt-treize*, verifica-se a peculiar religiosidade e a habilidade no reconhecimento das manifestações telúricas, o primitivismo e o tradicionalismo, a especificidade linguística, além das superstições que: “[...] encontram com certa facilidade os respectivos correlatos n’*Os sertões*” (BERNUCCI, 1995, p. 33).

O *malentendu* de Hugo, cujo correlato sociológico na interpretação da guerra de Canudos está relacionado ao estado de anomia conforme propõe Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), será descrito por Euclides enquanto conflito entre as distintas compreensões do viver. O termo mal-entendido não aparece n’*Os sertões*, mas a ausência deste não interdita o diálogo intertextual. Tanto é assim que o correspondente em espanhol, *malentendido*, é retomado por Vargas Llosa como *leitmotiv* em *La guerra del fin del mundo*, obra publicada em 1981. O escritor peruano recria a narrativa do conflito a partir do espectro de interesses que se movimentam no processo de ocupação territorial da América Latina.

*La guerra del fin del mundo*, registre-se, recebe críticas por reforçar estereótipos do banditismo e do fanatismo religioso ao caracterizar os habitantes do Belo Monte, assim como pela adesão às versões controversas dos acontecimentos ou ainda pela redução caricata de certas personagens do conflito (MONIZ, 1982; VENTURA, 2003). A narrativa de Llosa, em contrapartida, apresenta apuro ficcional e denuncia a impossibilidade de narrar o que não se consegue visualizar e, portanto, compreender. A personagem do jornalista míope que adentra o conflito, perde os óculos durante os combates, sobrevive e, posteriormente, relata sua vivência é a metáfora da impossibilidade descritiva daqueles eventos, intensos e demasiadamente próximos para serem narrados de modo objetivo.

Javier Uriarte, em “Through a Enemy Land: On Space and (In)visibility in Euclides da Cunha’s *Os sertões*” (2014), advoga que a obra euclidiana deve ser lida como um ensaio de interpretação nacional dada as questões complexas entre poder, espaço e movimento que contempla. Por conseguinte, a mesma não pode ser entendida como um simples testemunho ou relato de guerra, até pelo conjunto de leituras que se reinscrevem no clássico.

De acordo com o crítico literário, a resistência que se desenvolveu nos sertões ignorou a autoridade do Estado e rejeitou seu olhar lógico e de apropriação tributária. Por conseguinte, a resposta militar, do poder central, visou incorporar os territórios rebeldes ao espaço moderno da nação, seguindo o modelo espreado pelo continente americano. Ora, essa seria uma narrativa já conhecida, cuja origem remonta ao processo de ocupação colonial, mas, no caso da guerra de Canudos, o trabalho estético de Euclides da Cunha resultou numa espécie de antinarrativa, dado que, ao contrário do esperado por um agente do litoral, os sertões não se resumiam a um deserto, tema da primeira parte do livro. Canudos revelava-se um espaço de continuidades, não de interrupções, entre o urbano e o rural, numa espécie de mobilidade subversiva dos sertanejos que controlavam aqueles sítios a despeito do Estado nacional.

O apelo à prosopopeia, como recurso estilístico, por exemplo, demonstraria a aliança entre os elementos da natureza e os locais. Daí a necessidade de submeter as forças naturais, o que inclui as populações sertanejas, para êxito da civilização. Por conseguinte, Javier Uriarte, doutra maneira, interpreta a trilogia da divisão euclidiana, não mais pelo viés determinista: o meio, a raça e o momento; mas enquanto projeção de um olhar que visualiza o deserto na parte inicial, surpreende-se com a vida abundante na intermediária e impõe, sob a égide do progresso modernizador, um novo deserto na seção final como solução à crise causada pelo confronto de um viver dissentâneo. Desse modo, o escritor expedicionário narraria um (des)encontro cultural para o qual a visada do observador não estaria, devidamente, preparada. Daí as opacidades do relato:

[...] O espaço do sertão esconde zonas de invisibilidade para um olho que não está preparado para entender e narrar o que testemunha. A originalidade da perspectiva do narrador aqui é que ele apresenta essas deficiências como suas; ele reconhece a própria incapacidade de dar sentido ao que testemunha. De certa forma, *Os sertões* pode ser visto como a narração de um processo pelo qual o olho finalmente vê (URIARTE, 2014, p. 40, tradução do autor).<sup>50</sup>

Do mesmo modo, em “Emergencias de lo invisible: ruina y lenguaje en *Os sertões*” (2016), Uriarte reitera a ideia da falência da linguagem, ao afirmar que a obra euclidiana mais trata da tragédia do não dizer do que da guerra propriamente. Euclides, segundo o crítico uruguaio, faz uso da “retórica del desconcierto” (p. 138), que se caracteriza por uma estratégia de representação que se reconhece insuficiente diante dos instrumentos do saber. Para tanto, o hispanista analisa, na obra, as menções ao invisível e às imagens das ruínas.

---

<sup>50</sup> No original: “[...] The space of the sertão hides zones of invisibility for an eye that is not prepared to understand and narrate what it witnesses. The originality of the narrator’s perspective here is that he presents these deficiencies as his own; he acknowledges his own incapacity to give sense to what he witnesses. In a sense, *Os sertões* can be seen as the narration of a process by which the eye finally sees”.



No tocante ao primeiro aspecto, ressaltam-se as estratégias guerrilheiras dos conselheiristas que se recusavam ao combate direto, com movimentos soturnos e batalhas que partiam de emboscadas, o que leva o narrador a descrever um inimigo que não vê, porém o persegue. É o conflito da projeção psicológica da autoria contra as evidências do risco iminente, do qual se consegue visualizar parte do processo, mas não sua totalidade. Já sobre as ruínas, cuja descrição abarca o complexo textual, Uriarte destaca a ambiguidade temporal destas, ao associar a imagem de uma cicatriz que revela as dores de um passado que se faz presente. Diante deste complexo, o crítico resume:

[...] Acredito que a conquista mais importante de *Os sertões* não reside nas fortes certezas do narrador, mas em seu colapso. Trata-se da textualização de uma incompreensão: é o fracasso em reconhecer a si mesmo ou a si mesmo como outro, incapaz de entender completamente, despir a guerra como a impossibilidade de olhar. Ao mesmo tempo em que esse limite está presente e reconhece a inadequação do olhar do narrador, *Os sertões* apresenta a luta deste último com sua própria capacidade de dizer. É em grande parte um livro sobre a própria linguagem levada ao seu limite máximo, em luta consigo mesma (URIARTE, 2016, p. 139, tradução do autor).<sup>51</sup>

Para além disso, é preciso reconhecer que a narrativa de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos também guarda silenciamentos ideológicos. Ao criticar a disposição topográfica das edículas, certamente distintas dos sítios urbanos, Euclides faz uso da expressão “*civitas* sinistra do erro” (CUNHA, 2016, p. 174), mas é preciso lembrar que a comunidade já experienciava o conflito há quase um ano e os ataques da última expedição há três meses. Além disso, a disposição de várias casas voltadas para um quintal comum, algo insensato na visão euclidiana, faz jus à prática comunal destinada ao cuidado de pequenas criações no contexto do sertão. Vê-se, nesse caso, uma incompreensão dos olhares lançados sobre a comunidade do Belo Monte.

Contudo, o que justificaria a omissão do autor em relação à presença de uma escola no arraial, algo que Euclides havia registrado em suas anotações de 1897: “Professora – cabocla – mulata – bonita moça – abandonada pelo marido. Tinha escola todo dia. Tinha muitos meninos a escola. 2\$ por mês cada menino. Escola mista” (CUNHA, 2009a, p. 95-96), mas que resolvera ignorar no livro de 1902. Dois aspectos podem ser considerados, a saber: uma improvável

---

<sup>51</sup> No original: “[...] Creo que el logro más importante de *Os sertões* no radica en las férreas certezas del narrador sino en el derrumbe de las mismas. Se trata de la textualización de una incompreensión: es el dejar de reconocerse o el reconocerse como otro, como incapaz de entender del todo, el desnudar la guerra como la imposibilidad de la mirada. Al mismo tiempo que hace presente este límite y reconoce la insuficiencia de la mirada del narrador, *Os sertões* presenta la lucha de este último con su propia capacidad de decir. Es en gran medida un libro sobre el propio lenguaje llevado a sus límites máximos, en lucha consigo mismo”.

dúvida em relação à informação coligida ou à necessidade de dispor apenas os detalhes que melhor contribuíssem para a *mise-en-scène* da obra que caracterizava os sertanejos como ignorantes. Neste último caso, é larga a distância entre o não compreender e o não dizer.

Noutra vertente, no afã de revelar, o afirmado também oculta. Mário de Andrade critica o que compreende como estetização da pobreza no clássico euclidiano. Para o modernista, o texto guarda um desajuste entre o objeto representado e a palavra representacional. Em suas palavras:

Pois eu garanto que *Os sertões* são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. Carece ver o que ela é. É medonha. O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial, porém uma falsificação hedionda. Repugnante. Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez pra encetarmos o nosso trabalho de homens. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopeia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. Deus me livre de negar resistência a este nordestino resistente. Mas chamar isso de heroísmo é desconhecer um simples fenômeno de adaptação. Os mais fortes vão-se embora (ANDRADE, 2015, p. 334).

Geoffrey Hartman, em “Holocausto, testemunho, arte e trauma” (2000), problematiza os limites éticos da representação. Em especial, o autor critica a estetização da violência ao alertar que o problema não está no choque que as imagens violentas produzem, mas na indiferença que o cotidiano de tais cenas pode acarretar numa dada sociedade, além do: “[...] efeito de irrealidade, que fatalmente mina a pretensão do realismo a figurar a realidade” (HARTMAN, 2000, p. 219). Ademais, sobre os riscos representacionais, não se poderia supor que o enredo estivesse isento da posição ocupada pelo autor durante as batalhas, carregado, portanto, das “verdades” convenientes na guerra contra os sertanejos, cujo caso mais evidente será observado na representação de Antônio Conselheiro.

Para Alfredo Bosi, em “Canudos não se rendeu” (2002), Euclides da Cunha, ao desenvolver uma interpretação meso-antropológica dos sertanejos, atribui centralidade à liderança religiosa do arraial, pois necessitava, a partir desta, contrapor: “[...] o papel de homem-síntese de uma realidade social e religiosa, a condição do sertanejo pobre” (p. 211). A exclusão social, n’*Os sertões*, não se dá pela subordinação da mão de obra ao latifúndio, mas pela visão fatalista de aspectos genéticos e geográficos ora vinculados ao *continuum* histórico. Tais fatores, cumulados, resultam “numa anticlinal extraordinária – Antônio Conselheiro” (CUNHA, 2016, p. 144). Decorrente dessa perspectiva ideológica, a mediação literária

corroborar a figuração do Conselheiro como: “[...] o fruto mórbido de uma cultura propensa à desordem e ao crime” (BOSI, 2002, p. 212).

Como se vê, não há saída para esse homem, e respectivo *modus vivendi*, quando o Estado nacional ocupa o território e impõe novos valores culturais. Nesse caso, ao contrário das demais contradições verificadas n’*Os sertões*, a representação do Conselheiro se dá por uma estabilidade conceitual que corresponde à plêiade detratora inscrita, especialmente, a partir do capítulo IV, na segunda parte da obra. Diante disso, as certezas impedem um ato cênico capaz de representar com maior amplitude a liderança sertaneja, ora reduzida à condição de monomaniaco. De resto, *Os sertões* constituem, conforme indica o autor, na denúncia de um crime. Logo, presume-se que o texto pudesse apontar os prováveis criminosos. Entretanto, em que pese as críticas às instituições do Estado, da Igreja e das Forças Armadas, a única personagem, no relato euclidiano, claramente antagonista é a de Antônio Conselheiro.

Eduardo Hoornaert, em “O sacrificalismo de Euclides da Cunha” (1998), advoga a tese de que, dentre outros motivos, o êxito d’*Os sertões*, junto a setores privilegiados da sociedade brasileira, dá-se por sua natureza de expiação. Afinal,

[...] Era preciso sacrificar o Conselheiro no altar da honorabilidade brasileira para que a elite do país pudesse recuperar-se do trauma causado pela memória de uma ação tão covarde por parte do governo do país diante de uma comunidade de pobres sertanejos (in HOORNAERT, 1998, p. 81-82).

Em tal perspectiva, todos seriam vítimas das manobras do Conselheiro, hábil em manipular os sertanejos contra as forças militares que agiam em defesa do Estado nacional. Logo, em sentido estrito, vencidos e vencedores não seriam os responsáveis por aquela tragédia. Corroborava esse pensar o argumento no qual, finda a guerra, os combatentes se irmanavam na dor de suas respectivas perdas. Por esse viés, fora conveniente projetar a culpa dos eventos bélicos na liderança do arraial, ao tempo em que se intentava restabelecer, através da anistia aos crimes de guerra, o pacto social esgarçado pela destruição. Nesse sentido, Hoornaert, sobre a representação euclidiana do Conselheiro, esclarece que o sacrifício do líder sertanejo atua com o fito de purgar os pecados do coletivo pátrio. Portanto, a morte da personagem ficcional, notadamente ensandecida, fora necessária como espécie de lenitivo às consciências perpetradoras do Maciel histórico e dos seus seguidores. Estes, nem loucos nem ingênuos, sertanejos. De todo modo, a vesânia é uma das imagens resultantes do cânone.

Outra maneira de ler *Os sertões*, em especial a representação euclidiana da personagem de Antônio Conselheiro, dá-se pela análise psicológica, associada aos estudos biográficos. Roberto Ventura, em “Maldição antiga” (in 2003), aponta como os traumas vivenciados pelo

escritor fluminense se desdobram, comparativamente, na caracterização do líder político e espiritual de Canudos. Para o crítico literário e biógrafo euclidiano, faz-se necessário: “[...] perceber como o escritor projetou sobre Antônio Conselheiro e Canudos muitas de suas obsessões, como o temor da sexualidade, da irracionalidade, da loucura, do caos e da anarquia” (VENTURA, 2003, p. 204).

De fato, as peripécias de Euclides da Cunha foram muitas. O intelectual fora forjado por uma vida de contornos dramáticos: a orfandade, o engajamento e a decepção com os ideais republicanos, as perseguições políticas, o contraste entre o engenheiro frustrado e o escritor consagrado, o homem das ciências que temia assombrações, os cenários exóticos das viagens aos sertões e a hileia brasileira, além do revés da traição da esposa que culmina na morte prematura do escritor. Tais episódios favorecem um enredo do herói romântico, protagonista que Euclides da Cunha evitava em seus escritos, mas que pode ter encontrado vazão na representação do antagonista sertanejo.

A interpretação de Ventura sobre a escrita euclidiana estabelece diálogo conceitual com os estudos que se valem, como na crítica biográfica, das tensões entre o plano histórico e literário. Nesse caso, superada a possibilidade de uma estética do espelho, buscam-se metáforas que, no dizer de Eneida Maria de Souza: “se integram ao texto ficcional sob a forma de uma representação do vivido” (SOUZA, 2002, p. 113). Tais pontes metafóricas entre fato e ficção ampliam, na questão em análise, o elenco das possibilidades biográficas ao reconhecer que a personagem patológica do Conselheiro adentrou a nossa historiografia pintada por uma construção, em grande medida literária, da pena de Euclides da Cunha.

Surge, nas páginas de *Os sertões*, um Antônio Conselheiro ameaçador, ermitão sombrio, que escapou do hospício para entrar da história. Enfocou o Conselheiro como personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias, que o levaram à queda na loucura e ao conflito com a República. Canudos surgia como uma povoação estranha, labirinto desesperador de becos estreitíssimos, com casas que se acumulavam em “absoluta desordem”, como se tudo aquilo tivesse sido construído febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos (VENTURA, 2003, p. 204).

Antes dessa interpretação, Gilberto Freyre, em *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*, obra publicada em 1944, já apontara a autoavaliação euclidiana de uma vida equivalente a um “romance mal-arranjado” (FREYRE, 1987, p. 37) para afirmar a capacidade que o autor teve de intensificar o real. O sociólogo pernambucano, provavelmente um dos primeiros críticos a especular aspectos biográficos na análise d’*Os sertões*, considera Euclides da Cunha um revelador da realidade brasileira e, para tanto, mesmo com exageros e omissões, teria se

utilizado da construção ficcional para projetar menos o herói individual e mais o tipo heroico: o sertanejo, o jagunço, o gaúcho etc. Por outro lado, o escritor apresentou dificuldades em se deslocar da figura típica para a personagem singular, o que o levou, em muitas ocasiões, ao apelo da retórica, como se nota na magniloquente descrição do asceta do Belo Monte. Igualmente, ao procurar a síntese da personagem tipológica, o escritor incorre no apagamento da multiplicidade étnica presente naqueles eventos. Dessa maneira, as matrizes autóctones e africanas estariam assimiladas ao ente sertanejo, o que reduz, substancialmente, a importância da participação tanto de ex-escravos quanto de nações indígenas no conflito.<sup>52</sup>

Por sua vez, Edgar Salvadori de Decca e Maria Lucia Abaurre Gnerre, em “Trauma e história na composição de *Os sertões*” (2002), apontam que Euclides da Cunha, a princípio, teria tido dificuldades para assimilar as imagens da guerra, conforme se observa nos versos de “Página Vazia”.

Quem volta da região assustadora  
De onde eu venho, revendo, inda na mente,  
Muitas cenas do drama comovente  
De guerra despiedada e aterradora.

Certo não pode ter uma sonora  
Estrofe ou canto ou ditirambo ardente  
Que possa figurar dignamente  
Em vosso álbum gentil, minha senhora.

E quando, com fidalga gentileza  
Cedestes-me esta página, a nobreza  
De nossa alma iludiu-vos, não previstes

Que quem mais tarde, nesta folha lesse  
Perguntaria: “Que autor é esse  
De uns versos tão mal feitos e tão tristes?” (CUNHA, 2009b, p. 277).

O poema, manuscrito no álbum de recordações de Francisca Prager Fróes, fora redigido logo após o escritor regressar do campo de batalha, em 14 de outubro de 1897, na capital baiana. Trata-se, conforme a análise de Decca e Gnerre, de uma encenação traumática, em que o eu-poético diz da incapacidade de representação do trauma. Mas, conforme a análise, o inefável não é incomunicável: “[...] se a página fora de início deixada em branco, temos já de partida uma pista de que o enredo que quer o autor nos passar é repetição de traumas passados, e justamente por isso é capaz de ser transmitido pelo silêncio” (DECCA; GNERRE, 2002, p. 47-48). Em seguida, enumera-se, após afirmar a possibilidade de leitura da cena traumática,

---

<sup>52</sup> Manuel Benício, em *O rei dos jagunços* (1899), ao contrário do escritor fluminense, incorpora diversas matrizes culturais à narrativa da guerra.

três momentos em que isso ocorre na obra euclidiana, a saber: o instante inicial marcado pela interdição presente na escrita poética; a etapa seguinte caracterizada pelo esforço de representação do trauma n’*Os sertões*; e a última fase vinculada à perlaboração da imagem traumática noutras obras, cujos contornos podem ser identificados, mas não superados. A ficção, nesse processo, auxilia o silêncio do trauma a realizar-se em palavra, delimitando-o.

Pelo conjunto destes argumentos, pode-se verificar a maneira pela qual o indizível n’*Os sertões* acumula aspectos multifatoriais, dado o território ambíguo da narrativa que se propõe científica, pois reúne estudos sobre diversas temáticas, mas, efetivamente, encontra-se alicerçada em bases literárias. Por isso, recorde-se, Uriarte afirma que a obra euclidiana: “[...] não é um simples testemunho ou relato de guerra” (2014, p. 36).<sup>53</sup> Nesta negativa, entretanto, possivelmente o que se refuta não é o gênero, mas o grau de complexidade, dada a potencialidade do cânone em assimilar diferentes vozes e tipologias textuais. Essa condição híbrida associada ao inefável, uma antinarrativa no dizer de Uriarte, aproximaria o texto euclidiano das narrativas testemunhais de eventos extremos em que o narrador não consegue nomear com precisão o que fora vivenciado. Por conseguinte, faz-se necessário o emprego dos recursos literários para simbolizar a cena traumática.

Esse rememorar, como apontam alguns biógrafos e críticos que analisam a encenação psicanalítica, afeta o ato simbólico da escrita literária capaz de modular as representações das personagens, assim como os próprios acontecimentos. O testemunho de Euclides não é assumido, propriamente, mas é pressuposto, em que pese não ser dito se encontra inscrito na obra. Noutro campo, é preciso reconhecer que certos silêncios dizem mais das opções ideológicas do autor:

[...] no tratamento das fontes, Euclides tem um procedimento em geral pouco digno de um historiador. Algumas vezes é até leviano ou irresponsável. Pensemos, por exemplo, naquilo que diz sobre as prédicas do Conselheiro, que comenta obviamente sem as ter lido, como se seguisse o lema tácito de certos críticos literários: “não li, nem gostei” (ZILLY, 1998, p. 14).

Essa tensão, entre os limites éticos e estéticos, é um desafio à leitura da obra euclidiana, pois a beleza do texto encobre, enquanto narrativa de um evento histórico, outras versões daqueles episódios. N’*Os sertões* prevalece o olhar republicano, decepcionado, é verdade, com os rumos do regime, no qual se descreve a derrocada do que, nos círculos hegemônicos da época, considerava-se primitivo e, por mais que representasse a radicalidade do nacional, adversário do progresso modernizador então preconizado. Entretanto, é preciso cuidado para

---

<sup>53</sup> No original: “[...] is not a simple testimony or account of the war”.

não “[...] fazer de Euclides mais um bode expiatório” (HOORNAERT, 1998, p. 88) no altar das honorabilidades nacionais. Daí a importância de compreender o monumento literário erigido n’*Os sertões* e a consequente sombra desta imagem traumática sobre outras interpretações da guerra contra o Belo Monte.

### 3.3 A tessitura da trama na imagem do trauma

Nesta seção, verifica-se o apelo do *páthos* na obra de Euclides da Cunha, de modo a perceber o papel da tragicidade no movimento estético/político que eleva *Os sertões* à condição de monumento literário e, por um lado, insere a guerra nos sertões enquanto tema nacional, mas, por outro lado, corrobora uma interpretação que estabelece, à semelhança de um trauma, a imagem que prevalece, durante décadas, daqueles eventos.

Márcio Seligmann-Silva, em “A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens” (2006), destaca cinco pontos em relação à tradição da arte<sup>54</sup> relativa à memória clássica e à sua recepção, a saber: i) a doutrina dos *loci*; ii) a relação entre teoria da memória e o culto dos mortos; iii) a ligação entre o sobreviver e a arte da memória; iv) a conexão entre a memória e a cena retórica do tribunal; e v) a doutrina das imagens marcantes. Nota-se, nesse percurso do recordar, a relação que se constitui, em diferentes estágios, entre o espaço da recordação e a imagem que desse recordar se projeta. Daí a importância do campo visual, no caso do testemunho em terceira pessoa, em especial no aspecto relacionado à *doutrina das imagens marcantes*, oportunidade em que predomina a cena espetacular, o extraordinário, em uma narrativa que vocaliza, especialmente, a perspectiva do *testis*. Seligmann-Silva, inclusive, recorda as sugestões do tratado *Ad Herennium*: “[...] devemos optar por imagens chocantes que fogem à norma” (2006, p. 36), e ainda: “[...] Coisas extremamente feias ou belas nos marcam” (ibid., p. 36). O recordar do trauma, por esse trânsito, dá-se pela composição da trama enquanto montagem cênica.

Berthold Zilly, em “A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em *Os sertões*” (1998), afirma que a contribuição de Euclides da Cunha para a permanência da guerra de Canudos na memória nacional se dá não pela capacidade de o autor registrar os episódios, mas pela potencialidade em representá-los. Afinal, praticamente não existem, na obra euclidiana, fatos e ocorrências que não constem em outros trabalhos. Por isso, se há uma colaboração de Euclides à narrativa daquela experiência traumática, esta ocorre mais por

---

<sup>54</sup> O autor toma a expressão “arte”, nessa ocasião relacionada a mnemotécnica cuja origem remonta a *ars memoriae* da antiguidade, como equivalente ao termo “técnica” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 37).

virtudes literárias do que pelo relato factual, posto que: “A incorporação de *Os sertões* aos cânones da literatura nacional e universal se deve relativamente pouco a seu valor documental ou historiográfico” (ZILLY, 1998, p. 14).

Para Zilly, a arte fora empregada por Euclides, pois melhor captava a complexa realidade observada na guerra contra os sertanejos, assim como abarcava as contraditórias posições do autor diante daqueles acontecimentos. Espécie de tribuno acusatório da civilização, o escritor arrogara a condição de historiador poético. Para tanto, o cânone euclidiano alterna entre passagens épicas, especialmente em “A terra” e “O homem” em que se observa o domínio de imagens estáticas, e passagens dramáticas, notadamente na extensa parte final denominada de “A luta” em que o dinamismo cênico é maior. Em que pese as variáveis do movimento narrativo, em toda obra prevalece o sentir exacerbado, o *páthos* de forte apelo sinestésico. Nas palavras de Berthold Zilly:

A irresistível capacidade de evocar e presentificar o passado teatralmente é usada pelo autor com o objetivo de preparar o intelecto do leitor para uma recepção extremamente sensorial, visual, acústica e emocional daqueles quadros lancinantes de que dificilmente consegue se livrar. Pois Euclides não quer apenas ser lido. Quer induzir o leitor a determinado tipo de leitura, quer garantir que a sua mensagem seja percebida corretamente (ibid, p. 17).

O tradutor d’*Os sertões* para a língua alemã deslinda a teatralidade do clássico, em especial no desfecho do conflito, ao comparar a topografia da cena bélica com o anfiteatro clássico; os soldados da retaguarda com os espectadores; os combatentes com os atores; o narrador, um espectador especial, com o crítico. Tais componentes conformam o complexo dramático que relata a catástrofe, o que notadamente inclui as dimensões ética e estética. Por isso, Berthold Zilly, ao tempo que exalta as virtudes artísticas de Euclides da Cunha, destaca a postura hesitante do intelectual em relação aos sertanejos, uma vez que a denúncia apresentada é meramente retórica, espécie de lamento póstumo: “[...] Se a matança tem de acontecer, que aconteça, acompanhada, porém, de comoção e mea-culpa, únicas atitudes dignas ante uma realidade que é uma tragédia, e que só pode ser representada como tal” (ibid, p. 27).

Sobre a questão da imagem n’*Os sertões*, provavelmente fora Gilberto Freyre quem primeiro discorreu sobre o monumentalismo euclidiano, em 1944, ao sugerir uma comparação entre as passagens literárias e o trabalho do artista plástico espanhol Alonso Berruguete. Para Freyre, prevalece o estático, próprio da linguagem arquitetônica, pictórica e escultural, no trabalho estético do escritor que busca estabilizar os quadros cênicos de modo a: “[...] fazer parar o próprio sol dos sertões; descrevê-lo como que parado” (1987, p. 25).



Leopoldo Bernucci, ainda sobre a atenção dedicada por Euclides da Cunha ao apelo visual, entende que na parte inicial d’*Os sertões* se salienta uma perspectiva vertical, a “visão telescópica” (2018, p. 17), na qual o narrador apresenta um panorama morfológico dos sertões do norte e, gradativamente, fecha-se na região de Canudos. Segundo Bernucci, o ideal panóptico inicial desfalece quando da aproximação do objeto observado. Dessa maneira, o enredo desloca-se do plano épico, cujo movimento é refreado, para ganhar contornos dramáticos no plano da ação das personagens que agonizam sob a canícula e sobre a vegetação abrasiva das caatingas. Tudo é calor, do deserto inicial resultante das queimadas até a cena final de combustão generalizada das moradias sertanejas. O olhar, nesse ínterim, perde-se no impreciso do movimento passional de uma luta desigual e desumana, inclusive para os sitiados do Belo Monte. Diante disso, assinala o crítico literário:

[...] Esse movimento de abertura e contração do campo visual atesta explicitamente o caráter não só pictórico da escrita euclidiana, mas também a sua singular capacidade para mover-se entre as generalizações e os aspectos mais particulares de sua narrativa (BERNUCCI, 2018, p. 17).

Javier Uriarte também corrobora a tese da visada panorâmica da morfologia sertaneja que se desloca para o *close-up* no arraial insubmisso. Esse movimento, para Uriarte, é determinante ao colapso narrativo que se conforma. Na obra, o narrador apresenta uma cena inaugural repleta de detalhes e convida o leitor a ingressar numa trajetória narrativa que se revela, ao final, um dédalo inexpugnável. A descrição da paisagem, ao se aproximar do cenário de guerra, muda a perspectiva para algo indescritível, em que o arraial representa um passado que se faz presente. No dizer de Uriarte: “[...] O projeto de Euclides é baseado em dois momentos: primeiro, trata-se de interromper todo movimento, para direcioná-lo e ressignificá-lo posteriormente, tornando-o útil e produtivo” (URIARTE, 2014, p. 45, tradução do autor).<sup>55</sup>

A busca por uma referencialidade preliminar, pressuposto para uma posterior análise, levou Euclides da Cunha a fazer uso de um discurso inspirado nos tratados científicos e suas metodologias. Não por outro motivo, o correspondente de guerra vislumbra, nas partes iniciais do livro, a imobilidade do plano cênico. O efeito, nessa ocasião, objetiva estabilizar cenas para melhor analisá-las como se o autor/narrador/leitor estivesse diante de uma bancada de laboratório. A decorrente leitura desse painel, então, estabelece um diálogo com as práticas da ciência, como assinala um dos intérpretes do clássico:

<sup>55</sup> No original: “Euclides’ project is based on two moments: first, it is about stopping all movement, in order to direct and resignify it afterwards, making it useful and productive”. Os termos “útil e produtivo” devem ser compreendidos dentro da estratégia narrativa que, de acordo com Uriarte, conduz a um colapso.

[...] Na ciência, costuma-se isolar fragmentos de um todo, situações momentâneas, desacelerando-se e até interrompendo-se movimentos, acelerando-se outros, diminuindo-se ou amplificando-se partes da realidade ao se estudar vibrações, ondas, sons, transformações, processos de vários tipos, às vezes complexos ou imperceptíveis ou inaudíveis, rápidos ou lentos, do átomo às galáxias. O médico bate chapas, o físico produz oscilogramas, o biólogo, figuras ou modelos tridimensionais, todos fotografam ou filmam, preferencialmente com câmera lenta ou acelerada (ZILLY, 1998, p. 19).

Ao recortar os quadros, Euclides da Cunha busca descrever os objetos selecionados, o que produz um efeito de exposição linear. Desse modo, ao final, a sequência cênica se apresenta como montagem. Uma das passagens que ilustram o imobilismo das imagens inaugurais, como se os objetos descritos optassem por posar no instante do registro – efeito que reforça a dimensão épica da escrita euclidiana –, encontra-se no capítulo denominado de “Higrômetros singulares”:

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela — braços largamente abertos, face volvida para os céus, — um soldado descansava.  
Descansava... havia três meses.

[...]

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme — o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria — lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares (CUNHA, 2016, p. 42).

Ao descrever o cadáver de um militar que não se decompõe, Euclides da Cunha prefigura alguns dos temas de sua narrativa, a saber: a paisagem que absorve o combatente, o soldado que sucumbe, em campo inóspito, em prol da civilização e o nacionalismo que representa tal sacrifício. Desse conjunto resulta que a subjetividade do homem é anulada pela objetividade da sua função, tem-se, então, o soldado desconhecido que tomba pela Nação, mas cujo corpo insiste, numa remissão fantasmagórica, em não se decompor. Aliás, o verme euclidiano encontra-se a meio caminho do irônico verme de Machado de Assis<sup>56</sup> e do fatalista verme de Augusto dos Anjos.<sup>57</sup> Com efeito, nos sertões, o parasita inexistente dadas as condições climáticas, trata-se, portanto, de um fatalismo irônico, recurso empregado com regularidade pelo autor.

<sup>56</sup> Referência a dedicatória do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*: “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas”.

<sup>57</sup> Alusão aos versos de *Psicologia de um vencido*: “Já o verme – esse operário das ruínas – / Que o sangue podre das carnificinas / Come, e à vida em geral declara guerra”.

Na leitura da representação artística, a múmia preservada pelo clima da caatinga, numa espécie de túmulo a céu aberto, parece implorar a descrição do escritor que a preserva enquanto relato. A passagem, de objeto referencial ao plano simbólico, possibilita que a cena bélica se constitua num cenotáfio a ser venerado pela gesta que resulta do conflito. Essa é uma das maneiras pela qual o político e o estético se unem na construção de um discurso no qual é possível identificar o que Benedict Anderson (2008) denomina de *comunidade política imaginada*.

Tal conceito, segundo o historiador e cientista político, resulta de um movimento de descentralização cultural que substituiu, na história humana contemporânea, outros modos de organização comunitário. Especialmente, em consequência da derrocada das línguas sagradas, pela vulgarização do vernáculo, e do enfraquecimento do reino dinástico, pela participação popular na definição dos governantes. Além disso, com o avanço do modelo econômico de exploração do trabalho assalariado, as sociedades acabam por desenvolver uma percepção diferente do tempo, não mais cíclico, próprio da natureza e dos rituais, e sim “vazio e homogêneo”, expressão de Walter Benjamin, pelo qual a massa anônima passa a agir em atenção às simultaneidades artificiais do relógio e do calendário.

A comunidade imaginada, entretanto, finalmente se amalgama a partir do que Anderson denomina de “capitalismo editorial”, fenômeno resultante da industrialização da imprensa, a partir do século XVI na Europa, em que o jornal e o romance desempenham papéis centrais. O primeiro, por excelência, veículo de (in)formação capaz de aglutinar temas díspares no tempo/espaço numa publicação, simultaneamente, efêmera e consumida por diferentes segmentos da comunidade; já à trama narrativa caberia a articulação do “nós”, *ethos* responsável por possibilitar o reconhecimento do indivíduo enquanto membro da instância comum, através das imagens políticas que (re)produz: “[...] a ficção se infiltra contínua e silenciosa na realidade, criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas” (ANDERSON, 2008, p. 68-9).

Euclides da Cunha trama, justamente a partir da cena traumática, o elo da nacionalidade que se vê reduzida, inicialmente, a trapos de um fardamento sobre um corpo morto, mas que dada a força civilizatória que a propulSIONA imporá a derrota aos sertanejos e por que não dizer, a própria geografia que resiste ao processo modernizador do Estado-nação. Para tanto, o escritor não poupa o leitor dos quadros lancinantes, a dor é um espetáculo que move a audiência, ao tempo em que a unifica ao redor de concepções ideológicas. Mas não se trata de uma exposição tétrica e vulgar. O escritor elabora a representação, articula as imagens e convida o público à experiência vicária, de modo a aproximá-lo do seu projeto de nacionalidade. Por conseguinte,

o leitor, através da arte ficcional, vê-se identificado com as dores *post-mortem* do soldado desconhecido. É, em síntese, a retomada da estratégia estético/político dos cantos épicos em prol, agora, das nacionalidades modernas.

Walnice Nogueira Galvão, no ensaio “Polifonia e Paixão” (2009), também disserta a respeito da mudança do plano narrativo das partes iniciais d’*Os sertões*, notadamente épico, para o plano narrativo da parte final, em que o drama se desenvolve. A pesquisadora afirma que, no segmento final, o narrador reveste a persona de um tribuno com o objetivo de persuadir: “A persona de um tribuno num texto narrativo introduz o gênero dramático e seu *páthos*” (2009, p. 38), enquanto que nas cenas iniciais prevalece uma espécie de “diálogo *in absentia*” (ibid, p. 43),<sup>58</sup> no qual são arrolados argumentos, pela voz narrativa, de interlocutores ausentes. Dessa combinação, que notadamente nomeia o ensaio de Galvão, tem-se a estratégia composicional do cânone, como explica a autora:

[...] O longo texto que constitui *Os sertões* pertence ao gênero épico na medida em que se realiza como uma narrativa em prosa. Seu segundo elemento de gênero, pela ordem de predominância, é o dramático, ao qual devemos o *páthos* do livro em registro apreciável e em vários níveis de elaboração de conflitos (GALVÃO, 2009, p. 42).

Por esses aspectos, percebe-se que o cânone euclidiano é uma narrativa constituída pelo olhar que oscila entre o contemplar e o entrever. Obra que desloca, alternadamente, a perspectiva vítrea/objetiva da crônica histórica/científica e a perspectiva opaca/ subjetiva dos enredos ficcionais/poéticos. Tal movimento, entretanto, guarda aspectos acidentais, uma vez que o autor postulava o ideal de verdade pautado na ideia de testemunha enquanto *terstis*, o que também justifica a violência das imagens na obra. Doutra maneira, dada a natureza multidimensional do testemunho que se dirige à cena traumática, é possível ler, em segundo plano, ecos doutras vozes, ou seja, fragmentos de um discurso de perlaboração da dor, portanto, mais próximo ao referencial do *superstes*.<sup>59</sup>

Euclides da Cunha buscava explicar o fenômeno social de Canudos pelo viés da guerra, ou seja, do extraordinário, do espetacular. Disso resulta, por exemplo, a dificuldade do

<sup>58</sup> A expressão “*in absentia*” dialoga com o problema social relatado por Euclides da Cunha no tocante a relação entre os latifundiários e os vaqueiros do norte: “O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes” (CUNHA, 2016, p. 122). Sobre as origens dessa questão fundiária, Gilberto Freyre esclarece: “[...] Aqueles fazendeiros de sertão que o escritor conheceu a usufruírem ‘parasitariamente as rendas das terras dilatadas, sem divisas fixas’, eram bem o prolongamento, no espaço e no tempo, dos sesmeiros da colônia” (1987, p. 34).

<sup>59</sup> Sobre esse aspecto, é necessário reconhecer o trabalho etnográfico empreendido por Euclides da Cunha, o qual fora capaz de coligir e transpor para o clássico narrativas orais, a exemplo de trovas, preces e histórias da lavoura popular. Contudo, é verdade que a interpretação destas vozes, por parte do escritor, revela-se eivada de olhares etnocêntricos.

engenheiro/escritor em compreender o período anterior ao conflito, no qual ocorre a fundação e a consolidação da comunidade, uma vez que a gênese do arraial diria respeito ao plano do ordinário e do prosaico. Dessa maneira, a questão do cotidiano comunitário é preterida pela ação bélica. O que, no caso euclidiano, trata-se menos de um desvio ético e mais de uma imposição estética na qual o rútilo (a guerra) supera o fosco (o cotidiano). Exemplo dessa opção adotada na construção narrativa, verifica-se na dificuldade do intelectual litorâneo em perceber que as rupturas produzidas nos sertões não decorriam apenas de fatores exógenos. Pelo contrário, o *ethos* do comum à população do Belo Monte, em especial na dimensão religiosa, fora preservado e servira como elemento catalisador do coletivo sertanejo. Para Eduardo Hoornaert, coube ao historiador José Calasans, a partir da década de 1950, a revisão teórica fundamental sobre tal aspecto:

[...] No seu discurso, nada de ‘extraordinário’ aparece em Canudos, nem socialismo, nem igualitarismo, nem exaltação religiosa. O professor restitui a normalidade dos fatos e das situações, combate a imagem sensacional do Conselheiro, seus pretensos milagres.

[...] Insiste na vida saudável e normal do arraial, dentro dos parâmetros da religião sertaneja da época. Com isso inaugura uma postura propriamente historiográfica no estudo de Canudos (HOORNAERT, 1998, p. 95-96).

A opção de Euclides da Cunha pela temática da guerra parece óbvia, tendo em vista sua atuação enquanto correspondente do conflito, mas tal escolha fora mais adequada a condição de escritor e as questões relativas à representação. Sabe-se que a escritura histórica ou ficcional decorre da seleção e emprego de imagens que tramam o texto, como lembra a crítica literária Linda Hutcheon: “O passado realmente existiu, mas hoje só podemos ‘conhecer’ esse passado por meio de seus textos, e aí se situa seu vínculo com o literário” (1991, p. 168).

De todo modo, deve-se considerar o cuidado com as informações no caso de uma narrativa que emerge de um evento factual, pois, nessas oportunidades, ampliam-se as tensões entre os conceitos de história, ficção e literatura. A autoria, nesses casos, vê-se contingenciada por um enredo que precisa interagir com informações de conhecimento social. As reiteradas emendas que Euclides da Cunha empreendeu em sua obra mestra ilustram como o autor buscara atingir um elevado grau de apuro estético, ao tempo que interagia com ajustes e adequações que melhor dialogassem com os fatos outrora observados, especialmente quando se contrasta a versão in-fólio do escritor com as reportagens de campanha do jornalista. A recepção das tropas na capital baiana, por exemplo, passou nas reportagens de: “A população, vivamente emocionada, rodeia-os de uma simpatia respeitosa e espontânea” (CUNHA, 2000, p. 70) para

os seguintes termos no livro: “[...] Aquilo, preestabelecera-se, era um Canudos grande” (CUNHA, 2016, p. 338).

Walnice Nogueira Galvão, em seu acurado estudo crítico, indica que o total de variantes ultrapassa “10 mil”, além de “2.600 emendas”, entre as três edições revisadas por Euclides da Cunha e o texto apógrafo (2016, p. 7-8).<sup>60</sup> A dimensão desta *emendatio* indica como o autor lidara com a obra, modificando-a inúmeras vezes após a publicação inaugural, em busca de aprimorar o objeto estético. Se é verdade que a maior parte dessas alterações dizem respeito às falhas gráficas e ortográficas, ou mesmo a melhora do plano expressivo, também é correto reconhecer que certas modificações não eram meramente formais ou estilísticas, pois alteravam informações anteriormente apresentadas, a exemplo dos números de combatentes, de ações empreendidas no campo de batalha ou de adjetivos que intensificavam ou atenuavam características das personagens.<sup>61</sup>

O autor, cabe recordar, comprometera-se em prezar pelos princípios da verdade histórica e da imparcialidade narrativa. Tais conceitos podem servir de norte para narradores-testemunhas que versam sobre episódios extremos, a exemplo da guerra de Canudos. Nessas ocasiões, pode prevalecer a tradição na qual a narrativa histórica é mais bem contemplada quando, sob o olhar do *testis*, o enredo se desenvolve sem modulações de linguagem e sem anacronismos. Sobre essa questão, como já afirmado, Euclides da Cunha, na nota preliminar do seu clássico, recuperara o conceito de Hippolyte Taine sobre o narrador sincero:

[...] ele se irrita contra as meias verdades que são meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que mantêm o desenho dos eventos mudando-lhes a cor (CUNHA, 2016, p. 11, tradução do autor).<sup>62</sup>

O problema é que o olhar do terceiro é também parcial e a linguagem da qual se utiliza demanda posicionamentos, inclusive quando pretende assumir a neutralidade. É provável que a condição de *istor* autorize, em alguma medida, o ideal do narrador sincero. Contudo, trata-se

<sup>60</sup> A terceira edição d’*Os sertões*, publicada em 1905, é a última antes da morte de Euclides da Cunha, em 1909. O escritor deixara ainda uma edição com emendas autógrafas das quais o editor Fernando Nery, posteriormente, trasladou os registros para outro exemplar. A obra com as emendas apógrafas de Nery, hoje sob a guarda da Academia Brasileira de Letras, servem de parâmetro às edições posteriores dado que o texto com as anotações originais de Euclides da Cunha desapareceu.

<sup>61</sup> Sobre as emendas efetuadas por Euclides da Cunha, consultar GALVÃO, Walnice Nogueira. A *emendatio* euclidiana. In: \_\_\_\_\_. *Variantes e comentários*. São Paulo: Ubu, 2016, p. 57-74. Sobre o cotejo de fragmentos manuscritos d’*Os sertões*, disponíveis na Biblioteca Nacional, com a edição de 1902, ver BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

<sup>62</sup> No original: “[...] il s’irrite contre les demi-vérités qui sont des demi-faussetés, contre les auteurs qui n’altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les mœurs, qui gardent le dessin des événements et en changent la couleur”.

de uma aporia, dado que o sujeito é incapaz de empreender uma narrativa sem modulações, uma vez que o objeto não é assimilado, em todos os contornos, pelo olhar do observador. Ademais, não existe linguagem sem mediação. O *ístor* constrói uma narrativa, não uma verdade, por mais que almeje esta pela formulação daquela. Logo, a referencialidade encapsula um problema, pois, se por um lado, as referências indicam uma relação com o tempo/espaço empírico, por outro, servem para legitimar o conjunto narrativo, inclusive com as interferências e omissões da voz narrativa que, evidentemente, não é capaz de englobar o conjunto histórico.

Olímpio de Sousa Andrade, no capítulo “Linguagem, poesia e imaginação na história de Canudos” (in 1966), ao analisar a dimensão do ficcional n’*Os sertões*, informa que Euclides da Cunha descrevera diversas passagens que poderiam indicar a presença testemunhal do escritor, mas que, em verdade, tratavam-se de imagens projetadas sobre os eventos que contribuíam para a composição narrativa. Sob tal aspecto, considere-se, a título de ilustração, os relatos sobre as expedições rechaçadas pelos sertanejos, na qual o narrador euclidiano se imiscui em detalhes, pondera ações do campo de batalha, adentra a psicologia das personagens de modo a tudo ajustar ao enredo e, por conseguinte, à versão da história que resulta desse relato:

O fato é que, realizando o seu trabalho de fotomontagem e poesia, Euclides não ignorava, como hoje ensinam os mestres no gênero, que a História se faz através de fontes, pesquisas e documentos, mas que a sua elaboração participa da obra de arte, necessitando de imaginação para recriar o que aos poucos se extinguiu (ANDRADE, 1966, p. 341).

Desta maneira, o escritor projeta a sequência de quadros poéticos que dão vida aos acontecimentos da guerra contra os sertanejos. Essas imagens narradas revelam o que se poderia denominar de fotógrafo *in absentia*, dada a potencialidade do autor em produzir as cenas dramáticas. No tocante à fotografia, Euclides da Cunha manifestara seu interesse, em vários momentos, inclusive ao levar para o sertão baiano uma câmera portátil, contudo as imagens que registrou na região se perderam. É possível que tal admiração pela fotografia estivesse, no caso do autor sequioso por absorver a realidade, associada à sua concepção de modernidade e de progresso científico.

A propósito, n’*Os sertões* são apresentadas algumas ilustrações que estão distribuídas, na terceira edição,<sup>63</sup> da seguinte maneira: mapa “Esboço geológico” (CUNHA, 1905, entre p. 2-3); mapa “Esboço geográfico do sertão de Canudos” (ibid., entre p. 22-23); desenho “Um trecho das caatingas” (ibid., entre p. 42-43); mapa “Distribuição da flora sertaneja” (ibid., entre

---

<sup>63</sup> Nesta oportunidade, faz-se uso da edição on-line disponibilizada no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

p. 72-73); mapa “Canudos e suas cercanias” (ibid., entre p. 186-187); fotografia “Monte-Santo (Base de Operações)” (ibid., entre p. 526-527); fotografia “Acampamento dentro de Canudos” (ibid., entre p. 542-543); fotografia “As prisioneiras” (ibid., entre p. 604-605).

Portanto, constam quatros mapas, uma reprodução e três fotografias, sendo os registros fotográficos de Augusto Flávio de Barros, cuja autoria fora ignorada n’ *Os sertões*.<sup>64</sup> Já se tratou a respeito da dificuldade de Euclides da Cunha em referenciar suas fontes, mas, nesse caso, acrescente-se outro fator relacionado à concepção estética do autor que pode ter contribuído para o não reconhecimento do trabalho do fotógrafo, como avalia Berthold Zilly: “[...] talvez por ser considerado mero copista da realidade, e não artífice” (1999, p. 106). Diferentemente das demais ilustrações, os registros fotográficos estão distribuídos na parte final da obra, em que o *páthos* dramático é uma crescente.

Em seu conjunto, o apelo visual da narrativa euclidiana acabou por produzir um quadro dantesco do sofrimento humano nos sertões conflagrados. As cenas da dor erigem um monumento literário que fora capaz de estabilizar uma versão daqueles episódios, conforme aclamou a crítica:

*Os sertões* é um elemento instigador da memória brasileira que nos faz lembrar o que já fizemos e continuamos a fazer com a maioria de nossos compatriotas (GALVÃO, 1981, p. 84).

É quando aparece, em 1902, há exatos cem anos, o livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*, fixando a guerra na memória brasileira (GUTIÉRREZ, 2002, p. 291).

[...] em narrativa épico-dramática canônica da literatura brasileira, pelas mãos de Euclides da Cunha nas páginas grandiosas de *Os sertões*, terá sido elemento fundamental na constituição dessa memória, que mistura, a um só tempo, mito e história (HARDMAN, 1998, p. 129-130).

A habilidade de Euclides da Cunha em intervir esteticamente acabou por fixar a imagem da guerra à posteridade, pois as cenas de sofrimento, a exemplo das passagens que narram a degola dos prisioneiros, o suplício de mulheres abraçadas aos filhos a se imolar, a face da criança desfigurada por uma granada e a exumação do corpo de Antônio Conselheiro, adentram os registros, como espécie de historiografia inconsciente,<sup>65</sup> como explica Berthold Zilly: “[...]”

<sup>64</sup> A publicação também desconsiderou os títulos originais das fotografias que são respectivamente: “Divisão Canet”, “7º batalhão de infantaria nas trincheiras” e “400 jagunços prisioneiros”. Ver INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Fotografia Brasileira – Canudos*. São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2002.

<sup>65</sup> Expressão utilizada pela historiadora Simone Garcia para designar uma perspectiva irrealizada, mas desejada, do passado: “a literatura como uma historiografia inconsciente, que registra o outro do que poderia ter sido e não foi” (2002, p. 69). Entretanto, nessa ocasião, parece mais oportuno empregar a noção de historiografia inconsciente associada ao papel da arte em auxiliar a história em sua representação, especialmente em momentos de repressão



A narração imagética e teatralizadora transforma o passado em história, bloqueia o esquecimento, transfigura e eterniza eventos e personagens” (1998, p. 32).

Georges Didi-Huberman, em “Dialectiques du sensible” (2016), destaca o papel que as imagens emocionais desempenham na história da experiência humana. Segundo o filósofo e historiador da arte, o pranto, a queixa, enfim, o protesto das feições humanas, é identificável para além dos idiomas e das diferenças culturais. Não é difícil reconhecer e, eventualmente, solidarizar-se com uma face que chora. O lamento patético é algo que singulariza o ser humano e, portanto, a imagem da dor possibilita uma interação entre distintas temporalidades e espacialidades, justamente por atuar enquanto eficaz vetor de comunicação. Nesse sentido, é plausível acreditar que as imagens euclidianas do sofrimento tenham sido fundamentais para o êxito editorial e, por conseguinte, simbólico que o cânone atingiu.

Entretanto, a fixação desse olhar traumático que fora capaz de gravar no imaginário nacional a guerra de Canudos produz uma espécie de efeito colateral, mais precisamente uma forma de esquecimento pela fixação da imagem do trauma, uma vez que não há espaço público, durante meio século, para a recepção de outras versões. Exemplo disso, lê-se no texto de Rachel de Queiroz que apresenta o romance de João Felício dos Santos, intitulado *João Abade*, publicado em 1958:

A impressão que se tinha é que Euclides havia encerrado o assunto. Depois dele, o que poderia ser dito? E, por culpa da obra prima, a tragédia de Canudos parecia vedada à inspiração literária, ou exaurida, como um veio de mina velha. Pois este João Abade que estamos lendo parece que veio quebrar o tabu; e com a singularidade de apresentar o drama de Canudos sob ângulo completamente novo: o da gente do Conselheiro (in SANTOS, 2012, orelha).

A obra em questão inaugura o que Ângela Gutiérrez (2002) denominou de “o romance canudiano”, seis décadas após o fim da guerra de Canudos. Já Paulo Dantas, em 1959, publica a ficção *Capitão Jagunço*, e a dedica a treze autores<sup>66</sup> sobre a seguinte descrição: “todos os treze, no tempo e no registro, escritores desaparecidos da Campanha de Canudos, em lembrança e gratidão, pela ajuda que me deram” (DANTAS, 1987, p. xi), já na página seguinte reserva espaço para nova deferência, com os seguintes dizeres:

À memória de EUCLIDES DA CUNHA o gênio nacional do espanto captado, mais de cinquenta anos depois de morto, ainda ressoa no coração da brava

---

política e da ocorrência de eventos-extremos, como esclarece a professora e pesquisadora Eurídice Figueiredo: “[...] só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade” (2017, p. 43).

<sup>66</sup> Os escritores homenageados foram: Antônio Constantino Nery, Alvim Martins Horcades, Afonso Arinos, Aristides Milton, Dantas Barreto, frei João Evangelista do Monte Marciano, frei Pedro Sinzig, Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, Manuel Benício, Manuel Pedro das Dores Bombinho, Nina Rodrigues, João Brígido dos Santos e João da Silva Campos.

gente brasileira, a sentida voz do toque do seu comando – como pálida homenagem este meu capricho sertanejo (ibid, p. xii).

Ainda um escritor contemporâneo, Aleilton Fonseca, em *O pêndulo de Euclides*, desenvolve o enredo a partir do *leitmotiv* da exaustão dos acontecimentos à margem do Vaza-Barris: “O conferencista encerrou suas palavras dizendo em tom de máxima que, mais de cem anos depois, a guerra era um tema exaurido. Nada de novo havia a dizer ou acrescentar. Tudo estava dito, registrado, lido e analisado” (FONSECA, 2009, p. 13).

O problema que tais referências despertam, por evidente não dizem respeito às loas dirigidas ao autor d’*Os sertões*, relaciona-se com a dificuldade em profanar a imagem dos eventos traumáticos que foram estabilizadas por décadas. Em tais ocasiões, o monumento literário, como o erigido por Euclides da Cunha, ganha ares de documento historiográfico, espécie de versão oficial dos acontecimentos trágicos. Esse deslocamento remete ao efeito da cortina de Parrásio, oportunidade na qual a representação supera o objeto representado.

Desta maneira, a versão euclidiana, justamente por suas virtudes estéticas, passa a eclipsar às demais narrativas daqueles episódios. Por conseguinte, tem-se o que Paul Ricoeur denomina de *o esquecimento e a memória manipulada*, uma vez que a versão canônica se impõe de tal modo que as vozes sertanejas, em especial dos sobreviventes, são socialmente desautorizadas. Tais sujeitos terão de estabelecer uma relação estratégica, no contexto amplo das trocas simbólicas, para preservar e recuperar, em tempo oportuno, as imagens que lhes são caras do *esquecimento de reserva* (RICOEUR, 2007).

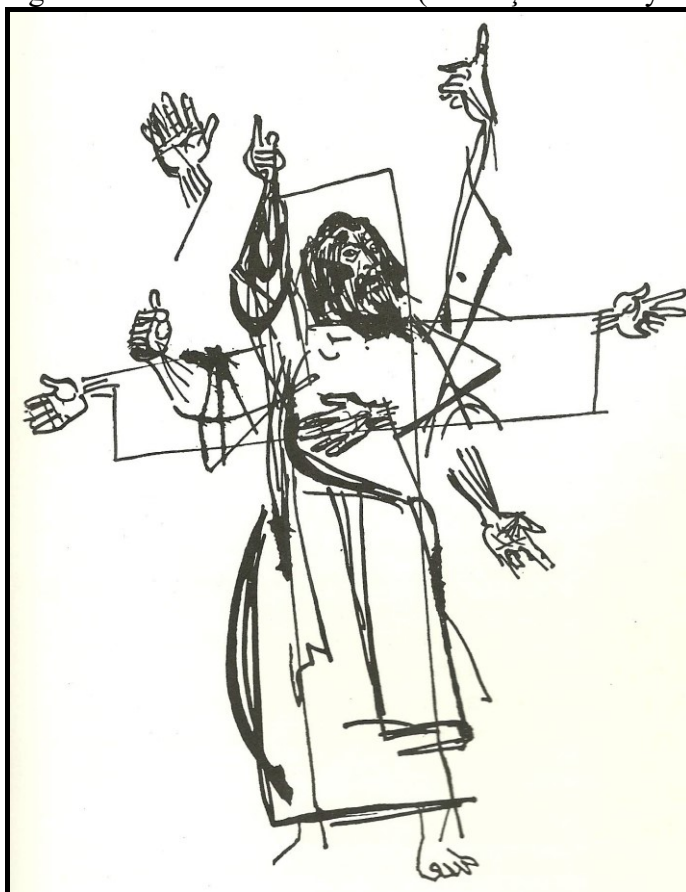
Para ilustrar a questão, considere-se que no cânone em análise as imagens euclidianas passam a constituir um epígono incidental sobre a representação do sertanejo, especialmente quando considerada a caracterização da liderança religiosa do arraial. Para Euclides da Cunha, por exemplo, a tese da loucura em Canudos era uma resultante científica, sendo o Conselheiro o vértice desse mal, uma figura que adentraria: “[...] a História como poderia ter ido para o hospício” (CUNHA, 2016, p. 144). O escritor centraliza em Antônio Vicente Mendes Maciel a responsabilidade pelos eventos que se abatem sobre a população. Os sertanejos eram vítimas, por ignorância, da pregação distorcida nos preceitos sacros pelo líder religioso. Nesse sentido, no quarto capítulo da segunda parte d’*Os sertões*, vê-se as designações com as quais o Conselheiro é, pelo olhar euclidiano, sentenciado: “documento raro de atavismo”, “gnóstico bronco”, “espírito predisposto para a rebeldia franca contra a ordem natural”, “anacoreta sombrio”, “o asceta”, “Tradução justalinear da de Montano” e “um pietista ansiando pelo reino de Deus” (ibid., p. 145, 146, 147, 155, 158, 161, 164 e 168).

Tempos depois, essa caracterização enlouquecida, mesmo apavorante, ganhará releituras em outras produções artísticas, como se pode notar no seguinte relato:

[...] O artista plástico Tripoli Gaudenzi, autor de uma majestosa série de quadros e desenhos em que retratou a trajetória do Conselheiro e a guerra de Canudos, conta que uma vez, ao receber a encomenda de um trabalho para ilustrar uma capa de revista, fez várias versões do personagem, sempre recusadas pelos editores. Enfim, deu-se conta do que desejavam. “Já sei”, pensou – e deu ao Conselheiro um ar de louco. O trabalho foi aprovado com louvor (TOLEDO, 2002, p. 105-106).

A interferência no trabalho de Gaudenzi<sup>67</sup> é apenas um exemplo de como a temática da loucura impactou a construção de objetos estéticos sobre a guerra movida contra os sertanejos e, em especial, na caracterização de sua liderança. Ainda no plano das artes plásticas, talvez o exemplo extremo de tal situação seja a ilustração de Carybé (Figura 1) na obra que inaugura o registro protagonista das vozes sertanejas.

Figura 1 – Antônio Conselheiro (ilustração de Carybé)



Fonte: TAVARES, 1993, p. 29

É justo na publicação que, em 1947, primeiro colige os testemunhos dos sobreviventes que combateram em prol do Belo Monte que o artista plástico argentino, Hector Julio Páride

<sup>67</sup> Ver GAUDENZI, Tripoli Francisco Britto. *Memorial de Canudos*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia / Bahiatursa, 1993.

Bernabó (o Carybé), radicado na Bahia, famoso dentre outros trabalhos por ilustrar os livros de Jorge Amado, recupera a imagem do beato sertanejo a partir dos qualificativos lidos n’*Os sertões*. Antônio Conselheiro é representado com oito braços, num gesticular confuso, ademais a face sombria e a cruz sobrescrita reforçam a figura aberrante do texto canônico:

[...] E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos... (CUNHA, 2016, p. 155).

Entretanto, é singular coligir o desenho de Carybé com a seguinte passagem de Walnice Nogueira Galvão sobre o narrador euclidiano: “[...] Não temos aqui a apresentação autoanuladora do narrador épico, que se apaga para que o narrado resplandeça, mas o gesticular patético do orador, afastado e elevado, em confrontação, querendo convencer” (2009, p. 38). Dessa forma, a personagem representada com movimentos desconexos parece dialogar com o *páthos* apelativo que conforma a dimensão dramática do texto.

A semelhança entre a ilustração e a voz narrativa que trama o enredo d’*Os sertões* remete as leituras psicológicas do trabalho autoral, como primeiramente sinalizou Gilberto Freyre, ainda na década de 1940, em sentido mais amplo: “[...] A paisagem que transborda d’*Os sertões* é outra: é aquela que a personalidade angustiada de Euclides da Cunha precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela” (1987, p. 17). Tal análise crítica, posteriormente, possibilitou a formulação proposta por Roberto Ventura (2003) na tese da projeção psicológica. Para tal abordagem analítica, de acordo com as formulações do crítico literário, o escritor projetara no antagonista dos sertões os medos e os traumas de sua própria existência. De todo modo, é importante reconhecer a força da representação canônica, capaz de adentrar uma publicação que abre espaço, através do *testimonio*, das vozes sertanejas outrora silenciadas.

Contudo, mesmo que improvável, o contrário desse percurso também se verifica. Ou seja, ver-se estampada uma figuração conselheirista numa produção eminentemente euclidiana. É o caso da xilogravura (Figura 2) assinada por Joel<sup>68</sup> que ilustra o artigo de Berthold Zilly, “A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em *Os sertões*” (1998), publicado na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. A imagem se encontra completamente deslocada da publicação. No texto não há alusão à xilogravura e os créditos inexistem. É provável, entretanto, que se trate de uma intromissão editorial com o objetivo de ilustrar o artigo do tradutor. Contudo, não deixa de ser curioso como a apropriação da imagem do xilogravador

---

<sup>68</sup> Joel Borges, xilógrafo pernambucano, primo de José Francisco Borges, o Jota Borges, um dos expoentes da arte de gravar em madeira no Brasil.

ocorra em termos semelhantes aos utilizados, no tocante às fotografias de Augusto Flávio de Barros, n' *Os sertões*. Apenas é possível constatar a autoria, bem como o título da cena, pelos registros no rodapé da ilustração.

Figura 2 – I ESTAÇÃO (xilogravura de Joel)



Fonte: ZILLY, 1998, p. 24

A figura, denominada de “I ESTAÇÃO”, integra uma releitura da Via Sacra (ou Via Crúcis), através da interpretação do artista sertanejo, na qual a figura do Cristo é representada pelo Conselheiro, ora identificado pelos trajes, camisolão e alpercatas, pelo uso do bordão, pelos cabelos e barbas longas, pelo olhar destacado, além dos símbolos católicos, o crucifixo ao pescoço e a cruz numa das mãos. A personagem caminha através da paisagem sertaneja, o que remete a ideia do peregrino responsável por levar a palavra sacra pelo mundo, mesmo em sítios distantes como os sertões. Ademais, no diálogo intersemiótico, a primeira estação da Paixão de Cristo remete ao momento da condenação. Ou seja, o xilogravador talvez pretenda associar a sentença que se abaterá sobre a liderança religiosa do Belo Monte aos atos de fé peregrina praticados por esta.

Por esse viés, a imagem de Antônio Conselheiro, rememorada pelo artista e convertida em xilogravura, não dialoga com a representação apresentada por Euclides da Cunha. A fonte imagética desse registro é, portanto, diferente. Talvez, dada a proximidade entre os cordelistas e os xilogravadores responsáveis por ilustrar os folhetos, o artista tenha acessado tal imaginário que dialoga com a tradição oral sertaneja.

A representação da liderança religiosa belomontense é apenas um exemplo do caminho reverso entre a imagem do trauma e a perlaboração desta, através de novas simbologias e representações. É inegável a importância da caracterização do *páthos* na obra de Euclides da Cunha para marcar o horror daqueles episódios. Contudo é preciso estar aberto às demais construções imagéticas que, para além de remeter ao quadro de sofrimento, dor essa que sacraliza o objeto representado, possibilita outras leituras daquela história traumática, permitindo, inclusive, novas formas de perlaborar a experiência daquela violência. Nesse sentido, para melhor compreender as origens dessa visada e suas implicações, faz-se necessário retomar as primeiras obras que estabelecem o registro da versão dos sobreviventes da guerra contra o Belo Monte, em verdade *testimonios*, além dos escritos do mártir sertanejo.

#### 4 A RESISTÊNCIA DO BELO MONTE

[...] *Não podemos permitir que apenas as imagens feitas  
pelos executores habitem a memória*

Geoffrey Hartman

No tocante às abordagens, e por que não considerar versões, da guerra que vitimou milhares de pessoas nos sertões baianos, Walnice Nogueira Galvão anota que os estudos acadêmicos permeiam pendularmente dois polos: de um lado, a publicação d'*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, e os trabalhos que, nas décadas seguintes, empreenderam intelectuais de diversas áreas na crítica da obra elevada ao cânone; e, por outro lado, a partir de meados do último século, as pesquisas centradas no evento histórico, ora embasadas nas versões coligidas através do registro oral dos sobreviventes sertanejos, bem como da investigação dos manuscritos de Antônio Conselheiro (in CUNHA, 2016, p. 611-615).

Certamente existem pontos de contato entre essas perspectivas, as quais a crítica convencionou denominar de euclidianas e conselheiristas, mas as dessemelhanças se impõem: a primeira voltada para a análise do clássico e da biografia do escritor enquanto a segunda dirigida, notadamente, aos sujeitos representados pelos cronistas da guerra na condição de vencidos, cujos testemunhos passam a contribuir à ampliação das memórias produzidas pelo evento traumático.

Nessa última fase, novas fontes e métodos são empregados. Tais recursos, mais precisamente, dizem respeito à oralidade e ao trabalho com as memórias de sobreviventes do massacre ou ainda dos descendentes destes homens e mulheres que combateram pelo Belo Monte. A partir dessas histórias e da coleta de trovas populares, benditos, cordéis e outras manifestações da cultura popular, José Calasans publica, em 1950, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos,<sup>69</sup> tese que inaugura o envolvimento desse acadêmico com a temática, a qual perdurará até sua morte em 2001. Calasans, em entrevista concedida a José Carlos Sebe Bom Meihy, assume a empatia com o olhar sertanejo:

[...] Confesso que a história contada pelos sertanejos era mais convincente, tinha outro sabor e era totalmente diversa... Logicamente respeito muito a obra de Euclides da Cunha, mas, acredito fielmente que paralelamente precisamos de outras alternativas... minha empreitada então passou a ser esta... (CALASANS, 1993, p. 25).

<sup>69</sup> Pesquisa apresentada no concurso de livre docência da Faculdade de Filosofia da UFBA. Trata-se de um dos estudos pioneiros da historiografia oral brasileira.

Essa guinada no processo investigativo proporcionou o surgimento de outras interpretações sobre os eventos que passam a ser lidos não apenas como a campanha de Canudos, mas como o massacre do Belo Monte, o que estabelece campos epistemológicos diferentes a partir das visadas euclidianas e conselheiristas. Em geral, a crítica central que estes apresentam àqueles diz respeito ao eclipse ocasionado pelo texto canônico às demais vozes que constituem o arquivo dos eventos bélicos nos sertões baianos, em especial a representação que Euclides da Cunha constrói de Antônio Conselheiro, como expõe o professor Calasans:

[...] Até que ponto o livro de Euclides teria servido à guerra de Antônio Conselheiro? Se não fosse o Euclides, nós teríamos as mesmas condições para reavaliar o que foi aquela campanha do Conselheiro, aquele movimento do Conselheiro? Porque o Conselheiro fica um pouco vítima das contradições do Euclides: o Conselheiro fica preso no que eu chamo “a gaiola de ouro de *Os sertões*” (CALASANS, 2009, p. 63).

Em diversas ocasiões, o historiador reiterou a afirmativa de que o universo no qual Antônio Conselheiro fizera história ficara preso na “gaiola de ouro de *Os sertões*”. Logo, os estudos que rememoram as demais narrativas sobre aquele conflito contribuem para abertura do que se poderia entender como espécie de cárcere da cena traumática. Tal processo, entretanto, revela-se complexo sob diversos aspectos, como se pode notar na afirmação de Rui Facó, um dos primeiros pesquisadores a dialogar com os sobreviventes sertanejos:

[...] Ao visitarmos Canudos, em 1939, quando ainda encontramos ali um sobrevivente famoso dos conselheiristas, Manuel Ciriaco, não lhe ouvimos uma vez sequer alusão a fanáticos para designar os habitantes de Belo Monte do Conselheiro (FACÓ, 1972, p. 2).

A constatação de que os conselheiristas não se compreendiam enquanto fanáticos não impediu, entretanto, que o jornalista e escritor os caracterizasse desta maneira, a exemplo da obra publicada por Facó, em 1963, intitulada *Cangaceiros e Fanáticos*.<sup>70</sup> Ou seja, a leitura analítica de um imaginário dissentâneo não determina, necessariamente, uma interpretação que dialogue e respeite tal cosmovisão. Ademais, como adverte Robert M. Levine, poucos foram os pesquisadores que tiveram acesso às testemunhas da guerra de Canudos: “[...] a grande maioria o fez muito mais tarde, quando grande parte das memórias já se perdera no tempo ou se organizara segundo juízos específicos” (LEVINE, 1995, p. 28).

<sup>70</sup> Rui Facó reconhece o termo “fanático” como uma designação externa ao universo sertanejo e, diferentemente da tradição euclidiana, não o associa ao patológico, mas ao aspecto sociorreligioso no qual os camponeses espoliados da terra decidem acompanhar lideranças religiosas. Sob o ponto de vista semântico a mudança é considerável, contudo, a carga pejorativa, na recepção social do termo, assim como a insígnia extracomunitária são preservadas (FACÓ, 1972).



Para além das questões ideológicas e logísticas de acesso aos camponeses sobreviventes da guerra, outro desafio para o registro das memórias destas testemunhas era o fato de a maioria ser analfabeta e pouco interagir com o universo cultural além dos limites dos sertões. Entretanto, isso não impossibilitou que as versões conselheiristas do conflito circulassem no contexto imediato sertanejo através dos relatos familiares e das narrativas comunitárias que foram absorvidas, posteriormente, pelos registros dos artistas populares: cordelistas, repentistas, bordadeiras, xilogravadores, trovadores etc.

Esse universo cultural dos sertões possibilitou a preservação de um manancial de histórias que, com o tempo, adentram outros espaços sociais e sugerem novos enredos nos quais os sertanejos assumem o protagonismo narrativo. Essa estratégia de resistência cultural possibilita preservar o que Michael Pollak (1989) denomina de *memórias subterrâneas*. Reminiscências que imersas, inicialmente, na resiliência marginal se deslocam de modo gradual e assimétrico à cena pública. Corroboram também para o acesso de tais memórias, o trabalho de intelectuais e pesquisadores que puderam registrar os testemunhos dos sobreviventes. Alguns desses relatos resultam de encontros ocasionais, como o do artista plástico Manuel Funchal Garcia com o combatente conselheirista Lalau.<sup>71</sup>

O encontro se deu na década de 1950, no leito seco do rio Vaza-Barris, quando o artista pintava telas da paisagem sertaneja. O diálogo foi registrado, posteriormente, em livro de memórias intitulado *Do litoral ao sertão: viagens pelo interior do Brasil inclusive Canudos* (1965).<sup>72</sup> Nessa obra, o autor buscou preservar a variante linguística do interlocutor sertanejo, o que demandou uma série de notas ao diálogo, bem como inúmeros parênteses em que se traduz o plano expressivo da testemunha. Tal registro, por sua vez, possibilita um estudo no qual é possível identificar arcaísmos, galicismos, além de outras variantes dialetais e estratégias linguísticas presentes nos sertões do norte, a exemplo da expressão “que Deus guarda”, sempre utilizada após a referência a uma pessoa amiga já falecida, mesmo quando numa enumeração em que são citados quatro combatentes do Belo Monte.

Como evidência, Funchal Garcia fotografou o sertanejo. Na imagem, Lalau aparece ao lado de Maria Francisca Macambira, filha de Joaquim Macambira e irmã de um dos membros do episódio que Euclides da Cunha classificou como épico, a saber: o ataque com alavancas e cacetes ao canhão inglês Withworth de 32 libras, denominado pelos conselheiristas de “a matadeira”. Em tal investida, apenas um, dos 11 ou 12 homens envolvidos na ação, sobreviveu.

---

<sup>71</sup> A alcunha deriva do nome do sertanejo, na grafia oralizada por Manuel Funchal Garcia: “Itanislau” (1965, p. 242); Estanislau no registro de Odorico Tavares (1993, p. 52).

<sup>72</sup> Obra disponível no Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani (AMEDOC), situado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Do diálogo, entre Funchal e Lalau, pode-se retirar algumas lições a respeito da mediação entre o representante do litoral e a fonte testemunhal sertaneja. Enquanto o primeiro emprega termos para designar Antônio Conselheiro como um lunático, uma imagem presente nas descrições dos primeiros cronistas, o segundo considera o líder religioso uma pessoa “especial e superior” (GARCIA, 1965, p. 242); outrossim, quando o visitante pergunta se a participação do sertanejo na guerra fora motivada por falta de melhor alternativa, o local responde altivo: “Senhô não! Batalhei cuma que, porque tinha de briga prá defende minha terra” (ibid., p. 247).

Em suas memórias, Lalau narra, em detalhes, a visita do frei João Evangelista do Monte Marciano e afirma que o frade não passava de um padre maçom e protestante que desejara desautorizar a liderança do Conselheiro. Em que pesem as alterações, a versão do residente em Canudos/Belo Monte é próxima ao relatório do missionário capuchinho que visitou a localidade em maio de 1895. Já outras reminiscências divergem em grande monta das narrativas hegemônicas e ressaltam o líder do arraial como um político capaz de articular alianças no plano locorregional, inclusive, por isso, a versão de Lalau sobre o combate de Uauá é singular.

Para o conselheirista, ocorrera um desarranjo na ocasião, pois os belomontenses não esperavam o confronto com os soldados do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, porquanto teriam ido recepcionar uma comitiva, vinda do Juazeiro, que se dirigia ao arraial. Não por outro motivo, os sertanejos adentraram no Uauá em procissão conduzindo uma pesada cruz, um andor com imagens sacras, o estandarte do Divino Espírito Santo e mesmo alguns com pedras penitenciais na cabeça quando foram recebidos à bala pelas forças militares.

Impressionado com o desempenho narrativo do velho combatente, Funchal Garcia questiona como o ancião conseguira se recordar daqueles eventos tão distantes e, em resposta, tem-se a seguinte declaração: “Uai, pro que ieu tava aqui... Nós tudo que tava aqui gravô tudo dereitinho” (ibid., p. 253). Ao explicar sem meneios, o conselheirista assume o protagonismo do relato e, ao impor as versões que lhes dizem respeito, não esquece a dimensão coletiva que possibilita fixar a memória como um produto comunitário resultante da tradição oral.

Esse lugar da escuta comunal é fulcral na constituição da liderança de Antônio Conselheiro, notadamente por dois aspectos, a condição peregrina e a performance oratória nos encontros denominados de *conselhos*. A seguir, a partir dessas balizas, serão analisadas duas obras que recolhem testemunhos orais de sobreviventes conselheiristas, sendo a primeira selecionada por seu caráter inaugural e a segunda por sua complexidade enquanto *testimonio*. Em seguida, discutem-se aspectos das prédicas do Conselheiro, através de fragmentos do sermônário que ilustram o testemunho, como mártir, dessa personagem central.

#### 4.1 *Canudos cinquenta anos depois (1947)*, de Odorico Tavares

Em 1947, ano do cinquentenário da guerra contra o Belo Monte, Odorico Tavares, então dirigente dos Diários Associados na Bahia, realiza uma viagem à segunda Canudos, expressão que designa a comunidade que ocupou as ruínas da guerra e reergueu o arraial, com o intuito de dialogar com os sobreviventes do conflito e registrar imagens da localidade para a revista *O Cruzeiro*. Na época, esse periódico era a principal publicação ilustrada do Brasil.<sup>73</sup> O veículo integrava o conglomerado midiático do empresário Assis Chateaubriand de Santiago Dantas e adotava a fotorreportagem como uma de suas estratégias de comunicação.

Nesse sentido, o jornalista Odorico Tavares seguira acompanhado, para os sertões, por um fotógrafo que chegara ao Brasil, no ano anterior, o francês Pierre Verger.<sup>74</sup> A dupla assinou inúmeras matérias que versavam a respeito dos aspectos culturais verificados no território baiano, inclusive a série de três reportagens sobre Canudos publicada em 19 de julho de 1947, sob os subsequentes títulos: “Roteiro de Canudos I, o reduto de Antônio Conselheiro” (TAVARES, 1947, p. 8-15, 16 e 18); “Roteiro de Canudos II, o repórter Euclides da Cunha” (ibid., p. 54-56, 64 e 66); e “Roteiro de Canudos III, depoimento dos sobreviventes” (ibid., p. 58-63, 36, 42 e 52).<sup>75</sup>

A inusitada distribuição das matérias na revista, em que o leitor é obrigado a avançar ou a recuar nas páginas da edição, relaciona-se com as estratégias gráficas da época na qual os textos jornalísticos preenchiam os espaços vazios dos anúncios publicitários, além de, possivelmente, vincular-se a eventuais limitações técnicas do período, por exemplo no tocante ao tempo disponível para diagramação e impressão do material. A disposição gráfica não sequencial é solucionada quando, em 1993, as reportagens são publicadas em forma de livro sob o título de *Canudos cinquenta anos depois (1947)*, acrescentando-se um quarto capítulo denominado de “Monte Santo”, além de um prefácio de José Calasans e das ilustrações de Carybé.

Sobre a importância dessa publicação, José Calasans numa de suas entrevistas é enfático: “A reportagem de Odorico Tavares resgatou Canudos do esquecimento” (CALASANS, 1998, p. 41). E, noutra passagem, o historiador esclarece o tipo de olvido a que

<sup>73</sup> O expediente da edição em análise de *O cruzeiro*, o número 39 de 1947, informa uma tiragem de 205.000 exemplares com circulação no Brasil, em Portugal e suas colônias.

<sup>74</sup> As fotografias efetivadas em preto e branco, na ocasião, pelo também etnólogo, antropólogo e pesquisador Pierre Verger constituem um capítulo à parte das reportagens publicadas na revista *O cruzeiro*. O enquadramento dos sertanejos, a luz, a poética das imagens podem ser consultadas em: INSTITUTO MOREIRA SALLES. Cadernos de Fotografia Brasileira – Canudos. São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2002, p. 86-97.

<sup>75</sup> Disponível no acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

se refere quando do elogio ao trabalho pioneiro daquelas reportagens, pois: “[...] até 1947, Canudos é um capítulo da biografia de Euclides” (ibid., p. 55). Na prática, Tavares inaugura a inscrição dos testemunhos dos conselheiristas que sobreviveram a guerra na seção que a obra de 1993 apresenta sob a denominação de “Os sobreviventes”.

No tocante ao processo de intervenção escritural do jornalista, em relação às vozes testemunhais, não se vislumbra nessas reportagens a concepção hispano-americana do testemunho. Se, por um lado, é possível constatar a ação do repórter em mediar a transcrição, ou mesmo a tradução dialetal, em favor do arranjo composicional de um relato derivado de reminiscências, algo que Tavares reconhece ao analisar o fluxo de memórias de uma das testemunhas que: “[...] não concatena os acontecimentos, que não vem em ordem cronológica” (1993, p. 40); por outro lado, o profissional da comunicação não apenas ocupa um espaço social diverso da comunidade como faz questão de se diferenciar da perspectiva enunciada pelos sobreviventes, ao emitir comentários e observações, o que não é comum no *testimonio*.

Nesse sentido, é curioso verificar como Tavares confronta o testemunho dos sertanejos com a narrativa de Euclides da Cunha, possivelmente considerada, pelo jornalista, a versão mais adequada dos acontecimentos. Aliás, o repórter elogia o rememorar de um entrevistado pela precisão com que as datas e os eventos coincidem com o histórico euclidiano. De todo modo, ao cotejar as narrativas, acaba-se por enfatizar as diferenças entre os enredos e, por conseguinte, apresentam-se outras perspectivas da guerra.

Ainda sobre a escrita dessas matérias, destaque-se que o autor reportara as negativas que recebera, o que revela as tensões entre os interlocutores, como na indagação da septuagenária Maria Avelina da Silva: “Para que adianta estar falando nessas coisas? Já passou. Estou velha e quero morrer em paz” (apud TAVARES, 1993, p. 40), ou ainda, na fala da octogenária Idalina Maria da Conceição: “Já estou velha não posso dizer mais nada não. Quero lá saber daqueles tempos, onde sofri um bocado?” (ibid., p. 50). Outra forma de silenciamento é a anuência estratégica, como a utilizada por José Ciríaco: “O que os outros disseram está muito bem dito. Assisti aquela luta toda. Pouco tenho mais a dizer” (ibid., p. 50), ou ainda a postura dissimulada do centenário Mariano que apenas interage com o repórter quando um terceiro informa ter sido aquele senhor, então vivendo da caridade alheia, um dos mais intrépidos combatentes do Belo Monte, a quem o ancião retruca: “Eu não matei ninguém não!” (ibid., p. 51).

A resistência de alguns sobreviventes em contar a própria versão dos eventos trágicos, para além da dificuldade em lidar com as memórias traumáticas, revela como os silenciamentos e as dissimulações são estratégias empregadas, como sugere Michael Pollak (1989), na preservação de memórias dissentâneas que circulam, inicialmente, em contextos nos quais haja

segurança para a transmissão dos saberes pretéritos. Logo, tais narradores evitam se expor à escuta que não considerem confiável. Essa posição previdente reflete também um aspecto do *ethos* sertanejo.

Em que pese tais esquivas, alguns dos sobreviventes narram os acontecimentos com riqueza de detalhes, como no testemunho da senhora Francisca Guilhermina dos Santos que no tempo da guerra teria aproximadamente quinze anos. A sertaneja conta da fuga pela estrada de Uauá, afinal: “Não podia atinar com tanta desgraça junta” (apud TAVARES, 1993, p. 40). Essa teria sido a última saída disponível antes do cerco militar se fechar e foi o caminho por onde muitos dos sobreviventes escaparam, notadamente, após a morte do Conselheiro, algumas semanas antes do desfecho da guerra.

Francisca rememora a euforia do arraial quando da derrota da expedição liderada pelo coronel Moreira César: “Quando correu a notícia de sua morte, foi uma coisa doida” (ibid., p. 41). O Belo Monte celebrou a vitória, o corpo do militar permaneceu exposto a curiosidade pública por três dias e os conselheiristas, denominados pela narradora de “jagunços”, recolheram enorme quantidade de armas e munições que foram utilizadas, posteriormente, nos combates contra a expedição comandada pelo general Arthur Oscar. Nas reminiscências da sertaneja também há espaço para críticas a brutalidade de certas lideranças da comunidade que patrocinaram, por exemplo, o assassinato do comerciante Antônio da Mota, acusado de traição, e de seus parentes masculinos. Para a testemunha, faltavam-lhe palavras para descrever aquela crueldade: “Uma mulher matou um dos filhos dele, a cacete, com uma fúria que nunca vi falar” (ibid., p. 41). Em passagens como essa, a figura do Conselheiro é preservada, sendo a violência responsabilidade dos sequazes embrutecidos.

Do conjunto de testemunhos prevalece o lamento, quer pelas incontáveis violências sofridas – as agressões bélicas, as mortes de entes próximos, o desterro, as dolorosas cenas dos corpos insepultos –, quer pela melancolia dos tempos de uma experiência compreendida como intensa e farta a margem do rio Vaza-Barris. Nestas últimas lembranças, a queixa diz não apenas da destruição, mas do luto pela perda de um *modus vivendi* vinculada aos anos de paz no Belo Monte: “No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por estes arredores” (ibid., p. 48). Essa frase fora pronunciada por Manuel Ciriaco, um negro octogenário, considerado a voz mais potente dos sobreviventes. Tanto é assim que Tavares o denomina de “cronista de sua gente” (ibid., p. 44).

O sertanejo afirma ter conhecido Antônio Conselheiro ainda moço e, cioso do papel narrativo que lhe cabe no contexto comunitário, enumera passagens do beato cearense pelo território baiano, a saber: a destruição das tábuas de impostos em Natuba (hoje Nova Soure), o

confronto de Masseté, o refugio governamental que acaba por ampliar o poder regional do Conselheiro, a batalha de Uauá, a morte de Moreira César, o cerco militar da quarta expedição, a fuga dos sobreviventes, a destruição do arraial, a prática indiscriminada da degola pelos militares e o retorno à localidade completamente arrasada.

O ancião, sublinhe-se, discerne que o seu relato será absorvido pelo registro escrito. A narrativa de Ciríaco é melódica e a reportagem de Tavares possibilita perceber tal efeito, pois sempre há uma pausa, uma interjeição, um movimento, um chiste que objetiva atrair a atenção do ouvinte/repórter e interagir com o narratário, no plano diegético, ou ainda com o futuro leitor. Desse modo, cria-se um efeito de suspensão do fluxo narrativo comum às histórias orais, o que amplia o interesse na audiência.

Os testemunhos recusam, por essa e outras estratégias, a dimensão do espetáculo pictórico. Trata-se de uma narrativa que rememora o trauma, as violências da guerra, através do processo dialógico entre o narrador e o ouvinte no qual o passado é envolto pela mística conselheirista. Tal simbolização não nega os acontecimentos factuais do passado longínquo, afinal a comunidade fora completamente destruída, mas a narrativa da dor acrescenta outra focalização em que o imaginário comunitário diz também das cenas cotidianas da construção daquele viver.

Por conseguinte, tal rememorar possibilita projetar na representação da liderança belomontense não o ser aberrante de outros textos, mas o interlocutor privilegiado da tradição oral. E, dessa escuta acurada de cuidados, conforma-se a imagem de um Conselheiro outro, capaz, inclusive, por sua humanidade, de lidar com as contradições de uma comunidade que, organizada em princípios da fé religiosa, ousara pleitear a autonomia através da força. Nos relatos daquelas testemunhas prevalece essa perspectiva intimista na qual o receptor das memórias é convidado a participar.

Ao considerar a natureza destas vozes, testemunhos com forte carga subjetiva e de viés auricular, vê-se a estratégia pela qual o narrador contorna a cena traumática, uma vez que acrescenta, por exemplo, elementos do cotidiano anterior à guerra, ao tempo em que demanda a interação da escuta. O processo constitutivo dessa narrativa possibilita ao ouvinte atos dialógicos próprios da performance oral, pois o audiente também pode indagar, gesticular, comentar ou ainda divergir da voz testemunhal. Logo, os interlocutores participam da história, sendo a audiência corresponsável pela memória compartilhada pelo narrador.

Não por outro motivo, a partir das narrativas dos sobreviventes belomontenses, coube a ficção popular<sup>76</sup> gravar os feitos dos defensores do Belo Monte o que, obviamente, fora adaptado à criatividade dos cantadores e dos trovadores regionais, algo comum a qualquer dimensão simbólica. No caso das façanhas dos seguidores de Antônio Conselheiro, cantadas em hinos e narradas em trovas, as composições guardam o protagonismo e o respeito ao imaginário cultural daquele universo.

O ciclo dessas histórias orais assume uma dimensão singular quando considerada a tipologia proposta por Walter Benjamin (1994c), em que os narradores são identificados pela função social. Desse modo, os prosadores dos sertões desempenham papel semelhante ao dos artífices medievais, conforme preconiza a formulação benjaminiana, em que ocorre uma interação entre os tipos narrativos fundantes, a saber: o camponês sedentário que intercambia experiências tradicionais e o marujo que conta as aventuras de uma vida itinerante. Ora, o sertanejo é um camponês que se movimenta pelo território, o que lhe permite guardar o ordinário da relação com a natureza ao tempo em que rememora o extraordinário das sequentes peregrinações e, por conseguinte, dos novos saberes: “A experiência repetida na viagem, podemos entender como a contínua ruptura e, a partir dela, como o conhecimento” (DECCA; GNERRE, 2002, p. 59).

Um dos sobreviventes da guerra, ouvido por Odorico Tavares, chamava-se José Travessia e relatou da seguinte maneira a origem do sobrenome: “Minha mãe ia atravessando estes fins de mundo, quando sentiu as dores. Aí mesmo na estrada, eu nasci e viemos morar aqui perto, na Barriguda” (apud TAVARES, 1993, p. 42). O sertanejo conta que tinha 12 anos quando o fogo destruiu Canudos, o pai morrera combatendo ao lado de João Abade,<sup>77</sup> já o irmão lutara e não fora ferido, enquanto o adolescente fugira para o mato e, ao retornar: “[...] não havia mais nada, a não ser montes e mais montes de gente apodrecendo sem cabeça” (ibid., p. 42).<sup>78</sup>

Travessia, que Odorico Tavares compara a Don Quixote, lamenta que a segunda Canudos ocupe o mesmo local do Belo Monte, pois o lugar é um cemitério sem divisas: “[...]”

<sup>76</sup> A arte popular que versa sobre a guerra de Canudos é objeto, dentre outras pesquisas, das seguintes obras: i) CALASANS, José. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984; ii) SANTOS, Eurides de Souza. *A música de Canudos*. Salvador: EGBA, 1998; iii) CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. *Canudos na música e poesia populares*. [Dissertação de mestrado] São Paulo: PUC/SP, 1999.

<sup>77</sup> João Abade: “Comandava a rua e o resto porque chefiava a Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus, organização armada, que cobria a segurança do Conselheiro e a defesa do povoado” (CALASANS, 2013, p. 29).

<sup>78</sup> Nos relatos dos sobreviventes coligidos por Odorico Tavares, os testemunhos citam que o sepultamento dos cadáveres foi obra de Ângelo dos Reis, morador da região que mobilizou homens para essa empreitada. Essa informação aparece também no epílogo do poema de Manuel Bombinho, cujo manuscrito data de 1898 (BOMBINHO, 2002, p. 339).

Cavou, dá em osso de defunto” (ibid., p. 42). O grande campo-santo daquelas paragens faria com que a relação do camponês com a terra fosse, em alguma medida, um trabalho arqueológico forçoso. A cada deslocamento pela região, conforme o relato do caminheiro dos sertões, encontravam-se vestígios da guerra. Memórias da morte em Canudos, mas, por contraste, também da vida no Belo Monte.

Tal experiência do viver fora, em alguma medida, uma aliança entre o retirante sertanejo e a enunciação, espiritual e pragmática, de Antônio Conselheiro. O que os primeiros cronistas da guerra reduziram ao rótulo de fanatismo religioso era, provavelmente, uma forma alternativa de organização sociorreligiosa. Quando considerada a obra de Euclides da Cunha, a esse respeito, Walnice Nogueira Galvão salienta dois fatores que atrapalham seriamente a composição d’*Os sertões*:

[...] Primeiro, ter que lidar com um movimento religioso a partir de uma formação cientificista e positivista. Segundo, a diferença entre o sertanejo brasileiro e o camponês europeu, este preso à terra, com longa tradição e costumes bem conhecidos (GALVÃO, 1981, p. 80).

Rui Facó é um dos primeiros autores a propor uma opção à interpretação euclidiana, ao destacar a importância da migração como elemento central na desagregação interna do latifúndio no sertão. Para o intelectual, cujo pensamento se insere na tradição marxista, no contexto do Nordeste em fins do século XIX, os coletivos que o pesquisador nomeia de cangaceiros e fanáticos eram respostas, encontradas pelos pobres do campo, às questões sociais que lhes afligiam. Facó assinala que o cangaço, enquanto fenômeno social, diferia dos núcleos de fanáticos na postura. O primeiro mais ativo em relação ao segundo. Ambos, entretanto, concorrem para o questionamento da estrutura fundiária, então vigente no sertão nordestino, desestabilizando-a.

Se os cangaceiros agiam como guerrilheiros, absorvendo as forças de trabalho e, posteriormente, confrontando o latifúndio, as comunidades organizadas pela fé se impunham quando demandavam acesso à terra e aos braços que serviam aos interesses dos potentados rurais. E mais, ao adotarem uma interpretação da religião católica, com viés popular e com distância da hegemonia clerical, os sertanejos adquiriam ainda mais autonomia e unidade, agregando indivíduos dispersos, mas iguais na exclusão, a um projeto comum. Trata-se, portanto, de reconhecer no fanatismo, termo utilizado por Facó, também o aspecto de ruptura social, de desvio da norma, que esteve presente no contexto sertanejo.

Essa interpretação sociológica entende que a origem da organização de tais coletivos, cangaceiros e fanáticos, encontrava-se no deslocamento compulsório pautado pela situação de



exclusão em que viviam os habitantes daquele espaço geográfico. À margem dos interesses econômicos e políticos que moviam o cotidiano regional, os sertanejos, em especial nas crises provocadas pelas secas, eram obrigados a se organizar e procurar novas paragens em busca de alternativas para sobreviver:

É então que se juntam, ante o flagelo, reúnem-se nos caminhos para as longas jornadas em busca de pão e água. Jamais haviam tido laços estreitos de solidariedade, isolados em choupanas perdidas nos ermos, a enormes distâncias umas das outras, sem formarem ao menos qualquer simulacro de aldeia. A seca expulsa-os e congrega-os. O acicate para a sua unidade é a fome (FACÓ, 1972, p. 28).

No caso do sertão nordestino que possibilitou o surgimento de uma personagem como Antônio Conselheiro, verificava-se uma espécie de nomadismo permanente determinado por um tipo peculiar de deslocamento compulsório em que os camponeses eram premidos a se mover pelo território, quer seja por questões climáticas, quer seja por tensões sociais. Expulsos pela seca ou pelo latifúndio, esses sujeitos se unem no ato migratório e, como explica Rui Facó, o movimento no território é também uma forma de superação do imobilismo social. Uma crítica apontada na análise desse autor, entretanto, é a redução do aspecto religioso a condição secundária ao processo econômico, em que a religião atua como fator encobridor, e não articulador, das lutas sociais.

De todo modo, o intelectual marxista reconhece que a liderança de Antônio Conselheiro ocorre em grande medida pela experiência peregrina,<sup>79</sup> em que o deslocamento possibilita o contato com diferentes sujeitos em múltiplas localidades do Nordeste brasileiro, oportunidade em que não apenas levava pregações sacras, mas também posições políticas quando defendia, por exemplo, a abolição dos escravos, ainda no império, ou quando criticava a cobrança dos impostos, na fase republicana. A tais posicionamentos ideológicos se somam as ações práticas levadas a termo pelo peregrino cearense, ao erguer e/ou reformar obras pias – igrejas, capelas e cemitérios –, além do auxílio às populações desassistidas pelo poder público através das esmolas distribuídas aos que nomeava de “mal-aventurados” e da construção de açudes que aplacavam a sede de pequenas comunidades.

Assim, seguir o peregrino representava a adesão a uma dimensão sacra de uma realização espiritual, mas também caracterizava, em alguma medida, a ruptura do imobilismo

<sup>79</sup> Deve-se reconhecer, obviamente, que no contexto dos sertões foram inúmeros os missionários clérigos, ou mesmo leigos, que peregrinaram pelas veredas pregando palavras sacras, o próprio Conselheiro, natural de Quixeramobim (CE), conheceu os feitos do Padre Ibiapina. Manuel Benício, no capítulo “Santas Missões” expõe um cenário de como a prática se dava naqueles tempos, oportunidade em que, dentre outras questões, afirma: “A vida errante destes regulares leigos, que arrastavam atrás de si bandos de famílias, incutiu no organismo dos sertanejos a predileção que têm pelas viagens, pelas aventuras e pelo maravilhoso” (BENÍCIO, 1997, p. 34).

daquele contexto social. A insubmissão ao jugo dos potentados rurais estava associada a resposta às necessidades materiais imediatas, pois no Belo Monte, como afirmam os testemunhos dos sobreviventes, a fome não grassava como em outras localidades, além disso os doentes e os desvalidos eram, pelo menos, acolhidos. De fato, parte das forças que moveram os sertanejos em direção aos Canudos fora o abandono estatal, como afirma o estudo de Decca e Gnerre: “O sertão começa onde o Estado termina” (2002, p. 52).

Como observou Javier Uriarte (2014), Euclides da Cunha, ao analisar o fenômeno, percebera tal questão, mas o olhar do intelectual que propôs alternativa civilizatória ao repertório bélico, a solução educacional, não fora capaz de notar a dinâmica própria que enredava as localidades regionais. De fato, o território era regulado pelos sertanejos, não pelo Estado. Essa autonomia fora decisiva para consolidar a aliança político-eclesial que determinou a resposta militar responsável pela destruição do Belo Monte.

Por evidente, ao contrário da pecha aberrante, somente foi possível ocorrer tal experiência emancipatória popular uma vez que as ações empreendidas pelos conselheiristas guardavam funcionalidade naquele contexto. Desse modo, os elementos indutores do progresso modernizador em fins do século XIX, ausentes na percepção dos cronistas de guerra, foram adaptados àquela realidade: os leitos secos dos rios e as veredas escoavam a produção em substituição às estradas de ferro, os positivos que serviam ao Conselheiro eram mais eficazes que as mensagens enviadas pelo telégrafo das tropas regulares e nas feiras-livres da região prevaleciam, sobre as notícias da imprensa escrita, os cordéis que davam conta do noticiário regional. Ao contrário da visada dos observadores do litoral, os caminhos que levavam a Canudos<sup>80</sup>, impróprios à marcha de expedições militares com suas pesadas peças de artilharia, eram favoráveis a defesa conselheirista e garantiam grande mobilidade pelos sertões, o que se verificou na solidariedade recebida durante as batalhas:

[...] os combates entre jagunços e soldados não impediram que o comércio e a mobilidade dos sertanejos fossem constantes na região, deixando entrever que a organização do arraial não podia ser compreendida apenas em termos de resistência à guerra, mas, sim, como uma forma de vida daquela região (THEODORO, 1997, p. 129).

Logo, compreender a ampla rede de apoio que servia aos conselheiristas é importante não apenas para entender da resistência belomontense, mas, sobretudo, para melhor compreender da existência daquela comunidade que soube fazer uso, inclusive, desse contexto

---

<sup>80</sup> No período da guerra, havia seis estradas que ligavam Canudos as seguintes localidades: Uauá, Canabrava, Cambaio, Jeremoabo, Rosário/Massacará e Várzea da Ema (CALASANS, 1997, p. 33 e 93).

para, finda a guerra, contar as histórias dos sobreviventes e preservá-las através do que é possível denominar de performance sertaneja. Essa modalidade narrativa é distinta do apelo visual empregado pelos cronistas de guerra, uma vez que repercute a experiência do camponês que se desloca no território. E nesse movimento, escutam-se, assimilam-se e são narradas histórias. Enquanto o narrador viajante do litoral fixa a imagem de destruição em terras distantes, o narrador viajante do sertão conta dos caminhos utilizados para erguer a cidade sertaneja:

Na viagem pela terra agreste se consolida seu sistema simbólico decodificável apenas pelo povo sertanejo. E esse vagar pela terra quase deserta do interior do Brasil, além de todo aparato metafórico bíblico que carrega, tem ainda embutido um outro elemento: a viagem representa a própria transcendência, que se dá pela repetição da partida e da permanência. O homem errante vive sua experiência de travessia, de transumância (DECCA, GNERRE, 2002, p. 54).

Nas falas dos sobreviventes, por exemplo, nota-se uma constante: a forma como os sertanejos que seguiram Antônio Conselheiro rememoram o seu líder a partir de uma dimensão afetiva, na qual se destaca, ao mesmo tempo, o respeito devotado à imagem desta personagem associado a uma espécie de proximidade pragmática com o sagrado. O efeito é paradoxal e relaciona a dimensão ascética, como afirma Maria Avelina da Silva: “O Bom Jesus foi um santo homem que somente aconselhava para o bem” (ibid., p. 39), ao secularismo de uma vida no sertão propícia ao deslocamento, como descreve Manuel Ciríaco: “[...] Veio da viagem, com seu oratório, ficou uns doze dias e seguiu para o Cumbe, onde pregou. Era um homem infatigável, fez muito por este sertão a fora” (ibid., p. 43).

Essa representação do “santo homem”, do humano que prega valores considerados sacros para o universo do sertão, a um só tempo rompe com a caracterização ingênua e patológica dos sertanejos, não mais descritos enquanto fanáticos, mas protagonistas de uma narrativa em que se luta por valores comuns àquela comunidade. A excepcionalidade de Antônio Conselheiro ocorre pelo reconhecimento público do “homem infatigável” cuja atuação enquanto liderança faz com que o ordinário se movimente e produza autonomia, aspecto que mobiliza as forças militares, constituídas também por representantes do sertão, enviadas pelas autoridades políticas e com o apoio das lideranças eclesiais da época.

Fato é que esse homem “santo e infatigável”, presente em inúmeras narrativas populares, adentra o romance canadiano apenas com a publicação de *A casca da serpente* (1989), de J. J. Veiga, obra que fala da utopia da vida sertaneja, através de uma ficção que opera a humanização do líder religioso. Nessa narrativa, Antônio Conselheiro sobrevive ao massacre

e funda uma nova comunidade, Itatimundé, não mais como uma liderança, mas como um igual, em que passa a ser tratado como tio Antônio.<sup>81</sup>

É o fenômeno do extraordinariamente humano que faz com que a liderança do arraial congregue um número crescente de sertanejos no Belo Monte. Essa leitura, amparada no trabalho de décadas de José Calasans em atuar pela abertura da “gaiola de ouro”, entende que o Conselheiro era movimento e não poderia ter sido encarcerado na cena traumática, mesmo que numa obra canônica a exemplo d’*Os sertões*. Afinal, o próprio Conselheiro anotara num de seus manuscritos: “O que é a vida do homem neste mundo? Não é mais que uma mera peregrinação; que vai caminhando com tanta pressa para a eternidade. E assim não há no homem firmeza, nem estabilidade, que por muito tempo dure” (CONSELHEIRO, 2017, p. 180).

Desse modo, a liderança, inicialmente conquistada pelo exemplo e por um constante deslocamento em favor de obras que atendiam ao povo do sertão, consolidou-se por outra virtude, a palavra. A seguir, trata-se da performance sertaneja nos conselhos a partir da obra de reminiscências de Honório Vilanova, irmão do principal comerciante que atuava no Belo Monte.

#### **4.2 Memorial de Vilanova, de Nertan Macedo**

Quando considerado o conceito de *testimonio* e os acontecimentos de Canudos/Belo Monte, a narrativa de Honório Vilanova é singular, uma vez que não há outro registro que dialogue com a perspectiva do testemunho hispano-americano nas publicações sobre aquele conflito. O *Memorial de Vilanova* assume tal feitio, dada a dimensão poética do relato alinhavado pelo jornalista e então diretor do *Jornal do Commercio*, periódico com sede no Recife (PE), Nertan Macedo.<sup>82</sup> A primeira edição do livro é de 1964, sendo publicada pela editora O Cruzeiro. Entretanto, o encontro entre os conterrâneos do Ceará ocorrera a 16 de outubro de 1962 no Assaré. Na ocasião, Macedo pôde dialogar também com a esposa de Honório Vilanova, dona Teresa Jardelina de Alencar, ambos nonagenários.

Na apresentação da obra, o escritor Adonias Filho discorre sobre a dupla autoria na qual o repórter enreda a voz da testemunha: “[...] A fala que escorre, direta e simples, mas que a

---

<sup>81</sup> Na literatura popular, encontram-se narrativas que relatam a sobrevivência do Conselheiro ao cerco militar. Nesse sentido, deve-se considerar não apenas o aspecto místico de tais enredos, mas também a dinâmica da contrainformação difundida pelos líderes da resistência sertaneja, a exemplo da história coligida por Optato Gueiros na qual um dos combatentes do Belo Monte, Pedrão, contara que o corpo exumado e decapitado ao final da guerra não teria sido de Antônio Conselheiro, mas de “Manuel Quadrado” (GUEIROS, 1956, p. 220).

<sup>82</sup> Assim como Odorico Tavares, Nertan Macedo também trabalhava para um dos veículos do conglomerado midiático do empresário Assis Chateaubriand de Santiago Dantas.

reminiscência de um velho quase centenário, converte-se em veículo capaz de completar o reconhecimento do Nordeste em seu próprio universo mitológico” (in MACEDO, 1983, p. 5). Cabe registrar que a cosmogonia sertaneja fora objeto de outras pesquisas e publicações de Nertan Macedo, entre as décadas de 1950 e 1970, nas quais se destacam as biografias de Lampião, Sinhô Pereira e Floro Bartolomeu, além do ensaio *Rosário, Rifle e Punhal* (1960) no qual se apresentam as convergências e as dessemelhanças entre os contextos culturais do sertão que forjaram beatos, cangaceiros e jagunços.

O memorial, por sua vez, encontra-se dividido em 18 capítulos, dos quais cinco são dedicados ao também cearense Antônio Conselheiro, e os demais às memórias de Honório Vilanova. O pentágono capitular que versa sobre os episódios da vida de Antônio Vicente Mendes Maciel retoma as leituras dos primeiros comentaristas da guerra de Canudos, inclusive no apelo aos fatores hereditários que teriam influenciado a constituição psíquica dessa personagem histórica. Novamente, citam-se as tragédias familiares e, desta feita, acrescentam-se as influências religiosas do capitão Antônio Dias Ferreira, homem devoto e pioneiro da localidade de Santo Antônio do Quixeramobim, terra natal de Antônio Maciel, além dos ensinamentos disseminados, nos sertões do norte, pelo Padre-Mestre Ibiapina.

Nessas passagens as conclusões sobre o Conselheiro são demasiadamente semelhantes às constatações, de outros autores, registradas em fins do século XIX. Desta sorte, ainda na década de 1960, leem-se argumentos coetâneos da guerra, a exemplo da avaliação apresentada pelo jornalista/escritor, sobre o peregrino que fundou o Belo Monte: “Alma sofrida, em campos e planícies de solidão e pedra, desde a sua infância no Quixeramobim, estava aberta àquelas trágicas, doentias, obsedantes meditações” (MACEDO, 1983, p. 58).

Abordagem mais original, presente no *Memorial de Vilanova*, apresenta-se nos capítulos dedicados às memórias do protagonista da narrativa, sobrevivente da guerra de Canudos. Nessas seções, a verve poética de Macedo apresenta passagens líricas, com imagens idílicas e mesmo estruturas formais, a exemplo de paralelismos, que emolduram a personagem histórica enquanto ente ficcional. O resultado são momentos de prosa poética, com forte simbologia do universo rural, o que inclui a dimensão sociorreligiosa, em que as reminiscências do velho combatente se reavivam, como no trecho a seguir:

[...] Recordações, moço? Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava de gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino (ibid., p. 67)

A beleza do registro de Macedo ocorre também pelo cuidado em respeitar a voz da testemunha, sem contrapô-la, compartilhando-a enquanto um saber. Esse, por sua vez, não originado apenas no indivíduo que suportou a dor da guerra, mas da experiência coletiva que sobrevive enquanto memória. Em tais ocasiões, e essa é uma característica fulcral do *testimonio*, a fala do sobrevivente atua como caixa de ressonância social, então mediada pela escrita de um terceiro: “Encarei-o de frente e pensei que estava diante de uma alma do outro mundo, de uma época morta, de uma testemunha de além-túmulo, melhor direi, de além-túmulos, tantos os mortos e degolados que falavam por ele” (ibid., p. 31).

Assim, o ancião, numa fabulação de ordem comunitária, recupera imagens, traça paralelos e enreda uma trama que, ao contrário do apelo extraordinário das primeiras crônicas bélicas, centra-se no aspecto ordinário da vida no Belo Monte. A narrativa de Honório, então, discorre sobre situações cotidianas, mas que por contraste também revelam aspectos singulares da comunidade, a exemplo do valor das mercadorias comercializadas que, pelo fato de não recolherem impostos, despertavam a inveja dos comerciantes de outras localidades da região, o interesse dos párocos em realizar atividades eclesiais no arraial, pois seriam, dado o volume da população, bem remunerados pelos serviços eclesiásticos, ou mesmo a proibição do consumo da cachaça, decisão que teria entristecido o mestre-de-obras e talhador de altares que atuava nos templos erguidos pelos conselheiristas.

De todo modo, para o velho de ascendência lusitana, o Belo Monte correspondia a uma vila como outra qualquer, na qual se vivenciava uma existência considerada normal, numa comunidade em que coabitavam a fé em Deus e os mistérios simples e humanos. O conselheirista, a título de ilustração, refuta em pelo menos três ocasiões a ideia de que os ritos religiosos fossem compulsórios no arraial:

[...] não fora piolho de sacristia, homem de muita igreja (ibid., p. 31).

[...] Os homens, repito, não eram tanto de frequentar os ofícios. As mulheres, sim, iam quase todas ao santuário ou à latada, onde rezavam e ouviam a pregação (ibid., p. 39).

[...] Não aprendi nenhum [ofício e/ou bendito], porque só uma vez ou outra aparecia pela igreja. Não gostava muito de reza (ibid., p. 68).

Diferente teria sido a postura de seu irmão, Antônio, sempre presente às rezas. Tais excertos sugerem que no Belo Monte coexistiam diferentes maneiras de se relacionar com o sagrado, o que enfraquece a tese da persecução doutrinária. Tal argumento fora sustentado, e ainda hoje encontra defensores, por analistas de diferentes matizes ideológicos para justificar, nas variadas interpretações sobre a guerra, o emprego do rótulo “fanatismo religioso”.

A narrativa prossegue e Honório Francisco de Assunção explica que os Vilanova não tinham esse nome por batismo, mas por designação social, pois, na Bahia, inicialmente residiram em Vila Nova da Rainha (hoje Senhor do Bonfim). Sobre a migração, o narrador conta que deixara as terras cearenses quando criança, na companhia dos pais e dos irmãos em direção aos sertões baianos, na seca de 1877.

Após uma exitosa experiência comercial no Belo Monte, atuando como mascates, os irmãos passam a consolidar a ampla rede de fornecimento de mantimentos para a localidade que era: “[...] uma das maiores cidades baianas no fim do século dezenove” (NOGUEIRA, 1974, p. 1). O sucesso varejista, por conseguinte, os leva a fixar residência na comunidade estabelecida por Antônio Conselheiro. Vicente Dobroruka, a respeito da influência de Antônio Vilanova, afirma que este fora: “[...] em certa época o mais poderoso homem no arraial, atrás apenas do próprio Conselheiro e de João Abade. Os vales que ele emitia eram tidos como unidade de moeda pelos canudenses” (1997, p. 131).

É muito provável que esse tenha sido o triunvirato que administrou o Belo Monte. Se o Conselheiro, liderança incontestada do arraial, detinha o poder religioso, Abade controlava a dimensão militar, enquanto Vilanova era o principal responsável pela gestão econômica. Tais planos, obviamente, interagiam entre si na política, pois sem o afluxo de pessoas para a localidade, em busca das palavras e orientações da liderança religiosa, Vilanova não teria a quem comercializar. Do mesmo modo a atuação da milícia designada de Guarda Católica, controlada por Abade: “[...] parece ter feito muito para favorecer Vilanova entre os demais comerciantes” (DOBRORUKA, 1997, p. 131).

Por outro lado, o senso comercial do mercador cearense possibilitou organizar um fluxo de mercadorias que abasteciam a comunidade, assim como asseguravam a venda, inclusive para o exterior, do principal produto sertanejo: o couro.<sup>83</sup> Segundo José Calasans (2013), outra contribuição histórica desse negociante, a época incidental, fora que o guarda-livros da casa comercial dos Vilanova, “Leão da Silva ou Leão Ramos” (p. 56), conhecido por Leão de Natuba, atuou como secretário de Antônio Conselheiro. Portanto, uma personagem relevante para os registros do sermonário ditado pelo fundador do Belo Monte. Nas palavras de Honório: “[...] Quando a mão do peregrino estava cansada, escrevia por ele Leão de Natuba, que tinha boa caligrafia e era muito devoto” (MACEDO, 1983, p.49).

---

<sup>83</sup> O médico e deputado provincial e federal baiano César Zama publicou, sob o pseudônimo de Wolsey, *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a campanha de Canudos* (1899), em que, dentre outras defesas da comunidade, afirmava: “Aquela povoação proporcionava ao Estado pingue fonte de receita do imposto de exportação sobre peles” (apud NOGUEIRA, 1974, p. 12).

Ataliba Nogueira, em *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica* (1974), ao refutar a hipótese de um arraial movido pelo fanatismo, religioso e/ou político, aponta o que seriam características comuns aos principais assessores de Antônio Vicente Mendes Maciel: “[...] A seu lado, entre os seus, o Conselheiro conta com excelentes auxiliares para a administração, não só homens devotados, mas inteligentes e práticos” (NOGUEIRA, 1974, p. 10). Com efeito, os conselheiristas, ao contrário da passividade ingênua descrita em passagens que reduziram os acontecimentos da guerra de Canudos à loucura epidêmica e à solução escatológica ao termo dos tempos, eram protagonistas de suas histórias. Estes homens e mulheres, alguns habilidosos e experientes em suas respectivas áreas, procuravam naquele local possibilidades de uma vida em melhores condições e, para tanto, confiaram na palavra enunciada pelo fundador do Belo Monte.

Sobre esse tema, considere-se que os Vilanova conheceram, ainda no Ceará, o beato Antônio e ao reencontrá-lo às margens do rio Vaza-Barris este já era tratado, dentre outras denominações, por Antônio Conselheiro. Essa mudança na designação foi explicada, em depoimento à José Calasans, nos seguintes termos:

A distinção foi feita por Honório Vilanova, sobrevivente de Canudos, pessoa muito ligada ao Santo Conselheiro. Disse-nos ele em 1970, na impressionante lucidez dos seus 104 anos, que vira, pela primeira vez, em Urucu, sertão do Ceará, por volta de 1873, o beato Antonio que ali estivera, sozinho, pedindo esmolas para os pobres. Era, então, apenas um beato. Mendigava e rezava, com boa aparência física. Muitos anos depois, na Bahia, é que Honório Vilanova o encontrou, no apogeu de sua missão de conselheiro, pregando ao povo, dando conselhos, seguido e respeitado por uma multidão de fiéis. A promoção, que muitas vezes ocorre na hierarquia da igreja católica sertaneja, foi rápida na história de Antonio Vicente (CALASANS, 1972, p. 62).

Como é possível depreender desse relato, a condição de beato, na cultura sertaneja, corresponde ao leigo iniciado nos ritos religiosos que estimula e ensina aos demais preces, orações, benditos e rezas, sendo acolhido pela caridade alheia.<sup>84</sup> Já o conselheiro, desempenha outro papel social, uma vez que orienta seus seguidores em questões que não estão, necessariamente, restritas ao plano religioso e adentram, por evidente, o plano secular e os

---

<sup>84</sup> Os beatos do sertão também foram descritos em termos desabonadores como o fez Xavier de Oliveira, em *Beatos e cangaceiros* (1920), ao descrever a figura do Beato da Cruz: “Que é um beato lá no meio religioso de Juazeiro do Padre Cícero? É um sujeito celibatário (real ou aparentemente), que não tem profissão, porque deixou de trabalhar, e que vive da caridade dos bons e das explorações aos crentes. Passa o dia a rezar nas igrejas, a visitar os enfermos, a enterrar os mortos, a ensinar orações aos crédulos, tudo de acordo com os preceitos do catecismo! Veste a maneira de um frade: uma batina de algodão tinto de preto, uma cruz às costas, um cordão de São Francisco amarrado à cintura, uma dezena de rosários, uma centena de bentinhos de São Bento, uns saquinhos com breves religiosos e com orações poderosas, tudo pendurado ao pescoço. São, geralmente, indivíduos vagabundos, hipócritas, delirantes religiosos ou bandidos!” (p. 39).



temas ordinários. Galgar tal autoridade ocorre, nessas ocasiões, pelo reconhecimento popular, não por um ordenamento eclesiástico.

Pedro Lima Vasconcellos, em *O Belo Monte de Antônio Conselheiro: uma invenção “biblada”* (2015), explica que tamanho prestígio no caso do peregrino cearense advinha, certamente, de uma prática religiosa que o aproximava dos sertanejos. Para além das questões sociopolíticas que conformaram a comunidade, Vasconcellos chama atenção para aspectos que uniam a liderança religiosa àquela gente do sertão, a exemplo das relações de compadrio, das benfeitorias presentes nas obras que assistiam aquelas localidades, além da dimensão ético-comportamental e mística do Conselheiro.<sup>85</sup> Sobre essa questão, notadamente, o respeito que esta personagem histórica adquirira fora conquistado e projetado, em elevada escala, pela habilidade em utilizar do gesto, da voz e dos argumentos, o que fazia daquele orador uma liderança que impunha autoridade inclusive aos adversários: “[...] Mais do que a indumentária, que o fazia parecer um capuchinho, era a força de sua palavra, algo reconhecido até pelos inimigos do arraial” (VASCONCELLOS, 2015, p. 146).

A esse respeito, registrou-se na ficção de Vargas Llosa: “Sua voz era persuasiva, chegava à alma sem passar pela cabeça” (1999, p. 46). Considerando o contexto em que as pessoas se mobilizavam para ouvir as palavras do Conselheiro, o momento em que essa voz persuasiva ganhava contornos exponenciais ocorria no que se denominava de conselhos. Essa modalidade de encontro, misto de ritual sacro e tribuna pública, fora descrita pelo frei João Evangelista do Monte Marciano, no relatório sobre a frustrada missão dos frades capuchinhos ao Belo Monte, em 1895, nos seguintes termos: “Antônio Conselheiro costuma reunir em certos dias o seu povo, para dar-lhe conselhos, que se ressentem sempre do seu fanatismo em assunto de religião e da sua formal oposição ao atual regime político” (1987, p. 5).

Em tais oportunidades, como relata o crítico da ordem religiosa, os tipos díspares que constituíam o arraial assomavam a latada na qual o Conselheiro, através da palavra, congregava o “seu povo” em temas espirituais e políticos. A associação de temas sacros e seculares ocorria por uma construção narrativa que fora capaz de orientar, para além das questões espirituais, conflitos imediatos. Tais intervenções, em certas ocasiões, mesmo com a recusa do Conselheiro

---

<sup>85</sup> Dois fatores podem ter contribuído para aumentar o prestígio do peregrino de Quixeramobim, em território baiano, a saber: a confirmação do vaticínio do regresso à Bahia, após prisão com base em suspeitas de homicídio da mãe e da esposa, oportunidade em que fora enviado para o Ceará, em 1876, e a grande seca que se abateu sobre o sertão no ano seguinte. Fato é que: “[...] A partir de 1877, aumentou extraordinariamente a popularidade do Santo Conselheiro, cuja palavra era ouvida com o maior respeito e as determinações rigorosamente observadas” (CALASANS, 1997, p. 63).

em assumir qualquer dimensão de operador de atos proféticos, eram tomadas pelos conselheiristas enquanto atos premonitórios.

Um exemplo é narrado por Honório Vilanova, quando de uma tocaia, em desfavor de seu irmão, foram extraviadas uma tropa de burros com mercadorias. O Conselheiro, após ouvir as queixas de Antônio Vilanova, deduziu o responsável e indicou a maneira para reaver o prejuízo, o que assim ocorreu. Diante do desenlace, concluíra Honório: “O Peregrino conhecia a fundo a maldade dos homens” (MACEDO, 1983, p. 123).

Interpretado como vaticínio, pelo sertanejo, tal episódio parece dizer também sobre o acúmulo de saberes daquele cotidiano, o que no acervo teórico de Walter Benjamin se denominou de experiência. Essa, por sua vez, transmite-se através da narrativa e pode ser conformada a partir de situações coloquiais que adquirem funcionalidade, cujo apelo ao senso prático constitui: “[...] uma das características de muitos narradores natos” (BENJAMIN, 1994c, p. 200). O filósofo, então, exemplifica o papel do conselho na transmissão dos saberes, pela dimensão pragmática:

[...] Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (ibid., p. 200).

Nesse sentido, é preciso entender a função comunicacional dos conselhos na organização da comunidade do Belo Monte, bem como a habilidade, a partir da experiência, da liderança religiosa em estabelecer um diálogo efetivo com o público que presenciava tais momentos. Pedro Lima Vasconcellos afirma que: “[...] As palavras do Conselheiro, feitas conselhos, viabilizam a comunidade, orientam decisões particulares, vislumbram horizontes inusitados e ensinam o caminho da salvação” (2015, p. 279).

A soma desses fatores resultara de uma gramática de viés pastoral na qual a audiência pôde se reconhecer no locutor e na tradição de seus enunciados. Não por acaso, Honório é enfático ao afirmar que o Conselheiro: “Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres” (MACEDO, 1983, p. 40).

Esse anseio por justiça, pronunciado pelo sertanejo, corresponde a um duplo importante da narrativa de Vilanova, pois ao tempo em que o enunciado pugna pela reparação da personagem histórica de Antônio Conselheiro, sua voz se inscreve também como queixa por justiça para si e para o coletivo que busca representar, característica constante, mesmo que

idealmente, no relato testemunhal. Ato narrativo por excelência, o *testimonio* evoca a tradição judicativa do tribunal e, por isso, a defesa da causa belomontense aparece enquanto reclamação de protesto que se faz narrativa para um público, mas, sobretudo, também para si. Sobre esse movimento simultâneo, verificado no ente ficcional, Walter Benjamin já dissera: “O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo” (1994c, p. 221).

No que diz respeito à guerra, a narrativa serena de Vilanova impressiona Macedo: “[...] o velho não alteou a voz neste passo da narrativa” (MACEDO, 1983, p. 133). A construção das causas da guerra, pelo sertanejo, diverge das complexas explicações sociopolíticas que determinaram o conflito às margens do rio Vaza-Barris a partir dos estudos historiográficos. Do memorial, emerge uma exposição mitopoética em que a oralidade é o elemento central, conforme ilustra a versão do nonagenário: “[...] que os rumores vinham de longe, chegavam a Canudos e davam conta da aproximação de tropas. Até que um dia aquilo que era apenas voz do povo desabou como tempestade” (idem, p. 133).

Honório, então, narra sem arroubos heroicos as estratégias empregadas na resistência, o acesso às armas e às munições abandonadas pelos expedicionários comandados por Moreira César, a degola de conselheiristas, o acirramento dos combates e a retirada após a morte de Antônio Conselheiro. Essa cena, na parte final do testemunho, remete a despedida iminente do Belo Monte, o que se confirma após a realização de um conselho entre os sobreviventes. Alguns, como Marciano de Sergipe, decidem lutar até o fim: “Pois se o Conselheiro morreu, quero morrer também” (ibid., p. 149), enquanto outros, como os irmãos Vilanova, partem antes que o cerco se complete. A retirada para o Ceará durou três meses, uma vez que Honório se encontrava ferido.

No memorial, prevalece o tom nostálgico. Contudo, o rememorar tem contornos mais graves como nas cenas do êxodo, ao final do conflito. Em verdade, o viés melancólico atravessa a narrativa, desde as cenas iniciais, cujo apelo da reminiscência sinestésica reforça os laços afetivos: “[...] Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. Até rapadura do Cariri” (ibid., p. 39). Assim como as passagens que reafirmam a sabedoria de Antônio Conselheiro: “Sua voz era mansa, porém certa” (ibid., p. 122), e a descrição pormenorizada do irmão, também compadre, Antônio que: “[...] trajava sempre calça, paletó e camisa. Valente, sim, muito valente” (ibid., p. 68).<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> As habilidades guerreiras dos Vilanova foram requisitadas, em 1913, por Floro Bartolomeu, líder político e comandante das forças populares no Juazeiro do Norte (CE). Na ocasião, os irmãos do Assaré decidiram não empunhar armas, mas, segundo Honório, em respeito ao Padre Cícero, Antônio propusera a construção dos valados que circundaram a cidade no sertão do Cariri e: “Em pouco tempo os romeiros do padre cavaram uma grande

A cena final remata o tom poético-afetivo do memorial. Honório Vilanova, 52 anos após o desfecho da guerra, retorna a Canudos/Belo Monte e trava um breve diálogo com um velho companheiro de armas que lhe pergunta a sorte do irmão, a resposta do conselheirista é simbólica: “Morreu, Tinhão, morreu em 20, no Ceará...” (ibid., p. 165). Ao contrário do espetáculo visual da dor, propugnada nos relatos expedicionários, as memórias na perspectiva dos *superstes* legam, vítimas que foram do assédio estatal, outras cenas à posteridade.

Os testemunhos dos sobreviventes que viveram a experiência do Belo Monte ganham, ao tempo em que emprestam, maior visibilidade quando as palavras do peregrino de Quixeramobim passam ao debate público em matéria assinada por Teófilo de Andrade, na revista *O Cruzeiro*, sob o título de “Um inédito de Antônio Conselheiro”. Na ocasião, do sermonário, expunham-se as considerações sobre o regime republicano e o articulista, após reiterar algumas das imagens depreciativas apresentadas pelos cronistas inaugurais da guerra de Canudos, reconhecia, diante do texto, uma autoria: “[...] em que se mostra um argumento rico e de inteligência muito acima do comum” (ANDRADE, 1947, p. 36). Anos depois, no mesmo periódico, Luciano Carneiro publica novos trechos dos originais. Dessa vez, a nota que apresenta a matéria, diz do movimento de revisão historiográfica em curso:

Aristeu Seixas, poeta ilustre, membro da Academia Paulista de Letras, comprou o ‘manual’ do Conselheiro por 500 cruzeiros. Manteve longa palestra com o repórter sobre a relíquia, e entre outras coisas admitiu que a religião de Conselheiro não era a de um fanático, a julgar pelo conteúdo de suas rezas e pregações (CARNEIRO, 1953, p. 7).

Na próxima seção, para ampliar o quadro das imagens testemunhais, destacam-se fragmentos dos manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro que dialogam com a perspectiva do mártir.

### **4.3 As prédicas, de Antônio Conselheiro**

Nesta oportunidade, retoma-se a cena seguinte ao final dos combates, a 5 de outubro de 1897. Sobre os escombros do arraial, buscava-se localizar o corpo de Antônio Conselheiro. Este, enfim, encontrado numa cova dentro do local conhecido como santuário. Na ocasião, Augusto Flávio de Barros realizou a tomada fotográfica do cadáver daquele que mobilizara uma

---

trincheira em redor do Juazeiro. Compadre Antônio tinha grande experiência adquirida na Guerra de Canudos. Sua palavra foi ouvida pelo Padre Cícero e pelo doutor Floro” (MACEDO, 1983, p. 140). Tais trincheiras, historicamente denominadas de “Círculo da Mãe das Dores”, foram fundamentais para a vitória contra as forças regulares enviadas pelo governador Marcos Franco Rabelo, deposto, pelos revoltosos, em março de 1914.

multidão de sertanejos a resistir em favor do Belo Monte contra as forças do Exército Brasileiro. Além da imagem, lavrou-se uma ata, redigida por Guilherme Studart, na qual é informado que, por testemunhos dos presentes, dentre eles o acadêmico João de Souza Pondé, vislumbrava-se: “[...] o corpo de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, que aí residia como chefe de um núcleo de fanáticos e aventureiros da povoação de Canudos, no sertão da Bahia...” (MACEDO, 1983, p. 22).

Feitos os registros oficiais, empreendeu-se ainda outra ação para que não restassem dúvidas sobre o desfecho do líder sertanejo, para que exames frenológicos comprovassem a alienação mental daquela personagem histórica e para que o exemplo fosse estabelecido a outros movimentos populares insurgentes, ao indicar o destino dos inimigos dos poderes republicanos. Então, os expedicionários decapitaram o cadáver e conduziram a cabeça à capital baiana, onde o crânio fora exposto à curiosidade pública e à análise da ciência.

Contudo, no local em que os vencedores testemunharam o triunfo em registros oficiais, os vencidos acabaram por deixar escritos que, recolhidos como butim de guerra, contavam da existência do Belo Monte. Cabe recordar que o volume de destruição empreendido pelas tropas fora arrasador. Nas palavras de Euclides da Cunha: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo [...]” (2016, p. 549).

O arraial havia sido inicialmente bombardeado, incendiado durante o cerco militar e, após a ocupação, teve suas edículas derrubadas. A estes eventos da guerra, deve-se ainda considerar que, décadas depois, as águas do açude do Cocorobó submergiram as ruínas, completando o ciclo de destruição. Antes, porém, sob as ordens do comando militar, os batalhões que marcharam sobre os destroços recolheram um espólio aos quais pareciam dar pouco valor:

Ora, no mais pobre dos saques que registra a História, onde foram despojos opimos imagens mutiladas e rosários de coco, o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente os desgraciosos versos encontrados. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parelhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam (CUNHA, 2016, p. 192).

Esses escritos, aparentemente avulsos e dispersos pelas ruínas, eram transcrições de profecias que teriam sido anunciadas pelo peregrino ou versos dispostos em quadras com rimas simples que apresentavam uma visão do que parte daquela comunidade compreendia de si, bem como das motivações da luta, ora travada, contra o poder central do país. Na avaliação de Euclides da Cunha, tais textos seriam um registro do pensamento de Antônio Conselheiro que

possibilitavam refletir: “[...] o turvamento intelectual de um infeliz” (ibid., p. 192). Nesses fragmentos, com passagens sebastianistas e milenaristas, a tese do fanatismo religioso, pré-estabelecida pelo escritor antes de conhecer o teatro bélico,<sup>87</sup> encontrava a evidência material necessária à comprovação.

Sobre a leitura euclidiana a respeito dos versos conselheiristas, Aleilton Fonseca, em “Os sertões: as prédicas de Antônio Conselheiro e a poesia de Canudos” (1996), demonstra como Euclides da Cunha, diferentemente das anotações da caderneta de campo, alterou a ordem das quadras ao apresentar os ABCs sertanejos n’*Os sertões*, possivelmente, para: “[...] conseguir o efeito pretendido dentro da lógica de sua argumentação” (FONSECA, 1996, p. 132).

Para Fonseca, o autor d’*Os sertões* descontextualizara as práticas religiosas dos sertanejos, desconsiderara também o contexto bélico dos registros e, por conseguinte, a dimensão de resistência daquela poesia popular que correspondia, enquanto registro cultural, à alternativa de sociabilidade embasada no que o pesquisador denomina de “religião rústica”. Igualmente, a personagem de Antônio Conselheiro é criticada por parâmetros positivistas, preconizados pelo engenheiro-escritor, alheios aos valores que conformaram a sociedade que legitimou aquela liderança. Isto posto, o romancista e professor universitário conclui sobre o sentido de valor, no pensar euclidiano, a respeito dos papéis recolhidos nos destroços: “[...] Assim, no seu julgamento ‘valiam tudo’ para a demonstração de suas teses, porque ‘nada valiam’ em termos culturais” (ibid., p. 135).

Sobre as profecias, a questão é de outra natureza, pois os fragmentos citados no cânone euclidiano, como prédicas conselheiristas, em verdade são reproduções de narrativas vinculadas à tradição popular e não cópias das pregações de Antônio Conselheiro. Pode-se constatar esse aspecto quando passam ao conhecimento público, em momentos distintos, após a publicação d’*Os sertões*, dois cadernos manuscritos, contendo o pensamento religioso do peregrino, ambos recolhidos nos escombros do arraial sertanejo. Nestes originais, nem uma palavra sobre sebastianismo ou milenarismo e, após escrutínio de inúmeros críticos, nada que pudesse justificar o designativo de “fanatismo religioso”.

Sabe-se que um desses cadernos chegara às mãos do autor d’*Os sertões*. Afrânio Peixoto recebera os manuscritos do colega e sextanista de medicina João de Souza Pondé, voluntário do corpo médico da expedição Arthur Oscar, conforme notas autógrafas. Por sua vez, Peixoto o presenteara com os seguintes dizeres: “Passo-os a Euclides da Cunha na esperança de lhe

---

<sup>87</sup> Considerar, nesse sentido, os dois artigos publicados, em 14 março e 17 de julho de 1897, sob o título de “A nossa Vendéia” (CUNHA, 2000, p. 43-62).

informar alguma nota dos seus miríficos *Sertões*” (ANDRADE, 1947, p. 36). Entretanto, poucos meses depois, dava-se a fatídica morte do escritor no confronto que os jornais da época denominaram de: “a tragédia da Piedade” (VENTURA, 2003, p. 262).

O caderno que esteve em posse de Euclides, então, tem a trajetória ignorada até reaparecer, após décadas, sob os cuidados de um alfarrabista e ser adquirido pelo poeta Aristeu Seixas. Em seguida, excertos serão publicados em reportagens ou livros quando, em 1974, Ataliba Nogueira efetiva a publicação da integra do conteúdo em *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. Por sua vez, o título da prélica que abre este manuscrito é *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*. O original é datado de 12 de janeiro de 1897 e a estrutura das 628 páginas, conforme Nogueira (1974, p. 24), pode-se distribuir em quatro partes, a saber: i) As dores de Maria, mãe de Jesus; ii) Sermões sobre o decálogo; iii) Textos extraídos dos evangelhos; iv) Assuntos esparsos, nos quais se observa um diálogo maior entre os temas sacros e as questões cotidianas.

O outro caderno manuscrito tem percurso semelhante, pois fora recolhido dos escombros por um militar, o brigada Eugenio Carolino de Sayão Carvalho, que decidira oferecê-lo ao *Jornal de Notícias*, em Salvador. O então diretor do noticiário, Aluísio Carvalho, o guardou e a posse deste passou a seu descendente, o jurista e senador baiano Aloísio de Carvalho Filho, tendo sido arrolado em espólio, em 1972: “[...] cujas filhas, por instâncias de Paulo Maciel, doaram a preciosa fonte histórica ao Prof. José Calasans” (GALVÃO; PERES, 2011, p. 11, nota 8).

Em 2002, trechos deste documento foram publicados em *Breviário de Antônio Conselheiro*, com apresentações de Walnice Nogueira Galvão e Fernando da Rocha Peres. Além disso, cópias em fac-similar do caderno manuscrito foram disponibilizadas em CD-ROM a pesquisadores.<sup>88</sup> No tocante à estrutura, é importante explicar que esse manuscrito é constituído de duas partes unidas pela encadernação. A primeira parte é composta: “[...] de uma transcrição dos livros bíblicos do Novo Testamento, intrigantemente interrompida ao final do capítulo 12 da carta de Paulo aos Romanos” (VASCONCELLOS, 2017, p. 23); já a segunda, guarda similaridades com algumas das obras confessionais que circularam no contexto sertanejo, em fins do século XIX, por outro lado, verificam-se também diferenças: “[...] nos acentos, nas omissões, nas reelaborações, etc.” (ibid. p. 20).

Para Alexandre Otten, em *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro* (1990), a cópia dos textos bíblicos indica que o peregrino cearense, provavelmente:

---

<sup>88</sup> Os originais deste manuscrito estão no acervo de Obras Raras do Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

“[...] não possuísse uma Bíblia, mas que a tenha emprestado para transcrever e copiar trechos que lhe interessavam” (p. 219). Apenas em 2017, os originais com teor autoral, relativos à segunda parte deste manuscrito, com data de 24 de maio de 1895, são publicados em edição organizada por Pedro Lima Vasconcellos no box *Antonio Conselheiro por ele mesmo*, que reúne dois volumes: *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens* (1895), obra de Antônio Conselheiro, e o estudo crítico de Vasconcellos, *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antônio Conselheiro* (2017).

Sobre as obras de Antônio Conselheiro, cabe destacar que a publicação do manuscrito de 1897 possibilitou o início de uma revisão histórica sobre o papel desempenhado pela liderança do Belo Monte, especialmente quando contraposta à imagem do “gnóstico bronco” (CUNHA, 2016, p. 146). As prédicas, ao contrário do que se poderia supor a partir da narrativa euclidiana, não correspondem ao apelo milenarista finissecular, mas à exortação para a salvação das almas, demanda escatológica presente na tradição da religião católica. Ademais, sobre o material editado por Ataliba Nogueira, deve-se ressaltar a prédica contra o regime republicano, oportunidade em que se apresentam argumentos condizentes com o universo cultural sertanejo da época, além da narrativa de despedida do peregrino, um texto poético-testemunhal.

Já o manuscrito de 1895, sob o escrutínio de Pedro Lima Vasconcellos, revelou a dimensão autoral do Conselheiro que soube operar ajustes, incorporações ou omissões, de modo a implicar novos significados às pregações. Tais intervenções sobre os textos que lhe serviram de base, notadamente a *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das missões*, de autoria do Padre Manuel José Gonçalves Couto, o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, além da própria Bíblia sagrada, afastam a possibilidade de uma ação meramente copista, ao tempo em que permitem notar como Antônio Conselheiro estabeleceu o arraial a partir de um propósito decorrente das leituras que fizera dos textos sagrados. A exemplo de substituir a dimensão de um Deus rigorista e punitivo, presente nos manuais da época, por uma concepção teológica com base no ideal do amor divino, em seus escritos. Diferente da caracterização de um rude profeta, o líder do Belo Monte era um leitor contumaz da Bíblia, por isso fora reconhecido naqueles sertões como um “homem biblado” (VASCONCELLOS, 2015, p. 31).

É ainda Vasconcellos quem aponta uma descoberta importante para os estudos conselheiristas e que reitera a dimensão autoral do peregrino sertanejo. Antônio Conselheiro teria interrompido a transcrição dos textos bíblicos do manuscrito de 1895, logo após a missão liderada pelo frei João Evangelista do Monte Marciano. Na ocasião, o frade capuchinho fizera um apelo, conforme consta no relatório apresentado ao arcebispado baiano, para que os



residentes no Belo Monte voltassem às localidades de origem e, para demover o líder sertanejo do seu papel, argumentara: “[...] se é católico, deve considerar que a Igreja condena as revoltas, e, aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos, em nome de Deus” (MARCIANO, 1987, p. 4).

Nesse instante a questão política da sujeição/autonomia, determinante para a destruição do arraial, passa ao plano teológico, como se pode observar:

Basta verificar onde a cópia é interrompida, antes da folha de rosto com a data. Sua última frase é: “Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem” (Romanos 12, 31), no fim da p. 554 do caderno. Exatamente antes da exortação que reconhecia Euclides, inspirara frei João: “Todo o homem esteja sujeito às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as que há, essas foram por Deus ordenadas (Romanos 13, 1) (VASCONCELLOS, 2015, p. 286).

E mais, conforme explica o autor de *O Belo Monte de Antônio Conselheiro*, no sermão que Ataliba Nogueira denominou de “Sobre a República”, do manuscrito de 1897, o tema reaparece quando o Conselheiro enuncia: “[...] Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina [...]” (NOGUEIRA, 1974, p. 176). Ora, o emprego do termo “legítimo” relativiza a sequência do enunciado e parece atuar, no manuscrito do tempo da guerra, como uma resposta ao dilema que determinara a suspensão da transcrição das passagens bíblicas, no manuscrito do tempo de paz. Nas palavras de Vasconcellos: “[...] Ao inserir o adjetivo ‘legítimo’ após ‘todo poder’, o Conselheiro ‘desmonta’ o tom indiscutível dos dizeres de frei João, e recoloca o problema num nível mais delicado: o da legitimidade” (2015, p. 287).

É por esse aspecto que se compreende o desfecho do encontro entre Antônio Conselheiro e o frei João Evangelista,<sup>89</sup> nos termos rememorados por Honório Vilanova. Assim teria dito o peregrino:

Conheço os padres falsos. Os que eu quero, abraço. Aceito quem acredita no Bom Jesus. Ando neste mundo imitando a Deus Nosso Senhor. Quando Ele andava na terra, seguiam-no cinco mil pessoas: e as boas andam em companhia das más porque assim ganham a salvação (MACEDO, 1984, p. 129).

<sup>89</sup> Estudos apontam que a doutrina da fé católica, adotada por Antônio Conselheiro, poderia ter divergências com o catolicismo oficial, mas não se tratava, a rigor, de uma ruptura com os dogmas da Igreja. Das tensões com a alta hierarquia eclesial, em alguma medida, resultaram o respaldo da liderança religiosa do Belo Monte que vocalizava valores, certamente antirrepublicanos, com os quais se identificavam não apenas os conselheiristas, mas amplos setores que conformavam a sociedade sertaneja, inclusive parcela do clero que atuava naquela região. Sobre as questões teológicas propugnadas por Antônio Conselheiro, consultar: i) HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998; ii) OTTEN, Alexandre. *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990; iii) VASCONCELLOS, Pedro Lima. *O Belo Monte de Antônio Conselheiro: uma invenção “biblada”*. Maceió: EDUFAL, 2015; iv) VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antônio Conselheiro*. São Paulo: É Realizações, 2017.

Essas palavras, reminiscências de um sobrevivente, reforçam a ideia de que a autoridade legítima se espelha no exemplo divino e é capaz de inspirar a outrem. Logo, o testemunho, enquanto dimensão religiosa, possui relevância e pode ser verificado transversalmente nas palavras escritas, ou ditadas, por Antônio Conselheiro.

No caso da tradição religiosa, como assinala Giorgio Agamben (2008), o termo mais apropriado para tratar do testemunho vem do grego *martis*, mártir, que tem origem, filologicamente, num verbo que significa “recordar”. Segundo o filósofo, nos primórdios da Igreja, os padres: “[...] derivaram daí o termo *martirium*, a fim de indicar a morte dos cristãos perseguidos que, assim, davam testemunhos de sua fé” (p. 35).

Esse exemplo calcado no sacrifício do indivíduo que orienta a comunidade, entretanto, revelou-se um problema quando os sacerdotes se viam diante de hereges para os quais o paradigma da fé, que resultara no suplício, não fazia sentido. Desse impasse, desenvolve-se a doutrina do martírio que visa: “[...] justificar o escândalo de uma morte insensata” (ibid, p. 37), através de uma explicação, a vontade divina, para racionalizar o irracional.

É muito provável que essa ideia de expiação, analisada pelo filósofo italiano, estivesse presente, de forma introjetada, entre os expedicionários que sitiaram o Belo Monte. Uma vez que era incompreensível, aos cronistas da guerra, a resistência abnegada dos sertanejos, pois, para aqueles observadores, não havia sentido em morrer por tão pouco. Poder-se-ia abdicar da luta, fugir ou mesmo se entregar, o que, a bem da verdade, implicava na maioria das vezes no mesmo resultado: a morte. O fato é que, diante de tamanha tragédia, a explicação da doutrina do martírio, em que o divino justifica a carnificina, fora empregada, amplamente, pelo termo pejorativo do fanatismo.

Ora, para as forças atacantes, o viver dos sitiados fora apresentado como algo cujo sentido exigia dos soldados a destruição do arranjo sociorreligioso camponês, haja vista o emprego de termos que caracterizavam os conselheiristas como jagunços, monarquistas, revoltosos e mesmo comunistas. Entretanto, era incompreensível a resistência que os sertanejos ofereciam em condições tão desfavoráveis, daí a necessidade de expressões relativas ao fanatismo religioso para legitimar o massacre.

Como se observa, não se buscou compreender o que motivara aquelas pessoas a procurar um local tão distante do litoral para construir uma vida em comunidade, o vínculo que se estabelecera, muito menos o porquê alguns de seus defensores estarem dispostos a morrer, mesmo no final da guerra, por uma cidade em ruínas. Diante de tamanha incompreensão, reforçava-se, ainda mais, o espetáculo visual das cenas descritas pelos correspondentes de guerra. Tais imagens, somente após meio século, passam a ser problematizadas a partir da

divulgação dos relatos de sobreviventes centrados em memórias afetivas que se relacionam com a cultura oral. Mas, para melhor compreender a resistência e, quiçá, a própria existência do Belo Monte, faz-se necessário conhecer o paradigma erigido pelo Conselheiro através da noção do testemunho vinculado à ideia do mártir. A princípio, cabe considerar que os manuscritos apresentam uma visão religiosa que deve ser contextualizada, afinal:

[...] Não é de esperar que o Conselheiro, como uma simples pessoa religiosa leiga, desenvolva todo um sistema teológico coeso (OTTEN, 1990, p. 232).

[...] É óbvio que não cabe pedir ao responsável por essas páginas que forneça aí um sistema teológico completo e coeso, já que este não estava no horizonte de suas intenções (VASCONCELLOS, 2017, p. 61).

Isto posto, é possível realizar uma leitura de aspectos teológicos verificados nos preceitos do Conselheiro que apresentam, como afirmam os exegetas de sua obra, mais proximidades do que distanciamentos à doutrina católica vigente à época. De todo modo, as singularidades foram determinantes para a organização do Belo Monte. Por exemplo, foram questões fundamentais na teologia propugnada por Antônio Conselheiro o binômio amor e justiça, como explica o crítico: “[...] a observância dos mandamentos divinos, a consciência da falibilidade e da limitação humanas, a que deve corresponder, com sobras, a certeza da infinita amorosidade divina, mas também da justiça” (VASCONCELLOS, 2017, p. 23).

No caso do arraial sertanejo que se organizou às margens do rio Vaza-Barris, deve-se notar que os preceitos religiosos foram determinantes para a conformação do *ethos* conselheirista. Para tanto, práticas evangelizadoras presentes no contexto missionário daqueles sertões, desde o período colonial, foram adaptadas pelo Conselheiro de modo a trazer à cena questões seculares, que no caso do Belo Monte, não apenas simbolizavam, mas, notadamente, convertiam-se em ações práticas. Daí o não pagamento de impostos, a criação de um caixa coletivo, o acolhimento dos enfermos, a construção de obras piás, a formação de uma rede comercial, a organização de uma milícia para a defesa do arraial etc.

Alexandre Otten (1990) explica, em relação às marcas populares na religião praticada no Belo Monte, que: “O Conselheiro convive com certas posições morais que formam um conjunto radicalizado de valores éticos do catolicismo rústico” (p. 218). Por sua vez, Pedro Lima Vasconcellos (2017) realça a presença dos seguintes fatores: i) o imbricamento das mitologias indígena e cristã da “Terra sem males” e da “Terra da promessa”; ii) o culto aos santos; iii) o apelo apocalíptico da cultura sertaneja (p. 178-180). Essas características conformam uma dimensão importante, dada a diversidade que constituiu os defensores daquele projeto: “[...] E, com toda a certeza, animou até o fim trágico, configurando a resistência

impressionante de que a obra-prima de Euclides da Cunha dá eloquente testemunho” (ibid., p. 141).

Para além das temáticas, alguns textos, presentes no manuscrito de 1895, são incorporados ao caderno com data de 12 de janeiro de 1897. Entretanto, nessa ocasião, a guerra já era uma realidade e, portanto, o testemunho, na perspectiva do mártir, aparece de modo ainda mais intenso nas páginas da obra editada, em 1974, por Ataliba Nogueira.

O título que abre o caderno de prédicas de 1897 parece sinalizar o momento de angústia, então vivenciado, *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*. Esse texto é o primeiro de uma série de 29 prédicas relacionadas às dores de Maria, a mãe de Jesus. Cada uma destas prédicas está distribuída em três tópicos. Essa divisão sugere a construção de uma súplica para exposição posterior, provavelmente, em público. A dinâmica destas narrativas é tradicional, com uma exposição inicial, seguida de um problema e finalizada por uma orientação, donde se extrai um ensinamento.

A temática que prevalece no conjunto das prédicas marianas, que vai da anunciação à paixão de Cristo, diz respeito ao sofrimento. As dores da personagem materna estão vinculadas às agruras do filho, perseguido, caluniado e, por fim, supliciado. Este, em que pese a condição divina, guarda o respeito à progenitora, o que oportuniza, e sempre que possível tal recurso é utilizado, um ponto de convergência entre as meditações de caráter religioso e a dinâmica social da audiência:

Assim as meditações devem ser entendidas como estímulo dado pelo Conselheiro aos seus de perseverarem e crescerem em sua vida de convertidos ao Bom Jesus, num lado, e, no outro, percebe-se que o beato quer dar sentido a tanto sofrimento experimentado pelos ouvintes [...] (OTTEN, 1990, p. 211).

O martírio, nessas passagens, não é apresentado como forma condicional à salvação dos pecadores, pois, nessas prédicas, fica evidente a noção do amor divino para a remissão dos pecados humanos. De todo modo, se as personagens da sagrada família sofrem, logo os fiéis também devem se preparar para os momentos de provação, em que serão chamados a dar testemunho de sua fé. Prevalece, aos que se converterem, o referencial que os orientará numa dimensão religiosa marcada por ritos sacros, mas também uma norma social que servirá de paradigma para atuação e conduta. Daí a presença, em ambos os manuscritos, das orientações traçadas pelo Conselheiro a partir do estudo que desenvolve do decálogo bíblico. Nessa ocasião, veem-se aspectos de uma moral cristã tradicional, inclusive com marcas conservadoras, comuns ao período, em que se reconhece, por exemplo, o direito à propriedade privada ou mesmo uma hierarquia de gênero desfavorável às mulheres.

No conjunto das prédicas, o sofrimento não se limita ao martírio das personagens bíblicas, em que pese, nas passagens marianas, destacarem-se as dores de Maria e os tormentos do Cristo. Noutras ocasiões, apresentam-se descrições hagiográficas nas quais o exemplo parte do homem comum que, ao não abdicar sua fé, faz-se mártir e é santificado. Nesse sentido, citam-se personagens históricas que se tornaram mártires católicos, como o filósofo inglês, autor de *Utopia*, Thomas Morus, conforme é possível verificar no seguinte registro:

Assim sucedeu a Thomás Moro, Chanceler-mor de Inglaterra, reinando Henrique VIII. Foi este ministro condenado à morte por não querer seguir a heresia: e indo lhe falar ao cárcere sua mulher para o perverter, lhe perguntou aquele sábio varão: Quantos anos poderei viver? Respondeu ela que vinte e ainda mais. Concluiu ele assim: Vindes-me logo persuadir que troque vinte anos de vida por uma eternidade de penas. Se dissésseis vinte mil anos, diríeis muito, mas a respeito da eternidade era nada. E assim sacrificou a vida pela defesa da religião católica (CONSELHEIRO apud NOGUEIRA, 1974, p. 156).

O testemunho, em tais ocasiões, coaduna a ideia de salvação da alma, tema escatológico presente e central nos manuscritos de Antônio Conselheiro. Considere-se, nesse sentido, o título dos manuscritos de 1895, *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. Ora, se nos textos marianos é ressaltado o sofrimento divino pelo amor a humanidade, no excerto acima se tem a resposta esperada em contrapartida às dores das personagens bíblicas.

Num processo de aproximações sucessivas, o Conselheiro encerra os cadernos com o próprio testemunho, provavelmente a conjecturar o desfecho que teria diante do acirramento do conflito bélico. A passagem é longa, mas necessária para se dimensionar alguns aspectos do peregrino que fundou o Belo Monte:

Praza aos céus que abundantes frutos produzam os conselhos que tendes ouvido; que ventura para vós se assim o praticardes; podeis entretanto estar certos de que a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, nossa luz e força, permanecerá em vosso espírito: Ele vos defenderá das misérias deste mundo; um dia alcançareis o prêmio que o Senhor tem preparado (se converterdes sinceramente para Ele) que é a glória eterna. Como não ficarei plenamente satisfeito sabendo da vossa conversão, por mim tão ardentemente desejada. Outra cousa, porém, não é de esperar de vós à vista do fervor e animação com que tendes, concorrido para ouvirdes a palavra de Deus, o que é uma prova que atesta o vosso zelo religioso. Antes de fazer-vos a minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia não concebam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa reputação. Sim, o desejo que tenho da vossa salvação (que fala mais alto do que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira. Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me

perdoeis pelo amor de Deus. É chegado o momento para me despedir de vós; que pena, que sentimento tão vivo ocasiona esta despedida em minha alma, à vista do modo benévolo, generoso e caridoso com que me tendes tratado, penhorando-me assim bastante! São estes os testemunhos que me fazem compreender quanto domina em vossos corações tão belo sentimento! Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja. Praza aos céus que tão ardente desejo seja correspondido com aquela conversão sincera que tanto deve cativar o vosso afeto (CONSELHEIRO apud NOGUEIRA, 1974, p. 181-182).

O epílogo do manuscrito de Antônio Conselheiro, enquanto testemunho de um mártir, leva em conta o contexto em que a redação deste documento se dá, notadamente no tempo da guerra, oportunidade em que o projeto do Belo Monte começara a ruir diante do assédio estatal. Ademais, não pairam dúvidas de que, em vida, Antônio Vicente Mendes Maciel defendera sua fé, ao peregrinar pelos sertões e pregar a palavra sacra ao tempo em que, conforme testemunhos diversos, dava conselhos bons e justos, realizava obras pias e acolhia o que designara de mal-aventurados. Tudo isso somado, erigiu o arraial que resumia um projeto de organização sociorreligiosa dissentâneo e que fora destruído, pelo Exército Brasileiro, nos episódios que a história designou de guerra de Canudos.

Sobre essas palavras do Conselheiro, as quais Alexandre Otten afirma ser: “[...] o testamento do peregrino” (1990, p. 231), nota-se uma síntese com a mediação cultural entre os preceitos bíblicos e o cotidiano imediato. O texto tem início com uma alusão à parábola do semeador, à qual os conselhos que proferira se integram. Assegura-se, em seguida, que não há abandono da bondade divina, condicionada à conversão, para galgar “a glória eterna”. Esse é o tema central da ação peregrina, qual seja, salvar almas através da conversão, por isso a questão é reiterada em três ocasiões no discurso. Há um gesto de humildade do pregador, que antecede sua despedida, ao se desculpar por eventuais excessos na predição, notadamente contra a república, o inimigo declarado. E segue, ao dizer do “santo temor e amor” divino, tem-se que a conjunção aditiva iguala os termos, mas a pragmática da língua reitera a prevalência do segundo elemento sobre o primeiro. Isso diz muito da visão teológica deste enunciador.

Por fim, apresentam-se os argumentos da despedida, numa cena que remete ao sentimento de gratidão pela acolhida e pelo convívio, para, em seguida, dirigir o “adeus” a sua gente e aos elementos da paisagem sertaneja que conheceu tão bem, durante décadas de peregrinações. Teria o Conselheiro enunciado esse discurso em público? Se isso não se efetivou, por algum motivo no cenário da guerra, a quem dirigia essas palavras? Talvez, buscasse, nos momentos finais da vida, novos herdeiros para seu testamento/testemunho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quem não é recôncavo e nem pode ser reconvexo.*

Caetano Veloso

Os trágicos eventos da guerra de Canudos legaram marcas que se espalham no Brasil hodierno. Retrato das mazelas impingidas ao povo, constitui-se numa alegoria terrível da nossa nacionalidade, em que figuras mitológicas clássicas podem ser associadas, pois seria ao mesmo tempo a *Fênix*, que ressurge das cinzas do massacre perpetrado em fins do século XIX, e a *Hydra de Lerna* que, após a decapitação, não cessa sua multiplicação. No caso moderno, tais imagens verificam-se na desigualdade que reproduz a vida, e sua potência existencial, em precárias ocupações do campo e da cidade. Assim, a história nos ensina que o termo favela, topônimo do morro que possibilitou às tropas regulares o bombardeio ao arraial sertanejo, incorporou a infeliz sina de um projeto civilizatório bárbaro.

A cena da guerra dos sertões fora relatada por diversos correspondentes, uma novidade que possibilitou aos periódicos, em fins do século XIX, uma considerável cobertura dos acontecimentos. Especialmente por esse caminho, foi possível acessar as informações que conformaram obras ficcionais ou testemunhos daqueles que retornaram com vida da zona conflagrada. Assim, lê-se em Manuel Bombinho, o tropeiro de ocasião que acompanhou a coluna Savaget, a descrição do que fora o conflito com a estratégia de centralizar a responsabilidade dos eventos em Antônio Conselheiro, o que inaugura o lugar sacrificial desta personagem, em nossos registros.

Já Manuel Benício apresenta temas, em seu relato híbrido no qual fato e ficção são deliberadamente mixados, que serão consolidados, posteriormente, n' *Os sertões*. É o caso da "loucura" relacionada à tragicidade hereditária, a tese dos dois Brasis, a questão do insulamento sertanejo e ainda a imagem do líder de Canudos enquanto personagem que produz um distúrbio social, pois "anormaliza" o cotidiano dos sertanejos incautos. Deste autor, é singular a abordagem que incorpora o papel desempenhado por negros, índios e mulheres num mosaico étnico, além de assimilar enredos da tradição oral.

Alvim Martins Horcades, por sua vez, conta-nos sobre o horror da degola em detalhes, numa narrativa que não esconde o lugar social do autor, bem como o dos inimigos a serem combatidos. Contudo, havia limites a se respeitar e eles foram transgredidos sob o olhar complacente de autoridades militares, o que prenunciava o embate entre civilistas e militaristas nos primeiros anos do incipiente regime republicano. Sem paralelo, quando da publicação de

*Descrição de uma viagem a Canudos*, o testemunho de Horcades nos faz recordar que o sangue belomontense faz parte da gênese da República do Brasil.

Outras fontes poderiam ter sido utilizadas na presente tese, a exemplo de distintos testemunhos que, certamente, apresentam aspectos importantes sobre a guerra de Canudos. Do mesmo modo, outros escritos, anteriores e posteriores ao conflito, poderiam ser acrescentados, mas, neste trabalho, delimitou-se um *corpus* que apresenta temas centrais, escrito por cronistas que pisaram em Canudos no instante da guerra. É a dimensão do ver para contar, que se buscou valorizar.

Essa intensidade do observar, presente nos relatos dos cronistas da guerra, é elevada quando da publicação, em 1902, d'*Os sertões: campanha de Canudos*. O livro de Euclides da Cunha, após sua recepção, logo atingiu a condição de obra prima literária. O que é compreensível sob diversos aspectos, inclusive quando do contraste desta produção com as demais que trataram da guerra nos sertões baianos. A obra euclidiana, após uma análise geomorfológica, apresenta um ensaio antropológico das gentes brasileiras para, finalmente, expor as cenas pungentes das batalhas, numa gesta épica sem par em nossa literatura.

Dito isso, deve-se reconhecer que Euclides da Cunha, ao se deslocar para cobrir os acontecimentos nos sertões baianos, formulara escritos pautados na formação científicista de fins do século XIX, que vislumbrava, nos postulados evolucionistas e deterministas de seu tempo, explicações às ciências humanas “emprestadas” das ciências naturais. Seu olhar etnocêntrico, a bem da verdade, fez certas concessões à gente que ora revelava a nossa radicalidade. Mas sua narrativa não consegue elogiar o sertanejo sem depreciá-lo. Diz desse limite, a imagem do “Hércules-Quasímodo” (CUNHA, 2016, p. 115).

Assim, a beleza da descrição etnográfica não pôde ocultar as marcas do olhar etnocêntrico do autor d'*Os sertões*. Esse paradoxo é central na análise do clássico, pois o resultado estético construído a partir da simbolização dirigida à cena traumática enredava também estereótipos como os dirigidos à personagem de Antônio Conselheiro. Daí que o monumento literário acabou por fixar, na memória nacional, a versão apresentada por Euclides da Cunha, tanto do massacre quanto do responsável por aqueles trágicos eventos.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que as fotografias, os documentos oficiais e os estudos, inclusive frenológicos, empreendidos pelas autoridades para justificar as medidas de repressão, não lograram o mesmo êxito que a narrativa impactante d'*Os sertões* ao associar a imagem da loucura ao líder do Belo Monte. E, se não há dúvidas de que o livro vingador impossibilitou o esquecimento do massacre daqueles sertanejos, denunciando o crime cometido, também parece adequado reconhecer que a obra estabeleceu perfis distorcidos.



O trabalho de reconstrução da imagem pública de Antônio Conselheiro, bem como do Belo Monte e sua experiência de organização sociorreligiosa, decorre de um longo processo de releitura dos eventos históricos, o que incluiu estudos que abarcam os relatos orais dos sobreviventes conselheiristas. Nesse esforço, deve-se destacar o ofício empreendido pelo historiador José Calasans, assim como Odorico Tavares, Nertan Macedo e Garcia Funchal, dentre outros, que coligiram os testemunhos dos homens e das mulheres que seguiram, ou pelo menos conheceram, o que Honório Vilanova denominou de um modo de vida pautado “na regra ensinada pelo Peregrino” (MACEDO, 1984, p. 67).

Do mesmo modo, o conhecimento dessa regra, a partir do acesso aos manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro, permitiu reconsiderar aspectos da doutrina católica praticada pelos conselheiristas. Distantes do apelo milenarista e do rótulo de fanáticos religiosos, a análise revela uma comunidade organizada a partir da religião que assumia dogmas tradicionais da Igreja, preocupada, por exemplo, com o tema escatológico da salvação das almas. Entretanto, diferentemente das descrições dos cronistas de guerra, a fé que movia o Belo Monte estava firmada nos princípios de justiça e amor, não no terror divino. Para tanto, o Conselheiro soube mediar a simbologia bíblica e as cenas cotidianas, recuperando o exemplo da dor e do sacrifício em prol de uma causa. Ademais, a experiência peregrina permitiu uma conformação entre aspectos da religiosidade popular e as demandas imediatas da comunidade.

Assim, se os primeiros cronistas descreveram a guerra a partir do apelo visual da cena traumática, o *testis*, Euclides da Cunha amplificou os sentidos daquele sofrimento ao acrescentar a dimensão do *páthos* que resultou na imagem canônica daqueles eventos. Já o testemunho dos sobreviventes, o *superstes*, apresenta uma dimensão mitopoética própria da melancolia em que o pretérito não pode ser retomado, daí a cena nostálgica presente nas memórias afetivas que apresentam; já o testemunho na perspectiva do *martis* fora uma estratégia de exortação religiosa empregada pelo Conselheiro na conformação da comunidade.

Estas maneiras de se relacionar com a imagem da dor, e sua representação, se imbricam na construção dos testemunhos. Por exemplo, a escrita de um intelectual devoto de uma visão teleológica da história como Euclides da Cunha revela, em suas rasuras, vozes que a história oficial quisera suplantadas. A tarefa a que se impusera de denunciar um crime, bem como a solução encontrada pelo texto euclidiano, a loucura epidêmica, não se encerram nas duas linhas que desfecha a obra, uma vez que vozes a princípio silenciadas se levantam em outras narrativas que tomam o enredo euclidiano como ponto de partida. Nesse trânsito literário, cabe entender que, para além das marcas intertextuais, gravam-se vozes doutros testemunhos. Parece que a literatura, no caso da guerra de Canudos, tem dado essa contribuição.

A temática, delineada pela pena euclidiana, tem sido retomada numa complexa narrativa contemporânea, especialmente sob o gênero memorialístico. Desse modo, a literatura mantém a memória do massacre e reescreve outras perspectivas do texto clássico, ao atribuir-lhe novos significados, reestruturar imagens, recuperar possibilidades não concretizadas, mas certamente desejadas, ansiadas e pugnadas por sertanejos que resistiram até o limite extremo em defesa de seu lugar no mundo, o Belo Monte.

Exemplo disso, verifica-se no romance *O Pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca, em que se vislumbra um acerto de contas ficcional entre o olhar cientificista e as vozes populares. Para tanto, os protagonistas do enredo, um professor universitário e um sertanejo, travam um diálogo marcado por uma espécie de reparação histórica, cujo campo em disputa é o acúmulo de informações sobre a guerra de Canudos. Nesse jogo, o saber acadêmico é confrontado pela experiência do viver local. Ao fim, o pesquisador emudece diante da sequência de argumentos do trabalhador rural, que sentencia:

Mesmo sem saber, vocês vêm aqui pra fazer as pazes com o sertão. Vocês vêm examinar com os próprios olhos e tomar pé da história. Vocês vêm pra ver e crer que aquela guerra foi mesmo um grande crime. A viagem até aqui é um pedido de desculpas (FONSECA, 2009, p. 205).

A dor é retomada nesta cena de uma maneira diferente, não se trata mais de falar dos corpos insepultos, mas da memória negligenciada. A personagem sertaneja diz da indignação frente à indiferença de um Estado incapaz de se desculpar pelo massacre proporcionado ao povo do sertão. Serve-lhe, entretanto, como uma forma de alento, a ideia de que os inúmeros trabalhos e pesquisas sobre o tema são, no fundo, uma forma de retratação.

Há algum tempo, tem-se empreendido uma batalha por uma apropriação da memória. Nessa guerra, os combatentes lutam por suas histórias, memórias, testemunhos e ficções. Essa é apenas uma das questões que merecem ser consideradas quando não se permite o esquecimento das vozes que no passado foram vencidas pelo autoritarismo, mas que, através do registro literário, se projetam e se fazem ouvir, a exemplo da resistência dos conselheiristas.

Rememorar o trauma, ao contrário do que se possa supor, não implica em abrir a ferida, mas cuidá-la enquanto vestígio. Afinal, olhar a cicatriz e suportar sua memória é um aprendizado tão doloroso quanto necessário numa sociedade, como a brasileira, forjada pela violência. A ficção, neste sentido, tem possibilitado uma releitura de fatos históricos dado que a literatura, mais aberta ao trânsito entre o “real” e a sua representação, tem sido capaz de abarcar diferentes clivagens do vivido. Sem negar o passado da guerra de Canudos, faz-se necessário também conhecer a experiência do Belo Monte.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). *Canudos: palavra de Deus, sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AHLERT, Jaqueline. Degolas à gaúcha. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 7, n. 84, p. 48-51, set. 2012.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. A fotografia de guerra e o episódio de Canudos. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos*. São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2002, p. 238-269.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Colaboração de Leandro Raniero Fernandes. Brasília: Iphan, 2015.

ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. 3. ed. São Paulo: Edart, 1966.

ANDRADE, Teófilo de. Um inédito de Antônio Conselheiro. In: *O cruzeiro*. Rio de Janeiro, ano 19, n. 41, p. 35, 2 ago. 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=54919>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

ASSIS, Machado de. A semana. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1955, v. 2.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AUERBACH, Erich. *Literary Language and Its Public in Late Latin Antiquity and in the Middle Ages*. Tradução de R. Manheim. Princeton: Princeton UP, 1993.

AZEVEDO, Sílvia Maria. *O rei dos jagunços de Manuel Benício: entre a ficção e a história*. Introdução, atualização ortográfica, notas e glossário de Sílvia Maria Azevedo; fotografias de Flávio de Barros. São Paulo: Edusp, 2003.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história antiga e história média)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996, v. 2, p. 719-755.

BARRETO, Emídio Dantas. *Última expedição a Canudos*. Porto Alegre: Editora Franco & Irmão, 1898.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Tradução de Johannes Krestschmer e Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Edusp, 2009.

BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p. 114-119.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 165-196.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994c, p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994d, p. 222-232.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Ed. 34, 2011, p. 121-156.

BERNUCCI, Leopoldo M. *Historia de un Malentendido: un estudio transtextual de La Guerra del Fin del Mundo de Mario Vargas Llosa*. New York: Peter Lang, 1989.

BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018, p. 13-49.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência: crônicas*. Organização de Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. *Canudos, história em versos*. Transcrição, apresentação e notas de Marco Antonio Villa. São Paulo: Hedra, UFSCar, 2002.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: *Prosa completa*. Barcelona: Bruguera, 1979, p. 477-484.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 309-322, 1 abr. 1995.

BOSI, Alfredo. Canudos não se rendeu. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 209-220.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Ministério do Exército. *Canudos: campanha militar (IV expedição)*. Brasília: Startgraphic Computação Gráfica, 1997.

BRIZUELA, Natalia. A fotografia às margens da história: Os Sertões. In: \_\_\_\_\_. *Fotografia e império: paisagens para um Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 2012, p. 147-184.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

CALASANS, José. O matricídio de Antônio Conselheiro. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 61-69, out./dez. 1972.

CALASANS, José. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984.

CALASANS, José. Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da guerra do Conselheiro. In: SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz; SERRÃO, Magaly de Barros Maia; MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de; URURAHY, Vanda Maria Bravo. *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. 1-21.

CALASANS, José. Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo. [Entrevista cedida a José Carlos Sebe Bom Meihy]. *Luso-Brazilian Review*, Univ. Wisconsin – USA, v. 30, n. 2, p. 23-33, 1993.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

CALASANS, José. *Calasans, um depoimento para a história*. [Entrevista cedida a Marco Antonio Villa]. Salvador: gráfica da UNEB, 1998.

CALASANS, José. Transcrição de mesa-redonda reunida na Editora Ática em 1986, com a participação de Antônio Houaiss, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis; debatedores José Carlos Garbuglio, Valentim Facioli e Walnice Nogueira Galvão*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

CALASANS, José. *Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: EDUFBA, 2013.

CANDIDO, Antonio. A crítica pré-romeriana e o modernismo. In: \_\_\_\_\_. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 17-51.

CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. *Canudos na música e poesia populares*. [Dissertação de mestrado] São Paulo: PUC/SP, 1999.

CARNEIRO, Luciano. Os conselhos de Antônio Conselheiro. In: *O cruzeiro*. Fotografias de Luciano Carneiro. Rio de Janeiro, ano 26, n. 8, p. 6-12, 5 dez. 1953. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=84089>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHIAVENATO, Júlio José. *A guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas de Belo Monte*. São Paulo: Escrita Editorial, 1993.

CONSELHEIRO, Antonio. *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. Apresentação, transcrição e notas explicativas de Pedro Lima Vasconcellos. São Paulo: É Realizações, 2017.

CORNELSEN, Elcio. Cenas literárias da Primeira Guerra Mundial: Ernst Jünger e Erich Maria Remarque. In: CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom (Org.). *Literatura e guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 29-54.

CORREIA, Jonas. Introdução. In: SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A guerra de Canudos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobibliion; Brasília: INL, 1985.

COSTA, Maria Cecília. Como Canudos foi parar na Geórgia. *Virgulas Cardeais*, Manaus, 6 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.mappinguanerd.com.br/como-canudos-foi-parar-na-georgia-virgulas-cardeais/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Caderneta de campo*. Introdução, notas e comentário de Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009a.

CUNHA, Euclides da. Página Vazia. In: \_\_\_\_\_. *Poesia reunida*. Organização, estabelecimento de textos, introduções, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci e Francisco Foot Hardman. São Paulo: Editora UNESP, 2009b.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição crítica organizada por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu, 2016.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 3. ed. São Paulo: Laemmert & C. Livreiros, 1905. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5351>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

DANTAS, Paulo. *Capitão jagunço*. 7. ed. São Paulo: IBRASA, 1987.

DECCA, Edgar Salvadori; GNERRE, Maria Lucia Abaurre. Trauma e história na composição de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do. *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 41-62.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Dialectiques du sensible. In: \_\_\_\_\_. *Peuples en larmes, peuples en armes*. Paris: Les éditions de Minuit, 2016, p. 399-445.

DIÉGUEZ, Ileana. Escenarios luctuosos / Communitas de dolor. In: \_\_\_\_\_. *Cuerpos sin duelo: iconografías y teatralidades de dolor*. Córdoba: DocumentA/Escénica Ediciones, 2013.

ECHEVARRÍA, Roberto González. De Sarmiento a Euclides: natureza e mito. In: \_\_\_\_\_. *Monstros e arquivos: textos críticos reunidos*. Tradução de Ary Pimentel. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 239-257.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FERREIRA, Jerusa Pires. Canudos – as vozes perdidas. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). *Canudos: palavra de Deus, sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 103-115.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FONSECA, Aleilton. Os sertões: as prédicas de Antônio Conselheiro e a poesia de Canudos. O olho da história. *Revista de História Contemporânea*, v. 2, n. 3, nov. 1996, p. 125-140.

FONSECA, Aleilton. *O pêndulo de Euclides*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FONSECA, Aleilton. Apresentação. In: MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia épica: guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

FONTES, Oleone Coelho. *No rastro das alpercatas do Conselheiro: coletânea de textos conselheiristas e euclidianos*. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2011.

FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Textos por Maria Rita Kehl, Modesto Carone e Urania Tourinho Peres; Tradução, introdução e notas de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAUDENZI, Tripoli Francisco Britto. *Memorial de Canudos*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia / Bahiatursa, 1993.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões para estrangeiros. In: \_\_\_\_\_. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 62-84.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Cartas de Euclides no ano da guerra. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). *Canudos: palavra de Deus, sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 103-115.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Polifonia e paixão. In: \_\_\_\_\_. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 27-46.

GALVÃO, Walnice Nogueira; PERES, Fernando da Rocha. *Breviário de Antônio Conselheiro*. Revisão de Vera Rollemberg e Isnaia Santana; ilustrações de Calasans Neto. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Variantes e comentários*. São Paulo: Ubu, 2016.

GARCIA, Manuel Funchal. *Do litoral ao sertão: viagens pelo interior do Brasil inclusive Canudos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

GARCIA, Simone. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros Editora, 2002.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

GRAHAM, Robert B. Cunninghame. *Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio Conselheiro*. Tradução de Gênese Andrade e Marcela A. C. Silvestre. São Paulo: Sá Editora / Editora da UNESP, 2002.

GUEIROS, Optato. *Lampeão: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes*. 4. ed. Salvador: Progresso, 1956.

GUERRA, Sérgio. *Universos em confronto: Canudos versus Belo Monte*. Salvador: UNEB, 2000.

GUILLOIN, Jean-Marie. Jean Norton Cru, littérature et témoignages de la Première Guerre mondiale. *Cahiers d'Études Germaniques*, Aix-en-Provence, n. 66, p. 187-196, 2014.



GUTIÉRREZ, Ângela. O romance canadense de 50. In: *Modernismo: 80 anos*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 2002, p. 291-306.

GUTIÉRREZ, Ângela. Estrangeiros recontam Os Sertões. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 113, p. 184-194, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de taipa: Canudos e os irracionais. In: \_\_\_\_\_. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 125-136.

HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 207-235.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Fotografia Brasileira – Canudos*. São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro*. Tradução de Mônica Dantas. São Paulo: Edusp, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000.

LIMA, Luiz Costa. Os sertões: história e romance. In: \_\_\_\_\_. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Tradução de Remy Gorga Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOBO, Estêvão. *Sessão fúnebre realizada no Salão do Congresso Mineiro, em comemoração das vítimas do combate de Canudos*. [Discurso] Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.

MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1983.

MÁRAI, Sándor. *Verdicto em Canudos*. Tradução de Paulo Schiller. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCHAL, Lucien. *Le mage du Sertão*. Paris: Plon, 1952.

MARCIANO, João Evangelista de Monte. *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos*. Apresentação de José Calasans. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1987.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. In: \_\_\_\_\_. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 151-171.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. O rei de jagunços e a historiografia de Canudos. In: BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. xi-xvii.

MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia épica: guerra de Canudos*. Apresentação de Aleilton Fonseca. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

MONIZ, Edmundo. Canudos: o suicídio literário de Vargas Llosa. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p. 7-18, 1982.

NANCY, Jean-Luc. O mito interrompido. In: \_\_\_\_\_. *A comunidade inoperada*. Tradução de Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim. *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora UNESP, 2003.

NERY, Antônio Constantino. *A quarta expedição contra Canudos: [1ª fase das operações] cem léguas através do sertão de Aracajú a Queimados via Canudos (diário de campanha)*. Belém: Typographia de Pinto Barbosa, 1898.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, v. 355, 1974.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo: EDUC, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLAVO, Antônio. A produção do vídeo “Paixão e guerra no sertão de Canudos”. O olho da história. *Revista de História Contemporânea*. Salvador, v. 2, n. 3, nov. 1996, p. 156-164.

OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e cangaceiros: história real, observação pessoal e impressão psychologica de alguns dos mais celebres cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1920.

OTTEN, Alexandre. *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PEREIRA, João. *A célebre passagem de Cocorobó: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1956.

PIEIDADE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. 2. ed. Edição, apresentação, notas e projeto gráfico de Antonio Olavo. Salvador: Portfolium, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus, 1965.

RANDALL, Margaret. ¿Qué es, y cómo se hace un testimonio? In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Org.). *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro, 2002.

*RHETORICA ad Herennium*. Edição bilingue. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 145-157, 2000.

- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: cartas para o barão*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SANTOS, Eurides de Souza. *A música de Canudos*. Salvador: EGBA, 1998.
- SANTOS, João Felício dos. *João Abade*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura do trauma: dossiê literatura de testemunho. *Cult*, São Paulo, n. 23, p. 39-63, junho 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium germanicum*, São Paulo, v. 6, n. 22, p. 67-83, jun. 2002.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, v. 30, n. 30, p. 71-98, jun. 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remate de Males*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 31-45, jan./jun. 2006.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens do trauma e sobrevivência das imagens: sobre as hiperimagens. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elias Maria Amorim; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Imagem e memória*. Belo Horizonte: Rona Editora: FALE/UFMG, 2012, p. 63-79.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A guerra de Canudos*. Introdução de Jonas Correia. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: INL, 1985.

SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Crítica cult.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 111-120.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: \_\_\_\_\_. *Papéis colados.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 15-36.

TAVARES, Odorico. Roteiro de Canudos. In: *O cruzeiro.* Fotografias de Pierre Verger. Rio de Janeiro, ano 19, n. 39, 19 jul. 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=54760&Pesq=Roteiro%20de%20Canudos>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

TAVARES, Odorico. *Canudos cinquenta anos depois (1947).* Ilustrações de Carybé; Fotografias de Pierre Verger. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

THEODORO, Janice. Canudos 100 anos depois. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). *Canudos: palavra de Deus, sonho da terra.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 119-133.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Caderneta de campo: viagem aos domínios do Conselheiro. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira – Euclides da Cunha.* São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2002, p. 74-116.

URIARTE, Javier. Through a Enemy Land: On Space and (In)visibility in Euclides da Cunha's Os sertões. In: BURNS, Tom; CORNELSEN, Elcio; JAECKEL, Volker; VIEIRA, Luiz Gustavo Leitão (Org.). *War and Literature: Looking Back on 20th Century Armed Conflicts.* Stuttgart: Ibidem, 2014, p. 35-52.

URIARTE, Javier. Emergencias de lo invisible: ruina y lenguaje en Os sertões. In: URIARTE, Javier; MARTINEZ-PINZÓN, Felipe (Org.). *Entre el humo y la niebla: guerra y cultura en America Latina.* Pittsburg, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2016, p. 137-158.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *O Belo Monte de Antônio Conselheiro: uma invenção "biblada".* Maceió: EDUFAL, 2015.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antônio Conselheiro.* São Paulo: É Realizações, 2017.

VEIGA, José Jacintho Pereira. *A casca da serpente.* 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha.* Organização de Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VILLA, Marco Antonio. Apresentação. In: BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. *Canudos, história em versos.* São Paulo: Hedra; UFSCar, 2002.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994, p. 97-116.

ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os sertões. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, suplemento Brasil ser tão Canudos, p. 13-37, jul. 1998.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 13, p. 105-113, ago. 1999.